

Uma amizade póstuma – Euclides da Cunha e Francisco Venancio Filho

ALBERTO VENANCIO FILHO

Ocupante da
Cadeira 25
na Academia
Brasileira de
Letras.

Em carta de 15 de outubro de 1921 a Francisco Venancio Filho, Alberto Rangel se referia aos membros do Grêmio Euclides da Cunha como os “amigos póstumos” de Euclides; Venancio foi um desses amigos póstumos, a justificar o título do artigo. Já se disse que “poucos poderão contar tantos amigos como teve Euclides. E quê amigos”. Alberto Rangel, Francisco Escobar, Reynaldo Porchat, Júlio de Mesquita, Coelho Neto, João Luiz Alves, Domício da Gama, Oliveira Lima, Lúcio de Mendonça e tantos outros. Com a morte de Euclides, surgiram os amigos anônimos que formaram o Grêmio Euclides da Cunha, sob a direção de Francisco Venancio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça. O Grêmio liderou a campanha de glorificação de Euclides, tendo como patrono Alberto Rangel e atraindo grandes valores da cultura nacional.

Celso Kelly falaria em 1946 da devoção a Euclides como uma demonstração de amizade:

“Ninguém soube ser mais amigo do que Venancio: estava com os seus companheiros em todos os momentos, numa troca contínua de assistência e de afeto. Esse amigo bom era o dedicado entusiasta das comemorações euclidianas de São José do Rio Pardo. Se Euclides era o centro das atividades, Venancio era o enamorado desse culto, a criatura feliz de ver que os homens ainda se preocupavam tanto e tão sinceramente com o autor de *Os Sertões*. Euclides e São José do Rio Pardo formavam um binômio. Agora, passamos a ver, na simpática cidade paulista, um tríptico. Euclides – São José do Rio Pardo – Venancio. Venancio era a alma pura e encantada das comemorações euclidianas, o deslumbrado de São José.”

Muito se indagou quando Francisco Venancio Filho conheceu Euclides da Cunha. A cronologia evidencia o equívoco, pois Venancio nasceu em 1894 e tinha quinze anos quando Euclides morreu.

Não se têm também informações de quando surgiu a paixão por Euclides da Cunha. Algumas hipóteses podem ser aventadas: Venancio nasceu em Campos, cidade próxima e ligada a São Fidélis, onde Euclides passou parte de sua infância.

Uma amiga de São Fidélis, a Professora Juracy Silveira, aventou esta explicação:

“Quem sabe se não foram aquelas paisagens banhadas pelo Paraíba, aqueles cenários majestosos da Serra dos Órgãos, tocados pelos tons inimitáveis do verde fidelense, aquela pacatez bucólica da velha cidade dos capuchinhos, as vivências longínquas, esbatidas no tempo, aparentemente mortas, na agitação fremente da vida, os motivos recônditos daquela verdadeira idolatria de Venancio Filho pelo admirável autor de *Os Sertões*, que, por coincidência, ali passara, no mesmo ambiente sugestivo e belo, vários anos da sua meninice.”

Euclides da Cunha, cuja família materna era de São Fidélis, para ali fora levado por seu pai, logo após o falecimento da mãe, D. Eudóxia Moreira. Ali frequentara o colégio do Professor Caldeira, um dos melhores do norte fluminense àquela época. Ali viveu alguns anos da sua infância débil e triste.

Outra hipótese é a frequência de ambos ao Colégio Aquino, dirigido pelo Professor João Pedro Aquino, ilustre educador, denominado por Escragnolle Doria o “santo da pedagogia brasileira”, colégio pioneiro no tempo, com ênfase nos estudos científicos.

Dois anos após a morte de Euclides, alunos do Internato Nacional, hoje Colégio Pedro II, fundam o Grêmio Euclides da Cunha, alguns dos quais assistiram às poucas aulas dadas pelo professor de lógica. Entre eles os Sussekinds de Mendonça, Edgar e Carlos, filhos de Lúcio de Mendonça, grande escritor e o fundador da Academia Brasileira de Letras. Ambos iniciaram sua vida com atos de rebeldia; Edgar como aluno da Escola de Belas Artes, discordando dos métodos arcaicos ali adotados, mais tarde professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e colaborador, com Francisco Venancio Filho nos livros didáticos *Ciências Físicas e Naturais* (1932) e *Física* (1935). O outro, Carlos, bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Direito, faria jus ao prêmio Machado Portela como o melhor aluno e dele excluído por ter, como orador de turma, proferido libelo contra os métodos de ensino do direito, “O que se ensina e se aprende nas faculdades de direito do Brasil”. Foi autor de duas biografias, uma sobre Sílvio Romero, e outra sobre o tio Salvador de Mendonça.

Foi eleito, inicialmente, presidente da agremiação Murilo Araújo, que depois se destacaria como poeta. O Grêmio deliberou editar uma revista, *Ciência e Musa*, da qual só saiu um número.

Em 1913, o grupo deixa o Internato Nacional e, resolve dar um cunho nacional ao movimento e convida para Presidente Honorário Alberto Rangel, o grande amigo de Euclides da Cunha, companheiro de Escola Militar e cujo livro *Inferno Verde* foi por ele prefaciado.

Quando cursava a Escola Politécnica em 22 de janeiro de 1914, contando apenas vinte anos, Venancio Filho publicou no *Jornal do Commercio* um artigo

sobre “A Data de Nascimento de Euclides da Cunha”. A matéria constituía objeto de controvérsias, inclusive a divulgada por Ernesto Sena que a teria obtido do próprio. A dúvida foi desfeita com a divulgação da certidão de nascimento no dia 20 de janeiro de 1866, na Fazenda da Saudade, em Santa Rita do Rio Negro, a dezoito quilômetros de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Com a publicação do artigo, é convidado a participar do Grêmio Euclides da Cunha e a escrever um perfil biográfico do patrono. Ao Grêmio também se filiam figuras que se destacariam mais tarde, como, entre outras, Roberto Lyra, eminente penalista; Álvaro Alberto, professor da Escola Naval, primeiro presidente do Conselho Nacional de Pesquisas e grande impulsionador da pesquisa científica entre nós; sua irmã Armanda Álvaro Alberto, diretora da Escola Regional de Meriti, mais tarde esposa de Edgar Sussekind de Mendonça; Maurício Joppert, professor da Escola Politécnica e Ministro da Viação do Governo Linhares; os engenheiros Rui Castro e Raul Sena Caldas. Francisco Venancio Filho seria, com os irmãos Sussekind de Mendonça, especialmente Edgar, o grande propulsor das atividades do Grêmio.

Francisco Venancio Filho publica, em 1915, *Euclides da Cunha – Notas Biográficas*, em edição da *Revista dos Tribunais do Rio*, contendo vinte e duas páginas. Tratava-se da tarefa que o Grêmio Euclides da Cunha dera a novo membro e que ele não pudera preparar, como pretendido para o ano de 1914. Era uma síntese, como exposto ao final do capítulo “Anotação”, mas apresentava os principais aspectos da vida e obra do escritor, e roteiro seguro para os demais trabalhos biográficos posteriores.

Alberto Rangel iniciou a fase efetiva de atuação do Grêmio com as palavras, à beira da sepultura 3026 do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1913:

“Quisestes acreditar nas forças eternas do bem, da razão e da justiça. Afogados no tranqüibérnio de uma nação espasmada no vício, na mediocridade e no esquecimento, a vossa juventude e a vossa crença reclamavam um

consolo e um punhado de protestos. Na vossa adoração não afiançais somente uma supervivência. Aproximastes-vos deste túmulo com a cega piedade de peregrinos de Meca e a sede ardente de reclamantes por uma reparação necessária e infalível. Nem tudo está perdido. Os horizontes não estão vazios. A saudade fala e egoísmos há que se retorcem na indiferença ou no remorso.

Benditos os passos que destes a este canto do país da morte, quando mais fácil, mais cômodo e mais proveitoso seria a comparência ao aniversário de um paredro ou uma despedida para a Europa do muchacho político do dia. Junto a este cômodo, há um banquete de pavorosa solenidade; a terra que pisamos é um cais de embarque desagradável e forçado. A vossa dedicação cultural aproxima-se, com resolução e entusiasmo, de um santo e de uma vítima. Tendes um sonho religioso. Grande foi o que dorme aqui. Tem ele a força de apurar estas saudades, despertando ainda a fé concentrada em tantos corações atados pela magia de um estilo, absorvidos de uma ideia, em tantas páginas de arte e pensamento puros.

Euclides da Cunha! Nas quatro paredes em que esperais a radiação da Luz Eterna, a que há de resplender para refletir-se na consciência vasta de um pobre povo, perdido e sofrendo na luta pelo pão e pela verdade, recebe, doce mestre, alma diamantina e sem jaça, coração de amor perdido, as homenagens de um pequeno grupo de amigos e admiradores, designados em comissão por mandato do que a humanidade, entre nós, ainda goza de honesto e de devoto, de sensível e de desinteressado, num triste meio de infausto olvido e covardias aplaudidas e perdoadas.

Boa noite, mestre, dorme sossegado, amigo!... Coração de amor perdido.”

Nesse pronunciamento estava implícito o dístico adotado pelo Grêmio: “a vossa juventude e a vossa crença reclamavam um consolo e um punho de **protestos**. Na vossa **adoração** não afiançais apenas uma supervivência”, protesto e adoração que se conjugariam na forma abreviada “sempre algumas flores, a dia certo, nesta sepultura, por protesto e adoração”.

O Grêmio publicou regularmente, de 1914 a 1939, *Revista* que saía no dia 15 de agosto. Cada número era precedido de uma mensagem de Alberto Rangel enviada de Paris, cartas de Euclides, artigos sobre sua vida e obra, originais e inéditos do autor. O número de 1922 divulga o último trabalho de Euclides que ficara incompleto, encomendado pelo *Jornal do Commercio*, a respeito de Um Atlas do Brasil do Barão Homem de Melo. A resenha está interrompida no meio da frase, podendo supor que estava sendo escrita pouco antes de sua morte.

O último número de 1939 é homenagem a Francisco Escobar, com o retrato e um artigo de José Honório de Silo relatando a amizade entre os dois. O artigo comprova, mais uma vez, através de depoimento autêntico, pois José Honório conviveu com Euclides em São José do Rio Pardo, que, sem a presença de Francisco Escobar *Os Sertões* não teriam sido escritos.

Não há informações seguras sobre as razões da interrupção da *Revista* no ano de 1939. Pode-se supor que, tendo Francisco Venancio realizado a conferência oficial em São José do Rio Pardo, voltou com a convicção de que o movimento euclidiano deveria se concentrar naquela cidade, e envidou de fato todos os esforços na realização desta ideia.

O Grêmio Euclides da Cunha se propunha a erigir no morro da Babilônia, próximo à antiga Escola Militar, onde Euclides estudara, monumento cuja maquete foi feita pelo escultor Corrêa Lima. O monumento ficaria a 120 metros de altura. Alberto Rangel estimulava a ideia e escreveu mensagem ao Grêmio “Euclides na Babilônia”, incluída no livro *Papéis Pintados*, dedicada a Venancio Filho a justificar o mérito da iniciativa. E concluía: “Bom dia Euclides da Cunha! Bom dia o da tua glória na Babilônia! Reconhecerás no amor da Pátria o único amor que te foi correspondido, crucificado que foste no teu próprio coração.” O Grêmio pretendia angariar recursos na venda de publicações e na cobrança de entradas nas conferências, embora “fosse mais fácil, mais cômodo e mais rápido, seja recorrer às assinaturas graciosas, espontâneas da admiração e da amizade, da delicadeza e da conveniência, seja aos favores do Tesouro”.

O relatório espelhava as dificuldades mas tinha como dístico “O monumento a Euclides da Cunha na encosta do morro da Babilônia a 120 metros de altura com 6 metros de prosclênio há de ser feito”. O projeto infelizmente não se concretizou.

Logo em 1918 Venancio Filho deseja conhecer São José do Rio Pardo. A carta a Edgar Sussekund de Mendonça é expressiva do entusiasmo da visita:

“E agora, meu caro Edgar, que já sabes também da minha ida à Meca dos Euclidianos, falemos destas impressões sonoras que me enchem a alma.

Saltando fui imediatamente à ponte, antes de mais nada, e qual a minha surpresa quando deparo junto à barraca os preparativos de um jardim e de um pedestal que se prepara para a herma que se funde em São Paulo. Nunca pensei que houvesse recanto algum da terra brasileira em que se cultuasse um brasileiro como em São José do Rio Pardo se adora Euclides!

Voltei à linda cidade a procurar as pessoas a quem me recomendou o Escobar e, na Prefeitura, tudo respirava a ponte: a secretária onde ela se grava majestosa, um quadro com a barraquinha e as reminiscências de todos os que trabalharam com Euclides e que lhe guardam saudosos a lembrança. Atendeu-me o Sr. Silos, que é o fantasiado matuto do artigo do Viriato, e que não é mais do que um modesto e erudito, dos íntimos do nosso grande Homem; mostrou-me tudo o que havia dele, dando-me uma grande fotografia da ponte. Para se ir à ponte, percorre-se um excelente aterro, obra de Euclides, onde se vê o homem que tinha sobretudo a intuição das coisas; a barraquinha construída por ele sob uma curiosa e linda paineira está como ele a deixou em 1902; à margem do aterro, um bambual plantado pelas suas mãos, assim como, à entrada da ponte, duas paineiras também de suas mãos, de uma das quais levo uma flor. Pretendem ajardinar e gradear todo o espaço em torno da paineira, fazer um cais e, no centro, sobre uma pedra rósea linda, gravar-lhe um medalhão e inscrições; do pedestal levo para ti um pedacinho.

Na ponte, há uma grande placa no alto com o nome dele e, ao lado, uma outra. Do outro lado, fica a Vila Euclides da Cunha. Vede aqui o poeta da obra técnica: construiu, à frente dos pilares, umas ilhas artificiais que plantou depois ele mesmo, para não as ver crescidas... A ponte que ruína ele arrancou do rio e a trouxe para a terra, conseguindo aproveitar todas as peças, à exceção de 6. E todos dizem: que Engenheiro! Vi as duas casas onde ele morou estes anos mais preciosos de sua vida; mas, sobre tudo isto, o que toca é a recordação com que todos lá se lembram dele e lhe bendizem a memória; é o Dr. Euclides da Cunha que construiu a ponte e escreveu lá *Os Sertões*.

Pense que, para a sua conservação perpétua, conviria que cogitássemos de protegê-la com edifício maior, fazendo talvez um Museu Euclidiano, como os há na Europa; poderás fazer o projeto e vamos executá-lo. Quanto não lamentei a tua falta ali!

Na minha fé euclidiana, agora aumentada, se é possível, eu junto a tua amizade de irmão, neste abraço longo e agradecido. O teu Venancio.”

O Grêmio publicou em 1919, décimo aniversário da morte de Euclides, volume denominado *In Memoriam*, “Por Protesto e Adoração”, que reúne as conferências pronunciadas sob seus auspícios na Biblioteca Nacional. Foram conferencistas Alberto Rangel, Escragnolle Dória, Roquette-Pinto, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Basílio de Magalhães. Completavam o volume um texto de Araripe Júnior, artigos de Sílvio Romero, texto de Félix Pacheco – Dois Egressos de Farda, Recordações Pessoais de Oliveira Lima, Páginas Esquecidas de Adalgiso Pereira, e notas com vários tópicos sobre o movimento euclidiano.

Ainda sob o impacto da morte de Euclides e visando a defender-lhe a personalidade, a honra e o caráter, Alberto Rangel falou “Um pouco do Coração e do Caráter”, “servindo de alguns documentos inéditos, colhidos na camaradagem perfeita, por sincera, longa e contínua a par de Euclides da Cunha, podemos arquitetar um novo depoimento nas preciosas notas de fraternidade, por ele concedidas ao companheiro de farda, de escola, de juventude e de egressão”.

Coelho Neto em *Feições do Homem*, seguindo a linha de Alberto Rangel, relatava episódios do convívio que bem revelavam a personalidade de Euclides.

Afrânio Peixoto discorre sobre “Dom e Arte do Estilo”, explicando que “Euclides da Cunha deve ser louvado, não com epítetos, mas na sua grande obra, no mérito incisivo dele, pelo qual tocou e prendeu a alma nacional, o estilo que conseguiu reunir a atenção dispersa e interessar a esquiua curiosidade do Brasil”.

Escragnolle dava um depoimento sobre o professor de lógica e Basílio de Magalhães falava sobre “Feição Brasileira”, declarando, anos depois, que escreveu este trabalho “por insistência de Venancio Filho” e diria nessa ocasião: “Venancio havia criado, desde anos muito em flor, um culto em que queimou o mais puro incenso do seu formoso espírito, o que consagrava à memória de Euclides da Cunha.”

Alberto Rangel escreveu na nota introdutória: “Há de bem a colher este livro o Brasil que não esquece. Oferta-o na sinceridade de sua efusão, o Grêmio Euclides da Cunha aos corações que não perderam a memória nem o pudor de ser sensível.”

Venancio Filho se empenhou em esclarecer críticas infundadas ao *Os Sertões*. O *Almanaque Garnier*, em 1914, publica o texto “Destruição de Canudos” sobre um livro do General Dantas Barreto, que parecia ser de autoria de João Ribeiro:

“A guerra de Canudos não poderá ser estudada na sua fase senão neste livro, que é a fonte mais segura e mais importante desses memoráveis sucessos e o único que merece a atenção dos estudiosos. O livro de Euclides da Cunha que é apontado sempre que se fala do assunto é admiravelmente bem escrito, não há como negar, mas sob a pompa da linguagem. Não passa de um romance que, emendado em sucessivas edições, ficou infiel à verdade”.

O comentário veicula pela primeira vez o que seria tantas vezes repetido da obra de ficção, sem ganhar foros de verdade. Para desmentir esta ideia, Venancio Filho julgou necessário rebater de início com a afirmação de Roquette-

Pinto de que *Os Sertões* são um tratado de etnografia sertaneja. Acrescenta: “Já mais do que um romance...”.

Quanto às emendas em sucessivas edições, é dada a palavra a Euclides no prefácio da segunda edição: “Os únicos deslizos apontados pela crítica são pela própria desvalia bastante eloquentes no delatarem a segurança das ideias e proposições aventadas.”

A edição é de junho de 1903 e, nos seis anos seguintes, nenhuma objeção foi levantada, nem mesmo a do Sr. João Ribeiro. Foram necessários mais cinco anos para que a crítica fosse apresentada quando Euclides não podia mais se defender. Venancio Filho transcreve no livro essas emendas “para julgamento e justiça”, comprovando que são desvaliosas e em nada alteram a substância do livro.

Em 1920, diante de ataques que as atividades do Grêmio vinham recebendo, “amigos do pranteado e grande escritor Euclides da Cunha, residentes em São Paulo, atestam que bem merecem as homenagens que Roquette-Pinto prestou aos dirigentes do Grêmio Euclides da Cunha, Francisco Venancio Filho e Edgar Sussekund de Mendonça; o que está sendo feito e o que se continua a fazer em prol da memória de Euclides da Cunha sob a dedicada direção deles já representam um precioso e imenso serviço à nossa terra e à nossa cultura. Que não lhes falem, portanto, os aplausos e a solidariedade dos que continuam a amar e a venerar a obra do inolvidável Euclides. Assinam a manifestação, entre outros, Vicente de Carvalho, Francisco Escobar, Amadeu Amaral, Afonso Taunay, e si e por certo de interpretar os sentimentos de Alberto Rangel, Plínio Barreto, Júlio de Mesquita Filho, Nestor Rangel Pestana.

Em 1929, Pedro A. Pinto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e estudioso de filologia, publica, sob o pseudônimo de Paulo Terêncio, o volume *Estudos Euclidianos (Notas para o Vocabulário de Os Sertões)* e dedica a “seu amigo o professor Francisco Venancio Filho. Declara que o Grêmio Euclides da Cunha planejava fazer um vocabulário ou um dicionário de *Os Sertões*. Verificando ele a existência de alguns que não se encontram nos dicionários

ou que Euclides empregou sem sentido diverso “publicarei algumas aparas que serão aproveitadas ou não pelo benemérito grêmio que cultua a memória do pranteado escritor”.

Em 1931, Francisco Venancio Filho, convidado pela Comissão de Publicações da Academia, publicava o livro *Euclides da Cunha – Ensaio Biobibliográfico*. Na sessão de 13 de agosto de 1931 da instituição, declarava Afrânio Peixoto:

“O Sr. Afrânio Peixoto diz que dois dias mais ocorrerá o aniversário do passamento de Euclides da Cunha, que os seus amigos e admiradores por protesto e admiração vem celebrando há vinte e dois anos. A Comissão de Publicações da Academia quis associar-se a esta celebração e, por isso, havendo inserido no programa da nova coleção de biobibliografia um estudo sobre o grande escritor, confiou-o a um euclidiano a que nenhum outro excede em amor à causa e cultura minudente e entusiasta da vida e da obra de Euclides. Tem, pois, a satisfação de trazer à Academia a sua última publicação, na qual o Sr. Venancio Filho esgotou, com devoção e capacidade, o seu assunto. Para uma integral noção literária do escritor, bastarão apenas de ora em diante a sua obra e este livro, que honra as publicações da Academia, glorificando a Euclides da Cunha.”

O livro era publicado na coleção que passou a se chamar Coleção Afrânio Peixoto, inaugurada com o livro do organizador sobre Castro Alves. Foram incluídos, entre outros, trabalhos de Álvares de Azevedo por Homero Pires, de Francisco Otaviano por Phocion Serpa. O livro é dedicado a Afrânio Peixoto, “mestre e amigo”, e, embaixo do nome do autor, constava a indicação “do Grêmio Euclides da Cunha”.

O livro representava visível progresso sobre a obra de 1915, mais rico de informações e apresentando material iconográfico. E ao texto eram acrescidos um ensaio de bibliografia, uma relação de trabalhos sobre Euclides da Cunha e, ao final, um capítulo com juízos e depoimentos. Sob o título “Retrato Humano” foi reproduzido nas Obras Completas publicadas pela Editora Aguilar em 1966.

O Ministro da Educação Gustavo Capanema organizou em 1936 um ciclo de conferências sobre “Os nossos grandes mortos”, reverenciando grandes figuras da cultura nacional. Convidado pelo ministro, Venancio realizou conferência não publicada sobre Euclides da Cunha em 18 de novembro de 1937.

O Grêmio realizava com periodicidade uma romaria no dia 15 de agosto à sepultura de Euclides da Cunha, convidando personalidades para falar à beira do túmulo. Em 1938, durante o Estado Novo, foi convidado José Lins do Rego, que relatou o episódio:

“Morreu, em São Paulo, o bom e abnegado Venancio Filho, em pleno exercício de suas funções de trabalhador infatigável pela glória de Euclides da Cunha. A vida de Euclides da Cunha enchia a sua vida de homem enfermiço, mas de vontade tão firme e de coração que só vibrava pelas grandes emoções do espírito. Desde que se tratava de Euclides da Cunha, não havia doença, perigo de saúde, compromissos para Venancio. Certa vez, estávamos em pleno domínio da reação fascista. Venancio Filho me procurou para me dizer que, no cemitério de São João Batista, haveria uma homenagem a Euclides da Cunha. Queria ele que um escritor da nova geração dissesse alguma coisa, para afirmar o ponto de vista do grande homem diante da opressão. E me disse: ‘Diga você alguma coisa sobre Euclides da Cunha e a liberdade’. E foi o que fiz. A vida de Euclides, o seu exemplo, o seu inconformismo, obrigaram-me a falar em liberdade numa época em que a palavra liberdade ofendia aos poderosos do dia como uma ofensa grave. Este era o homem Venancio Filho, mestre que tanto fizera pela elevação cultural brasileira, no seu esforço de técnico, de humanista, de apóstolo. Era o idealista que morreu em São Paulo, fulminado por uma embolia, no instante mesmo em que voltava de proferir uma conferência sobre o imenso Euclides, que era o grande entusiasmo de sua vida.”

Euclides da Cunha a seus Amigos, de Francisco Venancio Filho, da Companhia Editora Nacional, publicado em 1938 na Coleção Brasil, é a coletânea

da correspondência que pouco a pouco “o Grêmio foi buscar em toda a parte, na dispersão natural e inevitável dos papéis íntimos, que raro conservam, nos pontos mais longínquos”.

O prefácio analisa detalhadamente as relações de amizade dos destinatários e registra a colaboração de Fernando Nery na coleta de muitas dessas cartas publicadas na *Revista da Academia*.

Estas cartas são, assim, uma espécie de autobiografia indireta. Há muito episódio, muita data, muita controvérsia de sua biografia que se esclarece por estes documentos únicos.

Diria Venancio Filho que “nestas cartas está todo o Euclides íntimo, no carinho com que pensava nos amigos, no cuidado com que atendia aos seus apelos, na preocupação e no escrúpulo em cumpri-los nas suas angústias e mágoas, nas suas amarguras sempre discreto e pudoroso”.

E Alberto Rangel aditaria: “São páginas das mais brilhantes e sinceras. Não diz tudo... Há dores que ele guardará consigo.”

No volume, faltava a correspondência passiva e coleções ainda não conhecidas. Anos depois, Venancio receberia um importante conjunto de vinte cartas de João Luiz Alves e localizaria nos arquivos do Itamaraty a correspondência com o Barão do Rio Branco.

Plínio Barreto, companheiro de Euclides no *O Estado de S. Paulo*, testemunharia que:

“Euclides destacava-se pela assiduidade com que dirigia cartas e cartões aos amigos, fossem dos mais importantes aos mais humildes. Nunca deixava de responder às cartas que lhe eram dirigidas, e, frequentemente, provocava, nos amigos descuidados, a necessidade de lhe escrever. Queria estar em contato com todos, em todas as ocasiões e em todos os lugares.”

O repositório do livro *Euclides da Cunha e seus Amigos*, permaneceu a principal fonte desta correspondência, até o aparecimento em 1997 do volume de Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti.

O livro *A Glória de Euclides da Cunha*, publicado pela Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional em 1940, é dedicado ao grande companheiro do Grêmio Euclides da Cunha, Edgar Sussekind de Mendonça e homenageia os três grandes euclidianos: Alberto Rangel, Afrânio Peixoto e Roquette-Pinto, todos seus grandes amigos:

Na dedicatória

“... sempre algumas flores, a dia certo, nesta sepultura, por protesto e adoração.” Alberto Rangel

“Nenhuma glória foi, no Brasil, maior que a de Euclides da Cunha. Nenhuma também tão cheia de vicissitudes.

Publicado *Os Sertões*, como o sabeis, vieram-lhe imediatos os louvores, as consagrações, o prestígio, a fama, em contraste com o seu viver cotidiano, penoso e rude, entre desgostos e amarguras, ignorados e discretos.

Morto, no clarão de escândalo impiedoso de uma tragédia que empalidece às vezes as de Ésquilo ou Dante, Shakespeare ou Ibsen, continuou a sua glória no mesmo esplendor, mas no mesmo opróbrio.

Foi a vossa oração, pronunciada no recanto sagrado de campo santo, à beira da sepultura 3.026 do São João Batista, que iniciou ‘o protesto violento e comprovado’, na documentação insofismável, e pôs o marco inicial desta estrada que percorremos nós, vossos discípulos fiéis, neste ciclo de 25 anos, que hoje termina. Não fora a voz que de longe nos chegava, cheia de fé, para aquele dia certo, sempre nova no tanger a mesma corda de saudade e de culto e teríamos parado em meio, senão em início.

Este livro será apenas o raconto singelo deste caminho percorrido e se nele houver o que possa servir de esperanças e alentos ao Brasil, no exemplo deste ‘gênio que era um santo’, sacrificado por tudo o que nos falta, caberá a vós, Mestre de toda hora, o que acaso merecer. Por protesto e adoração...”

“Euclides da Cunha foi o primeiro bandeirante dessa entrada nova pela alma da nacionalidade brasileira.” Afrânio Peixoto

“Este vosso conceito, extraído do discurso com que recebestes dignamente, na Academia Brasileira a herança da cadeira de Castro Alves, que ocupa Euclides da Cunha, fixou-lhe a posição na história do pensamento e da cultura brasileira. Nesta oração, o Homem, mais ainda que o Escritor, aparece nas suas dimensões imensas, mas de verdadeira grandeza. E, daí por diante, foi constante a presença da vossa palavra, formosa e sábia, a proclamar sempre o valor do pensamento euclidiano. Este livro não é mais do que a ampliação do volume II da Coleção Afrânio Peixoto, que generosamente solicitastes. Por tudo isso vosso nome aqui está com frequência, dizendo mais do que palavras o que ele vos deve e o que fizestes pela glória de Euclides.”

“E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides; ele te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo encantador de que és dono. E tu, meu irmão, como o Fausto da lenda medieval, erguerás de novo o grito da esperança:

– Espírito sublime! Permitiste que eu lesse no seio profundo da minha terra, como no peito de um amigo; revelaste as forças secretas da minha própria existência.” Roquette-Pinto

“Quando emprestastes o prestígio da vossa autoridade de sábio à campanha de glorificação de Euclides da Cunha, destes-lhe o relevo de que ela precisava, em meio à crítica literária apressada com que, geralmente, se situava a obra euclidiana. Mais tarde, a transposição do nome dele para a sala de etnografia sertaneja do Museu Nacional, o mais velho e glorioso instituto científico do Brasil, a que consagrastes a melhor parte da vossa vida de dedicação e sacrifícios pela nossa terra, foi a chancela de uma consagração definitiva ao pensador insigne, ao lado dos nomes de Virchow,

Broca, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Fernão Cardim, Ferreira Pena, Castelnau, Gonçalves Dias, Humboldt e Champollion.

Estivestes ainda sempre presente na via aqui percorrida, por onde quer que ela passasse. Muito vos deve portanto a grande glória, de que participais pela crítica lúcida e profunda que fizestes da obra de Euclides da Cunha. São José do Rio Pardo, 15 de agosto de 1939. FVF”

Não é um livro de interpretação, mas um livro de documentação e de divulgação de fontes. Da primeira parte “Vida e Obra”, capítulos objetivos, mas rigorosos, há de se destacar o dedicado a trabalhos de engenheiro, assunto pouco conhecido. Abrange o estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil, passando pela reconstrução da ponte do Rio Pardo, a expedição do Purus e findando com os trabalhos de cartografia no Itamaraty. A viagem à Amazônia é, no entender de Venancio, “a sua maior obra de engenharia”.

A segunda parte se denomina “Fontes de Estudo”, compreendendo as cartas, os versos e o arquivo euclidiano. Finalmente, a terceira parte, “A Glória”, compreende respostas a algumas das críticas feitas ao *Os Sertões*, a repercussão internacional e as comemorações euclidianas.

No capítulo “Motivos de Arte”, afirma: “Euclides da Cunha foi um grande artista. À estrutura científica de sua obra se superpôs a tendência artística de seu temperamento, aquilo que Afrânio Peixoto exprimiu luminosamente como ‘Dom da arte e do estilo’.” Transcreve vários textos para corroborar este pensamento, e, afinal, nas “Notas”, reproduz as emendas feitas por Euclides no *Os Sertões*.

Francisco Venancio Filho é o conferencista oficial da Semana Euclidiana de 1939 e se dá conta de que os esforços do euclidianismo devem se voltar para aquela cidade. A partir de então, sua dedicação se concentra em São José do Rio Pardo, consultado sempre pelos líderes da Semana Oswaldo Galotti e Hersílio Ângelo.

Nesta data, publica na *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), por indicação do diretor Rodrigo M. F. de Andrade, o artigo “A Barraquinha de São José do Rio Pardo”. Comenta:

“Uma geografia histórica, lugares marcados pela passagem de grandes figuras: a casa de Victor Hugo na Place dês Vosges, a ‘Goethehaus’ em Frankfurt, a casa de Edgar Allan Poe nos Estados Unidos. No Brasil, o grande homem tem assegurado uma placa de rua, às vezes escusa, os mais célebres outra na casa onde nasceram ou morreram. Poucas as exceções como a de Rui Barbosa, mantida pelo Estado.”

E acrescenta:

“Ao lado da ponte junto ao aterro, debaixo de linda paineira, há uma tosca barraquinha de tábuas, coberta de zinco, de cerca de quatro metros quadrados; servia de escritório ao engenheiro e nos raros intervalos de faina fatigante. Ali escreveu e anotou um pouco de *Os Sertões*.

São José do Rio Pardo tornou-se a Meca do Euclidianismo e ano por ano, a dia certo, a cidade vive o seu grande Nume. No acervo do patrimônio artístico do Brasil, não haverá monumento, que, na humildade de sua estrutura, represente tanta opulência de beleza espiritual como a barraquinha tosca de São José do Rio Pardo.”

A referência era oportuna, Euclides escreveria do Rio a Escobar em abril de 1908: “Como é difícil estudar-se, pensar-se aqui... Que saudades do meu escritório de sarrafos, da margem do Rio Pardo. Creio que, se persistir nesta agitação estéril, não produzirei nada de duradouro.”

A partir de então, as relações de Venancio Filho com São José do Rio Pardo se estreitam.

Em 1942, caberia a Alberto Rangel fazer a conferência oficial dos festejos euclidianos por indicação de Venancio Filho, que compareceu com toda a família. O autor de *Inferno Verde* acabara de retornar da Europa, combalida e ensanguentada pela guerra, e o encontro com São José do Rio Pardo, poucos meses de sua chegada ao Brasil, foi confortador. Ele mesmo diria que os poucos dias passados na cidade foram um dos mais felizes de sua vida.

Na conferência, com o título expressivo de “O Homem e a Cidade (Euclides da Cunha e São José do Rio Pardo)”, faria um perfil de alguns aspectos da obra, do estilo e da personalidade de Euclides da Cunha. Falando do culto ao grande escritor, diria que “O Grêmio Euclides da Cunha forjou-se nas virtudes da dedicação ativa e na prática da circunspecção e modéstia de Venancio Filho”.

A conferência é sobretudo um panegírico ao culto que é tributado naquela cidade. Convém citar as palavras iniciais:

“Bate-se à porta alguém, que acaba de vir de bastante longe, e não é preciso saber-se quem seja, senão chegado, com a vieira e a esclavina de romeiro, à extraordinária cidade do Brasil, votada ao culto de um grande escritor nacional. Esse peregrino traz o coração dolorido e os olhos atulhados de tristes e inenarráveis coisas do mundo.”

Há vinte e seis anos escrevíamos a Venancio Filho:

“Vai-se cristalizando na terra dos Esquecimentos e Frivolidades a gema da perseverança numa boa ideia. Em Paris, os balzaquianos costumam levar todos os anos violetas ao túmulo de Balzac: é o preto pelo perfume; os euclidianos transportam toda uma fé restaurativa nos destinos da Pátria, para sustentar a memória do grande escritor e acalentar-lhe as cinzas. É a pura homenagem do patriotismo.

Isto escrevendo, mal sabíamos estar destinados a vir a São José do Rio Pardo, bendita entre as cidades, a resolução de consagrar as suas honras à memória de Euclides da Cunha, aureolando dessa forma inédita a intelectualidade inteira do Brasil.

Com efeito, bem precisávamos do exemplo que nos dá São José do Rio Pardo. De antigos municípios do Brasil, já nos vieram outras lições e intervenções, infelizmente limitadas ao campo de nossas descensões públicas: Itú, Sabará, Caeté, Ouro Preto, São Borja, Cametá, Rio de Janeiro...

Não se viu na nossa história coisa igual e mais notória. Um município pelos seus órgãos de representação intelectual homenagear com tão significativo festival o simples merecimento de um grande homem de letras!

Fundas e merecidas, mas quão esparsas tantas das nossas admirações! Raramente nos congregamos para a realizações do seu cultivo e justificação irrefragável.”

A reforma de ensino secundário promovida pelo Ministro Gustavo Capanema em 1942 modificou a estrutura desse ramo de ensino, bifurcando-o em um curso secundário de quatro anos e um curso colegial de três anos. Para autorização de funcionamento do último ciclo, eram necessários requisitos especiais. O Estado de São Paulo dividiu o estado em regiões, uma delas composta das cidades de Casa Branca, Mococa, São João da Boa Vista e São José do Rio Pardo e só uma delas teria direito a um colégio. Venancio Filho mobilizou intelectuais como Afrânio Peixoto, Múcio Leão, Maurício Joppert da Silva, Gastão Cruis e Eloy Pontes, e em requerimento ao Governador do Estado de São Paulo lembrou que a cidade de Euclides da Cunha mereceria ser a escolhida, o que afinal ocorreu.

Afrânio Peixoto faria a conferência oficial da Semana Euclidianiana de 1943, também indicado por Venancio Filho, com o título “O Outro Euclides: o que sobra d’*Os Sertões*”, em 14 de agosto de 1943. Esta conferência completa o tríptico iniciado com o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 14 de agosto de 1911, com o título “Euclides da Cunha: o homem e a obra” e a pronunciada sob os auspícios do Grêmio Euclides da Cunha em 15 de agosto de 1919 sob o título “Dom e arte do estilo”.

Afrânio iniciava a conferência falando dos escritores que se notabilizaram com uma só obra e diria: “Para que mais? Euclides teria e bastam à admiração *Os Sertões*... Para que acumulação demasiada, a uma admiração escassa? E então só ‘*Os Sertões*, *Os Sertões*, *Os Sertões*!’.” Analisa os trabalhos do geógrafo, do historiador, do pensador e do poeta, para concluir:

“Além d’*Os Sertões*, ainda há Euclides. E do melhor Euclides, o geógrafo, o historiador, o sociólogo, até o poeta, e todos magníficos, todos os mesmos, o mesmíssimo Euclides da Cunha. Após *Os Sertões*, Euclides continuou a subir. O passo não teve o mesmo ímpeto de escalada, mas foi mais seguro, e mais pausado, dando-lhe tempo para olhar os horizontes, o olhar para dentro de si mesmo, para o seu gênio. E aí ele pode ver, como nós já vimos: o outro Euclides; o que sobra dos *Sertões*... E é igualmente maravilhoso.”

Ao voltar de São José do Rio Pardo, Afrânio Peixoto falaria na sessão da Academia de 19 de agosto do encantamento ao presenciar a Semana Euclidian, detendo-se em especial na maratona intelectual entre alunos do curso secundário, apresentando trabalhos sobre Euclides que, no seu dizer, “podiam figurar nas páginas da Revista da Academia, sem desdouro, pois invejariam a muitos dos nossos críticos literários profissionais”. E concluía: “Enfim, a memória de um grande homem, em torno do qual gravitam sentimentos mais delicados e inteligentes.”

Compareceu à cerimônia o grande amigo de Afrânio Peixoto, Roberto Simonsen, que recordou que, menino, na residência do seu avô materno, engenheiro Inácio Wallace da Gama Cochrane, Superintendente da Diretoria de Obras do Estado de São Paulo, conhecera Euclides da Cunha, que ali comparecia como engenheiro da Superintendência, para tratar dos trabalhos de reconstrução da ponte sobre o Rio Pardo.

Em 1943, a *Revista Brasileira*, publicada pela Academia Brasileira de Letras, tem novo diretor, Levi Carneiro, que procura dinamizá-la, chamando como colaboradores figuras de fora da instituição, inclusive algumas que vieram a pertencer à Confraria dos Quarenta.

Francisco Venancio Filho foi um desses colaboradores e, entre os numerosos artigos que escreveu, a maioria é dedicada a Euclides da Cunha. O primeiro, em setembro de 1943, é consagrado a Euclides e à Amazônia, tema frequente nas suas preocupações, acrescida com os elementos que colheu no Arquivo Histórico do Itamaraty. A correspondência entre Euclides da Cunha

e o grande *chanceler*, divulgada pela primeira vez, referente aos trabalhos da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, permite a análise dos trabalhos de Euclides da Cunha na Comissão e termina com as seguintes palavras:

“Resta examinar rapidamente a repercussão literária que teve a obra amazônica de Euclides da Cunha. Começou por este estranho e formidável livro, que teve forças para apelidar a região – *O Inferno Verde* – de Alberto Rangel, em cujo prefácio Euclides faz, a seu modo, uma síntese da Amazônia implicitamente demonstrando como, pela ficção, vinha completar as páginas de sociologia de *À Margem da História*.

Humboldt profetizou que, mais cedo ou mais tarde, na Amazônia há de se concentrar a civilização do globo.

No dia em que for realidade essa visão do futuro, no seu pórtico se há de esculpir, como de justiça, o nome de Euclides da Cunha, cuja existência e cuja arte se puseram a serviço das terras e das gentes da *Hiloe portentosa*.”

Em abril de 1944, escrevia sobre a *Atualidade de Euclides da Cunha*, examinando a reedição do livro de Afrânio Peixoto *A Poeira da Estrada*, reunindo as três conferências sobre Euclides da Cunha; destaca o aparecimento do livro *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo, onde se dá a devida importância à obra de Euclides. Analisa o estudo de Gilberto Freire *Atualidade de Euclides da Cunha*, publicado no volume *Perfis de Euclides e outros perfis*, para ainda destacar o trabalho de Herbert Parente Fortes sobre “O Estilo de Euclides em *Os Sertões*” e o estudo de Umberto Peregrino *Euclides da Cunha Historiador Militar*. Trata da iniciativa do Instituto Nacional do Cinema Educativo, sob a direção de Roquette-Pinto, de realizar um filme sobre Euclides e *Os Sertões*, do qual foi organizador e roteirista, e ressalta o aparecimento da tradução norte-americana de *Os Sertões*, examinando a repercussão que a publicação tivera nos Estados Unidos. Afinal, refere-se a valioso documento recentemente obtido, o depoimento do Sr. José Augusto Pereira Pimenta, soldado de polícia, que fizera a cópia dos originais de *Os Sertões*.

Os Sertões constitui o tema do número de outubro de 1944, examinando a elaboração da obra e o problema do estilo, referindo-se novamente à importância do documento fornecido pelo Sr. José Augusto Pereira Pimenta. Discute o problema das várias edições e, menciona o volume que pertencera a Alberto Sarmento, no qual Basílio Magalhães fizera várias observações, prontamente respondidas por Euclides. Trata, a seguir, de edições estrangeiras; a edição castelhana, a primeira feita por Benjamin Garrahy, publicada em 1938 na Biblioteca de Autores Brasileños dirigida por Ricardo Levene. A segunda, em dois volumes, contendo prefácio de Mariano de Vedia, filho do escritor argentino Agustín de Vedia e autor da monografia sobre Martín García, sobre a qual escreveu Euclides ensaio reproduzido em *À Margem da História*. Cuida da edição norte-americana para se referir, afinal, à edição francesa realizada pela Sra. Sereth Neu, apresentada a ele por Reynaldo Porchat, a quem se refere como

“o sábio jurista, ao mesmo tempo um alto espírito de rara sensibilidade, íntimo de Euclides, no tempo de mocidade, na fase de propaganda abolicionista e republicana, e que o acompanhara pela vida afora, e que se comoveu no pequeno apartamento do Hotel Glória, evocando a alegria consoladora que teria o saudoso amigo diante do carinho, do cuidado, da cultura e da probidade que Mme. Sereth Neu pôs a serviço da edição francesa de *Os Sertões*”.

O último dos artigos publicado em dezembro de 1945 teve o título *Fundamentos Científicos de Os Sertões*. O artigo merece ser ressaltado, pois representava uma contestação aos comentários de que *Os Sertões* não tinham sólidos fundamentos científicos. Começa discutindo a troca de ideias com José Veríssimo em carta de 1902, sobre o uso de termos científicos na obra, que fora impugnado por José Veríssimo e que Euclides replicara prontamente. Mostra como Euclides se socorreu de todas as fontes bibliográficas à sua disposição, bem como de vários amigos como Francisco Escobar, Gonzaga de Campos e Teodoro Sampaio, nunca havendo contribuição exclusiva nem dominante de Teodoro Sam-

paio, como faziam crer algumas críticas. Há ainda o exame dos fundamentos das diversas ciências em que se apoiou. Francisco Venancio Filho traz à colação a opinião de especialistas consultados nos vários ramos científicos, como: Glycon de Paiva, na geologia; Fernando Rodrigues Silveira, na botânica; Lacerda Feio, na zoologia; e Leandro Ratisbona, na climatologia. Em muitos casos apontando críticas e incorreções, estes especialistas concluíam que Euclides se socorrera do melhor saber científico da época, não podendo lhe ser atribuídos conhecimentos, descobertas ou ideias que só vieram a ser veiculados mais tarde.

Por isso, conclui: “*Os Sertões* constituem, pois, obra de gênio, de intuição, mais do que de método ou de escola. É sobretudo livro de arte, informado de cultura e método científico.”

Francisco Venancio Filho era apaixonado por museus, sobretudo os museus dinâmicos de caráter educativo, sobre os quais escrevera no livro *Educar-se para Educar*. Em 1918, cogitara do Museu Euclidiano em carta a Edgar Sussekind de Mendonça. Guardou forte impressão do Deutsche Museum de Munique, de que lhe falaram com entusiasmo Juliano Moreira e Vicente Licínio Cardoso. Posteriormente, em viagem aos Estados Unidos em 1933, o contato com o Museu de Tecnologia de Chicago mais o afeiçoou à ideia, da qual não pôde nunca realizar no Brasil, de um museu de ciências como sonhara.

Da mesma forma imaginou o Museu Euclidiano em São José do Rio Pardo, contendo o acervo do grande escritor. Este plano não foi avante, mas o acervo euclidiano está guardado na Casa de Cultura Euclides da Cunha, sua moradia naquela cidade.

Concebeu o Museu, tendo na entrada o busto de Euclides e uma coleção de primeiras edições de suas obras, além de três mapas murais do Brasil, com indicações, por pequenas lâmpadas elétricas, dos diversos lugares ligados à vida ou à obra euclidianas. A primeira, biográfica, teria assinalado os pontos principais em que viveu. A segunda, o de glorificação, todos os sítios em que houver qualquer lembrança dele – ruas, praças, escolas, monumentos, com a fotografia respectiva. A terceira, o de euclidianismo, isto é, a projeção da sua obra sobre o Brasil, todos funcionando por computador, manejado pelo público.

As demais salas seriam consagradas respectivamente a *Os Sertões*, à Amazônia e aos demais aspectos. As cartas, mais de uma centena, ou originais ou cópias fotoestáticas, seriam colocadas em prateleiras verticais, com paredes de vidro, a fim de torná-las legíveis.

Francisco Venancio Filho teve papel preponderante na escolha dos prefaciadores das primeiras edições de *Os Sertões* em língua estrangeira. Em 1944, o Sr. Piazza, adido cultural da Embaixada Americana no Rio, recebeu a incumbência de obter a colaboração de um prefaciador brasileiro para *Rebellion in the Backlands*, traduzido por Samuel Putnam e tinha a indicação de Gilberto Freire. Em contato com Venancio, este sugeriu o nome de Afrânio Peixoto, que foi escolhido.

Afrânio Peixoto fez no prefácio uma sucinta análise da vida e da obra de Euclides destinada ao público estrangeiro para depois afirmar “é o tempo de elogiá-lo não meramente em relação aos aspectos externos de seu estilo, com relação também à contextura das ideias que podem ser descobertas em seus textos”.

Aponta a contribuição de mestres americanos: com Orville Derby com quem aprendeu geografia aplicada, com John Casper Braner se aprofundou os mistérios da geologia, tendo previamente estudado arqueologia aplicada com Charles Frederik Hartt. E havia outros Maury e Milnon Roberts – quantos outros – que foram competentes tutores.

Reynaldo Porchat, grande amigo de Euclides com correspondência muito extensa com o amigo, professor de direito romano da Universidade de São Paulo e primeiro reitor da Universidade, era, na década de 40, presidente do Conselho Nacional de Educação, vinha periodicamente às reuniões no Rio e se hospedava no Hotel Glória. No hotel, conheceu uma senhora francesa radicada no Brasil, Mme. Sereth Neu, escritora e com alguns livros publicados. Na conversa com Porchat, ela comentou que traduzira *Os Sertões*. Porchat apresentou-a a Venancio. Dado o estado de guerra, não foi possível publicar a tradução na França, mas Venancio se empenhou na publicação no Brasil, ocorrida em 1947 pela Edições Caravela, quando já falecera. Foi ainda Venancio quem apresentou Afrânio Peixoto, o prefaciador da obra à escritora.

A dedicatória do livro é:

“Hommage à quatre éminentes personnalités.

Dr. Afrânio Peixoto *membre de l'Académie Brésilienne des Lettres*

Dr. Reynaldo Porchat, *recteur de l'Université de São Paulo*

Dr. Francisco Venancio Filho, *le grand 'Euclidien'*

Dr. Brício de Abreu, *Directeur de Dom Casmurro*.*

Afrânio Peixoto inicia o prefácio dizendo que Mme Sereth Neu adotou Euclides como um filho espiritual, o compreendera, o interpretara e o traduzira em francês esta obra prima *Os Sertões*. E conclui: “Este livro maravilhoso existe agora em francês... Alma do mundo o conhecerá. Euclides da Cunha poderá ser entendido pelo universo; seu país terminará por entendê-lo.”

O artigo sobre Euclides e o Amazonas na *Revista Brasileira* foi ampliado em comunicação ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

O Conselho Nacional de Geografia, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), decidiu patrocinar a Semana Euclidiana de 1949 de São José do Rio Pardo. Entre as várias iniciativas, publicou um opúsculo com estudo de Francisco Venancio Filho sobre Euclides da Cunha, acompanhado da bibliografia por ele organizada e atualizada por Edgar Sussekkind de Mendonça. E divulgou a tese apresentada ao X Congresso Brasileiro de Geografia de 1944. No prefácio, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto, definiu:

“Era assunto que bem se ajustava ao sentimento de Venancio Filho, que devotou a sua cultura e capacidade agregada de trabalho ao culto euclidiano. Era-lhe essa uma das mais nobres e intensas aplicações das atividades, que também atendiam às solicitações da educação.”

Como adendo, Edgar Sussekkind de Mendonça, seu fraternal companheiro, traçou-lhe resumo biográfico:

* N. da E: *Semanário* que circulou de 1937 a 1946 no Rio de Janeiro.

“Figura máxima desse movimento cultural que se processa há cerca de quarenta anos em torno da vida e da obra de Euclides da Cunha. O nome de Venancio Filho merece o destaque que lhe dá o Conselho Nacional de Geografia com as comemorações da Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo de 1949.”

A tese examina em detalhe a contribuição de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e mereceu parecer elogioso de Wanderley Pinho; apenas num ponto pôs reparos o relator, quanto à afirmativa de que “Euclides da Cunha revelou a Amazônia à consciência nacional como já o fizera as regiões ignotas dos sertões brasileiros”. Comenta Wanderley Pinho que, antes dele, houve muitos outros: “Aqui, a nobre devoção do autor da memória o traiu, levando ao simpático pecadilho que seria injustiça chamar de injustiça, quando é demasia de admiração e trasbordamento de coração.”

Outro estudo relativo à Amazônia é a monografia “Rio Branco e Euclides da Cunha”, escrita a convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Leão Veloso na série de monografias integrantes das comemorações do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco.

Nesta série foram publicados “Rio Branco e Rui Barbosa” por Américo Jacobina Lacombe, “Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos”, por Aluizio Napoleão, e “Rio Branco e Gastão da Cunha”, por Rodrigo M. F. de Andrade, este um estudo valioso da história republicana. O opúsculo retrata a notável expedição de Reconhecimento do Alto Purus com a transcrição da correspondência com o Barão e retratando o que foi a epopeia desta expedição. Mas cabe menção ao episódio do concurso de Lógica do Colégio Pedro II. Sem função estável no Itamaraty, Euclides concorre à cátedra de Lógica do Ginásio Nacional tentando um lugar permanente. O concurso foi cheio de incidentes. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora classificou Farias Brito em primeiro lugar e Euclides, em segundo. A legislação da época (Decreto n.º 3.890 de 1.º de janeiro de 1901, Código de Ensino, art. 101), facultava ao Presidente da República escolher entre os dois primeiros candidatos. Iniciou-se uma disputa pela nomeação.

Faria Brito tinha a seu favor as bancadas do Nordeste e de Euclides falava-se do apoio do Barão de Rio Branco. Correspondência inédita publicada neste opúsculo desmente esta assertiva. A carta de 10 de maio do Barão dirigida a Francisco Veiga, colega de faculdade, pai do genro de Afonso Pena, patenteava que só então se manifestava o empenho pela nomeação de Euclides.

“Não dei aqui um passo em favor de Euclides da Cunha, por entender que ele não precisa disso. Agora, porém, que sei ter havido uma escandalosa cabala contra ele no seio da congregação e que outros candidatos recorrem a padrinhos – ou pistolões, como diz o povo – sinto-me obrigado a pedir por ele, a queimar o último cartucho em favor desse moço digno e puro que é uma inteligência de primor. Tal cabala fez com que o classificassem em segundo lugar, mas para a escolha deve-se ter em vista a qualidade dos que votaram a favor e contra, a prova escrita dos dois classificados e os livros que têm publicados. Peço que faça por Euclides o que puder.”

No dia 10 já estava Afonso Pena doente e veio a falecer no dia 14, substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha. Não há indicações de nova interferência do Barão no assunto, mas se pode supor que, com seu prestígio e ascendência, teria condições de falar com o vice-presidente. Há notícias de gestão de Coelho Neto e Euclides é nomeado em 17 de julho de 1909.

O interesse por Euclides da Cunha se extravasava no professor: um ginasiarino da década de trinta, Fernando Segismundo, depois destacado educador e jornalista, falou do professor do Colégio Pedro II:

“Tínhamos quinze anos quando, muito de nós, ao impulso de Venancio, nos pusemos a ler *Os Sertões*. Por diversos motivos, recomendou-nos a abordagem de Euclides – o que tinham deixado de fazer os lentes de Português, de Literatura e de História. Achei a leitura pesada, um tanto inacessível, e disse-o ao mestre: ‘– Meu filho, incentivou-me, você não leu Camões? E é autor renascentista, lusitano. Procure entender Euclides, que é de ontem e

brasileiro’. E com um sorriso malicioso: ‘É certo que ele muito leu a Camilo e Herculano; é mais tratável, todavia. Empenhe-se’. Acabamos por ler a obra. Apreciei muito a última parte: a luta entre o litoral civilizado e o sertão desassistido.”

A atividade de Venancio não se limitava a seus próprios trabalhos, mas colaborando e apoiando todos aqueles que se interessassem por Euclides da Cunha.

Nas notas do livro *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, de 1939, Eloy Pontes registra: “Quando escrevemos *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*, todas as dificuldades se me antolharam. Desta vez, porém, elas foram atenuadas pelo ensaio de Venancio Filho, roteiro lúcido, que nos conduziu às fontes necessárias.”

O depoimento de Sílvio Rabelo é expressivo na mesma linha:

“Devo a Venancio Filho – amigo de ontem que parecia um amigo de muito tempo e até de infância, pela compreensão, pela solicitude, pela simpatia com que ajudava e se encontrava nos interesses que não eram os seus, e também pela confiança nas expansões e pelo gosto de palestra, noite adentro, a que não faltava nem o tom de intimidade nem o tom de malícia a que só se entregam os velhos amigos – muito da documentação de que me servi no esforço de reconstituição da vida de Euclides da Cunha. Uma abundante e preciosa documentação não apenas sobre o homem público, mas sobre o homem íntimo; informações acerca da sua atividade como militar e engenheiro, das suas pesquisas e das suas preocupações como escritor e artista, tanto quanto da sua vida privada, como marido infeliz, como pai incompreendido, das singularidades do seu temperamento, dos detalhes de sua conduta, poder-se-ia dizer, mórbida e ainda cartas suas a amigos e parentes, todas inéditas – tudo o que Venancio Filho conseguira reunir em muitos anos de cansaço foi-me confiado com a maior espontaneidade a maior simpatia pelo trabalho alheio.

Em Venancio Filho, encontrei as páginas mais honestas sobre Euclides — assunto que me levava a andar pelo país a procura da documentação autêntica, com elementos seguros que me permitissem escrever a biografia ainda por fazer do grande escritor. Em Venancio Filho encontrei o mais minucioso e o mais exato informador sobre a figura por tantos dos seus contemporâneos descaracterizada, como é a figura do militar, do explorador, do correspondente de guerra, do jornalista e do escritor que foi Euclides. Era com generosa hospitalidade que Venancio Filho me recebia na sua residência. Até quase madrugada ele não se cansava de falar, de remexer gavetas e armários à cata do documento ou da anotação desconhecida, recompondo com a sua palavra animada a fisionomia psicológica e moral de Euclides — ratificando erros de interpretação, corrigindo enganos biográficos, precisando episódios, lembrando anedotas nem sempre bem contadas pelos que se ocuparam da vida e da obra daquele que considerava o mais genial dos escritores brasileiros.

Curioso é que, sendo seu projeto refundir todos os antigos estudos a fim de escrever um livro definitivo sobre Euclides, não escondesse Venancio Filho nada do que possuía e nada do que sabia ao visitante quase estranho, interessado numa matéria, que só ele sabia quanto lhe custava colher. Essa sua generosidade era mesmo de espantar. Mas ele não era um egoísta como tantos dos companheiros de admiração ou de devoção euclidiana.”

E o euclidianista Umberto Peregrino dá o mesmo testemunho:

“Venancio, durante toda a vida, recolhera e guardara, com comovida devoção, as maiores preciosidades sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha. E com que alvoroço, com que alegria, com que gosto revirava-o, remexia-o de alto a baixo, para retirar uma peça cujo conhecimento ele mesmo sugerira ao discípulo euclidiano que acaso o visitava! Essa a grande superioridade de Venancio. Não era um estudioso egoísta, que acumulasse documentos para o seu uso pessoal ou até mesmo, como fa-

zem alguns, que se tornam apenas colecionadores, pelo orgulho, pela vaidade de reter coisas valiosas. Venancio reunira e conservava tudo aquilo não por si, mas por Euclides. Nunca explorou a glória do criador de *Os Sertões*. Nunca fez do assunto Euclides uma escada para figurasções. Quando escrevia ou quando falava de Euclides, pensava era em Euclides mesmo, jamais em si próprio.”

Assim falou o seu grande amigo e acadêmico Fernando de Azevedo:

“Escrever ou falar sobre Euclides da Cunha é evocar um dos maiores cultos de Francisco Venancio Filho e oferecer-lhe a querida memória a homenagem de um quarto de século de amizade e de admiração. Nenhum outro, entre tantos que se consagraram a essas práticas rituais, ‘por protesto e adoração’, foi mais fiel à memória do imortal autor de *Os Sertões* nem encarnou mais profundamente a comovida e edificante devoção de mocidade idealista. Nenhum outro se empenhou tão a fundo e com tanto calor e paixão na penosa tarefa de redescobrir e revelar Euclides e sua vida — pois que sua obra cruzara o espaço com a rapidez e as fulgurações de um relâmpago —, e mostrar, com a força de um exemplo impressionante, o papel dos grandes homens que são, a um tempo, inspiradores e modelos da existência ideal. Nenhum outro, entre tantos ilustres e devotados euclidianos, se dedicou com mais zelo e pertinácia a pesquisas de toda ordem sobre o homem e o escritor, o militar e o engenheiro, e coligiu e acumulou, com mais tocante solicitude, para abri-la a todos os que o procurassem, a documentação indispensável à plena inteligência e reconstituição da vida de Euclides.”

Francisco Venancio Filho aguardava com ansiedade o mês de agosto para comparecer à Semana Euclidiana de 1946. Nos anos anteriores, a permanência era de 2 ou 3 dias, devido aos encargos do magistério. Mas neste ano, devido à licença por motivo de saúde, ele pretendia estar presente durante toda a semana e pronunciar uma conferência sobre Euclides da Cunha e Alberto

Rangel. Fez uma estada na cidade de São Paulo para encontrar seus grandes amigos, entre outros Fernando de Azevedo, Milton Rodrigues e Almeida Júnior, e realiza, a convite dos amigos Damasco Pena e Moysés Gikovate, uma conferência no Liceu Rio Branco, com o título “O Significado Moral da Vida e da Obra de Euclides da Cunha”, no dia 9 de agosto. No dia seguinte, teve uma trombose e veio a falecer no dia 12 de agosto. O interventor do Estado de São Paulo, Embaixador Macedo Soares decretou luto oficial, o corpo foi velado na Escola Caetano de Campos e transportado para o Rio em vagão especial. São José do Rio Pardo fez-se representar no velório pelo Professor Hersílio Ângelo, que acompanhou a viagem ao Rio.

Um ilustre euclidianista, Umberto Peregrino, retratou esta predisposição:

“Estávamos em 25 de julho. Venancio só pensava nas comemorações euclidianas de 15 de agosto. Tinha os planos feitos. Ia a São José do Rio Pardo, como o fazia pontualmente todos os anos. Mas, desta vez, a sua presença e as comemorações teriam um sentido especial, porque Venancio vinha de doar o arquivo para o museu de Euclides naquela cidade.”

Fernando de Azevedo trouxe à colação o depoimento de Sílvio Rabelo:

“Conta-nos Sílvio Rabelo que, ao despedir-se uma das noites em que o visitava no Rio, em 1946, lhe pediu Venancio Filho que, antes de voltar a Pernambuco, fosse conhecer São José do Rio Pardo, a ponte que Euclides reconstruíra sobre o rio, o sobradinho à Rua 13 de Maio onde morara durante três anos, a barraca à sombra de uma paineira, onde escrevera tantas páginas de *Os Sertões*, e, sobretudo, respirar o ar da cidade que era a Meca dos euclidianos. Foi este também o último pedido que me dirigiu em São Paulo, a 9 de agosto de 1946, na véspera da tristíssima madrugada em que se iniciou sua agonia e três dias antes de morrer, reiterando-me os desejos, repetidos durante sete anos, de que eu proferisse naquela cidade uma conferência sobre Euclides na semana das comemorações.”

Há um episódio tocante na Semana Euclidiana de 1945. Venancio Filho, pressentindo talvez que seria a última vez a comparecer à cerimônia, diante da cabana, “chamou pelos nomes dos grandes euclidianistas mortos, pausadamente. E notou-se a tristeza nos olhos, tremor nas mãos. E, quando chamou por Alberto Rangel, faltou-lhe quase a voz e por um nada chorou. Era sua última invocação”.

Na viagem a São José do Rio Pardo, interrompida com a morte em São Paulo, Venancio levava conferência que esperava pronunciar sobre Euclides da Cunha e Alberto Rangel.

A conferência examinava a trajetória intelectual de Alberto Rangel a partir da publicação de *Inferno Verde*, prefaciado por Euclides, que se vangloriava de seu discípulo e os demais livros biográficos, Dom Pedro I e a Marquesa de Santos, Gastão de Orleans, e as obras históricas resultantes das pesquisas no Quai d’Orsay da França, no Foreign Office de Londres e no Castelo d’Eu, depositário do arquivo da Família Imperial Brasileira. Ao mesmo tempo, expõe a notável contribuição à obra de glorificação euclidiana desde a conferência pronunciada, em 1913, no Grêmio Euclides da Cunha, “Um pouco do coração e do caráter”.

E, para a publicação na *Revista do Grêmio*, enviava da Europa, nos 25 anos em que a *Revista* veio à lume, a palavra inicial, que nunca faltou e nunca foi necessário ser lembrada, porque no mês de julho ela vinha comovida e brilhante.

Voltando ao Brasil em 1942, era convidado para pronunciar, na Semana Euclidiana, a conferência oficial “O Homem e a Cidade”, e várias vezes repetiu considerar os melhores dias passados no Brasil os que esteve em São José do Rio Pardo. Falecido em 14 de dezembro de 1945, nos anos seguintes à conferência, enviava, no dia 15 de agosto, uma mensagem a São José do Rio Pardo e, nesse último ano, pressentindo que seria o último, mandou buscar na Fazenda da Saudade, local onde Euclides nasceu, um pouco de terra guardado numa caixa de cristal.

Na correspondência com o Grêmio, escrevia Alberto Rangel:

“O meu caro Venancio e seus heróicos companheiros” (carta de 2 de dezembro de 1917). “V. e os companheiros” (carta de 12 de maio de 1919). “Recebi a revista do Grêmio. Como está bem feita. E V. por trás de tudo isso, sem dar um pio. Que dignidade e resplendor de sua modéstia. Que exemplo V. dá a esses exploradores das boas causas entre nós” (carta de 28 de dezembro de 1929).

E, no livro *Trasantontem*, em 1943, Alberto Rangel fez a seguinte dedicatória: “Ao meu caro Venancio Filho em preito de uma grande amizade, a que a sombra de Euclides não tem feito senão cimentar e eternizar, oferece o seu gratíssimo, Alberto Rangel.”

Após o falecimento, as homenagens se sucederam. Dois dias após a morte, o expediente da sessão de 14 de agosto de 1946 da Academia foi dedicado à memória de Francisco Venancio Filho.

Roquette-Pinto disse que:

“Era dominado por imensa tristeza que comunicava o falecimento do Prof. Francisco Venancio Filho, homem que foi das mais puras expressões da inteligência, da cultura e da bondade. Viveu na vibração constante pelas ideias generosas, servindo à ciência, às letras e ao Brasil num devotamento sem par, sublimado por inexcedível honestidade.”

E destacando o espírito associativo:

“O Grêmio Euclides da Cunha, a Associação Brasileira de Educação, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a Escola Regional de Meriti, a Associação dos Amigos de Augusto Comte encontraram nele a mesma solicitude. Eram e são construções de alto idealismo... não podiam deixar de o atrair.”

Peregrino Júnior referiu-se aos serviços prestados à cultura pelo Prof. Francisco Venancio Filho, um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação, e o culto que devotava à memória de Euclides da Cunha, cuja vida e obras conhecia profundamente.

Pedro Calmon afirmaria que:

“O falecimento de Francisco Venancio Filho constituía uma perda sensível para a cultura brasileira. Esse educador entusiasta, cheio de fé na civilização brasileira, discípulo irredutível do Euclides, animador do culto incessante ao escritor de *Os Sertões*, deixa livros notáveis, grandes exemplos de civismo prático, uma ilustre folha de serviços ao país. Venancio Filho foi um benemérito brasileiro, raro e excepcional espírito. A Academia faz-lhe justiça, reverenciando com profundo espírito a sua memória.”

Levi Carneiro referiu-se à personalidade de Francisco Venancio Filho, “acentuando a valiosa e assídua colaboração que ele trouxe à *Revista Brasileira*, e na qual versou, de preferência, a obra e a vida de Euclides da Cunha”.

O Sr. Múcio Leão lembrou que o Prof. Venancio Filho fora um dos fundadores do Grêmio Euclides da Cunha, pelo qual muito trabalhou. Recordou, a propósito, a resposta escrita que esse grande euclidiano dera a uma crítica de João Ribeiro, quando este tratou do livro do General Dantas Barreto – *Destruição de Canudos*.

No comentário de Múcio Leão: seu culto por Euclides da Cunha era quase obsessivo:

“Ora, desde que, em 1913, o Grêmio Euclides da Cunha saiu do Pedro II e veio para cá fora, não teve servidor mais exato, mais pontual, mais piedoso, do que Francisco Venancio Filho. Ele vivia buscando, pedindo, recolhendo, catando qualquer dado novo sobre o seu patrono. A mínima informação inédita sobre Euclides, ele a recebia como uma dádiva real. Qualquer artigo perdido, que de longe interessasse à obra ou à glória do mestre, ele o

recopiava com amor... Na coleção da *Revista do Grêmio* Euclides da Cunha (creio que posso revelá-lo) os artigos anônimos são, quase sem exceção, da autoria de três penas: a de Francisco Venancio Filho (quando se trata de pesquisa biográfica ou bibliográfica), e a de Edgar ou a de Carlos Sussekind de Mendonça (quando se trata de polêmica).”

Afonso Taunay, ausente à sessão, manifesta na sessão seguinte a adesão às homenagens prestadas e declara que “admirava as extraordinárias qualidades de espírito e coração” e “dedicação incomparável com que durante longos anos serviu à causa de glorificação de Euclides da Cunha e sua obra”.

Roquette-Pinto, retornando à Academia, depois de ausência de algum tempo por motivo de saúde, em outubro de 1949, é saudado por Macedo Soares e Gustavo Barroso, e faz um pequeno discurso sobre Euclides da Cunha, recordando comovidamente Francisco Venancio Filho – “sombra amiga que o acompanhava por toda a parte” – e lembrou o grupo de intelectuais que há 20 anos promoveu diligências para a ereção de um monumento a Euclides da Cunha. Era oportuno recordar essa ideia do monumento, pedindo a Academia que a fizesse sua. O monumento a Euclides era hoje, mais do que nunca, oportuno.

Passados 63 anos de sua morte, a sua obra, fruto de trabalho individual, hoje está pouco conhecida. Desde então, numerosos trabalhos foram publicados, cabendo destacar os de Olímpio de Souza Andrade, Walnice Nogueira Galvão e Roberto Ventura. Num país sem memória, no centenário da morte de Euclides da Cunha, a figura de Francisco Venancio Filho, o amigo póstumo, deve ser louvada e reverenciada.

Eis alguns traços sumários do que foi o esforço incansável de Francisco Venancio Filho de 1914 a 1946 em prol da glória de Euclides da Cunha. Desse movimento Reynaldo Porchat, o grande amigo de Euclides da Cunha, pode dizer no seu funeral, que ele foi “o pedestal da obra e da glória de Euclides da Cunha”.

Na mesma linha, Roquette-Pinto acentuaria que:

“do próprio culto à memória de Euclides da Cunha – grande traço de sua existência – Venancio fez surgir um movimento de educação cívica sem paralelo no Brasil, tornando a cidade de São José do Rio Pardo um lugar de solenidades anuais do maior alcance social.”

A visita frustrada de Francisco Venancio Filho a São José do Rio Pardo em 1946, foi invocada na imagem de Paulo Carneiro, em conferência na Academia Brasileira de Letras em 2 de setembro de 1976:

“Nesta hora de evocação e de saudade, sinto junto a mim a sombra ilustre de meu mestre e amigo. Aqui o revejo com a alegria e a doçura que lhe iluminava o olhar. Quando partia, como peregrino, para São José do Rio Pardo.”

Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

Professora
Titular de
Teoria Literária
e Literatura
Comparada da
Universidade de
São Paulo.

Numa tarde do ano de 1986, lá se vão mais de duas décadas, reuniram-se na Editora Ática, em São Paulo, alguns estudiosos da obra de Euclides da Cunha e da guerra de Canudos. O ensejo foi propiciado pela coleção Escritores Brasileiros, a qual, comandada por Alfredo Bosi, José Carlos Garbuglio e Valentim Facioli, colegas de Letras – USP, e por Mário Curvelo, já trouxera à luz dois importantes volumes: o primeiro se chamou *Machado de Assis* e o segundo, *Graciliano Ramos*. Ao planejar o terceiro volume, que seria sobre Euclides da Cunha, deram-me a honra de um convite para participar.

O formato da coleção – entre antologia, seleção de estudos críticos, bibliografia comentada, iconografia, etc. – incluía a transcrição de uma mesa-redonda, integrada por quatro especialistas. No caso deste volume, que acabaria não saindo, a equipe organizadora me

deu carta branca, declarando-me livre para convidar quem julgasse mais conveniente. Arcaria com as despesas a editora, cujo dono, Anderson Dias, esteve presente na reunião.

Grata a meus colegas e amigos, não foi difícil selecionar os quatro convidados, entre o que havia de melhor na área. Sequer cogitei de suplentes, caso algum deles não pudesse aceitar: os quatro toparam na hora, sem qualquer hesitação. O que demorou depois foi a logística implicada em conseguir trazê-los todos simultaneamente a São Paulo, em função de seus compromissos. E assim tivemos o privilégio de passar uma tarde discutindo estes assuntos com Antonio Houaiss, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti. Os dois primeiros vieram do Rio de Janeiro; o terceiro, de Salvador; e o quarto morava em São Paulo.

Uma palavra sobre os convidados. Todos eles euclidianos eméritos, com dedicação de vida inteira, no entanto defendiam posições no mínimo dessemelhantes, quando não opostas.

Antonio Houaiss (1915 – 1999), nascido no Rio de Janeiro, que de saída se declarou euclidiano por devoção, era indispensável à mesa-redonda também por seus trabalhos de filólogo, linguista e editor de enciclopédias. Formara-se em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil (1942), hoje UFRJ. Nessa linha, além de ser autor de *Elementos de Bibliologia* (1967), de que não pode prescindir quem queira preparar uma edição crítica, estava na época organizando esse monumento que é o *Dicionário Houaiss*. Ninguém mais adequado para apreciar as operações de nosso autor com a linguagem do que um lexicógrafo de tal porte. Ademais, começara a ler Euclides ainda nos bancos escolares, e não parara mais.

E isso só no que diz respeito aos nexos mais diretos com o tema da mesa-redonda. Como omitir que se trata aqui do grande tradutor do *Ulisses*, de James Joyce, tarefa que realizou quando, com os direitos políticos cassados pelo golpe militar de 1964 e vendo sua carreira diplomática amputada, se encontrava desempregado e perseguido?

A trajetória de Antonio Houaiss é múltipla, e merece que se enfatizem alguns pormenores. Homem dos sete instrumentos, realizou incursões pela gas-

tronomia e escreveu livros nessa área. Praticou o ensaísmo político, tendo por tema, entre outros, nossa política externa. Ressalte-se seu socialismo sem desfalecimento, que o levaria a pertencer até a morte ao Partido Socialista e a publicar livros como *Socialismo e Liberdade* (1990) e *Socialismo: Vida, Morte e Ressurreição* (1993).

Destacou-se por sua atuação à frente da Comissão Machado de Assis, que definiu normas para o trabalho ecdótico. Em crítica literária e filologia, deixou trabalhos sobre Lima Barreto, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Augusto dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade. Recebeu o prêmio Moinho Santista, na categoria Língua, em 1990. Neste campo, é autor de *A Crise de Nossa Língua de Cultura* (1983), *O Português no Brasil* (1985), *O Que É Língua?* (1990), *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa* (1991), entre outros.

Para falar de José Calasans (1915-2001), o incomparável pesquisador da Guerra de Canudos, que dedicou sua vida a retirar esse tema da “gaiola de ouro” de *Os Sertões* – em suas próprias palavras –, seria preciso traçar uma trajetória de meio século. E não esquecer que foi ele quem cunhou a classificação dos estudiosos em “euclidianos” e “conselheiristas”.

Partindo da poesia popular de Sergipe, seu estado natal, acabaria se extraviando pelos roteiros de Canudos, concluindo sua tese sobre *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro* (1950) e mergulhando nas entrevistas que realizou com sobreviventes da guerra. Alertara-o a matéria publicada por Odorico Tavares em *O Cruzeiro* em 1947, ilustrada por fotos de um desconhecido jovem francês que arribara na Bahia, Pierre Verger.

Jamais superaria a experiência. Daí em diante, abandonou o folclore e embrenhou-se pelo novo tema, a que acabaria dedicando uma faina de cinco décadas. A ele se deve uma reviravolta nos estudos, que começariam a passar ao largo de Euclides da Cunha e da guerra, para se concentrar mais no que fôsse possível descobrir a respeito do arraial, do Conselheiro e dos canudenses. A memória oral foi servida pela obstinação do pesquisador, que não julgou de pouca valia localizar as 25 edificações do Conselheiro. Ou esquadrinhar a correspondência dos vigários sertanejos com a Arquidiocese em Salvador. Ou

analisar as cartas integrantes do arquivo do barão de Jeremoabo, oligarca daquele quadrante do sertão. Ou esmiuçar livros de batismo, o que levou à revelação de que o Conselheiro era padrinho de inúmeras crianças, urdindo laços de compadrio com meio mundo.

À medida que os estudos prosseguiram, iria regularmente produzindo opúsculos, à sua maneira. Assim surgiram contribuições capitais, que imprimiriam uma guinada ao que se presumia saber a respeito. Destacam-se, entre eles, “Canudos não Euclidiano”, “Aparecimento e Prisão de um Messias”, “O Séquito de Antonio Conselheiro”, “Canudos – Origem e Desenvolvimento de um arraial messiânico”, “Antonio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios”, “Subsídios à História das Capelas de Monte Santo”, “Quase Biografias de Jagunços” e tantos outros. Em 1983, doou as quatro mil peças de uma coleção pessoal a sua universidade, a Federal da Bahia, onde implantou o Núcleo Sertão.

Contamos ainda com a presença de Oswaldo Galotti (1911-2001), ao qual, devido a sua qualificação como médico, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil em 1933, chamávamos de “Dr. Galotti”. Este, mais uma vez divergindo – todos aliás nesta mesa-redonda divergiam uns dos outros – dedicava-se ao culto à memória de Euclides da Cunha. Foi, durante cerca de cinquenta anos, o dirigente da Semana Euclidiana, anualmente realizada em São José do Rio Pardo (SP). Exerceu sua profissão nessa cidade de 1935 a 1964, quando, preso e julgado em consequência do golpe militar – tinha fundado a Liga Camponesa regional e lutado pela implantação do Estatuto da Terra, que o governo João Goulart promulgara –, preferiu mudar-se para a capital do estado, onde viria a ser, entre outras coisas, diretor da Santa Casa.

O vulto da verdadeira militância do Dr. Galotti pode ser vislumbrado através de algumas de suas façanhas. Tomou a iniciativa de criar a Semana Euclidiana, em 1938. Conseguiu em 1946 o tombamento da residência em que Euclides vivera naquela cidade, e nela hoje se instalam a biblioteca e o arquivo da Casa de Cultura Euclides da Cunha. Obteve em 1982 o traslado dos despojos

de Euclides e de seu filho, do cemitério São João Batista no Rio de Janeiro para o mausoléu implantado à beira do Rio Pardo, junto à ponte reconstruída pelo escritor e ao barracão de zinco de onde dirigia os trabalhos de engenharia enquanto redigia *Os Sertões*. No mesmo ano, a ponte foi tombada pelo Patrimônio Histórico como monumento nacional. E, em 1985, capitanearia um movimento para salvá-la da deterioração, que culminaria no reforço de sua estrutura metálica.

E passaria a vida garimpando memorabilia euclidiana. Trata-se de um acervo de vários milhares de itens, contendo preciosidades, como, por exemplo, o manuscrito autógrafo *Ondas*, de poemas; ou, então, o diploma de formatura pela Escola Superior de Guerra; ou, ainda, material epistolográfico; riquíssima iconografia; e uma farta bibliografia, incluindo hemeroteca. Tudo isto este benemérito passou a vida desencavando, para depois doar à Casa de Euclides.

Já o maranhense Franklin de Oliveira (1916–2000) difere dessa linha de vida, na medida em que se realizou profissionalmente como jornalista e ensaísta. Transferindo-se de seu estado natal para o Rio, trabalhou em alguns de nossos periódicos de maior peso, a exemplo de *O Cruzeiro*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *IstoÉ*, dividindo-se entre o editorialismo e a crítica literária. Nesta, sobressaiu por seu imenso saber no que tange à literatura universal.

Mal refreava a paixão política, que o levou a integrar a equipe de Leonel Brizola no período áureo de 1960-64 no Rio Grande do Sul, quando participou dos altos escalões do governo. Dessa fase, deixou algumas obras relacionadas aos horizontes que a nova experiência lhe abria, como *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste* (1962) e *Revolução e Contra-Revolução no Brasil* (1963). E era administrador na Petrobras quando o golpe militar de 64 o alcançou e cassou-lhe os direitos políticos, motivando seu retorno ao jornalismo.

Depois, persistiria no ensaísmo político e literário, publicando *Morte da Memória Nacional* (1967), *A Tragédia da Renovação Brasileira* (1971) e *Literatura e Civilização* (1978). Consagrou inúmeros ensaios e artigos a Euclides da Cunha, e é de sua pena um dos maiores livros sobre esse autor, *Euclides – A Espada e a Letra* (1983), onde dá mostras de uma erudição rara em tais estudos. Mas vinha de

longe seu tirocínio de crítico literário, que exerceu em vários órgãos da imprensa, pela vida afora. Foi muitas vezes agraciado, inclusive com o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo conjunto da obra, em 1982.



Nosso filólogo, Antonio Houaiss, dispôs-se a falar primeiro e a dar-nos uma ideia do que chamou “minha devoção”, fazendo um retrospecto autobiográfico.

Travou conhecimento com Euclides da Cunha aos 14 anos, mais ou menos: numa palestra a que assistiu, alguém falava sobre esse autor. E quem falava deu oportunidade para que, subsequentemente, dois ou três outros falassem sobre o mesmo tema.

Ele era apenas um aluno da Escola de Comércio Amaro Cavalcante, onde se formou como perito contador. E, nessa altura, sendo presidente do Grêmio Literário Castro Alves, teve o privilégio de convidar Edgar Süsserkind de Mendonça para fazer, para o alunado daquela escola despretensiosa, secundária, uma palestra sobre Euclides da Cunha. E sobre *Os Sertões*, especificamente.

Dessa palestra supõe que devam ter nascido alguns euclidianos de grande devoção. Edgar Süsserkind de Mendonça era um conhecedor profundo de *Os Sertões*, tinha uma dicção admirável de clareza e ao mesmo tempo de emoção. E transmitiu a todos algo de impressionante: a biblioteca possuía dois exemplares que, durante um par de anos, foram permanentemente objeto de empréstimo. Ao fim e ao cabo, o Grêmio teve que comprar uns exemplares extraordinários, para que os alunos pudessem consultar *Os Sertões*.

Data daí seu conhecimento de Euclides, fortalecido depois pela presença de Francisco Venancio Filho e por um terceiro conferencista, Pascoal Leme, então ainda vivo, aos 83 anos, e que tem uma bela obra em que ocorre a referência a nosso autor. Esses dois euclidianos de primeira água, Edgar e Venâncio,

que sustentaram até a revista do Grêmio Euclides da Cunha, “por protesto e adoração”, é que o iniciaram na leitura de Euclides.

E a leitura feita naquela época deu-lhe duas medidas. Primeiro, inaugurou a degustação da língua portuguesa, naquilo que ela tem de cadenciado, de rítmico, de irracional, de inebriante, tanto quanto o elemento de logicidade com que o homem pode enfrentar os seus problemas. Era talvez o primeiro livro de ensaísmo que lia e o marcou definitivamente. Acredita que, dali para cá, algo lhe ficou de Euclides perdurantemente.

Depois, o que considera belo foi que Euclides da Cunha, efetivamente, significou para ele uma proposta de brasilidade. E uma brasilidade exatamente fecunda porque muito autocrítica. Quem lê Euclides da Cunha, como Houaiss o leu, desde o primeiro momento vê que há dois Brasis: um inclemente e outro vítima das inclemências. Isto está patente em todos os momentos de Euclides e talvez seja a própria proposta do livro ao dizer que os retardatários de hoje tenderão a desaparecer amanhã. Essa impressão ficou. E, na medida em que correlatamente à leitura de Euclides, ele se fazia também um pouco precocemente um estudioso da língua, foi criando uma progressiva admiração por esse autor, não apenas por essa revelação de Brasil, e um Brasil rico por sua contradição, mas também pela revelação da língua portuguesa.

E declara que até hoje esse aspecto da riqueza vocabular de Euclides da Cunha o fascina. A adequação dessa riqueza constitui um elo de permanente admiração em seu passado e no seu presente. Naquele momento, os instrumentos de conhecimento da língua só podiam ser obtidos através não de obras de referência, mas de obras de literatura elas mesmas. O que mostra que esse indivíduo, que tivera uma formação de ciências exatas muito grande, era, seguramente, leitor de outras ciências, e de outras áreas, e de outras ficções. E que ele soube caldear tudo isso nessa obra maior, que é a grande obra dele, apesar de admirá-lo também nos muitos outros ensaios que escreveu, paralelamente, antes ou depois de *Os Sertões*.

Então, esses dois componentes foram aqueles que fizeram de Houaiss uma espécie de devoto e, ao mesmo tempo, um propugnador da leitura de Euclides.

Tendo sido professor durante um longo período da vida, nunca deixou de trazer esse autor a debate. No ensino secundário, que exerceu durante muitos anos, costumava ler longos e largos trechos de Euclides, e renovava sempre a boa impressão de que os alunos, de um modo sistematicamente geral, o amavam e admiravam. Muito leitor de Euclides deve ter sido feito através dessa pregação. É verdade que Houaiss usava esse método para com muitos outros autores. E, incontestavelmente, as reações variavam um pouco entre os poetas e os ficcionistas, e Euclides fica a meio caminho dos dois. Ele é um ensaísta, que tem muito de ficção, no bom sentido da construção de hipóteses de trabalho, e que tem, de poeta, a apreensão de uma realidade que ultrapassa a sua palavra, e que é a realidade maior do Brasil.



Por sua vez, o professor José Calasans demonstrou aquilo em que é especialista, ou seja, o cuidado com os pormenores de documentos e de testemunhos referentes à guerra de Canudos.

Segundo o professor, durante meio século, o episódio de Canudos e a figura de Antônio Conselheiro foram estudados, exclusivamente, através de *Os Serões*. Essa exclusividade transparece num caso que vale a pena anotar desde logo e que, a seu ver, exemplifica essa afirmação. O general Abílio de Noronha, que era o comandante da 2.^a região militar por ocasião da revolta de 1924, esteve em Canudos. Foi na sua barraca que se hospedou Euclides, por ocasião da guerra. Este homem, depois de sua atuação em São Paulo, na revolta de 24, escreveu um livro: *Narrando a Verdade*. E resolveu ir além, publicando outro, intitulado: *O Resto da Verdade*. Este segundo é um livro de memórias, em que vai narrando sua vida, por onde andou, as lutas no Sul, e tal, e quando chega a Canudos afirma: “Não tenho nada a dizer porque Euclides já contou tudo.” Então a pessoa que está escrevendo as suas memórias – mas afinal ele estava relatando o que fez, não é? – quando chega na hora de dar o depoimento sobre Canudos, diz que Euclides já falou e nada mais tinha a dizer!

Ora, também apareceu outro livro de memórias, um livro de Gilberto Amado, *Mocidade em Recife e Primeira Viagem à Europa*, onde o ilustre escritor faz uma revelação que surpreende. Siqueira de Menezes, a quem Euclides chama “o olhar da expedição”, teria dito em palácio, em sua presença, na cidade de Aracaju, quando era governador de Sergipe, que Euclides da Cunha nunca esteve em Canudos, não andou por lá, que tudo aquilo era mentira, nunca o tinha visto, etc. E Gilberto acrescenta que alguns palavrões foram proferidos nessa oportunidade.

Logo depois, Calasans publicaria um opúsculo intitulado “Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes”, onde contesta a afirmação de Gilberto. E isso deu origem a uma ameaça de Gilberto a sua pessoa. Ao explicar por que matou Aníbal Teófilo, Gilberto disse: “Eu poderia ter brigado com o filho do meu primeiro inimigo gratuito.” O inimigo gratuito, ele contava nas memórias, era Irineu Calasans, pai do professor... Então, ele, de certo modo, ameaçou o professor por causa dessa questão.

Várias vezes Calasans viu-se interpelado em mesas-redondas, por estudiosos, se afinal Euclides esteve ou não esteve em Canudos, por causa dessa afirmação de Siqueira de Menezes, através das memórias de Gilberto Amado.

Há algum tempo, anos atrás, conversou com o filho do marechal Siqueira de Menezes, que se chamava José Siqueira de Menezes Filho, e vivia no Rio de Janeiro, onde exercia funções de diretor numa empresa de eletricidade. E ouviu o testemunho de que, tanto ele quanto o irmão, que ainda era vivo, Leônidas Siqueira de Menezes, ficaram surpreendidos com a revelação de Gilberto, porque nunca ouviram da boca do pai senão exaltação à obra e à pessoa de Euclides da Cunha. E acrescentou: “Uma boa notícia para você, o marechal Siqueira possuía um exemplar de *Os Sertões* que lhe fora oferecido por Euclides, todo anotado e que desapareceu no dia de sua morte.” Durante o velório, alguém que sabia da existência daquele livro o teria levado para sua casa: naturalmente, pesaroso com o lutuoso acontecimento, queria ter uma recordação...

Tendo andado à procura desse volume, o professor infelizmente não teve mais nenhuma notícia, afora essa informação. Mas, lembrando que nada se

perde, nada se cria na natureza, admite que, de um momento para outro, vai aparecer o exemplar de Siqueira de Menezes. Mais difícil era achar livro de Antônio Conselheiro, e já foram encontrados dois.

Prosseguindo na tentativa de mostrar que aquela história não é verdadeira: não há razão para acreditar na veracidade da declaração de Siqueira de Menezes. Leu há tempos um discurso de Gumercindo Bessa, jurista sergipano da escola de Tobias Barreto, quando da inauguração da estátua de Fausto Cardoso durante o governo de Siqueira de Menezes. Num trecho do discurso, Gumercindo diz exatamente isto: que foi, realmente, uma grande oportunidade aquela homenagem a Fausto Cardoso, etc., “... justamente na época em que está governando o nosso estado o *jagunço louro*, aquele que Euclides exaltou tanto...” Ora, se Siqueira ficava tão irritado ao ouvir elogios a Euclides, possivelmente não se teria dito isso tão... vamos dizer, afrontosamente, se soubessem de sua reação.

Calasans encontrou também um discurso de uma professora primária no interior do estado, numa das visitas do presidente à cidade de Capela, onde ela, justamente, diz: “O nosso presidente...” (conforme Calasans, Sergipe tinha presidente, era como São Paulo na Primeira República, quem tem categoria tem presidente, não tem governador). Então, a professora dizia exatamente isto, que Siqueira era o jagunço louro de *Os Sertões*: quer dizer, insistia-se, em Sergipe, nesta ligação de Siqueira com Euclides. Encontrou também, no livro de Walnice, o outro, aquele *No Calor da Hora*, uma passagem numa reportagem do jornalista Alfredo Silva, na qual ele fala da presença em Monte Santo de seu colega Euclides da Cunha, já quase em Canudos, estranhamente vestindo camisa de palha de seda.

Júlio Procópio Favila Nunes, que é uma figura interessantíssima de jornalista, que foi da *Gazeta de Notícias*, afirma – num fascículo que o professor possui e que não sabe se é obra que foi continuada ou não – que recebeu da mão de Euclides, lá em Canudos, aquelas profecias que falam de “quando as nações brigam com as nações...”, etc. Há uma outra anotação no diário de Euclides dizendo: “O jornalista fulano de tal que está aqui em Canudos.” Quer dizer, en-

tão não era possível que Euclides fosse colocar tudo aquilo num diário para enganar o povo, depois.

Então, Calasans afirma ter vivido sempre preocupado com estas notícias e, há pouco tempo, teve que ouvir um jornalista importante lhe dizer: “Aquele mentiroso, aquele Euclides, hein? Disse que estava em Canudos e nunca apareceu lá!” Tudo o que pôde fazer foi oferecer-lhe a publicação em que desmentia essa lenda, para ele verificar que a argumentação é inteiramente sem validade.

Por isso, para começar, aproveitou a oportunidade desta mesa-redonda para registrar essas informações que lhe parecem preciosas, sobretudo o testemunho do filho de Siqueira, que se mostrou muito chocado com aquela notícia. Disse mais, que não tinha elementos para discutir com Gilberto Amado, porque Gilberto era inimigo de seu pai, e ele naturalmente não quis avivar a inimizade. Acrescentou que Gilberto quis fazer um comício, em Sergipe, e o chefe de polícia, Dionísio Menezes, não permitiu, e ele disse: “Mas eu vou fazer porque a Constituição me garante”. E que Dionísio retrucou: “A Constituição é um livrinho muito do besta! Se fizer o comício, eu mando evacuar!...”. Donde lhe ter ficado o apelido de *Vacuá*. Era isso, em suma, que Calasans queria dizer antes de mais nada sobre Euclides.



Quando Oswaldo Galotti tomou a palavra, esperava-se que fosse fazer, mesmo que desnecessariamente, uma defesa apaixonada de Euclides. Mas ele começou dizendo que também abrigava muitas dúvidas sobre a personalidade de Euclides, e que contava com os estudiosos presentes para esclarecer vários pontos. Já o professor Calasans, relatando esse caso de Siqueira de Menezes, apresenta um argumento em favor de Euclides. Porque muita gente disse coisas absurdas sobre Euclides. Essa, por exemplo, de que nunca teria estado em Canudos: coisas assim, para Galotti, deixam as pessoas um tanto perturbadas.

O orador começa por uma apresentação da Semana Euclidiana, de São José do Rio Pardo. Sua viga-mestra é a manutenção anual de um ciclo de estudos

para alunos de colégio, destinado a dar informações sobre os aspectos biográficos de Euclides. Coisa para ginásianos, tudo muito elementar e muito simples. Mas, como isso já se faz há muitos anos, aos poucos foram surgindo para os organizadores da Semana algumas dúvidas maiores, mais profundas, e exatamente em relação à personalidade de Euclides, que então passaram a procurar conhecer melhor.

Desde então, vem-se desenvolvendo na mente deles a indagação de quem é, propriamente, Euclides; o que é que ele queria, o que é que ele desejava. E chegou-se até à formulação de uma pergunta: qual é o sentido da vida de Euclides da Cunha? Então é isto que os organizadores procuram no momento. Essas investigações são muito recentes, mas eles pretendem desenvolvê-las. Então, expõem-se aqui as conclusões preliminares a este respeito, abrindo-se a partir daí o debate, para o que seria preciosa a colaboração de todos os presentes.

Viria, então, de início, esta interrogação: mas qual era o sentido da vida de Euclides, quer dizer, o que Euclides pretendia? Qual era o rumo de Euclides? Qual era seu objetivo? Se quisermos complicar um pouco mais: qual era a ideologia de Euclides? Ou ainda mais: como Euclides via o mundo?

Uma conclusão prévia para o Dr. Galotti é a de que os temas de Euclides são temas universais, não se trata de uma coisa local, brasileira; podem-se aplicar a vários lugares, a vários países. Antes de passar à outra etapa, seria preciso levar em consideração que Euclides era uma pessoa extraordinariamente sensível, inteligente e de um caráter muito firme. Então, isso facilitava concluir que esse estudo está ainda numa fase didática. Por isso, com fins didáticos, resolveu-se dividir o sentido da vida de Euclides da Cunha em seis áreas. Oswaldo Galotti passa a expor quais são essas áreas, e depois o assunto poderá ser discutido e os presentes verão se há mais alguns elementos a esclarecer.

O primeiro aspecto que impressiona em Euclides é a valorização da natureza. Euclides amava a natureza. Ele mesmo disse, no discurso de recepção na Academia, que era profundamente enamorado da natureza. Foi um grande amor de Euclides. E, em toda a obra, em toda a vida, Euclides está envolvido com a natureza, fala da natureza, a natureza está presente. É muito difícil para

nós, de uma maneira geral, compreendermos o que seja identificar-se com a natureza. Por isso é que se deve insistir; é próprio de uma mentalidade como a dele.

A segunda área a salientar é o problema da valorização do social. Esta é uma constante em Euclides, tudo o que ele fez foi baseado no social. Mas, em que aspecto? Ele achava que todo ser humano devia ser defendido do ponto de vista da sua dignidade pessoal. Portanto, é um tema, de fato, universal: quer dizer, liberdade, igualdade, fraternidade. Todos nós somos responsáveis por isto e por todos. Isto está demonstrado não só em Canudos, mas em qualquer lugar.

Continuando: a terceira área do sentido da vida de Euclides é a valorização da ação. Euclides, sempre que produziu, produziu quando estava em ação, quando estava agindo, porque a ação, nele, gerava um tipo de consciência das coisas. E ele, em toda a sua vida, foi um extraordinário trabalhador, nunca descansou. Ele foi a Canudos, não ficou em casa pensando em Canudos, ele foi até lá e escreveu o *Diário de uma Expedição*. Mas *Os Sertões* ele escreveu antes lá mesmo: vendo, tomando contato com os fatos. O mesmo aconteceu com a Amazônia. Se ele não agisse – agir no sentido de despertar a consciência naquele determinado momento, e pôr a intuição dele para interpretar os fatos, – se não acontecesse isso, talvez Euclides tivesse sido diferente.

Daí decorre o que se poderia chamar o pragmatismo de Euclides da Cunha. Pragmatismo no sentido de a ação abrir para o contato com a realidade. E por isso Euclides era um evolucionador, e não um revolucionário. Por dar muito valor à dignidade humana, não admitia a violência, e pensava que as coisas deviam acontecer pela evolução. Então, essa é a valorização da ação em Euclides.

Daí se poderia passar para o quarto aspecto do problema: a valorização do fato, o racionalismo de Euclides. Precisa ficar claro, também, que Euclides era um racionalista, consequência dessa posição pragmática. Ele, então, se dedicava ao cientificismo, como aqui se mencionou: o ecletismo e o ensaísmo eram seus métodos para penetrar, ou para explicar, os assuntos. Assinala-se seu ecletismo porque nele tudo surgia primeiro da intuição; e, assim sendo, ele precisaria estar aberto para todos os conhecimentos. E depois ele

se aperfeiçoava com a inteligência tremenda que era a sua. Então, o fato era o principal para Euclides. As pessoas, às vezes, dizem que Euclides fazia ficção, não é? Que *Os Sertões* são ficção, etc. Mas ele sempre diz que é o fato que interessa e, a partir dali, é que ele vai raciocinar. Pode ser que haja alguma fantasia – como diz Franklin de Oliveira, uma *fantasia exata* – mas a emoção de estar em contato com o fato quando o fato nasce, isso aí é puramente intuitivo, isso é dramático. Então, há um certo drama em Euclides, em consequência disso. Na valorização do fato, existe um aspecto de Euclides que o recomenda ao máximo. É bem característico que ele enfrente os assuntos dentro de um realismo quase científico. Quer dizer, ele era um sujeito antir-religioso, não se preocupava com questão de religião. Era um realismo crítico. Graças a esse realismo crítico de Euclides, é que se pode, então, dizer que nos deu *Os Sertões*, e nos deu o ciclo todo da Amazônia, porque queria penetrar os fatos. E por causa disso ele é bem atual.

Ligado a esse realismo crítico vem algo que deve ser muito enfatizado – no sentido da vida para Euclides – e que é propriamente a linguagem. A linguagem, para Euclides, era a conscientização da realidade. Aquilo que ele recebia, conscientizando, precisava transmitir. Então, ele revelava as suas ideias, porque eram coisas que surgiam dele, como criações. Por isso é que Galotti disse, no início, que Euclides tinha uma determinada genialidade. E Euclides escrevia como quem surpreende a vida. Tanto que ele foi até lá para poder escrever *Os Sertões*. Tudo o que escreveu, foi o que viu no local. Para a gente compreender um pouco o que há de dramático em Euclides: não é um dramático emocional, é um dramático da ação que se faz na realidade. Esse é um ponto que Galotti faz questão de sustentar.

E, finalmente, concentrando isso tudo, o que há de maior em Euclides da Cunha, e que Antonio Houaiss já salientou, é o patriotismo. Aliás, a palavra exata seria nacionalismo. Para Galotti é o que há de especial, de maior em Euclides, que deve ser cultivado por todos os que o leem: é o respeito às origens de cada nação, o respeito às suas tradições, o respeito ao caráter nacional. E que isso seja cultivado sem ufanismo e, aqui é preciso ser bem claro, respeitan-

do o nacionalismo das outras nações. Esses são os aspectos que acha importantes, as dúvidas daqueles que organizam a Semana Euclidiana, quando se dedicam a procurar o sentido da vida de Euclides.



Franklin de Oliveira pede permissão para dizer que não se considera um estudioso de Euclides. Mas um leitor, tanto quanto possível, atento. Num lance de audácia, diz, foi que publicou um livro sobre Euclides.

Em sua exposição, Antonio Houaiss afirmou que uma das características de Euclides seria a visão dualista do Brasil. Os dois Brasis: o Brasil da riqueza e o Brasil da extrema pobreza. O primeiro seria o Brasil do litoral; o segundo, o da hinterlândia, do sertão. E acabou na Amazônia. Euclides é importante para encontrar-se com ele a todas as horas, sobretudo para discordar dele. Então, aqui já temos um plano de discordância. Mesmo em seu tempo já dava para saber que a sociedade do litoral podia ser uma sociedade cosmopolita, no Rio, em São Paulo, etc., mas que o resto da sociedade brasileira do litoral era tão pobre quanto a do sertão. De maneira que aí era uma justificação um pouco grosseira demais, para um analista do porte dele. Nesse meu livro, procurei salientar isso. A miséria das populações rurais em nada difere da miséria, ainda hoje, das populações do litoral brasileiro, dos pescadores, etc.

Quanto à questão de que Euclides, ao elaborar *Os Sertões*, já conhecia a língua portuguesa, dominava a literatura portuguesa, há o depoimento do Valdomiro Silveira, que disse justamente o contrário. Ficou espantado com a ignorância de Euclides em relação aos grandes autores da língua portuguesa. De maneira que é realmente na observação de Valdomiro Silveira que esse problema é fascinante. Como esse homem, que desconhecia os grandes modelos da língua, escreveu *Os Sertões*, dando aquele show de conhecimento da língua portuguesa?

Outra coisa que Franklin de Oliveira acha importante salientar é o problema, que foi colocado por Antonio Houaiss e pelo Dr. Galotti, do cientifi-

cismo de Euclides. Mas Roquette-Pinto chamou a atenção para isto: que Euclides teria sido o primeiro escritor brasileiro a criar uma obra de arte literária com bases científicas. Então, aí estaria, segundo Roquette, a grandeza de Euclides. E isso num país de uma literatura de improvisação, uma literatura rala, que não é rente ao fato, não é rente à linguagem, não é rente a nada, é um produto alienado da imaginação dos autores. Portanto, uma literatura cenciada conforme o interesse pelo saber científico era, realmente, uma coisa louvável. Mas esse mesmo interesse levou Euclides às posições mais desastreadas. Levou a seu apego à antropogeografia; levou a seu apego às doutrinas racistas. Quando ele viu, por exemplo, um negro brasileiro, não viu um escravo, viu um negro como a expressão de uma raça condenada a desaparecer, cheia de estigmas; e por aí afora. De maneira que o problema do cientificismo, ou seja, das bases científicas da obra de Euclides, particularmente de *Os Sertões*, é um problema que merece um exame bastante acurado.

Todos os presentes estariam em condições de fazer isso: e um estudo dessa ordem apreenderia inclusive o Euclides geógrafo. Porque seria preciso verificar qual é a ciência que chega ao Brasil na época. Mas a ciência, já do final do século dezenove, começo do século vinte, não era a ciência reacionária a que ele se agarrou, não era exclusivamente essa. De maneira que os autores em que ele se abeberou fartamente sem nenhum critério, sem procurar discernir criticamente o que estava engolindo, formavam essa ciência reacionária. E isso leva a encarar o problema de Canudos de uma forma errada.

A seu ver, esse homem, que ficou tão impressionado com Canudos, foi incapaz de nos deixar uma reflexão mais bem elaborada sobre a questão da pobreza brasileira. Isso é uma lacuna terrível. E dizer-se que a época em que ele escreveu não permitia isso, não parece muito verdadeiro. De maneira, que, de início, era esse o problema que Franklin de Oliveira queria colocar, não para dar lições, mas para aprender com os colegas.

Outro aspecto, que foi colocado pelo Dr. Galotti, o problema da ideologia de Euclides. Qual era o sentido da vida de Euclides, qual era a ideologia de Euclides? Manifestando um certo horror à palavra ideologia, Franklin de Olivei-

ra preferiria indagar qual era a sustentação, qual era o apoio, a base filosófica de Euclides para fazer aquele monumento que, bem examinado, talvez seja nosso primeiro grande ensaio. E, para essa grandeza, contribuíram as qualidades artísticas de Euclides, suas qualidades de escritor, até de poeta. Então a pergunta seria: quais os fundamentos filosóficos de Euclides? Em que Euclides assentou a sua visão do mundo, a sua visão da vida e a sua visão do Brasil? Sabemos que até um certo momento ele esteve agarrado ao positivismo. Que em matéria de filosofia social era matriz de um mercenarismo terrível. Vendo que deu no Rio Grande do Sul o castilhismo, verifica-se o que foi o positivismo no Brasil.

Passa então a admitir que, como muita gente, considerava Euclides socialista por várias razões, inclusive pelo ensaio “Um Velho Problema”. Mas um exame atento pode surpreender o leitor. Primeiro, Euclides se propõe, no ensaio, uma visão marxista, mas sem a armadura filosófica do marxismo. Ele ficou na coisa menor, digamos assim – não, o termo menor não é o correto, mas fica para facilitar – da visão do pobre, e do rico, enfim das desigualdades sociais salientadas por Marx. Mas o que importa, o que dá grandeza a Marx, inclusive para chegar ao Marx de *O Capital*, é o Marx que está atrás de tudo isso, o Marx pensador, o Marx que vem desde os *Manuscritos de 44*. O pensamento filosófico de Marx, tudo isso Euclides ignora. E cita dois autores para abonar as suas asseverações, dois italianos, de nenhum significado na história do pensamento socialista universal. Então, uma fonte muito precária, de segunda mão.

E esse ensaio, “Um Velho Problema”, seria o ponto mais avançado da evolução intelectual aparentemente socialista de Euclides. Ele termina o ensaio, quando se aguardava uma proposta revolucionária, com uma proposta evolucionista, no final, pacifista, de transição social, de mudança da sociedade na base da evolução. E o que é ainda mais grave, poucos anos depois, nas teses para concurso de Lógica do colégio Pedro II, suas posições são francamente reacionárias. Todos vocês sabem disso. Então, as contradições dele são terríveis. Ele é muito mais útil às gerações futuras que querem pensar o Brasil, justamente por suas contradições. Então, talvez, ele não ficasse zangado com estas opi-

niões, diz Franklin de Oliveira, porque ele era um homem que amava as contradições, gostava de jogar com o preto e branco.

Há um outro aspecto de Euclides que merece também uma atenção especial, e que lamenta não ter podido examinar em seu livro, que é o Euclides historiador, aquele do ensaio “Da Independência à República”. Nesse ensaio, Euclides não mostra o menor apreço pelos movimentos populares do país. E trata na base de quem tem asco. Alguns têm a maior significação, como a Balaiada e a Cabanagem. Ele teria lido mal Nabuco e comete erros de quem não consultou, não foi às fontes. Mas o que mais impressiona nesse ensaio é sua posição, uma posição altamente elitista. O que vale para ele são os homens importantes. E, em certo momento, ele chega a aplaudir o trucidamento dos participantes do que chamou a *breve irritação* pernambucana, que foi a revolução de 1817.

Então, há coisas altamente desconcertantes em Euclides. Nada disso, e que fique bem claro, tira a dimensão de grandeza dele. De nenhuma forma. Mas, enfatiza Franklin de Oliveira, Euclides não pode ser tido por santo, nós não podemos canonizá-lo. Então, ele precisa ser constantemente relido, mas relido criticamente.



Extraordinários estudiosos, extraordinárias personalidades. Pouco concordaram, e suas opiniões conflitantes, mas fundamentadas em sólido saber anteriormente amalhado por cada um, apenas convergiram na admiração pelo autor em pauta. Entraram em choque nessa mesa-redonda, tirando faíscas e expondo as brechas das conclusões a que (não) chegaram. Uma ocasião rara, em que quatro grandes homens jogaram tudo na controvérsia deflagrada pela figura de um outro.

Euclides da Cunha e a Amazônia

ARTHUR VIRGÍLIO

Senador pelo
Amazonas e
Líder do PSDB.

A Academia Brasileira de Letras lembra este ano o centenário de morte de Euclides da Cunha, o autor de *Os Sertões*, marco expressivo da literatura nacional. Além de escritor, eis aí, provavelmente, o precursor do chamado jornalismo literário, estilo narrativo que se caracteriza pela riqueza das frases. Algo como o encontro da precisão do jornalista com a sensibilidade e a beleza com que se expressa o escritor. O instante também em que o escritor assume a configuração de repórter, na tarefa de informar, presença recomendável também na literatura. Euclides terá sido o primeiro Repórter Especial, enviado que foi por *O Estado de S. Paulo*, à região de Canudos, em 1897. Sua missão, a par da observação da guerra, era produzir reportagens acerca do movimento rebelde chefiado por Antônio Conselheiro, no sertão da Bahia. As reportagens serviram de base, depois, para o livro que haveria de imortalizá-lo no mundo inteiro.

O tema com que me honra o Acadêmico Lêdo Ivo não versa sobre Canudos nem sobre *Os Sertões*. O foco é a Amazônia, região que

me viu nascer e que só não motivou um novo épico euclidiano porque a morte arrebatadora o levou tão prematuramente, pouco tempo após a curta permanência na Floresta Amazônica. Fora ele contratado para realizar, como resultado da Expedição Juruá, o levantamento hidrográfico do Rio Purus, que haveria de possibilitar ao Brasil a solução de questões de fronteira com o Peru.

Em *Os Sertões*, Euclides tem como figurante principal o homem brasileiro. No livro que não chegou a escrever sobre a Amazônia, o tema seria a Terra. Em ambos, a face humanista do escritor. No tocante a minha região, era de se notar a preocupação com o meio ambiente, numa época em que isso não estaria posto à mesa de estadistas ou intelectuais.

É certo que, nos primeiros contatos com a Grande Floresta, sua reação denotava algum desapontamento, sem, no entanto, esconder o encantamento com “a vegetação labiríntica e o emaranhado dos rios”. Tais contornos serviriam de roteiro e objeto para o sonhado livro, a que daria o título de *Um Paraíso Perdido*, inspirado na obra poética de John Milton. O texto, no entanto, jamais saiu da cabeça para o papel. Euclides, contudo, em involuntária compensação, legou, como relicário da Literatura Brasileira, alguns pensamentos em *À Margem da História*, publicado um mês após sua morte. Essa obra dividia-se em quatro partes: “Na Amazônia, Terra sem História; Vários Estudos; Da Independência à República; e Estrelas Indecifráveis”.

Um Paraíso Perdido, na definição do quase autor, seria um livro vingador. Nele, pretendia denunciar a escravidão do homem pelos grupos que exploravam a borracha na mata. Os sete capítulos que compõem *Amazônia, Terra sem História* serviriam de subsídios ou, ao menos, de roteiro para produzir a obra imaginada que, como chegou a idealizar, poderia alcançar dimensão equivalente à grandiosidade de *Os Sertões*.

Apesar de qualificar a Amazônia como *o maior quadro da Terra*, tal como descreve em *À Margem da História*, Euclides não disfarçava fortes reparos: “Toda a Amazônia não vale o segmento do litoral brasileiro que vai de Cabo Frio à Ponta do Munduba” – talvez em beleza, como a via o escritor, suponho. O fu-

turo certamente desmentiria o genial pensador que, sem dúvida, por outro lado, não seria ele próprio se não ousasse pensar audaciosamente.

Após pesquisar o escritor, passo a supor sua preocupação ambiental, em plena fase áurea da borracha: “A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso.”

Seria o homem um intruso, porque, de acordo com outro trecho de *Terra sem História* ali chegara “sem ser esperado nem querido, quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem”.

Multifacetado em escritor, sociólogo, engenheiro, repórter e professor, Euclides deixou por escrito o registro técnico acerca do que, na região, mais o impressionava, sobretudo em esplendor e vastidão: “Não se sabe se tudo ali é uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos.”

Obra nem escrita nem, muito menos, acabada, imagino que *Um Paraíso Perdido* haveria de lhe exigir a permanência por mais tempo na Amazônia. De fato, deparou-se com dimensões imensuráveis. E, para falar sobre a região, o tempo limitado claramente conspira contra quaisquer relatos.

Euclides da Cunha tinha a seu favor uma grande vantagem, aquela que, em Canudos, o transformara em Repórter Especial. Como ele, Gilles Lapouge, outro grande jornalista que esteve na Amazônia e gestou *L'Amazonie*, livro-reportagem com um encadeamento de informação bruta, estatística, análises e depoimentos. Gilles Lapouge passou quatro semanas na região e considerou tal permanência “um tanto curta”. Para ele, “teria sido razoável percorrer a Grande Floresta em quatro séculos, mas, para isso, me desculpem, eu não teria tido tempo”.

Por feliz coincidência, assim como o autor de *Os Sertões*, o jornalista francês, que vive em Paris, produz reportagens para o mesmo jornal *O Estado de S.Paulo*.

Euclides conviveu apenas seis meses com a imensidão amazônica, singrando seus rios por espaço de tempo infinitamente menor do que os quiméricos quatro séculos imaginados por Lapouge. O repórter francês criou a figura um pouco como fruto da imaginação ou do fantástico. Adotou a metáfora para misturar realidade com fantasia, porém seguramente para também externar sua forte von-

tade de contribuir para tornar possível um diagnóstico correto sobre a Amazônia. A diagnose minuciosa e precisa desse mundo de águas diluvianas e verde es-tonteante é, até hoje, desafio exigente para cientistas e estudiosos – Lapouge, me parece, havia percebido a relevância de chamar a atenção para isso.

Voltemos a Euclides que, há cem anos, investia-se em tarefas de governo, para realizar levantamento hidrográfico do Purus. Trabalho técnico que, agregado aos mapas da expedição ao Juruá, realizada pelo coronel Belarmino Mendonça, permitiria solucionar questões fronteiriças, como era desejo do Barão do Rio Branco.

Essa era a missão de Euclides. Missão contratual. Que seria cumprida pelo técnico, de notável *curriculum* profissional. Como em tudo ele ia além, seria estranhável que seu fantástico perfil de escritor e de repórter de Canudos ignorasse a imensidão verde entrecortada por rios e onde, para ele, o homem havia chegado, no mínimo, de forma impertinente. À época, a intensa azáfama extrativista erguera fausto e gerara riquezas em Manaus, mas, para o sentimento de Euclides da Cunha, de forma extemporânea.

Sua aguda percepção social levou-o a denunciar que ali “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: trabalha para escravizar-se”.

Por aí, transfere para o texto, meio literário, meio reportagem, de *À Margem da História*, o desenho que imaginava para o seu segundo *Os Sertões*. Seria, não fosse a força do destino, a obra em que a Amazônia haveria de figurar na forma já denominada, entretanto jamais publicada, do seu acalentado *Um Paraíso Perdido*.

Em sua denúncia de exploração do homem na Amazônia, e com amparo em Caspar Barleaus, usou frase que encerra contundente apotegma: “*ultra aequinotialem non peccavi*” [não existe pecado abaixo do Equador]. O aforismo fora engendrado pelo clérigo e professor de Lógica da Universidade de Leiden para explicar, em 1631, desmandos da época do império colonial holandês no Brasil, no século XVII, em minucioso relato de extenso título: *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Ou, em

Latim, língua em que redigiu o texto: *Casparis Balaei, Rervm per octennivm in Brasilia et alibi nuper geftarum, Sub Praefectura Illftriffimi Comitiss I. Mavritii, Nassoviae, &c. Comitiss, Nunc Vefallae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belfii Ordd. Fub Avriaco Ductoris, Historia.*

Mas Euclides reveste-se de repórter e escritor para deixar registrada aquela que seria, talvez, a primeira denúncia de desrespeito aos direitos humanos no País. Antes de apresentar o seringueiro na sua definição do homem sujeito à escravidão na região, escreve, no mesmo *À Margem da História*:

“À entrada de Manaus, existe a belíssima Ilha de Marapatá – e essa ilha tem uma função alarmante. É o mais original dos lazaretos – um lazareto de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência... Meça-se o alcance deste prodígio da fantasia popular. A ilha que existe fronteira à boca do Purus perdeu o antigo nome geográfico e chama-se ‘Ilha da Consciência’; e o mesmo acontece a uma outra semelhante, na foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao *paraíso diabólico dos seringais*, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir com aquela ironia formidável.”

Marapatá, hoje área complementar pertencente à Superintendência do Pólo Industrial de Manaus, continua linda, como a descreveu Euclides, e felizmente, de pouca lembrança da distante fase que tanta aversão e repugnância a ele causara. Ainda em texto, exuberante como de costume e estilo, completou, como que a realçar o triste papel que seu sentimento ligava, não sem asco, à destinação conferida à ilha: “É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castilloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engendrou o mais desacomodado egoísmo”, reservando ao seringueiro, à gleba das “estradas”, o vil e desumano trabalho escravo.

Técnico, valeu-se de “alguns cifrões secamente positivos e seguros”:

“Vede esta conta de venda de um homem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000) e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois, vem a importância do transporte, numa gaiola qualquer, de Belém a barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester, duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio, levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isso lhe custa 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o brabo canhestro e já tem o compromisso sério de 2:090\$000."

Esse meticoloso levantamento de Euclides decorre do sentimento de tristeza que lhe causara a exploração humana na selva amazônica. Antes, em carta a Coelho Neto, datada de 10 de março de 1905, assim descreve sua insatisfação:

"... Eu devia já estar dominando as cabeceiras do Rio suntuoso nos primeiros boleios dos Andes ondulados. Mas, que queres? Manietaram-nos aqui as malhas da nossa administração indecifrável e só a 19 ou 20 deste receberemos as instruções que nos facultarão a partida. Imagina, se puderes, as minhas impaciências. Esta Manaus, rasgada em avenidas largas e longas, pelas audácias do pensador, faz-me o efeito de um quartinho estreito. Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento."

E antecipa uma revelação acerca de projeto literário que passara a engendrar, dando vazão ao seu sentimento, a um tempo de literato e de jornalista. Seria o meio, a seu modo, de exercitar vingança: “... Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí (no Rio de Janeiro), e num livro: *Um Paraíso Perdido*, procurarei vingar a hibe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal!”

E mais: “... Decididamente, nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas barbas brancas, emaranhadas e trágicas” (Jeremias: o mais conhecido profeta do Antigo Testamento, autor do Livro das Lamentações).

Se ele tivera, inicialmente, impressão pouco lisonjeira, provavelmente pelo choque causado pela imensidão amazônica, logo em seguida encantou-se com o que via. Antes, seu apego limitava-se a uma missão técnica. Sua aguçada veia literária, contudo, foi de pronto ao sentimento humano, clima em que foi mestre inigualável. Abandonou, assim, a imagem que inicialmente tinha à vista, apontando paisagens de rios e florestas aparentemente sempre iguais. Revelou-se, a partir daí, o perfeito intérprete dos grandes rios e da floresta infindável. Intérprete e já então o mais novo e incondicional admirador.

Antes de se encantar pela Amazônia, em carta dirigida ao amigo José Veríssimo:

“... Disse-lhe que quem resiste a tal clima tem nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis (*palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago, da Venezuela e da Região Norte do Brasil*) e, nas artérias, o sangue frio das sucuriubas. (*cobra gigante mais conhecida como sucuri ou sucuriju*).”

A descrição de Euclides sobre a Amazônia cingia-se a aspectos morfológicos e artísticos, situando-o em plano no qual figurava como escritor e técnico, a dupla condição que o levava a estabelecer comparações com áreas de montanhas, incomuns na região. Na primeira parte de *À Margem da História*, deixava transparecer lamento ante o cenário artístico à sua frente, para ele em nada parecido com “imagens capazes de se fundirem harmoniosamente, na síntese de

uma impressão empolgante”. Era a fase em que o quadro amazônico se lhe assemelhava, do ponto de vista artístico, inferior “a um sem número de outros lugares do nosso País”.

Sua análise terá sido dura demais, notadamente ao declarar a região, como já observei, sem os encantos que enxergava na faixa existente no litoral Rio-São Paulo ou *de Cabo Frio à Ponta do Munduba*.

Exageros ou cotejos incabíveis à parte, a forte criatividade de Euclides da Cunha denunciava-o em sua intimidade como alguém sensível a ponto de se curvar à beleza singular e de incomparável dimensão e diversidade, de impossível medição comparativa. A Amazônia, reconhecida no mundo, como também passou a defini-la Euclides, é a paisagem mais exuberante do País. E a mais fascinante, também. Ao tempo dele, como ainda hoje.

Logo após seu desembarque em Manaus, em 30 de dezembro de 1904, Euclides exprimiu, em texto, a primeira manifestação de apreço e aconchego à Amazônia. E, também, de reconhecimento. Tal como se conclui por trecho de carta enviada a seu pai: “[...] Em todos os pontos onde saltei fui gentilmente recebido graças à influência de seu grande neto – Os Sertões.”

O escritor não avaliava o renome conquistado pela notável obra que, muito justamente, conquistara o Brasil:

“... Realmente nunca imaginei que ele (*Os Sertões*) fosse tão longe. No Pará tive uma lancha especial oferecida pelo senador Lemos e alguns rapazes de talento. Passei ali algumas horas inolvidáveis... e jamais esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes.”

Como sabemos e lamentamos, o desejo de Euclides de legar ao Brasil seu acalentado *Um Paraíso Perdido*, para secundar *Os Sertões*, não veio a se concretizar. Tivesse sido materializado, iria além da proposição com que ele caracterizava a futura obra destinada a uma segunda vingança. O texto certamente seria mais

que perfeito, em dimensão e estrutura linguística, em beleza literária e em precisão descritiva. Enfocaria a Amazônia como todos gostaríamos de lê-la. Não se limitaria a uma repetição de frases surradas como as que amiúde se rodiziam à exaustão, inclusive pelos que jamais pisaram a terra das águas e do verde. Falam, escrevem e talvez até imaginem defendê-la, apesar de não a conhecerem de fato. Alguns, nem mesmo por leituras ou estudos. Registro, bem a propósito, a definição com a qual Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, aponta como o maior problema da Amazônia: o desconhecimento da Região pelos brasileiros, em posição de desvantagem diante de atentos estrangeiros, que para lá se dirigem e de lá regressam bem informados. E, não tenho dúvidas, também fascinados.

Pois o fascínio fez-se em Euclides da Cunha. Foi com tal sentimento que abriu seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, escolhendo, como palavras iniciais, relato de sua permanência de seis meses na Amazônia: “Há dois anos, entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, ‘que já é rio e ainda é oceano’ tão inseridos estes fâcies geográficos se mostram à entrada da Amazônia.”

Ainda na página inicial de seu discurso, Euclides externa suas impressões diante do cenário para ele novo:

“[...] Na antemanhã do outro dia – um daqueles *glorious days* de que nos fala Bates, subi para o convés de onde, com olhos ardidos de insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas...

Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inteira e contemporânea do Gênesis.

Compreendi o ingênuo anelo de Cristóvão da Cunha: o grande rio deveria ter nascido no Paraíso.” (Militar português, capitão de Ordenanças)

E mais:

“[...] Atentei outra vez nos baixios indecisos, nas ilhas ou pré-ilhas meio diluídas nas marejadas — e vi a gestação de um mundo. O que se me afigurava um bracejo angustioso era um arranco de triunfo. Era a flor salvando a terra numa luta onde vislumbrava uma inteligência singular: aqui, enfileirando as aningas de folhas rijas, rebrilhantes e agudas à feição de lanças, em estacadas unidas para o combate das águas; além, estendendo diante das correntezas refertas de sedimentos, os retiários e os filtros das carananas e dos aturizais; por toda a banda, alongando e retorcendo os tentáculos flexíveis dos mangues em urdiduras inextricáveis, em cujas malhas infinitas o lodo quase diluído vai transmudando-se em solo resistente, inventando depois a anomalia dos arbustos-cipós e ajustando sobre tudo aquilo os longos traços de união dos galhos estirados das apuiranas e dos juquiris — até acavar-se no primeiro firme, que se vai construindo um alto maritizeiro, abrindo no azul os seus enormes leques sussurrantes e prenunciando a floresta ou vem logo após, impressionadora e majestosa, destruindo de repente toda a monotonia daquela imensidade nivelada com as frondes das samaúnas, altas e redondas, a ondearem nos sem-fins das paisagens como se fossem colinas.

Compreendi os mesmos céus resplandecentes e limpos: e que a terra toda surge à flor das águas e emerge mais e mais, crescendo na ascensão da seiva das florestas atraídas vigorosamente pelas energias incomensuráveis da luz.”

O simples paralelo entre o cenário que Euclides encontrou na Amazônia há um século e a atualidade enseja, mesmo a título de imaginação, quase uma antevisão do tom que o escritor usaria, se ainda vivo, numa nova incursão por terras amazônicas.

O percurso de Euclides, na rota do Purus, começou, neste ano do centenário de sua morte, a ser repetido pelo mesmo jornal para o qual o escritor e jornalista narrara a odisseia de Canudos. Coincidindo com a data em que concluo

este artigo, embarcou para o Purus o jornalista Daniel Piza, de *O Estado de S.Paulo*, numa interessante viagem em barco rebatizado de *Euclides da Cunha*. O objetivo, puramente jornalístico, será o de estabelecer pontes entre passado e presente, com indagações várias: *O que terá mudado desde a ida de Euclides? O que permanece igual? O que restou intato? Encontraremos rastros da expedição?*

Através dessa iniciativa, denominada *Amazônia Revisitada*, o jornalista, não resta dúvida, prestará relevante serviço à literatura, à História do Brasil e, especialmente, à região. Os registros guardarão semelhança com a *Correspondência* pela qual o escritor, há 104 anos, criou páginas literárias e técnicas sobre essa área tão estratégica para o Brasil, a ponto de seu futuro dela depender.

Euclides da Cunha, hoje, numa revisitação, haveria de repisar denúncias, com sua pena, seu estilo e sua sensibilidade literária na mesma dimensão com que relatou Canudos. No mínimo, um aliado, certamente o mais talentoso deles, clamando contra a devastação da Grande Floresta e a consequente degradação da mais rica biodiversidade global. Biodiversidade brasileira, sim. Ameaçada, também.



Gilberto Freire

Arquivo da Fundação Gilberto Freyre

A areia seca de Euclides da Cunha e o massapé de Gilberto Freire

EDSON NERY DA FONSECA

Referindo-se à diferença entre o sertão nordestino e a zona da mata, Gilberto Freire não escondia sua preferência pelo “Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão” e “onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa”. E fala do “outro Nordeste”, com “os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés”, as “paisagens duras doendo nos olhos, os mandacarus, os bois e os cavalos angulosos, as sombras leves como uma alma do outro mundo com medo do sol [...], com “figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco” (*Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937).

Crítico literário, ensaísta, bibliotecário e investigador literário. Autor, entre outros, de: *Ramiz Galvão* (1963), *O Recife de Manuel Bandeira* (1986) e *Casa Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*. É especialista nas obras de Manuel Bandeira e Gilberto Freire.

Mas a identificação de Gilberto Freire com a zona da mata não o impedia de admirar e procurar compreender figuras emblemáticas do sertão como Euclides da Cunha. Ele possuía aquela capacidade de experienciar sentimentos e estados de espírito alheios que os sociólogos chamam de **empatia** (do alemão *Einfühlung*). O livro *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1944; 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Record, 1987) é o exemplo mais expressivo da empatia freiriana. O perfil do imperador Pedro II, por exemplo, é uma obra-prima de biografia psicológica.

O perfil do autor d'*Os Sertões* apareceu primeiro no opúsculo *Atualidade de Euclides da Cunha*, publicado em 1941 pela Casa do Estudante do Brasil. Trata-se de conferência lida, em 29 de outubro do ano anterior, na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Em 1939, Gilberto Freire já havia prefaciado um diário de Euclides da Cunha, publicado na série que dirigia para a Editora José Olympio (cf. *Canudos [Diário de uma Expedição]* Coleção Documentos Brasileiros, I6). Tanto a conferência como o prefácio reaparecem no já citado livro *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Quando Gilberto Freire exercia, no Rio de Janeiro, o mandato de deputado federal (1946-50), o assassino de Euclides da Cunha tentou aproximar-se dele, mas o encontro proposto foi recusado por Freire, que amava personalidades dramáticas como as de Euclides e Augusto dos Anjos, outro dos perfilados na referida obra.

Influenciado por Carlyle, Gilberto Freire adorava biografias, diários e memórias. Com apenas 18 anos e ainda estudante de graduação nos Estados Unidos, ele anotou em seu diário íntimo:

“... o problema da existência sendo diferente para cada homem, é também, em muitos pontos, o mesmo para todos os homens e, portanto, suscetível de estudo científico (sociológico, biológico, psicológico, etc.). Ao mesmo tempo, um interesse poético inspira ou informa esse estudo, porque não há problema de existência que não seja para o homem um problema de conflito da sua vontade ou de sua pessoa com a Natureza e com a Sociedade. Daí poder dizer-se que, em essência, a História, a Antropologia e, paradoxal-

mente, a própria Sociologia, não são senão a reunião de inúmeras biografias. Pelo menos não deveria a História ser senão isto: a essência de inúmeras biografias” (*Tempo Morto e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 2.^a Ed. São Paulo: Global, 2006).

De tanto ler biografias e ensaios sobre o gênero biográfico Gilberto Freire tornou-se especialista no assunto, como demonstrou em seu livro *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*. Livro infelizmente pouco conhecido porque publicado por órgãos governamentais de Portugal e do Brasil: primeira edição pela Academia Internacional de Cultura Portuguesa (1968) e segunda edição pela Fundação Cultural do Mato Grosso (1978).

Mas Gilberto Freire não era um apologista ortodoxo como os que só veem qualidades nas pessoas que admiram. Poderia dizer, como Otto Maria Carpeaux, que, de sua “capacidade ilimitada para admirar os que são realmente grandes”, deduzia “o direito da crítica mais severa”. Ele começa, por exemplo, o perfil de Euclides da Cunha lamentando que o autor d’*Os Sertões* tenha concedido “importância exagerada ao problema étnico, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada ‘economia agrário feudal’ sobre a vida brasileira”. Mas o certo, acrescenta, é que Euclides da Cunha

“não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto absoluto de tal superioridade. Nem é fácil de conceber que um homem como Euclides da Cunha, animado do culto da personalidade humana tanto quanto do entusiasmo pelos planos arrojados de socialização dos grupos regionais ou nacionais, pudesse ser hoje o etnocentrista desdobrado em totalitarista que entreveem nele alguns críticos de belas- letras”.

Uma das observações mais penetrantes de Gilberto Freire é a de que Euclides da Cunha

“foi um indivíduo que nunca se completou em adulto feliz ou em personalidade madura e integral, a quem a colaboração doce e inteligente, ou simplesmente a inspiração constante de uma mulher, tivesse acrescentado zonas de sensibilidade, de compreensão e de simpatia humana, que o homem sozinho não percorre senão angustiado; ou não percorre nunca”.

E acrescenta:

“Euclides quase nada teve desses homens completos, bem equilibrados e saudáveis, de que Nabuco foi, no Brasil, uma expressão magnífica. O autor d’*Os Sertões* foi um homem com uma grande dor, nem sempre disfarçada nas cartas aos amigos nem nos livros que escreveu. Retraído e calado, era um indivíduo triste para quem a vida tinha poucos encantos; a quem o mundo oferecia raras alegrias.”

No perfil de Euclides, Gilberto Freire utilizou um de seus recursos estilísticos mais atraentes: a “enumeração caótica” estudada por Leo Spitzer na poesia moderna, especialmente na obra de Walt Whitman. Já analisamos as enumerações freirianas em nosso livro *Em Torno de Gilberto Freire* (Recife: Massangana, 2007), classificando-as como curtas, médias e longas, todas caracterizadas pelo método afirmativo. Em *Casa-Grande & Senzala*, há vários exemplos de enumerações curtas e médias. As mais longas se estendem por várias páginas do capítulo “Tentativa de Síntese” do livro *Ordem e Progresso* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1959; 6.^a ed. rev. São Paulo: Global, 2004). – Infelizmente, em seu afã de “condensar” o texto freiriano – reconhecido pelo próprio autor como “desproporcional” – o professor Rod W. Horton eliminou na edição norte-americana de *Ordem e Progresso* todo o capítulo “Tentativa de Síntese” (cf. *Order and Progress*. New York: Knopf, 1970; 2.^a ed.: Berkeley: University of California Press, 1970).

Reproduzimos, em conclusão, a enumeração caótica utilizada por Gilberto Freyre para caracterizar a personalidade complexa de Euclides da Cunha. Nes-

ta “página saborosa”, como a qualificou Antônio Cândido, Freyre adotou o “processo negativo” para mostrar o ascetismo do autor d’*Os Sertões*, “arrolando o que de folgada e pitorescamente brasileiro não estava no seu modo de ser”. E acrescenta o lúcido e erudito crítico literário: “Por aí se vê o processo de envolvente redemoinho visado no jogo das imagens que, aparentemente desligadas do assunto, acabam por esclarecê-lo mais do que uma discussão abstrata” (cf. Antônio Cândido, “Gilberto Freire crítico literário”, in: *Gilberto Freire: sua Ciência, sua Filosofia, sua Arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 120-124). Note-se ainda que a enumeração é reforçada pela repetição da conjunção alternativa “nem”, concluindo pelo pronome indefinido “nenhum” que é, aliás, uma aglutinação de “nem” e “um”.

“Nem moças bonitas, nem danças, nem jantares alegres, nem almoços à baiana, com vatapá, caruru, efó, nem feijoadas à pernambucana, nem vinho, nem aguardente, nem cerveja, nem tutu de feijão à paulista ou à mineira, nem sobremesas finas segundo velhas receitas de iaiás de sobrado. Nem churrascos, nem mangas de Itaparica, abacaxis de Goiana, açaí, sopa de tartaruga, nem modinhas de violão, nem pescarias de Semana Santa, nem ceias de siri com pirão, nem galos de briga, nem canários do Império, nem caçadas de onça ou de anta nas matas das fazendas, nem banhos nas quedas d’água dos rios de engenho – em nenhuma dessas alegrias caracteristicamente brasileiras Euclides da Cunha se fixou. Nem mesmo no gosto de conversar e de cavaquear às esquinas ou à porta das lojas – tão dos brasileiros: desde a rua do Ouvidor à menor botica do centro de Goiás.”



Euclides da Cunha e o pensamento americano

FRANCISCO VENANCIO FILHO

Ensaísta, biógrafo, engenheiro e professor. Dentre suas obras podemos destacar: *Euclides da Cunha* (biog.); *Euclides da Cunha* (ens.); *Euclides da Cunha a seus amigos*; *A glória de Euclides da Cunha*; *Rio Branco e Euclides da Cunha*; *Euclides da Cunha e a Amazônia*.

Euclides da Cunha é, sem dúvida, o mais brasileiro dos escritores brasileiros. Sua obra pequena e profunda, caracterizada principalmente por um estilo original e forte, possui um fundo científico e filosófico. Toda ela se embebe da seiva nutritiva que lhe vem das raízes de sua terra e de sua gente. A sua obra-prima e de estreia, *Os Sertões*, é inicialmente uma monografia antropogeográfica de um trecho da região semi-árida do Nordeste brasileiro. O tema que lhe sugeriu o livro foi em si mesmo, episódio policial a que somente este deu relevo e grandeza. Entretanto, tem *Os Sertões* tais perspectivas humanas que, sendo caracteristicamente expressão da nacionalidade, tal como *D. Quixote* ou *Os Lusíadas*, é hoje obra universal. Foi exatamente este choque violento que o gênio de Euclides da Cunha elevou a altitudes universais. É o que se está verificando na sua transposição para ou-

Conferência que seria pronunciada em Montevidéu, no último trimestre de 1946, como membro da Missão Cultural Brasileira.

tras línguas mais faladas. Primeiro, para o castelhano, por Benjamim de Garay, na Argentina, e infelizmente ainda inédita, outra versão do Prof. Henrique Fabregat. Depois, para a língua inglesa nos Estados Unidos pela pena de Samuel Putnam e agora mesmo acaba de sair a versão sueca — *Marc-krenna Brinna* (Terra Adusta). E, neste momento, está em caminho de publicação a tradução francesa feita com cultura e extremo de carinho por uma escritora consagrada, a Sr.^a Sereth Neu.

Tudo o quanto lia se entrosava no sistema geral de sua cultura principalmente científica e de sua aptidão literária. O livros que não podia possuir naquela peregrinação constante de acampado, supria-os com as anotações em pequeninos cadernos.

Em 1904, convidado pelo Barão do Rio Branco, vai à Amazônia em missão mista de reconhecimento do rio Purus, a fim de fixar os limites com o Peru, em consequência do Tratado de Petrópolis pelo qual se resolvera a delicada e famosa questão do Acre. Faria parte daí por diante do grupo notável de colaboradores do grande ministro das Relações Exteriores do Brasil, tão vinculado à vossa generosa simpatia. Além d'*Os Sertões*, escreveu: *Contrastes e Confrontos, Peru versus Bolívia, À Margem da História* e mais o relatório daquela missão de limites e alguns trabalhos esparsos.

Nas três obras referidas, encontramos ideias e estudos de pensamento americano. Em *Contrastes e Confrontos* está o ideal americano. Critica o comentário do livro deste título de Theodoro Roosevelt. Os conceitos que emitiu a respeito da grande república do continente, aquele tempo, sujeita à suspicácia de imperialismo, são admiráveis de compreensão e de justiça, como o são também os que escreveu sem temores vãos, mostrando que muito mais do que o perigo ianque que tanto assustava as repúblicas sul-americanas, havia em cada uma delas o perigo nacional resultando de sua incultura.

Na *À Margem da História* se encontra um vigoroso estudo “Viação Sulamericana” em que, confrontando as redes ferroviárias do Brasil e da Argentina, desenvolve o panorama desta estrada continental que há de ser um laço a mais na unidade do hemisfério quando tiver a latitude de um meridiano.

Em “Primado do Pacífico”, também daquele livro, em 1906, antecipa-se ao conflito gerado em Pearl Harbor a que assistimos, demonstrando a força, de uma lógica inflexível apoiada em documentos autênticos e cifras decisivas, que, conforme o conceito de um economista ianque Austin, mais lhe parecera um verso errado de Kipling: “*The Pacific will be and remain an American Ocean*”.

Em *Contrastes e Confrontos* se deparam vários artigos sugeridos pelos conflitos entre peruanos e brasileiros nas regiões lindeiras entre os dois países, depois do Tratado de Petrópolis que ameaçaram terminar em solução guerreira, felizmente atalhada a tempo pela diplomacia do gênio político de Rio Branco. Nestes artigos, estuda, em visão sintética, a formação daquela república latina sobreposta à admirável civilização incásica, mostrando como ali o exemplo da história é um decalque da geografia.

O sentimento de solidariedade humana e a sua concepção quase literária da vida fazem com que reconheça na origem daqueles conflitos a expansão vigorosa de um povo comprimido entre a montanha e o mar. Espanta hoje, quando os povos da América cada vez vão se estreitando e conhecendo a cultura de Euclides da Cunha sobre eles, atentando-se principalmente para esta circunstância expressiva: nunca saiu de sua terra.

Peru versus Bolívia é o seu outro livro que não foi feito de fragmentos. Como *Os Sertões*, possui uma unidade de plano e uma estrutura de concepção. Como o nome indica, trata do litígio de limites entre os dois países irmãos, submetido em 1907 à arbitragem do governo argentino. A demonstração dos direitos da Bolívia que ele próprio julgava mais pela verdade do que pelo direito surge nestas páginas clara e impositivamente, como se fora uma demonstração matemática. Como se sabe, a separação das antigas colônias espanholas da América gerou problemas de fixação de linhas fronteiriças que vieram sem solução até quase os nossos dias. E, como o Brasil, confina com todos os países irmãos, à exceção do Chile, muitos dos problemas que o afetaram interessam ao Brasil, assim a zona litigiosa submetida ao julgamento do presidente argentino Figueiroa Alcorta. O livro, a princípio publicado em artigos no *Jornal do Commercio*, elaborado num improviso de um mês, exa-

mina a questão à luz de todos os aspectos que podiam conduzir à conclusão final: histórico, geográfico, político, jurídico. Revela mais uma vez a sua excepcional capacidade de pensador ao mesmo tempo que um profundo conhecimento da formação dos países da América do Sul. Por tudo isto, teve excepcional repercussão em todo o continente.

O delegado boliviano Sr. Heliodoro Villazon solicita-lhe autorização para verter para o castelhano, escrevendo-lhe a seguinte carta: “Adquire para logo notoriedade em meio da diplomacia continental sediada no Rio de Janeiro.” Entretanto o laudo arbitral não foi favorável à Bolívia. Mas esta não esqueceu o defensor desinteressado e cavalheiresco de seus direitos e, assim, quando o Presidente Peñaranda, em 1943, visita o Brasil, a maior homenagem que julga prestar-nos é trazer para a Academia Brasileira uma placa evocativa.

Continuando a trabalhar junto de Rio Branco, reunindo excepcionalmente as condições técnicas de engenheiro, o gosto pela história e o amor dedicado às coisas de sua terra, seria auxiliar precioso do grande ministro, exatamente no momento em que cabia ao Deus Terminus da nacionalidade, na expressão exata de Rui Barbosa, se empenhar na tarefa delicada e urgente de fixar a moldura do território nacional. Daí, ser de sua pena grande número de mapas que serviram a tratados de limites neste trabalho inglorioso e beneditino de cartografia, confrontando, apurando, retificando cartas geográficas no emaranhado das fantasias tão presentes nestes documentos.

Em relação ao Uruguai, encontra-se na obra de Euclides da Cunha três admiráveis trabalhos: o primeiro, em *Contrastes e Confrontos*, com o título “Heróis e Bandidos”, fixa em linhas esculturais a figura do caudilho do começo do século passado, evocando a cena da chegada a Assumpção do Dr. Francia, o prisioneiro Artigas. O segundo, em *À Margem da História*, examina a questão de vosso interesse em Martin Garcia, a pequenina ilha do estuário da Prata a que Dias de Solis deu nome de seu dispenseiro de bordo, mas que ficaria imortalizada na posição estratégica e diplomática em que se acha. O artigo foi sugerido pela monografia do eminente escritor argentino Augustin

de Vedia, que também fez traduzir para o castelhano a do escritor brasileiro. Com aquela mesma lógica e com o mesmo brilho com que tracejou e encadeou os argumentos do *Peru versus Bolívia*, fez-se romântico e desinteressado advogado do Uruguai nos direitos à jurisdição daquele pequeno pedaço de território americano.

O último trabalho de Euclides da Cunha nos seus últimos dias foi a colaboração com Rio Branco na atitude que coloca o nosso grande ministro no pedestal de um vulto do continente, porque, reconhecendo a justiça do nosso direito ao condomínio da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão num gesto desta política de boa vizinhança, que vem sendo o clima fraternal dos vossos dias, sob a invocação radiosa do grande cidadão do mundo que é Franklin Roosevelt, concedeu à nobre e generosa República Oriental do Uruguai mais do que ela própria pleiteava, conforme reconheceram seus próprios estadistas. O mapa que serviu ao tratado de setembro de 1909, que fixou aqueles direitos, foi das mãos de Euclides da Cunha, e nenhum depoimento melhor poderia ser invocado nesta hora e neste lugar de que o vosso saudoso e eminente escritor e diplomata — Manoel Bernardes.

As últimas preocupações intelectuais de Euclides da Cunha foram relativas à América. Em carta a Alberto Rangel, seu amigo e companheiro de sempre, então em Paris, perguntava se não seria possível ir realizar um curso de História Sul-americana na Sorbonne, naquele momento em que as atenções se voltavam para o nosso hemisfério. Por esta mesma época dirigindo-se a Domício da Gama, nosso representante em Lima, anunciava o seu desejo de escrever uma obra que abrangesse a formação da América do Sul. Mas, atalhava, para tanto teria ainda muito o que estudar. Realmente, se a vida não lhe tivesse sido brutal e abruptamente cortada tão cedo, e lhe tivesse sido possível percorrer as terras da América captando na sua visão genial impressões diretas que não teria sido esta obra com que sonhou? Se um episódio policial num recanto de solo brasileiro lhe permitiu o painel gigantesco d' *Os Sertões*, que não seriam os quadros que sua pena produziria em face da formação a tantos aspectos, original e formidável, dos países da América Latina? Chegou-se a afirmar que seria nomeado ministro do Brasil no

Paraguai. Afrânio Peixoto insistiu para que aceitasse, menos pelo brilho e altitude que daria a esta representação do que pelas páginas que nos poderia ter dado. Infelizmente malogrou-se esta possibilidade.

Por tudo isto, quando os povos irmãos do continente conhecerem mais profundamente, há de ser uma imposição estimarem o nome de Euclides da Cunha, um dos símbolos mais expressivos da nacionalidade brasileira, que há de se figurar também entre os grandes nomes do continente de Colombo.

A estabilidade interpretativa de *Os Sertões*

LUIZ COSTA LIMA

Dos oitocentistas brasileiros, o Euclides de *Os Sertões* é o autor sobre o qual mais tenho escrito; não porque o julgue mais valioso que Machado, senão porque seu padrão apreciativo em vigência prolonga um equívoco que contagia todo o critério literário-interpretativo.

O nascimento do equívoco se deu um dia depois do lançamento de *Os Sertões* – este aparece no dia 2 de dezembro de 1902; o artigo do mais respeitado crítico do período, no *Correio da Manhã*, do dia 3. A abertura do ensaio de José Veríssimo não só consagra Euclides como estabelece o cânone até hoje quase incontestável:

“O livro [...] do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista [...] (VERÍSSIMO, J. 1904: 2003, 46).”

Doutor em Literatura Comparada e Teoria Literária pela USP. Professor titular de Teoria da História do Depto. de História da PUC (RJ). Ensinou na Universidade de Minnesota, Estados Unidos e tem sido professor visitante em várias universidades estrangeiras. É autor de mais de 15 livros sobre teoria da literatura, Literatura Comparada e Literatura Brasileira. Sobre *Os Sertões* escreveu especialmente o *Terra Ignota*. *A Construção de Os Sertões* e recentemente *O Controle do Imaginário e a Afirmação do Romance*.

Também a resposta de Euclides é do mesmo dia 3. Se seu começo substitui o agradecimento convencional pela emoção do estreante — “Ao ler no *Correio* de ontem a notícia do seu juízo crítico sobre *Os Sertões*, tive, renascida, uma velha comoção que já supunha morta — a de calouro [...] em véspera de exame” — seu desenvolvimento de muito a excede. Ressalto o fundamental: “[...] O consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. [...] Eu estou convencido que *a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta* — e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente [...]” (CUNHA, E. da: 1903, 3 de dezembro, I43-4, grifo meu). (A parte referente à “tecnografia própria” procurava responder à restrição de Veríssimo sobre o excesso de termos técnicos, Euclides não julgando conveniente ou necessário responder às observações sobre seu léxico raro e seus torneios de frase). O cerne da correspondência torna ainda mais clara a construção do argumento: ao passo que, para Veríssimo, a obra aparecia dotada de *dupla inscrição* — obra de ciência e de arte —, para Euclides, “o consórcio” que desenvolvera anunciava a obra literária do futuro. Ela viria a ser caracterizada pelo *tratamento científico do caso* que a despertara, a que se conjugaria a *impressão artística*. Em outras palavras: diante de um caso ou fenômeno qualquer, seria exigido do escritor a apreensão da “noção científica” que o desperta, i.e., que o explica; ao ser ela alcançada, caberia, então, fundi-la à “impressão artística”. Sem essa, permaneceria “a aridez característica das análises e das experiências [científicas]”.

Aparentemente, crítico e ensaísta, estão de acordo. Teríamos ali “a tendência mais elevada do pensamento humano” porque ao tratamento (científico) do caso fora acrescentada a “impressão artística” decorrente. Mas o acordo é de superfície. Para Veríssimo, as duas contribuições se põem em um plano de igualdade, enquanto Euclides, embora sem nitidez absoluta, dá a entender que as camadas estão desniveladas. É, no entanto, provável que a diferença não tivesse sido, então, notada, o que ajudará ser postergada a discussão do relacionamento entre ciência e literatura. O fato é que, em abordagem sobre o autor de *Os Sertões*, publicada 26 anos depois, Roquette-Pinto mostrava que a *dupla*

inscrição estava consagrada, integrando consigo elementos como “colorido romântico” e identificação com a natureza, pertencentes à herança do romantismo nacional:

“A introdução do espírito científico na literatura histórica, o colorido romântico que ele deu, talvez sem querer, a todas as suas grandes páginas, sintonizando-as com o meio intelectual, a identificação do escritor com a natureza, [...] são os parâmetros da grande figura”. (ROQUETTE-PINTO, E.: 1929, 80).”

Quem acaso conheça o livro que dediquei à obra maior de Euclides, *Terra Ignota. A Construção de Os Sertões* (1993) poderá alegar que, até agora, não fiz nada do que ali já não estivesse. É verdade. O retrospecto se impôs para que se acrescentassem dois desenvolvimentos: (a) concerne à manutenção contemporânea do juízo primeiro formulado por Veríssimo; (b) diz respeito às possíveis razões por que, a partir de 1952, se tornou possível a tentativa de estabelecimento de uma segunda norma interpretativa (advirto que o juízo expresso por Araripe Jr. — embora seu ensaio tenha sido republicado no mesmo *Juízos Críticos* (1904) que o de Veríssimo, não teve a relevância merecida — servirá de apoio para a hipótese que propus em *Terra Ignota*, de que aqui não tratarei propriamente). Desenvolvam-se as duas referências aludidas.

No único livro que se propõe analisar a presença das ciências naturais n’*Os Sertões*, logo em seu início, o autor não só repete que “Euclides da Cunha construiu uma interpretação da nação brasileira baseada no consórcio da ciência e da arte”, como cita passagem do tradutor de Euclides para o alemão, Berthold Zilly, provavelmente datada de 1993, para quem, no fim do século XIX, era possível que as culturas literária, sociológica, historiográfica, científica e tecnológica mantivessem um estado de proximidade, que permitiria estivessem reunidas em um mesmo autor (cf. SANTANA, J. C. Barreto de: 2001, 35).

A hipótese de B. Zilly é no mínimo curiosa. No caso europeu, lembre-se a análise do caso de historiador famoso do século XIX, Fustel de Coulanges (1830-1889). A respeito de seu horror ao texto que escapasse da condição de

ser glosado por um historiador, Hartog sintetizava sua firme posição: “Homem da ciência ou homem do comentário, o historiador como leitor não pode nem deve ser um autor: a serviço do texto, ele jamais escreve senão os propósitos dos outros” (HARTOG, F.: 2001, 155). O cientificismo exacerbado de Coulanges não entendia que se concebessem autores senão banhados pelo ácido amniótico da retórica. Para o homem de ciência, “o texto serve propriamente de *pretexto*” (*idem*, 153). Mas, para que recorrer a exemplos europeus ou, recordando a nacionalidade de Zilly, por que lembrá-lo do explícito absentismo estético de um historiador da literatura como Gervinus? Não é preciso forçar a memória. No próprio plano brasileiro, a suposta reunião das disposições discursivas era desmentida pela prática do Visconde de Taunay; seu romance *Inocência* (1872) tem um andamento romântico-sentimental bem distinto do tom descritivamente austero de uma peça de cunho histórico-militar, *A Retirada da Laguna* (1871). Mas não só. O exemplo de Taunay ainda mostra que o exercício de uma função historiográfica não o impedia de escrever bem. Baste um exemplo. Ele se refere à decisão do comandante das tropas em retirada de abandonar numa clareira os moribundos de cólera:

“Como desvairado, ordenou, então, o Coronel que, à luz de fachos imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira, para onde seriam os coléricos transportados e abandonados. Ordem terrível de dar, terrível de executar; mas que, no entanto (forçoso é confessá-lo), não provocou um único reparo, um único dissentimento. Puseram os soldados, logo, mãos à obra como se obedecessem a uma ordem mezinha; e – tão facilmente cede o senso moral ante a pressão da necessidade – colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos estes inocentes condenados, os desventurados coléricos, muitos deles companheiros de longo tempo, alguns até amigos provados por comuns padecimentos”. (TAUNAY, A. d’Escragnolle: 1871, XVII, 113)

A passagem sobre Coulanges e a de Taunay não só evidenciam ser absurda a suposição de que, no século XIX, estivesse em vigor uma forma discursiva que

integrasse as modalidades filosófica, científica e literária, como ser não menor absurdo manter-se, *do ponto de vista de valor expressivo*, as separações estanques entre as narrativas literária e historiográfica. Simon Hornblower, em sua condição de especialista em história antiga, faz sobre os velhos historiadores gregos uma observação que, sendo correta, nada tem de extraordinária: “Com Tucídides, bem como com Heródoto, é um erro supor que um procedimento literário é algo inconsistente com um relato verdadeiro; pode ser antes um modo estilizado de apresentar o que é verdade” (HORNBLOWER, S.: 1987, 79). Só a permanência da rigidez positivista – “o historiador como leitor não pode nem deve ser um autor” – ainda exige repetir-se que escrita da história não é sinônimo do texto enfadonho. Um historiador pode escrever tão bem quanto um ficcionista ou até melhor. A uma obra só não é possível ser *simultaneamente* historiográfica, filosófica ou científica, e literária.

Embora o desmanche da afirmação de Veríssimo já não passe de uma quase banalidade, seu questionamento continua a ser tabu. Assim sucede por motivo bastante banal: as áreas da escrita da história e da literatura são particularmente avessas à reflexão teórica; a aversão aumenta quando se cogita do relacionamento entre escrita da história e literatura. Considerado óbvio, na verdade esse reconhecimento contenta-se em se declarar por linhas vagas e grosseiras. Por isso, como vimos em Roquette-Pinto, o cânone interpretativo euclidiano, preferia manter implícita a *dupla inscrição*, ressaltando, em troca, uma feição que, afirmada desde o Romantismo, se julgava positiva e evidente. Essa feição mais aceita, de modo algum questionadora do juízo de Veríssimo, já se exprimira um pouco antes, nas proximidades da *Semana de Arte Moderna*, por um intelectual de renome: é Alceu Amoroso Lima quem ressalta o elemento legitimador por excelência de *Os Sertões* – o nacionalismo euclidiano:

“Ele vinha mostrar [...] o erro do litoralismo político, que fora na Monarquia o Parlamentarismo, importando fórmulas e confundindo ficções com soluções, embora tendo conseguido organizar a estrutura social da nacionalidade e fixar a face mais original de sua literatura, até então, e era agora na República o

caudilhismo militar, corrompendo as forças armadas pelo veneno político. Literariamente, vinha revelar o erro do esquecimento em que jazia a massa dos homens brasileiros e dar aos vindouros um exemplo incomparável de originalidade, ao tomar em suas mãos a matéria bárbara Americana” (LIMA, A. de A.; 1924, 891-2).

Se Veríssimo afirmara que a razão da grandeza euclidiana estivera na combinação entre ciência e arte, Amoroso Lima, sem o negar, acentuava a terceira reta formadora do triângulo exemplar: a nacionalidade. Com isso, o cânone euclidiano não só se completava, como recebia uma designação política, que o afastava do terreno acadêmico em que Veríssimo ainda se mantivera. A afirmação da nacionalidade tornava Euclides nosso escritor por excelência. Mas escritor de quê? De uma interpretação do país, como ele mesmo afirmara pretender, de uma obra literária ou de uma e outra coisa? A pergunta devia ou não ser clara ou incômoda para o próprio Amoroso Lima porque já a expunha respondida: penetrando nos meandros da monarquia e da república, Euclides fixara “a face mais original de sua literatura”.

O triângulo exemplar completado por Amoroso Lima teve a favor de seu prestígio a aversão, não só brasileira, de historiadores e escritores em se indagarem que os diferencia entre si. Cabe agora fazer a indagação em sentido temporalmente contrário: a *dupla inscrição* teria sido, de fato, formulada pela primeira vez por Veríssimo? E a sutil discrepância que se notava na resposta de Euclides, em que ciência e “impressão artística” se situavam em planos diferentes, seria propriedade sua? Nem uma coisa, nem outra. Devo ao historiador e amigo Valdei Lopes de Araujo o conhecimento da peça decisiva: texto escrito em 1817, por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Situemo-lo brevemente. De volta a Lisboa, depois de viagem de estudos pela Europa, financiada pelo governo português, Bonifácio foi nomeado, em 1812, secretário da Academia de Ciências de Lisboa. O cargo não era uma sincura: além de as ciências já serem entendidas como instrumento de progresso (cf. ARAUJO, V. L. de: 2008, 35), a tarefa de que era imediatamente incumbido

bido, escrever o *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*, mostrava como sua abordagem já não se confundia com a do tradicional panegírico: o informe histórico, à semelhança do que Bonifácio, por força de seu cargo, estava encarregado, possuía uma segura de expressão, em vez das “flores da erudição e da eloquência” que Rodrigues Lapa bem apontara a propósito dos panegíricos compostos por João de Barros (cf. LAPA, R.: 1943, XXIV). Assinale-se, ademais, que “o termo *literário* exerce aqui a importante função de unir as duas faces da Academia – as Ciências e as Belas-Letras” (ARAÚJO, V. de L.: idem, 26). Todas estas informações agora se calam ante a passagem decisiva. Embora só publicado em 1839, o *Elogio* foi proferido em 1817:

“Não penseis, Srs., que eu sigo os desvarios de alguns espíritos do nosso século, que só acham dignas do seu estudo e aplicação estas ciências [naturais e exatas]; e desprezam as belezas das Boas artes, e as tarefas da erudição: não, Srs., eu conheço, por mais sublimes que sejam aquelas verdades, para serem úteis e generalizadas precisam de aparecer com ornato e atavios, que só lhes podem dar as Belas-Letras. [...] Mas devo confessar ao mesmo tempo, que se as Belas-Letras, em um século tão instruído como o nosso, são precisas a todo o homem bem criado, são todavia mais um ornato necessário, que um mérito exclusivo e relevante; e delas ao esplendor das ciências indispensáveis vai longo caminho” (ANDRADA E SILVA, J. B. de: 1817, 50).

Compare-se a passagem com a carta de 3 de dezembro de 1902 de Euclides, considerando passagens que não foram transcritas. Euclides já não fala em Belas-Letras, e isso não exige explicação, mas em “trabalho literário” e “em impressão artística”. Em troca, em passagens igualmente não transcritas, a atividade científica recebe o mesmo qualificativo: em Bonifácio, o “árido das Ciências puras”; em Euclides, “a aridez característica das análises e das experiências [científicas]”. Mas a homologia se concentra no argumento central. Em Bonifácio, ele não podia ser mais explícito: “[...] As Belas-Letras [...] são um ornato necessário [...] ao esplendor das ciências indispensáveis”. Em Euclides, o enunciado não é

tão preciso: porque “a noção científica do caso” [é exigida para que então se efetive] a verdadeira impressão artística”, “estou convencido”, [‘apesar da crítica de Veríssimo, ser correta a maneira como compus *Os Sertões*’]. Ora, a que “noção científica do caso” corresponde, no texto de Bonifácio, senão a “esplendor das ciências indispensáveis” e o que causaria a “impressão artística” senão “ornato[s] e atavios”? Mais distante da tradição retórica, para a qual era lugar comum tratar dos ornatos e atavios das belas-letas, e próximo do subjetivismo romântico, era natural que Euclides antes falasse em “impressão artística” do que em ornato das belas-letas. Em suma, no concernente ao relacionamento entre ciências e artes, a diferença entre o ambiente letrado português do começo do século (1817) e o brasileiro, nos anos em que Euclides compunha *Os Sertões*, era apenas a de que o primeiro se permitia uma maior precisão – ornatos e atavios, em vez de “impressão”, “ciências indispensáveis”, em vez de “noção científica do caso”. O impressionismo euclidiano, contudo, não o levou a aproveitar o fim da chacina para que publicasse a denúncia do que testemunhara. Preferiu reunir suas notas às leituras e à contribuição dos amigos por estar convencido de ser aquela a oportunidade única para “[...] esboçar, palidamente embora, ante o olhar dos futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das subtraças sertanejas do Brasil” (CUNHA, E. da: 1903, 85).

Acrescentem-se duas observações. A primeira ganharia em relevância se aqui desenvolvesse o que tenho escrito sobre a identidade discursiva da obra em exame. Direi apenas que à desmontagem da tese originada em Veríssimo corresponde à afirmação de que *Os Sertões* são, de fato, o que o autor quis que fosse o livro: uma interpretação sobre as possibilidades futuras do país ante sua formação étnica; já a questão da feição efetivamente literária de certas partes suas não poderá ser aqui considerada (cf. COSTA LIMA, L.: 1997). Por este motivo, o resgate de Araripe Jr. é apenas insinuado: ele vinha narrando o percurso do livro e acabara de notar a entrada em cena de um famoso jagunço, “negro corpulento e ágil, que surge entre os renques de pedras, no alto da montanha, como um verdadeiro demônio [...]”. Interrompe momentaneamente a descrição e não percebe a riqueza da intuição que se deposita na pequena

frase: “Estamos em pleno romance de Walter Scott; e só então compreendemos como o escritor escocês pôde recolher, sem grande trabalho, fatos verdadeiros das lutas dos *highlanders*, para orná-las com as suas ficções poéticas” (ARARIPE JR.: 1903, IV, 106, grifo meu)

A comparação com Walter Scott adquire (momentânea) importância com a verificação que as lutas presentes nos seus romances eram *ornadas* por *ficções poéticas*. Sem se distinguir basicamente da interpretação de Veríssimo, a de Araripe, porém, dava um significativo e surpreendente passo adiante: confirmava o papel que o ornato, i.e., o próprio termo retórico que, presente em Bonifácio, havia sido “esquecido” por Euclides, tinha na visão euclidiana sobre as relações entre ciência e literatura. A segunda observação, de que agora trato, é, na verdade, um mero complemento da anterior.

Desde que transcrevi a passagem de 1817 de Bonifácio e, agora, com o reforço da alusão de Araripe, a questão que se põe é perguntar-se que sucede, no campo das letras, entre o começo e o fim do XIX, entre Portugal e Brasil. Não é novidade que o prestígio da retórica começara a derruir na Europa, desde finais do século XVIII. A terminologia usada por Bonifácio em 1817 faz perceber que a retórica mantinha algo de seu prestígio – tanto assim que sua terminologia era usada para pensar-se a relação entre as ciências que ascendiam e as belas-letras, em vias de perder seu nome. No Brasil, que sucedia? Os textos que Roberto Acízelo tem reunido do cônego Fernandes Pinheiro e Joaquim Norberto, referentes aos anos de 1850 a 1873, não são em nada melhores do que o *Résumé de L’histoire Littéraire du Brésil* (1826), de Ferdinand Denis, ou *O Discurso Sobre a História da Literatura no Brasil* (1836), de Gonçalves de Magalhães. É verdade que, desde os primeiros românticos alemães, ou seja, antes mesmo de Hegel, já se estabelecera que a compreensão da literatura (e das artes) só era válida a partir de sua historicidade. A falta de reflexão específica daí resultante era, no entanto, compensada pelas intuições dos fragmentos de F. Schlegel e Novalis e pelas especulações filosóficas do chamado idealismo alemão. Entre nós, em troca, depois que Denis convenceu os escritores que só adquiririam uma nota de brasilidade se cantas-

sem a exuberante natureza tropical e Magalhães os empolgasse em contribuir para o sentimento de identidade nacional, que tivemos além de uma inflação de palavras sem peso? Sirvam de exemplo: “Uma qualidade essencial à poesia é o ser ela a arte de tocar os corações; é intérprete da natureza, cujos acentos”, etc,etc (PINHEIRO, J. C. F.: 1852, 23) ou a passagem em que Norberto de Sousa lamenta que a falta de tipografias na colônia, obrigando os autores a enviar seus originais para o reino, os sujeitasse a perdê-los por naufrágios ou assaltos de corsários, assim se extraviando “nas mãos de homens ignorantes todos esses esforços de um povo que já se entregava na sua infância ao cultivo dos diversos ramos das artes, das ciências”, etc, etc (SOUSA SILVA, J. N. de: 1860, 42).

Ante tamanha fragilidade – que torna mais espantoso que Machado conseguisse vencer tamanha mesmice –, como Euclides, vindo de família pobre, tendo por formação as matérias matemáticas do currículo do Colégio Militar, misturadas aos Comte e aos Spencer que recebia de entremeio, poderia extrair lição menos extravagante?

Encerra-se aqui o primeiro bloco que convinha desenvolver. Em síntese, dele se extrai que tem havido uma acentuada estabilidade interpretativa de Euclides, que, começando com Veríssimo, agregou valores vindos do Romantismo anterior, e encontrou na afirmação nacionalista a maneira de manter-se de modo velado, porém constante. Deixemos em paz as razões com que tentava explicar por que o cânone estabelecido sobre a inscrição científico-literária de uma obra, por um lado, prolongava um tipo de valorização que já estivera presente em Portugal em 1817, e, por outro lado, continuará incontestado pelo menos até os anos de 1952. Nem por isso devo passar de repente para a presença de uma segunda onda interpretativa, porque nenhuma se constitui sem precedentes. Contra um andamento arbitrário, ter-me detido no realce nacionalista, quintessenciado na formulação de Alceu Amoroso Lima, em 1924, apresenta a vantagem de permitir verificar o que se mantém, o que se modifica e por qual motivo, na interpretação de Euclides.

A quem conheça razoavelmente *Os Sertões* deverá ser estranho o seu êxito editorial: lançado no começo de dezembro de 1902, financiado por ele próprio, e ainda assim graças à influência, junto ao editor, de uma figura de prestígio, Lúcio de Mendonça, fundador da Academia Brasileira de Letras, o livro está esgotado em fevereiro de 1903, interessando-se a Editora Laemmert “pela segunda [edição], de setembro do mesmo ano, depois pela terceira, de abril de 1904 [...]” (ANDRADE, O. de Souza: 1960, 382-3). Mesmo que as tiragens não fossem amplas – Olímpio de Souza Andrade calcula que, entre dezembro de 1902 e abril de 1904, 6 mil exemplares foram postos no mercado (*op. cit.*, *idem*) – é difícil supor milhares de leitores atravessando os íngremes soccos de “A Terra”, as hipóteses deprimentes sobre “O Homem”. É mais provável que, por algum acidente, algum leitor tenha chegado à terceira parte, “A Luta”, aí de fato se entusiasmado com a descrição dos combates, com o destemor dos defensores de Canudos, com sua destruição final, e chamado a atenção de amigos.

A hipótese, impossível de ser testada, sobre a efetividade da leitura concretiza a imagem de dois receptores: um minoritário, mais culto e/ou de estômago mais forte, que, acompanhando todo o livro, endossaria a interpretação de Veríssimo; um amplamente majoritário, que, havendo-se empolgado com a lenta agonia do arraial, reuniria sua “impressão artística” à síntese nacionalista, depois enunciada por Alceu. Sem desmentir a interpretação sobre a *dupla inscrição* do livro, a segunda imagem o convertia em *vademecum* da nacionalidade; Euclides é o que desvela, no meio de nossas degenerescências seculares, o “cristal de rocha”, pobre, espoliado e esquecido, no entanto o único capaz de fazer vingar um país de destino ainda titubeante.

Conquanto ocultasse sem refutar a interpretação mais fria de Veríssimo, a constituição do *vademecum* tinha seus obstáculos. Fiel à teoria evolucionista, Euclides nunca duvidara ser a mestiçagem nociva para os que a sofrem; que, havendo ela, exceto as zonas de colonização europeia do extremo sul, contaminado todo o país, seu produto, o mestiço, incluiria duas espécies – é o degenerado do litoral e o retrógrado, encarnado pelo sertanejo (cf. CUNHA, E. da:

1902, 173). Apesar de seu condicionamento igualmente negativo, o mestiço “retrógrado” não se confundiria com o tipo litorâneo porque as dificuldades de acesso e permanência às terras em que se reclusa fizera com que os cruzamentos raciais houvessem cessado há muito tempo. Teríamos, pois, de esperar pela passagem de um tempo incalculável, para que “aquela raça cruzada” pudesse “alcançar a vida civilizada, por isso mesmo que a atingiu de repente” (*idem*, 177). Ora, o leitor já está em “A Luta” quando o autor, descrevendo a chegada dos prisioneiros, e destacando o triste espetáculo de mães que, entre “tiras esfarrapadas”, arrastavam “os filhos pequeninos”, parece esquecer que “o cristal de rocha” se estabilizara graças a seu isolamento e escreve:

“Toda aquela campanha [i.e., as expedições militares] seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando a trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (*ibidem*, 499).

Os obuses lançados pelos canhões Krupp, armas compradas pelos “mercenários inconscientes” do litoral, deixariam de ser manifestação da ignorância e crueldade das gentes litorâneas contra seus próprios patrícios e se tornariam meios positivos se abrissem caminho para a incorporação dos que se mantiveram alheios à passagem do tempo. Mas, como os canhões poderiam ser benéficos, se fora o próprio isolamento do mestiço “retrógrado” que o salvara?

Para que a tese nacionalista se propagasse, era preciso que contradições desta ordem não fossem notadas. Como nunca as vi acentuadas, é provável que o nacionalismo euclidiano não tenha conhecido a dificuldade. Poderia ter encontrado outras, bem mais sérias. Assim, se ele próprio era um insatisfeito com as instituições políticas que conheceu, tanto da monarquia contra que se insurgiu, como da república, de que cedo se afastou, para o pensamento conservador que se lhe seguiu, a explicação étnica na formação dos povos, mantida por longo tempo por um sociólogo da qualidade de Oliveira Viana, era um

instrumento precioso. Isso para não falar na justificativa de Euclides em favor da manutenção das instituições: as mudanças institucionais processadas no Brasil eram evidentemente negativas, pois resultavam de vivermos sob uma “civilização de empréstimo”, e, motivadas pela cópia do que se fazia lá fora, os legisladores, desconhecedores do grau de “evolução” do povo, ignorararem como as normas que promulgavam seriam recebidas. A consequência era o aumento da distância entre o que as instituições legais passavam a exigir e o que seu povo era capaz de entender e praticar. Para que o nosso mestiço “retrógrado”, em futuro remoto, se convertesse em fonte de uma grande raça, era preciso que se denunciasse e rejeitasse “o idealismo da constituição”, como Oliveira Viana, que bem absorvera o argumento de Euclides, intitulava seu livro de 1927. Contudo era bastante alta a estima em que Euclides era tido para que se lhe acusasse de haver propiciado estas apropriações. Entrar em semelhantes minúcias deveria parecer ao leitor negar a vantagem da variante de Amoroso Lima e retornar à discussão “acadêmica”, indiretamente suscitada por Veríssimo. O descaso pela teorização ganhava um motivo suplementar.

Se a interpretação exposta for plausível, esse estado de coisas durou por cinquenta anos. Como então se explicaria que uma segunda camada interpretativa se tenha manifestado em 1952? Ou, dizendo de modo mais explícito: que fatores a teriam até então retardado? Na busca de explicá-lo, continuarei, por outra via, a considerar o entendimento de *Os Sertões* como obra *simultaneamente* de ciência e literatura. O material, utilizado em proporção modesta, refere-se à cobertura jornalística apenas da 4.^a expedição, e foi todo coletado por Walnice Nogueira Galvão.

A campanha contra Canudos, embora se processasse longe dos grandes centros e tenha durado apenas dois anos (1896-97), provocou, como *No Calor da Hora* o mostra, uma intensa comoção nacional. O fracasso das expedições anteriores, sobretudo a morte do coronel Moreira César e o desastre das tropas que comandava, provocavam o noticiário jornalístico a concentrar-se no sertão baiano. Torna-se então possível definir o tipo que o concretizava. Ele se caracterizava por um modo informativo que se expande a partir dos jornais

mais importantes, sediados no Rio e em São Paulo, que se esmeram em forjar a hipótese de a insurreição no arraial baiano fazer parte de uma conspiração monárquica. O empenho dos periódicos era oferecer provas do financiamento da rebelião, conceber intermediações entre Canudos e monarquistas conhecidos, em suma, criar um clima de fantasmagoria que, contaminando o público leitor, tivesse impacto imediato em sua vendagem. Assim, por exemplo, *A Notícia*, de 1-2 de abril de 1897, traz na primeira página, artigo intitulado “Jagunço!”. O efeito visado era semelhante ao de alguém que, dentro de uma construção cheia de gente e totalmente fechada, de repente gritasse “incêndio”. Ressaltando o que pretendia, o articulista começava sem preâmbulos: “Segunda-feira, 29 do corrente apeou-se do trem expresso mineiro e, sem nenhuma orientação desta capital, procurou informar-se com alguns paisanos, da residência do Coronel Gentil de Castro, proprietário da *Gazeta da Tarde*” (*apud* GALVÃO, W. N.: 1974, 64).

Além de já definido pelo título do artigo, o emissário traria cartas a três monarquistas conhecidos. Para que estivesse mais certo do reconhecimento de seu propósito, o articulista anunciava que a primeira carta era dirigida a Gentil de Castro, militar há pouco assassinado “por um grupo de jacobinos exaltados” (*idem*, 65).

O recurso deve haver surtido o efeito desejado, pois as cartas forjadas pelos jornais se multiplicaram. Em 2 de outubro do mesmo ano, também em sua primeira página, o *República* dá-se ao requinte de “transcrever” correspondência que teria sido publicada em jornal do Recife e se endereçava a João Abade, famoso chefe jagunço. O recente advento da República já marcado pelas desavenças que conduziram à renúncia do primeiro presidente, as incertezas provocadas pelo caudilhismo disfarçado de Floriano, o desconhecimento do interior do país agravado pela notícia dos desastres das três expedições anteriores, a especulação e a crise financeira que marcaram o primeiro ano republicano, a sublevação da fortaleza de Santa Cruz, em janeiro de 1892, a demorada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, iniciada em fevereiro de 1893 e que duraria dois anos e meio, a revolta da esquadra, em setembro do mesmo ano, tudo isso deveria con-

correr para a tensão da população civil. O próprio Euclides é a melhor prova da eficácia da tese da conspiração monárquica. Antes de ser enviado por *O Estado de São Paulo* para cobrir a luta, nele publicara, em datas espaçadas (14 de março e 17 de julho de 1897), o “Nossa Vendéia”; já o título dizia de seu convencimento. Não satisfeito, o início do primeiro artigo, mostrava a tentativa do autor em encontrar fatores “científicos” que explicassem o que ainda iria presenciar. Assim dirá que “o solo [...] é, talvez, mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas” (CUNHA, E. da: 1897, 14.3, 44). Pois sua crença na presença monarquista no conflito corria paralela à sua procura de dar uma feição “científica” à razão do embate. Basta escutá-lo quando, anos passados, depois da experiência ao vivo, apresenta sua desmistificação do alegado complô: era fantasioso e arbitrário porque “o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional” (CUNHA, E. da: ib., 248). Mas, se o então correspondente de guerra cedo aprendeu a reconhecer a fraude dos jornais, tanto o público leitor como os chefes militares continuaram a nela crer. *A Notícia*, de 8 de outubro de 1897, transcreve carta que, do campo de luta, o general-comandante Artur Oscar enviara à sua família:

“Não tenho em mãos nenhum despacho relativo a remessas de munição enviada para a capital deste Estado aos bandidos, nem me consta que o haja. – Mas aguardo a hora da ocupação completa da cidade para tirar do arquivo a prova eloquente dos planos de restauração pela qual sob o rótulo de *novos cristãos*, alojados numa igreja, que é a muralha que os protege (*sic*)”. (*apud* GALVÃO, W. N.: 1974, 59).

A frase não precisava ter articulação plena para ser a perfeita formulação do círculo vicioso: “Não tenho provas do que digo, mas estou absolutamente certo que as terei tão logo esmague os que as guardam.” Afinal, sem o denunciado complô não se justificava nem a presença das tropas, nem a resistência que encontravam. Com a argúcia de que Euclides não era capaz, dirá Araripe Jr. que,

dato o arrojo que os conselheiristas testemunhavam, era de se “pensar sobre o valor efetivo da raça na formação do jagunço” (ARARIPE JR.: 1903, IV, 96). Ainda que não fosse provada, a trama monarquista tinha de ser inconteste; tanto assim que, em livro publicado depois da vitória, o general Dantas Barreto, substituirá a tese do complô, porque “desconhece até hoje (provas) da grande conspiração” (BARRETO, D.: 1898, 20) por uma presunção fictícia: “[...] Parece razoável [...] que os interessados na subversão da ordem pública do país [...] afagassem a ideia do aniquilamento total do exército republicano [...]” (*idem*, 20-1).

Por fim, não contentes em forjar ingênuos intermediários ou cartas não menos inocentes, os jornais inventam correspondentes internacionais que denunciavam a presença de um Comitê imperialista, com ramificações em Buenos Aires e Nova York, que recebe ou expede telegramas e se referem a João Abade como um general muito bem servido de tropas e armas (cf. GALVÃO, W. N.: *ibidem*, 72-3).

Não custa esforço compreender o papel que exercia a ficção criada e distribuída pelos jornais. Antes que os *media* se multiplicassem, os jornais do começo do século XX já aprendiam que o êxito midiático depende da exploração do escândalo. Isso não impedia que outros interesses, mais amplamente sócio-políticos, fossem assim favorecidos. Como assinala correspondente de *The Times*, tanto “os formadores do exército em operações contra Antônio Conselheiro têm interesse em procrastinar a campanha a fim de auferirem maiores lucros” como os financistas do Estado têm interesse em encobrir que, “durante muitos e muitos anos, a despesa tem sido sempre superior à receita e os déficits orçamentários têm sido constantes” (*apud* GALVÃO, W. N.: *op. cit.*, 77). Enquanto a imprensa pôde, i.e., antes de Canudos ser arrasado, os periódicos recorreram à generosa mentira: os jagunços resistiam porque contavam com forte apoio de fora. Mas, estando a luta terminada, queimados os últimos casebres, degolados os prisioneiros, distribuídas mulheres e crianças, a mentira perdia sua função. Menos frequentes, declarações como a do coronel Carlos Teles configuram outra modalidade de cobertura:

“Como outros, também acreditava nos tais auxílios enviados de fora e intenção monárquica, mas depois de minha marcha pelos sertões de Sergipe e Bahia e da minha chegada em Canudos fiquei convencido de que tudo isso não passa de fantasmagorias [...]” (*apud* GALVÃO, W. N.: *idem*, 88).

E um certo Júlio César Leal argumentava de modo ainda mais incisivo:

“A quem cabe a responsabilidade política e moral de tantas perturbações sociais, [...] de tantas desgraças? – É preciso dizê-lo, sem rebuços: aos dois enviados de S. Sxa. Revma. O Sr. Arcebispo Metropolitano, e ao governador da Bahia!” (*ibidem*, 86).

E estas não eram manifestações isoladas. A linguagem, que permanece inflamada, tem agora outro alvo. Destaque-se apenas passagem do editorial de *O Comércio de São Paulo*, de 14 de outubro, de 1897 (portanto de oito dias depois da capitulação final do arraial):

“Aqui entre nós, graças ao general Artur Oscar, os rebeldes e fanáticos de Canudos foram transformados em mártires. O fumo daquela fogueira humana e o sangue dos infelizes supliciados hão de emoldurar sinistramente o nome do general [...]” (*ib.*, 102).

Os jornalistas que agora acusam o general vencedor teriam, de repente, se convencido que haviam servido a interesses espúrios?! Parece evidente que não. A ficção sensacionalista, um tanto primária, é substituída pela retórica sentimental. Embora não possamos saber se a nova onda vendia tão bem como a primeira, algo devia suceder nesse sentido, tamanha era a unanimidade a que os jornais agora se consagravam. Em suma, à ficção como deslavada mentira sucede o tom emocional expiatório. Os heróis de ontem são os torturadores de agora. O terror que havia sido transmitido ao leitor, julgando-se mortalmente ameaçado com a iminência de destruição das instituições republicanas, é agora substituído pela compaixão catártica, exercida sob a forma mais primária: a retórica sentimental: tratamos nossos irmãos como

monstros, acreditamos que eram demônios a serviço de interesses vis, as tropas federais os trucidaram.

Temos, pois, dentro da cobertura jornalística de Canudos, duas camadas: uma deslavadamente fictícia, outra contidamente piedosa, que se lamentava diante da destruição da “rocha viva da nossa raça”. Sem merecer o mesmo destaque, insinua-se uma terceira: a busca da interpretação “científica” do que se dera no ermo baiano. Seu emblema: a separação da cabeça de Antônio Conde, mergulhada em cal e trazida a Salvador, para que Nina Rodrigues realizasse seu exame médico-legal. O emblema hoje parece cena de filme de horror. Mas o fisicalismo da ciência da época não fazia por menos.

Estou agora em condições de perguntar: por que me interessou a retrospectiva da cobertura da Guerra de Canudos? Resposta direta: para mostrar que, ao leitor de então, atraído por *Os Sertões*, o livro de Euclides destoava do que fora a cobertura jornalística de Canudos: o que esta acentuara como sensação e provocava o aumento de insegurança, se revelava mistificação fraudulenta; era uma fábrica de mentiras, com o propósito de aumentar a circulação de inúmeros jornais do Rio e São Paulo, à custa do massacre de miseráveis. Além do mais, passando-se para a segunda ênfase do noticiário, como presumir que a catarse barata que se oferecia ao receptor fosse provocada não pela exposição sentimental de cenas cruamente reais? Por fim, como conciliar o próprio conteúdo do livro de Euclides com o que a língua comum toma por ficção ou romance? Mesmo que o leitor em causa tivesse sido alertado em saltar as duas primeiras partes, para vibrar catarticamente teria de pressupor que tudo aquilo se dera *como* estava ali descrito; que a palavra apaixonada do autor dele exigia uma resposta semelhante. Ao leitor consciencioso, que evitasse saltar as descrições geológicas e as hipóteses étnicas sobre as raças presentes na formação brasileira, restava participar da terceira onda: a cientificista. Como ela não era tão atraente, tinha se fundido com o espírito do nacionalismo encarnado por *Os Sertões*; quando o leitor não exigisse tanto de si e/ou de seu objeto, podia se contentar em vê-lo como páginas que transpiravam a “autêntica” natureza de uma parte do país, seca, ín-

greme e dura, sujeita a inundações e pouco dada a branduras. Templo do nacionalismo (Amoroso Lima) ou testemunha da “identificação do escritor com a natureza” (Roquette-Pinto), sempre *Os Sertões* seriam tomados como literatura; em versão interpretativa que diluía, sem negar, a *dupla inscrição* precisada por Veríssimo. Se o termo “ficção” trazia à mente não só sua sinonímia habitual com “mentira” mas a fraude lucrativa da imprensa, a alternativa, “literatura”, não exigia do falante mais do que a precisão do cômico Fernandes Pinheiro — tão corriqueira que, para sabê-la, não era preciso lê-la: como toda a poesia, a literatura tem por “qualidade essencial [...] tocar os corações; [ser] intérprete da natureza”.

Como então se explica que 50 anos depois, Afrânio Coutinho fizesse afirmação tão diversa: “[...] O que avulta na obra, como arquitetura e como construção, é o caráter de narrativa, de ficção, de imaginação” (COUTINHO, A.: 1952, II, 57)? Embora o próprio autor declarasse que a tese talvez tivesse sido levantada por João Ribeiro, o certo é que só agora repercutirá. Sua afirmação terá um efeito revolucionário. De outra maneira não se explicaria que, cinco anos depois, Franklin de Oliveira a repetisse: “[O ensaio *Os Sertões*] se confunde com a própria criação idiomática, chegando muitas vezes a apagar as fronteiras que o separam da obra de ficção. Assim é em Euclides, em *Os Sertões*, livro a que se aplica a designação que Hatzfeld deu ao *Quixote*: obra de arte da linguagem” (*apud* ANDRADE, O. de S.: 1957, 428). (Note-se, de todo modo, que o autor reitera tratar-se fundamentalmente de obra “de arte da linguagem”, i.e., literária, que se prolonga até ao ficcional). Matiz equivalente é introduzido por Olímpio de Souza Andrade. Por um lado, insiste que se trata, conforme a tese canônica, de obra literária, afeiçoando-a à variante nacionalista: “Desde logo se impôs como obra única em nossa literatura, porque nenhuma via o Brasil do mesmo modo que ela” (*apud* ANDRADE, O. de S.: 1960, 403). Por outro, procura conciliar as posições levemente discrepantes de Afrânio Coutinho e Franklin de Oliveira:

“É ociosa [...] essa vontade de se colocar, rigidamente, entre fronteiras claramente delimitadas, um livro que agita as mais diversas questões e parti-

cipa de vários gêneros literários, colocando-se bem apenas no território livre da arte, através da História, como seu autor a entendia” (*idem*, 404).

Em suma, embora os três autores não concordem por completo e Souza Andrade seja o que se mantém mais próximo da tese consagrada, não é menos certo que a afirmação da ficcionalidade alvoroça críticos do momento. É óbvio que a palavra “ficção” não recebia nenhum significado que já não estivesse firmado nos dicionários. É plausível, que, durante cinquenta anos, sua associação com a obra maior de Euclides fora afastada pela versão menos “técnica” de Amoroso Lima, e interditada pelas ficções abusivas dos periódicos. Mas por que surge agora? O motivo, no entanto, é bem simples. Não só o *new criticism* anglo-saxônico, que, de fato, trazia um fermento novo na apreciação literária, estava sendo lido avidamente no Rio e em São Paulo, como Afrânio Coutinho, depois de cinco anos em universidades norte-americanas, regressara em 1947 ao Brasil, tornando-se conhecido como o divulgador da corrente. Só para que se tenha em conta a importância que “ficção” e derivados passava a exercer no campo de definição da literatura, recorro sua primeira entrada no então muito influente *Theory of Literature* de René Wellek e Austin Warren:

“Se reconhecemos “ficcionalidade”, “invenção” ou “imaginação” como o traço distintivo da literatura, assim pensamos da literatura em termos de Homero, Dante, Shakespeare, Balzac, Keats antes do que de Cícero ou Montaigne, Bossuet ou Emerson.” (WELLEK, R. e WARREN, A.: 1942, 16).

Sem negar a importância do *new criticism*, haveremos de concordar que sua atenção concentrada ao texto, seu *close reading*, era prejudicada por seu mínimo embasamento teórico. Isso, por um lado, facilitava seu intercâmbio com os representantes da filologia europeia – daí a identificação do alemão Hatzfeld da literatura como “obra de arte da linguagem” – e, por outro, sua rápida superação. Por isso, a designação “revolucionária” – *Os Sertões* como obra de ficção – podia, paradoxalmente, ser bastante tradicional. Por essa frente, por conseguinte, a lição de Veríssimo estava resguardada. E com mais razão ainda o conceito romântico de nacionalidade,

que continuava indiscutível aos críticos de então. Mas, e sua caracterização simultânea como obra de ciência? Não creio que alguém duvide que o propósito de Euclides fosse formular uma interpretação científica do país, afastada da “vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias” (CUNHA, E. da: 1902, I44), fundada em “a noção científica do caso”, para a qual tinha como regra capital desviar-se “sobremodo, dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo” (CUNHA, E. da: 1906, I, 206). Mas a questão se complicava porque a ciência que Euclides absorvera, a antropologia biológica, implicando a diferença de capacidade das raças, com a superioridade da branca, não só — o que não era novidade nos meios evolucionistas — reservava um futuro opaco para o país, como, desde a ascensão do nazismo ao poder, em 1933, corria o risco de ser lido como uma defesa antecipada do arianismo. Esse embaraço se tornava insuportável porque a tese “ficcional” aparece quando o nazismo está derrotado; não só suas pretensões de superioridade racial tinham sido destruídas como era política e intelectualmente perigoso insinuá-las. Em troca, louvar *Os Sertões* como obra ficcional, se não mesmo um romance, era conservar o reconhecimento de seu trabalho sobre a linguagem e extirpar o risco da perigosa mancha negra. O cânone interpretativo de *Os Sertões* ultrapassara o rápido estremecimento recebido e recuperava sua estabilidade: afinal, afirmá-lo obra ficcional não significava negar que fosse uma obra de literatura pois trabalhava com a linguagem e a imaginação; tampouco prejudicava que fosse a quintessência da nacionalidade porque nenhuma outra obra fora tão fundo na percepção de nossa “rocha viva” e tão sarcástico com nossa “civilização de empréstimo”. Mas onde ficava sua simultaneidade de obra de ciência e arte? Para o intérprete daqueles anos cinquenta e de hoje, há um certo embaraço. Mas nada de irremediável. Bastará que recordem que Euclides se baseava na ciência de seu tempo; datada como toda ciência — pior ainda quando serviu de respaldo a um regime político que foi derrotado —, ela não precisaria nem deveria ser esmiuçada. É portanto obra de ciência e de literatura, mas, sendo de uma ciência ultrapassada, é seu caráter literário que importa; dizê-lo, significa ser uma obra que explora a potencialidade da linguagem, chegando, nos momentos mais intensos de “A Luta”, às raías do romance. Assim, sem maior esforço, mantém-se

a estabilidade interpretativa. O cânone euclidiano se estabelece não através de intensas lutas interpretativas, mas por um acordo de cavaleiros; ele se inicia com a *dupla inscrição* formulada por Veríssimo – sem que se notasse que Araripe abria um desvio que só ganharia evidência quando se lesse de Bonifácio o *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira* –; a *dupla inscrição* passa a ser menos acentuada, mas não desmentida, pela afirmação nacionalista sintetizada por Alceu. Mas como a afirmação de *Os Sertões* ser uma obra ficcional, se não mesmo um romance, poderia se conciliar com a proposta de Veríssimo?! Por seu denominador comum: seu caráter literário. O termo “literatura” se torna uma palavra mágica – tecnicamente, se diria é um “significante vazio” – a partir da afirmação de que é uma obra de arte da linguagem.

Se o leitor perguntar se quem assina este ensaio concorda com as variações interpretativas oferecidas, a resposta será um constante não. A interpretação canônica (José Veríssimo), cujos braços se estende nas demais, rejeitada desde o *Terra Ignota*, encontra agora o inesperado interesse de mostrar, com a peculiaridade de tornar *equivalentes* ciência e literatura, o prolongamento de um *topos* que, por meio de José Bonifácio, se verificava vigorar no Portugal do começo do século XIX, quando se adequava à decadência da retórica e ao reconhecimento da ciência. A passagem em que Bonifácio o exprimia revela que a discrepância de Euclides quanto a Veríssimo decorria de que o primeiro se mantinha na órbita do desnível apontado pelo futuro Patriarca da Independência: as “ciências indispensáveis”, para que se tornem atraentes, hão de receber “ornatos e atavios”. O critério nacionalista, conquanto não se opusesse à primeira interpretação, mas apenas a tornasse mais palatável, teria contra si o que Machado astutamente desenvolvera em “O Instinto de Nacionalidade”. Por fim, a tese de *Os Sertões* como obra ficcional é a mais débil. Sua variante – a identificação da literatura com “obra de arte da linguagem” – não apresenta maior valia de imediato porque supõe um círculo vicioso: para definir-se o que é literatura, lança-se mão de outra incógnita, “arte”; por outro lado, porque, ao ser admitida, há de se pressupor que só a literatura oferece obras em que a linguagem é trabalhada. Ou seja, que a forma narrativa mais próxima da prosa literária, a da escrita da história, está proibida de ser mais

do que transmissão de alguma “verdade” — o positivismo do século XIX mantém seus fiéis adeptos. E a mesma afirmação seria indiscutível para as obras de ciência e de filosofia em geral. Que fazer, então, com os textos primorosamente escritos de Freud, de Lévi-Strauss, de Harald Weinrich, com a textura da filosofia de um Descartes ou de um Nietzsche ou de contemporâneos como Foucault ou Deleuze? Não haveria outra solução senão dizer que não são escritores. Além do mais, como o critério adotado quanto a Euclides não pode divergir para obras que estejam em situação análoga, como o *Casa Grande & Senzala*, por extensão, para a caracterização da literatura em geral, não estranha a timidez e a pobreza teórica que continuam a nos marcar.

Um último esclarecimento. A tese central que expus em *Terra Ignota* implicava que *Os Sertões* havia de ser tomado como uma obra constituída por um núcleo, mesológico e antropológico, que o autor julgava cientificamente trabalhado, pelo qual ele se propunha apresentar o esboço de uma interpretação do país; esse núcleo era revestido de uma borda “literária” — em suas palavras, por aquilo que lhe daria uma “impressão artística”. A partir daí, tratava-se de corroborar que, em *Os Sertões*, há, de fato, literatura, mas como *ilhas* ou *momentos descontínuos*. Sem que possa aqui me deter sobre esse segundo ponto — que exigiria desmanchar o nó do que se entende por literatura¹ — devo então dizer que o que considerava então *minha* tese sobre a obra mestra de Euclides vale mais bem como a redescoberta de uma concepção sobre o relacionamento entre ciência e literatura, formulada desde 1817, por José Bonifácio. Como essa concepção derivava da conjunção oriunda de um tempo particular — o ocaso da retórica com o avanço meteórico das ciências — não estranha que hoje ela emperre a própria reflexão sobre a literatura. Mostrar, portanto, as razões que têm presidido a estabilidade interpretativa de *Os Sertões* equivale a acentuar a necessidade de uma reformulação radical de nossos conceitos primários.

Resta a pergunta: Euclides conheceria a passagem-chave do *Elogio* de Bonifácio, a ter-la-ia refeito por sua própria conta ou a ideia que a constituía, esgar-

¹Procurei efetivamente desmanchá-lo em *História. Ficção. Literatura*, “Seção C: Literatura” (cf. COSTA LIMA, L.: 2006, 319-372).

çando-se e diluindo-se, atravessara o princípio do século em Portugal para reaparecer no fim do XIX, no Brasil? Nenhuma das três hipóteses é descartável. Seja como for, a interpretação de *Os Sertões* criou tamanha estabilidade que, com ela, seus defensores pensam haver alcançado o irretocável. Em termos corretos: o que é arriscado questionar. O dogmático.

~ Referências bibliográficas

- ANDRADA E SILVA, J. B.: *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira* (1817), conforme edição da Tipografia Imparcial de Francisco Paula Brito, Rio de Janeiro, 1839, in *Obras Científicas, Políticas e Sociais*, coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, vol. II, 1963, sem indicação de cidade, pp. I-58.
- ANDRADE, O. de Souza: *História e Interpretação de Os Sertões* (1960), cito a 4.^a edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002.
- ARARIPE JR.: “*Os Sertões* (Campanha de Canudos)”, originalmente em *O Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 e 18 de março, 1903, republicado em *Juízos Críticos* (1904) e em *Obra Crítica de Araripe Júnior*, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, cinco volumes (1958-1970). Cito de acordo com o vol. IV (1901-1910), Rio de Janeiro, 1966, pp. 89-124.
- ARAUJO, V. Lopes de: *A Experiência do Tempo. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*, São Paulo, Editora HUCITEC, 2008.
- COSTA LIMA, L.: *Terra Ignota. A Formação de Os Sertões*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- COSTA LIMA, L.: *História. Ficção. Literatura*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- COUTINHO, A.: “*Os Sertões*, Obra de Ficção” (1952), republicado in *Euclides da Cunha: Obra Completa*, dois volumes, vol. II, Coutinho, A. (organ.), Rio de Janeiro, José Aguilar Editora, 1966, pp. 57-62.
- CUNHA, E. da: “*A Nossa Vendéia*”, I, 14 de março de 1893, reprod. in *Diário de uma Expedição*, Galvão, W. N. (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões* (1902), edição crítica, Galvão, W. N. (org.), São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CUNHA, E. da: Carta a José Veríssimo de 3 de dezembro, 1903, em GALVÃO, W. N. e Galotti, O. (org.): *Correspondência de Euclides da Cunha*, São Paulo, EDUSP, 1997.

- CUNHA, E. da: Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras (1906), publicado in *Contrastes e Confrontos* (1907), aqui citado de acordo com sua republicação in *Euclides da Cunha: Obra Completa*, dois volumes, vol. I, op. cit.
- GALVÃO, Walnice N.: *No Calor da Hora. A Guerra de Canudos nos Jornais. 4.ª expedição*, São Paulo, Ática, 1974.
- HARTOG, F.: *Le XIXe Siècle et L'Histoire. Le Cas Fustel de Coulanges*, Paris, Seuil, 2001.
- HORNBLOWER, S.: *Thucydides*, The Johns Hopkins Baltimore, University Press, 1987.
- OLIVEIRA, F. de: “Os Húngaros”, *Correio da Manhã*, 24 de agosto, 1957. (Citado de acordo com Olímpio de Souza Andrade, a indicação de página refere-se a seu livro aqui usado, cf. ANDRADE, O. de S.).
- LAPA, R.: “Prefácio” a João de Barros: *Panegíricos*, Lisboa, Sá da Costa, 1943, pp. IX-XXXI.
- PINHEIRO, J. Caetano, Fernandes: “Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil” (1852), in *Historiografia da Literatura Brasileira: Textos Inaugurais*, Acízelo de Souza, R. (org.), Rio de Janeiro, EDUERJ, 2007, pp. 21-49.
- ROQUETTE-PINTO, E.: “Ensaio sobre *Os Sertões*”, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, vol. 31, n.º 93, 1929.
- SANTANA, J. C. Barreto de: *Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*, HUCITEC – Universidade Estadual de Feira de Santana, São Paulo – Feira de Santana, 2001.
- SILVA, J. N. de S.: “Introdução Histórica sobre a Literatura Brasileira”, (1859), in *História da Literatura Brasileira e Outros Ensaio*s, Acízelo de Souza, R. (org., apresentação e notas), Rio de Janeiro, Zé Mario Editor, 2002, pp. 37-62.
- TAUNAY, A. d'Escragolle: *A Retirada da Laguna* (1871): ed. cit.: São Paulo, Melhoramentos, 1967.
- VERÍSSIMO, J.: “Campanha de Canudos” (1903), originalm. no *Correio da Manhã*, em 3 de dezembro de 1903, republicado em *Juízos Críticos* (1904) e incorporado aos *Estudos de Literatura Brasileira*, 5.ª série (1905), republic. pela Itatiaia, Belo Horizonte, 1977. A referência é aqui feita de acordo com a 2.ª edição do *Juízos Críticos*, J. L. do Nascimento e V. Faciolí (orgs.), Nankin Editorial – UNESP, São Paulo, pp. 46-55.
- WARREN, A.: *Theory of Literature* (1942). Cito a ed. da Harcourt, New York, Brace and Company, 1949
- WELLEK, R.: cf. WARREN, A.



Euclides da Cunha
Arquivo da ABL.

*Histórias ou Vidas? Notas sobre algumas biografias de Euclides da Cunha*¹

JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA

~ O aparente paradoxo

O leitor apressado de algumas biografias de Euclides da Cunha talvez se imagine diante de um paradoxo, pois é como se as circunstâncias envolvendo a morte do homem nublassem as conquistas do escritor, estimulando um improvável esforço hermenêutico: como atar as pontas desse quebra-cabeça? Como explicar seu precoce desaparecimento, aos 43 anos, antes de concluir o segundo “livro vingador”, isso é, a escrita de *Um Paraíso Perdido*? Em carta enviada a Francisco Escobar, Euclides definiu o projeto: “O meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade), hei de ser para a posteridade um ser enigmático, ver-

Professor titular de Comparative Transatlantic Studies, Diretor do Institute for Transnational Studies in Languages, Linguistics and Cultures e Diretor do Mestrado em Latin American Cultural Studies da Universidade de Manchester. Autor de *Exercícios Críticos – Leituras do Contemporâneo; Crítica Literária – Em Busca do Tempo Perdido; O Exílio do Homem Cordial. Ensaios e Revisões; Literatura e Cordialidade. O Público e o Privado na Cultura Brasileira*, entre outros.

¹ Agradeço a José Mario Pereira pela leitura crítica da primeira versão deste texto.

dadeiramente incompreensível entre esses homens.”² Como explicar, pois, o precoce desaparecimento de um ser assim crítico?

Eis a pergunta-imã a que certo tipo de biografia não pode escapar. Desse modo, as narrativas da vida do autor de *Contrastes e Confrontos* parecem escritas à sombra do fatídico 15 de agosto de 1909. Por exemplo, *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, biografia publicada por Elói Pontes em 1939,³ já anuncia no próprio título a constelação paradoxal: não se trata exatamente de entender o autor de *Os Sertões* a partir das vicissitudes do homem que o escreveu, mas, em alguma medida, se subordina aquele entendimento ao caráter “dramático” de sua existência, definido pela “falta de um amor”... E uma vez que, “em toda a história da literatura brasileira, nenhum escritor pôde estabelecer, até agora, uma relação tão visceral com seus leitores”⁴, não chega a surpreender o grande número de biografias dedicadas a Euclides.

No fundo, o caráter conflitivo das interpretações biográficas equivale a uma ironia involuntária e um tanto perversa, que se alimenta da tensão atribuída retrospectivamente à vida de Euclides a partir das circunstâncias de sua morte. Nesse horizonte, é exemplar o depoimento de Joel Bicalho Tostes, cuja justificativa encena um autêntico duelo verbal: “Este é o desmascaramento de um livro medíocre, *Anna de Assis – História de um Trágico Amor*, publicado em 1987, com a visível intenção de enodoar a memória de Euclides da Cunha e sua família, além de injuriar, difamar e caluniar”.⁵ O duelo se encena com riqueza de detalhes. O livro de Judith de Assis,⁶ filha de Anna e Dilermando, resultou de depoimentos concedidos a Jeferson de Andrade; o livro-resposta re-

² GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 306. A carta foi enviada em 13 de junho de 1906.

³ PONTES, Elói. *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

⁴ BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Euclides da Cunha. Os sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 13.

⁵ Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão. In: *Águas de Amargura. O Drama de Euclides da Cunha e Anna*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990, p. 9.

⁶ Judith Ribeiro de Assis em depoimento a Jeferson de Andrade. *Anna de Assis. História de um Trágico Amor*. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.

produz a estrutura: como num acordo de cavalheiros, as mesmas armas são terçadas. Em tese, com uma vantagem decisiva, esclarecida com orgulho: “Esperamos que estas páginas sejam suficientes. Mas, se necessário, ou se assim nos forcarem os ousados caluniadores, *nosso arquivo*, mais uma vez, voltará a responder-lhes com *novos documentos*”.⁷ No entanto, como na guerra todos os recursos valem, Adelino Brandão reconheceu que lançou mão da “técnica da narrativa ficcional”, a fim de calcar “os aspectos objetivos e as inferências naturais nos autores (vivos e mortos)”.⁸ Desse modo, o primeiro capítulo é composto principalmente pela ficcionalização do fluxo de consciência de Anna de Assis⁹ e o leitor encontra frases do seguinte jaez:

“Oh! A cegueira do meu marido me exaspera. Mas não posso provocar um rompimento assim, de repente. Seria pior para mim e para Dilermando. Na mesma noite em que voltou, dormimos juntos, afinal ainda somos marido e mulher. Veio com fôlego de gato. De meia dúzia de gatos. Diria melhor, de bode; de galo quando pula do poleiro de manhã cedo.”¹⁰

Na falta de “documentos”, o recurso não parece constranger Joel Bicalho Tostes e Adelino Brandão, talvez porque no ano de lançamento do livro, 1990, a Rede Globo tenha exibido uma minissérie de grande apelo popular, *Desejo*, livremente inspirada no livro de Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade – o próprio livro havia permanecido várias semanas na lista dos mais vendidos em 1987. Aliás, a estrutura de um livro-resposta também não era exatamente origi-

⁷ Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão. In: *Águas de Amargura. O drama de Euclides da Cunha e Anna*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990, p. 9, meus destaques.

⁸ *Idem*. “A respeito deste livro”, p. 184.

⁹ Um importante biógrafo de Euclides, adotou caminho oposto: “A vida de Euclides foi descrita nas páginas deste livro sem que precisássemos utilizar os recursos da imaginação. (...) Preferimos, no caso da biografia do autor de *Os Sertões*, procurar os dados objetivos nas suas fontes próprias – a documentação escrita ou o testemunho pessoal – e nunca o arbítrio de uma ficção (...)”. (Sílvio Rabello. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. I. Aliás, o seco título da obra explicita o desejo de objetividade.)

¹⁰ *Idem*, p. 15.

nal. Dilermando de Assis já havia empregado o expediente, tendo como alvo sobretudo a biografia de Elói Pontes, como esclarece o título de *A Tragédia da Piedade. Mentiras e Calúnias de A vida dramática de Euclides da Cunha*.¹¹

Vale, então, nesse contexto belicoso, recordar as palavras de Francisco Venancio Filho: “Morto, no clarão de escândalo impiedoso de uma tragédia que empalidece às vezes as de Ésquilo ou Dante, Shakespeare ou Ibsen, continuou a sua glória no mesmo esplendor, mas no mesmo opróbrio.”¹² O paralelo da trajetória do autor de *Os Sertões* com a tragédia grega foi inaugurado por Coelho Neto num discurso na Câmara dos Deputados em que comparava a morte de Euclides com o destino de *Agamemnon*, tal como descrito na peça homônima de Ésquilo. Para o bem ou para o mal o pleonasma parece indissociável das avaliações da vida e da obra de Euclides da Cunha: santo ou casmurro, observador com olhos de lince ou desconfiado matuto incapaz de um momento de descontração. Na prosa ágil de Gilberto Freire: “Ao contrário do brasileiro típico [...] não foi nenhum ‘homem cordial’, de riso fácil e gestos camaradescos; nem nenhum guloso de mulheres bonitas [...]. Nem mesmo um simples guloso de doces, de bons-bocados, de quitutes feitos em casa”.¹³

Portanto, em aparência, homem taciturno, avesso aos grupos, quase um misantropo. E, no entanto, também é possível supor um lado diametralmente oposto: “Sempre me pareceu que, sob a máscara de um frio cultor das ciências,

¹¹ ASSIS, Dilermando de. *A tragédia da Piedade. Mentiras e Calúnias de A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952.

¹² VENANCIO FILHO, Francisco. *A Glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. XI.

¹³ FREIRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941, pp. 31-2. Passagem retomada em Gilberto Freire. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, meus destaques, p. 50. Noutra passagem, Freire é ainda mais claro na caracterização da personalidade de Euclides: “O autor d’*Os Sertões* foi um homem com uma grande dor, nem sempre disfarçada nas cartas aos amigos nem nos livros que escreveu. Retraído e calado, era um indivíduo triste para quem a vida tinha poucos encantos; a quem o mundo oferecia raras alegrias.” (*Idem*, p. 30. Passagem retomada em Gilberto Freire. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 49.)

vibrava um espírito sedento de comunicação humana e valores universais [...]. Face ou faces ocultas? Eis uma pergunta que poderá ter mais de uma resposta.”¹⁴ Por isso mesmo, como vimos, é alentado o número de biografias dedicadas a Euclides. Contudo, o paradoxo é apenas aparente. Pouco adiante, o autor acrescentou: “Tão misterioso como sua vida é o pensamento de Euclides, apesar de já ter sido objeto de estudo por parte de penetrantes intérpretes [...]”.¹⁵ Ou seja, as biografias, inclusive algumas biografias intelectuais, muitas vezes não conseguem superar a armadilha que os autores preparam para si mesmos ao estabelecer como fio narrativo a necessidade de estabelecer uma necessária equivalência entre o desfecho e a vida mesma de Euclides. Talvez essa seja a primeira tarefa do leitor das biografias de Euclides, isso é, desvincular o vínculo entre o 15 de agosto de 1909 e a reconstrução de sua trajetória. O paradoxo, então, se revela apenas aparente, pois não possui força constitutiva, é antes o resultado de uma opção narrativa do que o fruto de uma tensão interna ao pensamento de Euclides. Ora, o conflito relevante se encontra no centro da própria obra do autor de *À Margem da História*. Vejamos, então, antes de analisar mais detidamente duas biografias de Euclides da Cunha, a natureza do conflito que estrutura sua visão do mundo.

~ Um livro-conflito

No final de 1902 Euclides da Cunha publicou *Os Sertões*, seu livro de estreia. No ano seguinte, o ingresso na Academia Brasileira de Letras fechou o círculo da consagração imediata e incomum. Na verdade, em alguma medida, a consagração já se anunciava antes mesmo do aparecimento do volume:

“Por volta dos primeiros dias de dezembro, começou a circular um boato, sem origem e sem forma, como são os boatos, em todas as rodas, nas portas das livrarias, nos cafés, nos encontros de rua, por toda a parte, de que

¹⁴ REALE, Miguel . *Face oculta de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 20.

¹⁵ *Idem*, p. 21.

em breve apareceria um livro sobre a campanha de Canudos, de autoria de um ex-oficial do exército, testemunha ocular, e chegava-se a assegurar represálias projetadas.”¹⁶

Impressiona que os dois fatores dominantes, na maior parte das biografias euclidianas já estejam presentes nessa expressiva passagem. De um lado, a súbita celebridade que tanto encantou quanto desagradou ao retraído autor.¹⁷ De outro, a alusão a possíveis represálias, numa antecipação, que não deixa de ser curiosa, do conteúdo explosivo do livro e do caráter polêmico do autor. Tudo se passa como se a trajetória de Euclides estivesse determinada pelos dois elementos: a publicidade (indesejada) e o conflito (inevitável). Talvez seja mais produtivo relacionar esses elementos à estrutura de *Os Sertões* – livro que viria a romper com uma interpretação cômoda sobre a campanha de Canudos, e, em consequência, com a compreensão auto-indulgente da elite republicana.¹⁸

Como esclareceu na “Nota preliminar”, Euclides almejou “esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores”,¹⁹ as vicissitudes da formação social brasileira. O esboço, porém, nada tinha de pálido e, por isso mesmo, ainda hoje alimenta polêmicas acaloradas e fornece estímulo para as mais variadas manifestações artísticas: romances, filmes, exposições fotográficas, documentários, peças de teatro, até mesmo enredo de escola de samba. Em 1976, a escola de samba “Em Cima da Hora” apresentou o enredo e o samba-enredo “Os Sertões”, de Edeor de Paula, eleito o segundo melhor samba-enredo da história dos carnavais.²⁰ Isso para não mencionar escritores estrangeiros que recria-

¹⁶ VENANCIO FILHO, Francisco. *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, pp. 4-5.

¹⁷ “Aparece por fim o livro esperado: *Os Sertões*. Passado o espanto da primeira hora, esperada a impressão das primeiras críticas, que formam a base da opinião, para o aplauso ou a reprovação, veio a ser assunto de todas as conversas.” *Idem*, p. 4, meus destaques.

¹⁸ Na eloquente caracterização: “Vivíamos desta sorte numa espécie de era vitoriana do período republicano, calma e sem sobressaltos.” *Idem*, p. 3.

¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Leopoldo Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, 2001, p. 65.

²⁰ ARAUJO, Bernardo; NAME, Daniela; & PIMENTEL, João. “O melhor samba-enredo de todos os tempos é...”. *Segundo Caderno, O Globo*, 02/3/2003, pp. 1-2.

ram a Campanha de Canudos, estimulados pela leitura de *Os Sertões*. Penso em *Veredicto em Canudos*, de Sándor Márai, e *La Guerra del Fin del Mundo*, de Mario Vargas Llosa – para só citar dois nomes. Como entender a recepção contemporânea e o êxito póstumo de um livro tão complexo quanto *Os Sertões*? Talvez retornando ao aparente paradoxo que alimenta as biografias do autor, porém, o compreendendo como elemento estruturador do pensamento de Euclides.

Três seções compõem a obra: “A Terra”, “O Homem”, “A Luta”. Nas duas primeiras, o autor estudou a “ecologia” do conflito. Afinal, ele já via o homem como “um agente geológico notável”.²¹ A intimidade entre o sertanejo e o sertão, aliás, é um dos principais temas de “A Luta”, pois a resistência dos canudenses só foi possível graças ao conhecimento umbilical do árido teatro de operações. Em “A Terra” o leitor é convidado a palmilhar o sertão, a *Terra Ignota*, pois mesmo os melhores mapas limitavam-se ao “rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras”.²² O autor transforma o desconhecimento geográfico em amarga metáfora: se a terra é desconhecida, o sertanejo é ainda mais ignorado. Por isso, em “O Homem”, o leitor é devidamente apresentado ao “Hércules-Quasímodo”²³ – impressionante fotografia das contradições do sertanejo. Sob o disfarce de uma aparência frágil e submissa, ele oculta extraordinário vigor e dignidade. Recorde-se a enfática caracterização: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”²⁴. Ou seja, dos leitores que, no conforto de residências urbanas, subitamente se descobriram tão mestiços quanto os sertanejos, e, ainda por cima, “inferiores.”

No fundo, as duas primeiras seções do livro esclarecem o absurdo de “A luta”, a última parte. Ora, se a terra tivesse sido propriamente mapeada, se o homem tivesse sido previamente estudado, talvez a guerra de Canudos não

²¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Leopoldo Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, 2001, p. 138.

²² *Idem*, p. 80.

²³ *Idem*, p. 207.

²⁴ *Idem*, p. 207.

tivesse ocorrido. O libelo da “Nota Preliminar” também se refere à violência do descaso com as populações pobres: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”.²⁵ Eis então uma resposta inicial à pergunta acerca da atualidade de *Os Sertões*: permanece na ordem do dia o projeto de denúncia da injustiça social e a oportunidade de integração real do país mediante o reconhecimento de suas contradições. Desejo, porém, explorar a divergência entre três momentos da reflexão de Euclides da Cunha, um autor em permanente atrito consigo mesmo.

Em 1897, articulista de *O Estado de S. Paulo*, ainda sem ter viajado para o sertão baiano, Euclides publicou dois textos sobre o conflito. O sugestivo título, “A nossa Vendéia”, antecipou sua orientação. No primeiro artigo, após esboçar uma visão panorâmica da terra e do homem (miniatura anunciadora das seções do livro), Euclides comparou o “tabaréu fanático” com o “chouan fervorosamente crente”²⁶ – o canudense foi definido como adepto do retorno à Monarquia. Logo, concluiu com a profecia: “A República sairá triunfante desta última prova.”²⁷ No segundo artigo, o elogio do “Exército Nacional” representava a fé no futuro do país. A campanha militar empolgou o articulista: “É uma página vibrante de abnegação e heroísmo.”²⁸ Esses artigos criaram uma metáfora no mínimo perigosa, em última instância justificadora do aniquilamento de Canudos; afinal, tratava-se da sobrevivência do próprio regime republicano. Em poucas palavras, “a comparação garantia, pela crença na repetição da história, a certeza da vitória sobre os rebeldes do Conselheiro”.²⁹

²⁵ *Idem*, p. 67.

²⁶ CUNHA, Euclides da. “A nossa Vendéia”. Olímpio de Souza Andrade (org.). *Canudos e Inéditos*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p. 48. Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* em 14 de março de 1897.

²⁷ *Idem*, p. 49.

²⁸ *Idem*, p. 54. O segundo artigo foi publicado em *O Estado de S. Paulo* em 17 de julho de 1897.

²⁹ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 152.

No mesmo ano, contudo, Euclides embarcou para o teatro de operações. Correspondente de guerra, descreveu as duras circunstâncias do combate. Na reportagem de 18 de agosto, a adjetivação da marcha republicana conheceu ligeira alteração: “campanha cruelíssima”.³⁰ Em *Os Sertões*, a acusação será direta: “um crime”.³¹ E, muito embora os sertanejos sejam considerados “selvagens”, “bárbaros”, paulatinamente Euclides reconsiderou o juízo. Na última reportagem, redigida em 1 de outubro, abriu de vez a guarda. Sem deixar de glorificar a ação do exército, destacou a inesperada altivez do sertanejo: “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá em incorporá-los, amanhã, em breve, à nossa existência política.”³² Porém, nas últimas páginas de *Os Sertões*, tal inclusão revelou-se utópica: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo.”³³ O extermínio dos canudenses não era o único crime a ser denunciado; embora parcialmente correta, tal leitura apenas arranha a superfície do texto. O pecado original era o calculado desprezo pelo outro – nesse caso, o sertanejo.

O próprio autor cometeu idêntico “delito”; por isso, sua reflexão encena o atrito entre o articulista, o repórter e o autor. A escrita de *Os Sertões* é a contramão da marcha do exército positivista, pois o extermínio dos canudenses se transformou em permanente matéria da memória. Ora, se o exército republicano triunfou, a escrita de *Os Sertões* significou a derrota parcial do articulista e do correspondente de guerra, pois seus juízos foram questionados pelo escri-

³⁰ ANDRADE, Olímpio de Souza (org.). *Canudos e Inéditos*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p. 77. A passagem na íntegra é reveladora: “Estas e outras histórias, contam-nas, aqui, os soldados, colaboradores inconscientes das lendas que envolverão mais tarde esta campanha cruelíssima.”

³¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Leopoldo Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, 2001, p. 67.

³² CUNHA, Euclides da. *Canudos e inéditos*. Olímpio de Souza Andrade (org.). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p. 127.

³³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Leopoldo Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, 2001, p. 778.

tor. Derrota parcial: as três dimensões mantiveram-se em tensa convivência. Daí a virtual ausência de pontos de exclamação ao longo do livro, assim como a disseminação de reticências no seu texto: imagem de um conflito sem resolução. Esse é o conflito que deve interessar ao leitor preocupado com a biografia de Euclides da Cunha. Ora, consulte-se a última frase de cada uma das três seções do livro: todas terminam com sugestivas reticências. O próprio livro conclui com a tirada: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”³⁴ Olímpio de Souza Andrade, na mais importante biografia intelectual do autor de *Peru versus Bolívia*, concluiu com estilo semelhante ao de Euclides: “Mas esse Maudsley – estava provado em mais de seiscentas páginas – era ele mesmo.”³⁵

~ O homem à medida do livro

História e Interpretação de Os Sertões é uma biografia peculiar em que autor, leitor e obra se metamorfoseiam em um novo elemento: não seria exagero considerá-la ainda hoje um modelo de difícil superação no que se refere à metodologia de reconstrução de um percurso intelectual. Olímpio realizou um esforço único, pois, mais do que a biografia de Euclides da Cunha, escreveu a radiografia de suas leituras e da escrita de *Os Sertões* – “obra viva, centro e periferia de tudo.”³⁶ Ora, a contrapelo das biografias obcecadas com a “tragédia da Piedade”, na reflexão de Olímpio não é a trajetória do autor que predeterminou a obra, mas, de fato, foi o projeto de escrever *Os Sertões* que, a partir de 1896, guiou os passos de Euclides. Os propósitos do autor forjaram os passos do homem, por assim dizer. Em outras palavras, a biografia relevante não é a do homem desconfiado e avesso ao convívio social, mas a do escritor e engenheiro

³⁴ *Idem*, p. 780.

³⁵ ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Walnice Nogueira Galvão (organização e introdução). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 371.

³⁶ *Idem*, p. XXVII.

preparando-se para a tarefa de radiografar o país através da escrita. Daí o método escolhido: “Procuramos balancear *história* e *interpretação* de acordo com o que nos pareceu útil para o conhecimento de *Os Sertões*.”³⁷ Método desdobrado em duas direções.

De um lado, a *história* comparece na reconstrução biográfica de Euclides da Cunha, desde sua infância até a estrondosa repercussão de *Os Sertões*. Como vimos, autor de um único livro, Euclides foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 21 de setembro de 1903. Em novembro do mesmo ano, tomaria posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma consagração meteórica, como poucas na história da cultura brasileira. De outro lado, a *interpretação* se evidencia no princípio seletivo. Os fatos mais relevantes da biografia de Euclides são justamente os que ajudam a compreender a escrita de *Os Sertões*. Com esse propósito, Olímpio de Souza Andrade realizou um minucioso levantamento das leituras do autor de *Contrastes e Confrontos*. Leituras rastreadas através da colaboração jornalística e da correspondência – ora, não é verdade que a epistolografia se assemelha a um importante arquivo da trajetória intelectual de um autor? Vale, aqui, mencionar o esforço pioneiro de Francisco Venancio Filho ao coligar a correspondência ativa de Euclides da Cunha de 1894 até praticamente a véspera de sua morte, em 12 de agosto de 1909. Assim o organizador justificou sua iniciativa: “A amizade na vida de Euclides não foi apenas episódio, mas constitui, ao contrário, capítulo de relevo.”³⁸ Olímpio descobriu, na escrita do jovem Euclides, o palimpsesto das leituras do futuro autor, reconstruindo, assim, o itinerário de seus interesses intelectuais e de suas afinidades eletivas.

³⁷ *Idem*, p. XXVIII.

³⁸ VENANCIO FILHO, Francisco (org.). *Euclides da Cunha a Seus Amigos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. II. Opinião semelhante foi defendida por Freire: “É de Euclides esta caracterização de sua própria vida: ‘romance mal arranjado’. Nesse ‘romance mal arranjado’ um dos seus maiores consolos foi decerto o da amizade”. Gilberto Freire. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, meus destaques, pp. 46-47.

Esse aspecto esclarece uma das maiores contribuições do livro. Refiro-me à pesquisa de fontes primárias ignoradas ou praticamente perdidas, incluindo aí textos esparsos em jornais de pouca monta, além de “uma série de versos desajeitados, cartas, cartões, relatórios, artigos, depoimentos de contemporâneos, alguns por nós mesmos colhidos”.³⁹ Com tais fontes, Olímpio escreveu a história do percurso intelectual de Euclides, obtendo resultados interpretativos surpreendentes. Por exemplo, das recordações da infância, Euclides fixou-se sobretudo na paisagem do Vale do Paraíba. E como o menino é o pai do homem, a memória da terra retornaria com força de verdadeiro protagonista através “do grande diálogo que armou, da natureza com a história”.⁴⁰ Nos primeiros artigos e nos maus versos que compôs, Olímpio buscou fotografar o romance de formação do futuro autor.

A análise dos autores citados na contribuição regular que Euclides iniciou em 1888 com a *Província de São Paulo* (depois, *Estado de S. Paulo*) permitiu a Olímpio identificar com precisão cirúrgica que, entre 1894 e 1895, “alusões e referências vão incluir, preponderantemente, autores brasileiros ou que tenham escrito sobre o Brasil. O homem mudava de caminho”.⁴¹ E a correção de rumos conduziria o engenheiro-jornalista à Campanha de Canudos, enviado para o sertão como correspondente de guerra.

Natural de São José do Rio Pardo, cidade que ainda hoje desempenha um papel fundamental na preservação e na discussão do legado euclidiano, Olímpio de Souza Andrade dedicou uma parte considerável do livro à estada de Euclides na cidade, onde permaneceu entre 1898 e 1901, logo após retornar de Canudos. Compreende-se com facilidade o motivo: como sua biografia é, sobretudo, a história da gestação e escrita de *Os Sertões*, a parada narrativa se impõe. Em nenhum outro momento, Euclides conseguiu conciliar com a mesma felicidade vida pessoal e atividade pública, as tarefas da engenharia e o trabalho

³⁹ ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Walnice Nogueira Galvão (organização e introdução). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 4.

⁴⁰ *Idem*, p. 9.

⁴¹ *Idem*, p. 106.

intelectual. Ao recordar a gênese de *La guerra del fin del mundo*, Mario Vargas Llosa afirmou que se sentira atraído “en la historia de Canudos, [por] la total incomprensión de las partes que hablaban dos lenguajes comunicados”.⁴² O engenheiro-escriptor projetou uma ponte simbólica entre os dois universos — o sertão e o litoral. E, enquanto redigia seu manuscrito, reparava a ponte do Rio Pardo que desabara logo após uma malograda inauguração.

E as duas obras foram sendo erguidas ao mesmo tempo. Em páginas reveladoras, Olímpio demonstrou como Euclides chegou à cidade dominado pelo tema e pela ambição de escrever um livro vingador, denúncia do massacre de Canudos. Contudo, ainda não controlava todos os aspectos do assunto e, sobretudo, apresentava uma lacuna surpreendente: desconhecia os principais autores das literaturas brasileira e portuguesa, “para os quais, entretanto, se voltava agora depressa, em cima da hora, quase sem tempo para isso...”.⁴³ Olímpio completou a informação: “Forte em lexicologia, pouco seguro em matéria de sintaxe, foi que ele chegou a São José do Rio Pardo, onde encontrou o vagar [...] para retocar por inteiro os trechos que escrevera e publicara pouco antes.”⁴⁴

O tempo provavelmente teria sido um obstáculo intransponível não fosse a presença de fiéis amigos que criaram um círculo de debates em torno dos interesses intelectuais do engenheiro, no qual já vislumbravam o escritor consagrado. Destacava-se o prefeito Francisco Escobar, homem de reconhecida cultura e dono de respeitável biblioteca, franqueada a Euclides. Esse seletivo círculo discutiu o manuscrito de *Os Sertões*, colaborando para o aprimoramento da forma e para o enriquecimento da argumentação. Em alguma medida, é como se *Os*

⁴² Informação extraída do diário de Ángel Rama, na entrada referente ao dia 23 de fevereiro de 1980. Eis a citação: “Pero también le atraía, en la historia de Canudos, la total incomprensión de las partes que hablaban dos lenguajes comunicados: unos luchando contra una conspiración política anti-republicana y otros buscando el reino de Dios en la tierra.” Ángel Rama. *Diario 1974-1983*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001, p. 125.

⁴³ ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os sertões*. Walnice Nogueira Galvão (organização e introdução). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 243.

⁴⁴ *Idem*, p. 282.

Sertões também fosse um livro coletivo, como a saga nele estudada.⁴⁵ A descrição de Francisco Venancio Filho merece ser transcrita:

“Chegando Euclides a esta cidade a sensibilidade de Francisco Escobar percebeu logo havia que criar um ambiente cultural e moral para a elaboração do grande livro. [...] Para o legítimo orgulho de Euclides e sua delicada sensibilidade alguém cuja vaidade se superpusesse à posição de assistente atento e solícito, para assumir a de colaborador ou co-autor, teria provocado conflito e não conseguiria levar a obra a termo.”⁴⁶

Compreenda-se, porém, o alcance dessas revelações. Não se trata de diminuir a contribuição euclidiana, acusando-lhe ingenuamente o “despreparo” ou a leitura “insuficiente” deste ou daquele autor, por exemplo, de um Gumpлович. Além de ocultar um mal disfarçado e constrangedor autoelogio, às expensas do autor “estudado”, esse juízo tem como base um princípio teórico em si mesmo ingênuo, como se um pensador fosse antes de tudo um aluno disciplinado, devendo pois limitar-se a interpretar “corretamente” os livros que consulta. Interpretação “correta” a ser esclarecida pelo crítico-teórico, naturalmente. Como se um pensador tivesse a “obrigação” de dominar o idioma de todos os autores com os quais dialoga, sob pena de ter sua reflexão invalidada. Nesse caso, qualquer teórico que trabalhasse prioritariamente com traduções veria sua obra desqualificada *a priori* – o absurdo da proposição talvez dispense maiores elaborações. Muito pelo contrário, com suas ressalvas, Olímpio pretendeu assinalar que, a partir de sua decisão de escrever o livro vingador, Euclides subordinou a vida ao projeto. É por isso que a verdadeira biografia do autor de *Os Sertões* deve ser a história do processo de composição da própria obra. Ou: *História e Interpretação de Os Sertões*.

⁴⁵ Na observação precisa de Freire: “Raro o escritor, o artista ou o cientista que tenha tido amigos e colaboradores tão bons como os que Euclides da Cunha teve na Bahia e no Amazonas, em São Paulo e no Rio”. (FREIRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, meus destaques, p. 47.)

⁴⁶ VENANCIO FILHO, Francisco. *A Glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, pp. 26-27.

Vejam, portanto, como Olímpio descreveu o procedimento usual de Euclides: “[...] para bem conhecer um rio, navegava nas suas águas; para escrever sobre o sertão, foi ver o sertão primeiro; [...] para traçar mapas perfeitos, ia pisar o chão desconhecido.”⁴⁷ Nessa definição do método euclidiano, Olímpio resumiu indiretamente seu próprio caminho: ambos podem ser caracterizados por um compromisso, ou seja, uma proximidade radical com o objeto de estudo. Assim, a atualidade de *Os Sertões* reside precisamente no esforço de Euclides em compreender por dentro a realidade brasileira, que se apresentava como dolorosa fratura exposta na guerra entre litoral e sertão. Já a atualidade de *História e Interpretação de Os Sertões* reside precisamente no esforço de Olímpio em compreender por dentro o autor canonizado pela tradição, mas não necessariamente lido com esmero. A proximidade com o objeto de estudo reúne os dois autores. Euclides buscou situar-se no centro do conflito de Canudos, pesquisando suas origens mais remotas, enquanto Olímpio buscou situar-se no centro da obra de Euclides, investigando sua biografia como se esboçasse a arqueologia de *Os Sertões*. O desprendimento com que se entregaram a seus temas assegura a vitalidade das obras que produziram, pois muitas das perguntas que formularam seguem sem resposta.

Antes de concluir esse breve estudo de *História e Interpretação de Os Sertões*, vale recordar que Olímpio de Souza Andrade deixou uma importante obra em dois volumes, infelizmente inédita. Trata-se de *Euclides depois de Os Sertões*, cujo plano geral e índice, manuscritos, encontram-se aqui reproduzidos. O primeiro volume foi concluído na íntegra e chegou a ser revisto pelo autor. O segundo volume ficou inacabado, mas a importância das revelações e a solidez

⁴⁷ ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Walnice Nogueira Galvão (organização e introdução). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 426. Nesse contexto, é interessante recordar a anotação de Cassiano Ricardo: “Mais interessante, porém, que Euclides bandeirologista é o Euclides bandeirante. É ele próprio praticando a arte de bandeirar – ou de ‘sertanejar’, como diria um documento de outra época.” (RICARDO, Cassiano. “O Bandeirante Euclides”. *O Homem Cordial e Outros Pequenos Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959, p. 339. O texto reproduz conferência realizada na Semana Euclidiana de 1947, realizada na cidade de São José do Rio Pardo.)

das interpretações propostas levaram Walnice Nogueira Galvão a confiar na “ousadia de um editor que aceite sua incompletude, mais do que compensada pelo ineditismo das informações que traz”.⁴⁸ Esperemos que, desta vez, a ousadia não permita que *Euclides depois de Os Sertões* demore tanto a vir à luz quanto a quarta edição de *História e Interpretação de Os Sertões*. Idêntica circunstância reúne o livro inacabado de Olímpio e a próxima biografia que discutirei, *Euclides da Cunha. Esboço Biográfico*, de Roberto Ventura.

~ Um livro à medida do homem

Antes, porém, uma breve digressão. Ademais do clássico de Olímpio, dois outros livros podem ser vistos como importante fontes para Roberto Ventura. Penso em *A Glória de Euclides da Cunha*, de Francisco Venancio Filho, e em *Euclides da Cunha*, de Sylvio Rabello.

De um lado, Venancio Filho centrou sua biografia no acontecimento *Os Sertões*, estudando-lhe especialmente a repercussão, mas também o processo de sua gênese, destacando a importância de Francisco Escobar na elaboração da forma definitiva do texto. De outro lado, a segunda parte de seu livro é inteiramente dedicada ao levantamento das “fontes de estudo” da obra de Euclides da Cunha, valorizando as cartas, os versos da juventude e os cadernos de notas do correspondente de guerra e do engenheiro em constantes viagens: “Toma-

⁴⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. “Um Clássico dos Estudos Euclidianos”. In: ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. XVII. Francisco de Assis Barbosa já havia reconhecido o valor desses originais: “Olímpio de Souza Andrade, autor do magnífico *História e Interpretação de Os Sertões*, de leitura indispensável, deixou inédito (e acredito que incompleto) um livro complementar que teria como título *Euclides da Cunha: depois de Os Sertões*, levantamento exaustivo de tudo que conseguiu ler e comentar sobre a saga euclidiana e sua copiosa bibliografia até 1976 (ano de seu prematuro falecimento), ele que era o mais atento e devotado cultor da memória do escritor”. (BARBOSA, Francisco de Assis. “Apresentação”. SAMPAIO NETO, J. A. V.; SERRÃO, M. de B. M.; MELLO, M. L. H. L. de; URURAHY, V. M. B.. *Canudos. Subsídios para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. V.)

das como foram estas notas, prodígio de apreensão rápida e definitiva, dispensando consultas posteriores, pôde o engenheiro de estradas, a testemunha de combates, o demarcador de fronteiras, satisfazer as suas nobres necessidades de pensador.”⁴⁹ Em suma, um levantamento indispensável e que se converteu em guia para mais de uma geração de euclidianos – e recorde-se que já mencionei sua organização da correspondência ativa de Euclides. No final do livro, como se fosse apenas um despretenso apêndice, Venancio Filho cotejou rigorosamente as edições de *Os Sertões*, anotando com paciência beneditina as modificações, acréscimos e supressões realizadas pelo perfeccionista Euclides.⁵⁰ Aliás, devemos a Sílvio Rabello uma página definitiva acerca do zelo do autor com a apresentação de sua obra.⁵¹ Não é, portanto, casual que Venancio Filho seja dos autores mais citados por Olímpio de Souza Andrade, muito embora Olímpio tenha-se centrado exclusivamente no longo processo de formulação e maturação de uma única obra: *Os Sertões*.

Ao mesmo tempo, porém, Venancio Filho não limitou sua perspectiva à obra-prima de Euclides, mas procurou abarcar a vida toda do autor, incluindo a repercussão internacional tanto da obra de Euclides, quanto de sua morte. O desejo de síntese do conjunto da vida e da obra de Euclides é a marca distintiva

⁴⁹ VENANCIO FILHO, Francisco. *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 137.

⁵⁰ Para uma análise das mudanças efetuadas por Euclides da Cunha, ver Walnice Nogueira Galvão. “A emendatio euclidiana”. Euclides da Cunha. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998, pp. 567-581.

⁵¹ “Nervoso, avançou e abriu o primeiro exemplar ao alcance das mãos. Lá estava um *a* sem o devido acento; outro *a* com um acento descabido. Lá estava um que repetido várias vezes no mesmo período, soando mal aos ouvidos. Lá estavam vírgulas e ponto-e-vírgulas espalhados e que eram nódoas horríveis. O livro era uma grande nódoa. [...] Depois, dispôs-se a emendar todos os defeitos, todos os erros, os tipográficos e os próprios. Durante dias e dias, diante dos operários aturdidos, não arredou pé da tipografia para raspar, a ponta de canivete, os acentos indicativos de crase e as vírgulas mal postas; para pingar com uma pena, novos acentos e novas vírgulas. Um por um, cerca de mil exemplares da tiragem passaram pelas mãos do revisor inexorável. Em cada exemplar, emendou oitenta erros. Oitenta mil emendas ao todo. Euclides estava exausto da canseira. Mas o livro parecia-lhe mais apresentável”. RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp 164-65.

de sua biografia e, por isso, em mais de uma passagem propôs juízos abrangentes da contribuição do homem e do escritor: “A vida de Euclides da Cunha é assim um exemplo e a sua obra um padrão.”⁵² Ao mencionar a repercussão internacional de seu livro mais importante, estabeleceu paralelos sugestivos: “Será ele, quando de futuro se der o balanço exato dos nossos valores, como um Ibsen para as terras escandinavas, um Tagore para o misticismo poético da Índia.”⁵³ Abrangência e síntese que também informam a biografia de Roberto Ventura, publicada póstumamente, a partir das notas e dos esboços encontrados e organizados por Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana.

Ao que tudo indica, a biografia imaginada por Roberto Ventura deveria, potencialmente, produzir uma síntese complexa de modelos anteriores – isso sem mencionar a tematização do próprio gênero biografia, com base em estudos recentes de crítica e teoria literária.⁵⁴ A exemplo de Francisco Venancio Filho, Ventura abarcaria a totalidade da trajetória euclidiana – de fato, sua biografia principia, por assim dizer, rigorosamente pelo princípio: “Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, em Santa Rita do Rio Negro, no município de Cantagalo, no estado do Rio de Janeiro. Pouco antes de seu nascimento, no início de 1865, o Império tinha concluído sua breve guerra contra o Uruguai.”⁵⁵

Ao mesmo tempo, e mais próximo ao impulso de Sílvio Rabello, como a passagem acima citada revela, a biografia de Ventura colocaria o homem e o escritor em diálogo com as circunstâncias de sua época, conciliando biografia

⁵² VENANCIO FILHO, Francisco. *A Glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 59.

⁵³ *Idem*, p. 211.

⁵⁴ O uso do condicional não é fortuito, pois como um dos organizadores do livro reconheceu: “‘Euclides da Cunha – uma biografia’ não é o livro que Roberto publicaria por razões literárias, sobretudo, e pela falta de ênfase nas interpretações que ele gostaria de fazer.” (CARVALHO, M. C. “Diálogo com a Memória de um Computador”. In: VENTURA, R., *Euclides da Cunha. Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 10.)

⁵⁵ *Idem*, p. 33.

e história cultural — a maior contribuição de Rabello. Por exemplo, no parágrafo seguinte à notável descrição de Euclides corrigindo um a um os volumes da primeira edição de *Os Sertões* (ver a nota de número 49), Rabello aludiu ao contexto político da hora, em lugar de propor juízos sobre a personalidade de Euclides:

“O Rio de Janeiro preparava-se para receber, vindo da Europa, o Barão do Rio Branco. Desde 1876 afastado do País, esquecido mesmo na burocracia do consulado de Liverpool, a questão do território das Missões, de que fora encarregado e de que tivera ganho de causa, por decisão do presidente Cleveland, tinha subitamente colocado o barão do Rio Branco, em 1895, numa evidência fora do comum.”⁵⁶

Essa oscilação deliberada entre a biografia de Euclides e o panorama mais amplo da época é a marca distintiva de sua biografia e, nesse sentido, merece um lugar de destaque nos estudos euclidianos.⁵⁷

Isso sem esquecer que, nos moldes de Olímpio de Souza Andrade, lugar de honra seria atribuído ao processo de elaboração de *Os Sertões*. E ainda: palmilhando o caminho aberto por Gilberto Freire, Ventura não dispensaria a investigação de recorte psicanalítico. Por fim, sequer o espinhoso problema do adultério e de seu consequente desfecho escaparia do escrutínio do biógrafo, mas, agora, compreendido sob um ângulo realmente novo — sem dúvida, o aporte mais valioso do livro de Roberto Ventura.

O ângulo mais original de sua biografia residiria no desenvolvimento reflexivo de inesperados paralelos entre o Conselheiro e Euclides. Ventura lançaria mão do clássico recurso de narrar vidas em paralelo para propor que, em última instância, o Antônio Conselheiro que todos julgamos conhecer através das

⁵⁶ RABELLO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 165.

⁵⁷ Oscilação entre vida pessoal e circunstância pública justificada pelo autor da seguinte maneira: “O brasileiro, o continentalismo e o socialismo não foram mais do que um sinal de sua identificação com os problemas, as realizações e os interesses do tempo; de solidariedade com os homens, as inquietações e vicissitudes de todos os tempos.” (*Idem*, p. 3.)

páginas de *Os Sertões* é acima de tudo o resultado de projeções de medos e fantasmas do próprio Euclides da Cunha. A interpretação de corte psicanalítico, nesse caso, não se limita à determinação de traços da personalidade de Euclides, mas, sobretudo, procura abrir novos caminhos para a leitura de seu texto. O círculo se fecha e, ao mesmo tempo, se complexifica: Euclides, leitor de Plutarco, seria por sua vez lido através de idêntico recurso. O gênero biografia, portanto, exige zelo na determinação de datas e no levantamento de fontes, por certo, mas também supõe um sofisticado jogo literário em que palavra e coisa, narrativa e referente transformam-se em duas faces da mesma moeda. Vejamos como o método seria desenvolvido mediante um impressionante paralelo que parece reunir o destino dos dois homens de forma definitiva:

“Afrânio Peixoto, médico-legista, retirou para exame o cérebro de Euclides, conservado em formol no Museu Nacional até 1983, quando foi enterrado em Cantagalo, sua cidade natal, no Rio de Janeiro. O crânio do Conselheiro fora tirado do cadáver, após a destruição de Canudos, e enviado a Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, que o examinou em busca dos traços anatômicos do crime.”⁵⁸

O método é sugestivo e provavelmente teria sido o núcleo principal da escrita de Ventura.⁵⁹ Creio que não seria exagerado supor que a seguinte passagem, em que comenta a morte de Euclides, contém o núcleo irradiador das interpretações que teria proposto em sua biografia:

⁵⁸ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 261-62.

⁵⁹ O método é tão sugestivo, que talvez tenha contagiado um dos principais colaboradores de Roberto Ventura, dessa vez através do estabelecimento de um possível paralelo entre biografado e biógrafo: “Autor consagrado, Euclides da Cunha teve um fim trágico e precoce em 15 de agosto de 1909, ao 43 anos [...]. Durante o retorno para São Paulo, uma tragédia [...] trouxe a morte precoce para Roberto Ventura, aos 45 anos de idade e uma intensa e brilhante vida intelectual.” (SANTANA, J. C. B. de. “Antes do texto”. Roberto Ventura. *Euclides da Cunha. Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 17 & 21.)

“Sua trajetória sentimental apresenta, por ironia, paralelos com as peripecias de Antônio Conselheiro, o personagem que tentou esboçar nas páginas de *Os Sertões*. Ambos tiveram o destino marcado pelo adultério das esposas, pela *vendetta* entre suas respectivas famílias e as de seus inimigos e pelas posições que tomaram perante a República, um se opondo e o outro apoiando e depois criticando o novo regime.”⁶⁰

Gilberto Freire intuiu um caminho semelhante, sugerindo que o olhar de Euclides contaminava a paisagem e os homens que via, assim como era por eles estimulado: “Em Euclides, a tendência foi quase sempre para engrandecer e glorificar – como nas óperas – as figuras, as paisagens, os homens, as mulheres, as instituições com as que se identificava. Engrandecer, alongando: *à sua imagem, talvez*.”⁶¹ Ventura deu um passo além, buscando tanto estabelecer um sistemático paralelismo estrutural entre a percepção de Euclides e a escrita de *Os Sertões*, quanto reconstruir um inesperado paralelismo factual entre certos aspectos das vidas de Antônio Conselheiro e de Euclides da Cunha: do acerto dessa estratégia dependeria o êxito de seu projeto.

~ Coda

No prólogo às vidas paralelas de Alexandre e César, Plutarco estabeleceu a célebre distinção entre a escrita de *histórias* e a narrativa de *vidas*.⁶² Enquanto aquelas supõem a preocupação com o coletivo e o grandioso, estas demandam

⁶⁰ *Idem*, p. 258.

⁶¹ FREIRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, meus destaques, p. 27. Adiante, Freire é ainda mais taxativo: “Sente-se, na sua correspondência, que Euclides da Cunha procurou em vão a imagem que prolongasse na sua vida de adulto triste a da mãe morta quando ele tinha apenas três anos [...]”. (*Idem*, p. 47.)

⁶² Para um esclarecedor comentário acerca dessa distinção, ver Aurelio Pérez Jiménez. “Introducción general: Plutarco de Queronea”. Plutarco. *Vidas Paralelas*. I. Barcelona: Biblioteca Básica Gredos, 2001, pp. XXV-XXVIII.

<u>ÍNDICE</u>	
ALICERÇES, COLUNAS E TRAVES DE UMA OBRA INTEIRA	1
VALE DO PARAÍBA OUTRA VEZ	23
ENGENHARIA MENOR EM REGIÃO AGRESSIVA, ÀS VEZES ESCRIVENDO, SOBREVIVENDO	33
TEMPESTADE NO MAR, O TRÁFICO E PESCADORES SEM HISTÓRIA	55
CONVERSA AMARGA, SONHO DESPEITO E HISTÓRIA DO BRASIL DESCONHECIDA	70
CONTRASTES E CONFRONTOS: NOVA SÉRIE DE ESPANTOS	95
POVOAMENTO, CONSTITUIÇÃO, AMAZÔNIA: VELHAS PREOCUPAÇÕES COM O FUTURO	116
DECLINES FRAGMENTO E A CALAMIDADE DO NORDESTE	126
A AMÉRICA E O MUNDO: HISTÓRIA - VISÃO E PREVISÃO	149
CONCERTO E DESCONCERTO DO MUNDO	178
GUARUJÁ, RIO, ALTO FURUS	199
ENTRE MANAUS RICA E PODEROSA, E A AMAZÔNIA ABANDONADA	212

Imagem do livro inédito de Olímpio de Souza Andrade, *Euclides depois de Os Sertões*.

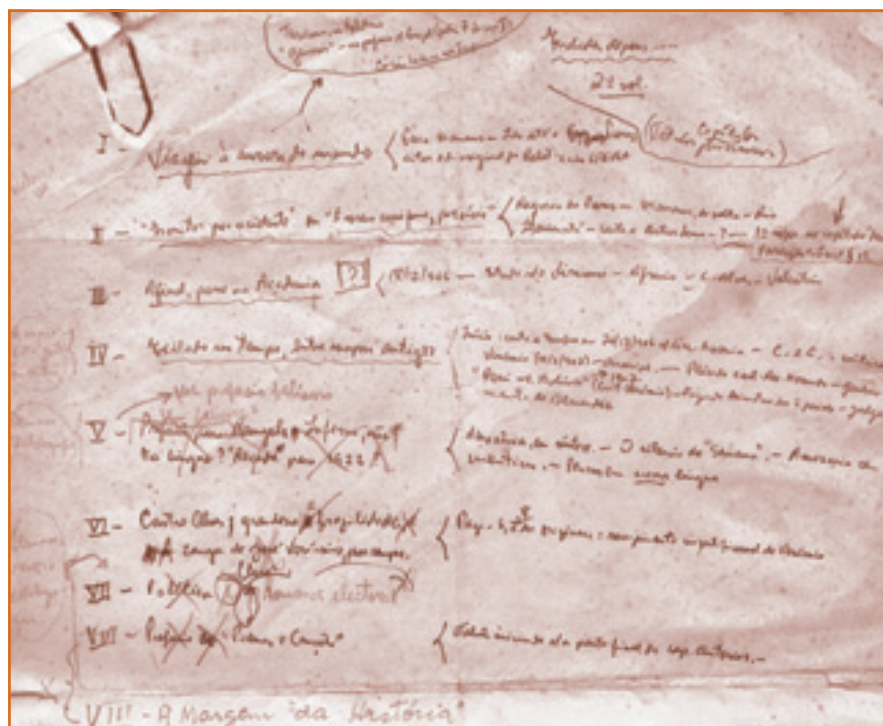


Imagem do livro inédito de Olímpio de Souza Andrade, *Euclides depois de Os Sertões*.

atenção aos pequenos gestos e às situações cotidianas. Sem dúvida, trata-se de divisão monocromática, muitas vezes ignorada pelo próprio Plutarco. De qualquer modo, o desafio do biógrafo de Euclides da Cunha é que sua *vida* não deixou de ser *história*. Nesse caso, como decidir que aspecto enfatizar? E o que tornaria tudo mais difícil e por isso mesmo mais interessante, talvez a história de sua vida tenha existido para terminar num livro: *Os Sertões*. E para engendrar muitos outros: as biografias sobre seu autor.

Os Sertões

(Campanha de Canudos)

por

Euclýdes da Cunha



LAEMMERT & C. - EDITORES
66, Rua do Ouvidor, 66 — Rio de Janeiro
CASA FILIAL EM S. PAULO
1902

Naturalistas e cientistas: algumas fontes de *Os Sertões*

JOSÉ CARLOS BARRETO DE SANTANA

Euclides da Cunha e a sua obra, capitaneada por *Os Sertões*, são objeto de uma fortuna crítica que não encontra paralelo na cultura brasileira, ultrapassando a dezena de milhar de livros, artigos, folhetos, teses. Sucesso imediato de crítica e vendas quando do seu lançamento em 1902, *Os Sertões* conta com mais de 50 edições em língua portuguesa e já foi traduzido para pelo menos nove idiomas e inspirou diversos romances europeus e latinoamericanos, como *Le Mage du Sertão* (1952), do francês Lucien Marchal; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *Capitão Jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Veredicto em Canudos* (1970), do húngaro Sándor Márai; *La Guerra del Fin del Mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa; *A Casca da Serpente* (1989), de José J. Veiga; *As Meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio José Chiavenato; e *Canudos* (1997), de Ayrton Marcondes. Esses números representam, de alguma forma,

Reitor e Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em História pela USP. Autor de *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais* e organizou para a Companhia das Letras os livros: *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina e Euclides da Cunha: Esboço Biográfico*, em parceria com Mario Cesar Carvalho.

a importância do autor e de sua obra para a compreensão e o desvendamento de aspectos da realidade brasileira.

A I.^a edição de *Os Sertões* foi um sucesso tão avassalador, que se costumava dizer que Euclides da Cunha dormiu desconhecido e acordou famoso. Uma segunda edição saiu em 1903 e, sob o título de *Juízos Críticos*¹, a Laemmert, editora do livro, reuniu, em 1904, 15 artigos de diferentes autores, publicados nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As críticas foram, no geral, bastante elogiosas. A mais conhecida delas é a de José Veríssimo, a mais aguardada por Euclides da Cunha e que, pela importância do autor no panorama intelectual da época, deve ter contribuído substancialmente para a divulgação do livro recém-lançado. José Veríssimo considerou que

“o livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e escrever [...], que vibra e sente tanto os aspectos da natureza, como ao contato com o homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as 'secas' que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.” (VERÍSSIMO, 1902/1904, pp. 22-23).

¹ Em 2003, José Leonardo do Nascimento e Valentim Facioli organizaram uma nova edição dos *Juízos Críticos*, acrescentando-lhe mais dois textos da época, sendo um deles de autoria de José Campos Novaes (publicado inicialmente na *Revista do Centro de Ciência Letras e Artes de Campinas*) e o outro, o discurso feito por Sílvio Romero durante a recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em 1906. Não consta nesta edição o parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a proposta de sócio de Euclides da Cunha.

As ressalvas de José Veríssimo ao livro diziam respeito ao que ele considerava uma sobrecarga no emprego de termos técnicos e ao boleio das frases, que resultariam numa falta de simplicidade, principal defeito que ele enxergava no estilo de Euclides da Cunha, mas que seria um defeito “de quase todos os nossos cientistas que fazem literatura” (VERÍSSIMO, 1902/1904, p. 23). Em carta ao crítico, Euclides da Cunha agradece a maneira como foi recepcionado o seu livro, mas não concorda com o que diz respeito ao emprego dos termos técnicos:

“Sagrados pela ciência e sendo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer dos seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano.” (CUNHA, 1902/1997, p. 143).

Baseando-se numa passagem do discurso de posse de Marcelin Berthelot na *Académie Française*, em 1901, na qual o químico francês ressalta fazer parte da tradição daquela Academia acolher nos seus quadros alguns artistas, alguns historiadores, alguns adeptos das ciências exatas e da ordem das ciências naturais, vendo em D’Alembert a mais completa expressão desta aliança (BERTHELOT, 1901, p.7), Euclides da Cunha defende, na carta citada, o consórcio entre a ciência e a arte, que deveria ser obra de polígrafos (CUNHA, 1902/1997, pp. 143-144).

A tendência predominante dos estudos euclidianos segue as primeiras recepções ao seu livro, considerando-o um repositório de vários saberes. Ao se referir ao livro de Euclides da Cunha, Gilberto Freire o considerou “notável como literatura e notável como ciência: ciência ecológica e ciência antropológica e até sociológica. Mas sobretudo obra de literatura. Obra de revelação” (FREIRE, 1966, p. 20). Antônio Candido diz que *Os Sertões* é um “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista” (CANDIDO, 1965, p. 160). Alfredo Bosi, na sua *História Concisa da Literatura Brasileira* entende que *Os Sertões*, pela sua descrição minuciosa da terra, do homem e da luta, pode ser considerado

“de pleno direito, no nível da cultura científica e histórica” (BOSI, 1980, p. 348). Nicolau Sevcenko, analisando a obra de Euclides da Cunha, a vê como “síntese entre literatura e ciência [...]” (SEVCENKO, 1989, p. 135). Já Leopoldo Bernucci entende que “dentro do quadro global da estrutura discursiva *d’Os Sertões*, formada por engastes sociológicos, históricos, geológicos e etnográficos, reconhece desde logo um valor que transcende a categoria empírica das ciências, ou seja, o seu lado literário e imaginário” (BERNUCCI, 1995, p. 19).

Para Valentim Faccioli,

“o prestígio de Euclides da Cunha parece hoje ser incomparavelmente maior no registro meio vago de ‘cultura brasileira’ do que em qualquer setor de conhecimento especializado, ficando a tradição literária como sua herdeira mais dedicada e ambiciosa [...]. A constatar, também, que, se ninguém reivindica Euclides com exclusividade, ninguém, por sua vez, abre mão dele inteiramente. É quase acaciano, pois que se reconhece com isso a força expressiva e reveladora desse patrimônio, cujo marco está plantado num momento decisivo da formação do Brasil moderno” (FACIOLI, 1990, p.2).

Se, por um lado, vários autores citados lembram, genericamente, a coexistência, na obra de Euclides da Cunha, de elementos históricos, científicos e literários, por outro lado é bastante esclarecedora a abordagem de Valentim Faccioli ao olhar Euclides da Cunha e sua obra como um objeto de investigação ao qual nenhum setor ou área do conhecimento reivindica especificamente, mas dele não abre mão pelas suas possibilidades de contribuir para uma interpretação de largo espectro cultural.

Assim é que Euclides da Cunha e a sua obra vêm-se constituindo em importantes referenciais que marcam a produção cultural brasileira em tão diversas áreas como: sociologia, antropologia, psicologia, história, geologia, geografia, jornalismo, literatura, etc.

A presença de um amplo espectro de áreas e conhecimento em *Os Sertões* não escapa à atenção dos que, ao longo de cem anos de fortuna crítica, vêm-se de-

bruçando sobre a obra de Euclides da Cunha. Destas áreas de conhecimentos, as relacionadas com as ciências naturais são as que menos foram objeto de estudo, no que pese a inclusão, no próprio texto euclidian, de referências explícitas a viajantes naturalistas, geólogos e botânicos.

Quem lê *Os Sertões* depara-se com uma estrutura em três partes (“A Terra”, “O Homem” e “A Luta”), encadeadas de tal maneira que a sua representação da natureza configura-se como uma antecipação do que vai ser encontrado nas partes seguintes.

A primeira parte do livro, “A Terra”, é uma narrativa da natureza, subdividida em cinco capítulos, nos quais são abordados a geologia, o relevo, o clima e a vegetação, constituindo a base em que o autor se apoia para compreender a ação do meio na formação das etnias e sua influência na gênese das personagens típicas.

Antecedendo o texto, encontra-se um encarte contendo um mapa do Estado da Bahia, intitulado “Esboço Geológico”, com autoria atribuída a autores diversos, correspondendo a uma síntese feita, por Euclides da Cunha, a partir de informações daqueles (CUNHA, 1902/1985, p. 89).

Ao optar pelo mapa como elemento de recepção ao leitor, antes de iniciar o texto de *Os Sertões*, Euclides da Cunha nós dá a conhecer aqueles que serão os seus interlocutores ao longo do livro: os viajantes naturalistas e cientistas, apresentados como autores do mapa. O que vamos encontrar em seguida é parte do imenso diálogo, a muitas vozes, mediado pelo narrador, a que se refere Walnice Nogueira Galvão (1994, p. 626).

Para Roberto Ventura (1995, p. 610), o diálogo de Euclides da Cunha com o cientista ou viajante naturalista seria ainda evidenciado pelo predomínio do “ponto de vista impessoal do viajante em movimento, que dá expressão artística ou científica às suas impressões”, quer se trate dos ensaios sobre a Amazônia ou do relato dos acontecimentos da guerra de Canudos.

Esta parece ser a intencionalidade presente em *Os Sertões* já desde as primeiras linhas de “A Terra”, quando Euclides da Cunha descreve o que ele chama de “planalto central do Brasil”. Entendo que, ao eleger o que seria para ele uma

grande unidade do relevo do país, o narrador necessitou utilizar uma escala muito reduzida, como faria um geólogo, por exemplo, na qual só os grandes traços se farão presentes, e, à medida que o observador se aproxima do objeto em estudo, vai verificando uma mudança de escala. O relevo começa a ser percebido nas suas variações e nas suas relações com a orla marítima e o narrador introduz novos elementos, como a bacia do São Francisco. Serras menores e formações geológicas começam a se individualizar. Depois, ainda num movimento descendente, com a aproximação variando a escala, já são os rios que aparecem, as povoações também, até que, saindo do sul,

“o observador que seguindo este itinerário, deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido... Está sobre um soccalco do maciço continental, ao norte” (CUNHA, 1902/1985, p. 96).

E novos elementos vão surgindo, traços menores são visíveis nesta nova escala: pequenos rios aparecem, a vegetação finalmente pode ser percebida e o observador afinal avista os habitantes daquelas paragens.

Nesta viagem fantástica, do sul ao norte, de alto a baixo, Euclides da Cunha realiza algumas das suas generalizações, tentando fundir, em poucas páginas, o conhecimento que vinha sendo construído num largo tempo pelos viajantes naturalistas e cientistas. O roteiro percorrido é o mesmo por onde transitaram alguns, como Spix, Martius e Gardner, onde se fixaram outros, como Eschwege e Lund, e ainda o espaço onde se verificaram as atividades, por exemplo, da *Comissão Geológica do Império*, da *Escola de Minas de Ouro Preto*, das *Comissões de Exploração do Rio São Francisco*, da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* e da *Comissão de Exploração do Planalto Central*.

As generalizações indicam que o diálogo de Euclides da Cunha se faz com atores e tradições diferentes, o que significa dizer que, neste caso, o autor não se permitiu uma linha reta, onde o seu texto possa ser imediatamente cotejado com o de um outro narrador, vale então o alerta de Leopoldo Bernucci para a

necessidade de perseverança ao ler *Os Sertões*, “quando esta leitura significa um duro e muitas vezes frustrado exercício de exegese e hermenêutica, [sem o qual] se estará fadado a comentar questões periféricas sem poder chegar aos aspectos centrais do texto”. Lembrando ainda que isto “vale também para as relações textuais que se dão entre *Os Sertões* e as demais disciplinas que com grande frequência contribuem para o seu discurso intertextual: história, literatura, geologia, geografia, antropologia e ciências sociais” (BERNUCCI, 1995, pp. 52-53).

Alguns trabalhos de Derby, como a “Contribuição para o Estudo da Geologia do Vale do Rio São Francisco” (1879), “Os Picos Altos do Brasil” (1889 e 1890), e os capítulos escritos por Derby para *A Geografia Física do Brasil* de J.E. Wappaeus (1884) (IV – “Aspectos Físicos, Montanhas e Chapadões” e V – “Estrutura Geológica e Minerais”), são as principais fontes de Euclides da Cunha na elaboração das páginas iniciais de *Os Sertões*.

As “possantes massas gnáisssegraníticas” que surgiriam primeiro, a partir do extremo sul, no “grande maciço continental”, “os extensos chapadões cujas urdiduras de camadas horizontais de grés argiloso, intercaladas de emersões calcárias, ou diques de rochas eruptivas básicas lhe explica a exuberância sem par e as áreas complanadas e vastas”, as descrições das serras da Mantiqueira e do Espinhaço, ou dos tabuleiros onde predominam os lençóis de arenito que vão se associar ao calcário, até que “reponha a região diamantina, na Bahia, revivendo inteiramente a de Minas” (CUNHA: 1902/1985, p. 92-95), encontram seus correlatos nos trabalhos de Derby (1879, p. 115; 1884, p. 41-51 e 1889, p. 132).

Uma das mais arrojadas generalizações de Euclides da Cunha foi construída em torno da imagem do observador que, deparando com a paragem perturbadora do sertão, “tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens...”. (CUNHA, 1902/1985, pp. 103-104).

A “sugestão empolgante”, que contemplava um vasto oceano cretáceo-terciário cobrindo grande parte dos estados do Norte, foi baseada inicialmente nos capítulos V e VI da primeira parte do livro de Emmanuel Liais, *Climats, Geologie*,

Faune et Geographie Botanique du Brésil (1872). Liais considerava que, entre as idades secundária (Era Mesozóica) e terciária (Era Cenozóica), um rebaixamento do território brasileiro permitiu o depósito de camadas terciárias em regiões que atualmente constituem o planalto brasileiro. Para reforçar as suas opiniões, Liais inclui, na descrição de tal evento, evidências levantadas por Hartt, Agassiz, Gardner, Humboldt e outros investigadores da América do Sul e Central.

Hartt, antes de Liais, admitia que, durante o terciário, o planalto do Brasil esteve submetido a uma submersão de extensão continental, e suas ideias a respeito apareceram no capítulo XIII do *A Journey in Brazil* (AGASSIZ, 1868), e no *Geology* (1870). No trabalho “Recent Explorations in the Valley of the Amazonas”, publicado na revista da *American Geographical Society of New York* (1872), Hartt estabeleceu uma hipótese mais geral sobre a gênese do continente americano, que teria uma parte transcrita por Derby no seu trabalho “Contribuições para a Geologia da Região do Baixo Amazonas”, publicado em 1877 no *Arquivos do Museu Nacional*.

Hartt descreveu, assim, uma parte dos eventos geológicos no continente sul-americano, entre as Eras Mesozóica e Cenozóica:

“O vale do Amazonas, ao princípio, apareceu como um largo canal entre duas ilhas ou grupos de ilhas, dos quais uma constituiu a base e o núcleo do planalto brasileiro, e a outra ao norte, do planalto das Guianas. Estas ilhas apareceram no princípio da idade siluriana ou pouco depois dele. Naquela época os Andes não existiam ainda.”

Este trecho aparece em *Os Sertões*, com a seguinte redação:

“Não existiam os Andes, e o Amazonas, largo canal entre as altiplanuras das Guianas e as do continente, separava-as, ilhadas. Para as bandas do sul o maciço de Goiás – o mais antigo do mundo – segundo a bela dedução de Gerber, o de Minas e parte do planalto paulista, onde fulgurava, em plena atividade, o vulcão de Caldas, constituíam o núcleo do continente futuro...” (CUNHA, 1902/1985, p. 104).

Se depreendermos do texto de *Os Sertões* que o “maciço de Goiás”, o de Minas e parte do planalto paulista correspondem ao planalto brasileiro e que as referências a Henrique Gerber e ao vulcão de Caldas são aspectos de erudição que visam a tornar mais bela a construção, estaremos diante de uma transcrição sem atribuição de fonte, que levaria Euclides da Cunha a tratar do movimento mais geral do continente com o pensamento voltado para uma “corrente impetuosa” que, num longo embate, “modelava aquele recanto da Bahia até que ele emergisse de todo, seguindo o movimento geral das terras, feito informe amontoado de montanhas derruídas” (CUNHA, 1902, p. 104). De uma forma geral, é o retorno a um esquema básico da narrativa euclidiana: forças que se embatem no mesmo “conflito secular” que já se encontra desde a primeira página de *Os Sertões*, e a geologia aparece como que dotada de vontade e sentimentos, prestando-se com perfeição a esta narrativa de movimento, com suas camadas que se deprimem e se elevam, com suas forças capazes de rasgar as formações rochosas e com massas magmáticas que extravasam do interior desconhecido. Mais uma vez, estamos diante de uma representação da natureza em conflito, que prefigura o embate secular entre o homem e o meio, e ainda o combate entre o litoral e o sertão, ou entre o soldado e o jagunço.

Mas existe um aspecto que merece atenção neste modo de construir a narrativa euclidiana e que envolve a maneira pela qual ele dialogava com os dados fornecidos pela ciência, selecionando as informações que melhor serviam para dar “validação científica” às suas ideias, ainda que as mesmas fontes contivessem elementos impeditivos destas ideias. Neste sentido, ganha significado a observação de Bernucci sobre o aspecto da capacidade do escritor em transformar simples impressões em dados minuciosos e completos, ainda quando pairarem dúvidas sobre a veracidade da narrativa.

“Com efeito, para o leitor incauto, através da linguagem estonteante e persuasiva de Euclides, a representação da natureza chega a ser tão perfeita e detalhada, a despeito de sua factibilidade, que o que passa a adquirir importância parece já não ser propriamente o que se narra mas como se narra” (BERNUCCI, 1995, p. 107).

É o caso da contemplação de um mar cretáceo extinto na região de Monte Santo, que deveria ser inviabilizada pelos estudos de Hartt e Derby. Hartt acreditava, baseado nas evidências dos fósseis, que a maior parte da série cretácea da Bahia foi formada pela acumulação dentro de uma bacia fechada de água doce (HARTT, 1870/1941, pp. 411 e 596). A mesma opinião tinha Derby sobre a existência em redor da Bahia de Todos os Santos de depósitos pertencentes à idade cretácea, numa extensão muito maior do que a atual, que corresponderia a uma “antiga baía ou antes laguna, porque os depósitos converteram-se em grande parte, senão totalmente, em água doce” (DERBY, 1878, p. 135). As “inegáveis bacias cretáceas” nas terras circunjacentes a Paulo Afonso, às quais se refere Euclides da Cunha, também tiveram origem em água doce ou salobra, segundo evidências fossilíferas consideradas por Derby, e não se constituiriam em prolongamento da bacia cretácea das vizinhanças da Bahia de Todos os Santos (DERBY, 1879, pp. 93-94).

Como parece evidente que Euclides da Cunha conhecia os trabalhos de Hartt e Derby, tratados no parágrafo anterior, é correto afirmar que a sua escolha tinha a finalidade específica de validar, pelo ponto de vista da ciência, uma “profecia retrospectiva” que se diferenciaria da profecia de um sertão que um dia seria praia, apenas pelo sentido da seta do tempo.

Walnice Galvão (1994, pp. 624-625) considera que o fato de Euclides da Cunha ter realizado os seus estudos de engenharia na Escola Militar exerceu um peso importante na presença de várias áreas de conhecimento em *Os Sertões*, como seria o caso, por exemplo, de mineralogia e geologia. No entanto, os estudos de matérias curriculares não seriam necessariamente aprofundados e muito do que aparece no livro passou por uma ampla revisão.

No que diz respeito à mineralogia e à geologia, alguma luz sobre como se deu a revisão destes assuntos pode ser encontrada a partir da consulta às obras de catalogação bibliográfica que, seguindo uma recomendação do V Congresso Geológico Internacional de 1981, reuniam livros, artigos, mapas e relatórios publicados no Brasil ou no exterior, e que mostra a existência de um número considerável de obras relacionadas ao conhecimento geológico sobre o Bra-

sil entre os séculos XIX e o início do século XX. A lista dos autores citados nesses levantamentos bibliográficos vai desde viajantes naturalistas, como Martius e Gardner, a pesquisadores estrangeiros que aqui se fixaram e fizeram carreira, a exemplo de Lund e Derby, passando pelos integrantes da comunidade científica local, como Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Oliveira e Teodoro Sampaio. Se uma parcela dos trabalhos encontra-se em livros e periódicos internacionais, outra se faz presente em livros e periódicos nacionais, incluindo aí revistas de sociedades científicas e instituições de pesquisa.

A existência de um número considerável de obras relacionadas ao conhecimento geológico entre o século XIX e o início do século XX possibilita que se indague sobre a maneira pela qual esta produção estaria acessível aos que, como Euclides da Cunha, dela necessitassem ou desejassem conhecer. A dificuldade de acesso a uma parte destas obras sobre o Brasil, que contemplavam autores tão variados, incluindo naturalistas, geólogos e engenheiros, encontrando-se espalhadas em publicações realizadas em várias partes do mundo, muitas delas difíceis de serem encontradas, e contendo, às vezes, notas miscelâneas de um viajante numa região pouco conhecida, foi registrada por John Casper Branner quando da elaboração do seu *Resumo da Geologia do Brasil para Acompanhar o Mapa Geológico do Brasil* (1919).

Uma dificuldade adicional poderia ser o idioma da publicação. Neste caso estariam colocadas as principais obras sobre a geologia brasileira de autoria de Wilhelm von Eschwege, publicadas na Alemanha, sendo poucas as que foram traduzidas para o português ou mesmo para o francês, idioma bem mais acessível aos que, no Brasil, se dedicassem ao seu estudo. Derby, considerando a qualidade das pesquisas do Barão de Eschwege e reconhecendo que elas não eram tão conhecidas no Brasil como deveriam ser, torna-se uma espécie de comentador do mesmo, contribuindo para torná-lo acessível a um público mais amplo. Assim, se o nome de Eschwege aparece citado em *Os Sertões* (CUNHA, 1902/1985, p. 94), existe uma forte possibilidade de que isto aconteça mais pela leitura dos seus comentadores, do que pela consulta direta a este autor.

Estabelecendo uma interseção entre a alentada relação de obras sobre a geologia do Brasil e as evidências encontradas diretamente no livro de Euclides da Cunha ou nas suas anotações, reportagens, cartas, etc., é possível considerar que alguns personagens e sua produção científica parecem ter obtido uma certa relevância nos estudos do escritor, em torno desta área do conhecimento.

A influência de Hartt sobre as ciências geológicas no Brasil extrapola os mais de cinquenta trabalhos publicados sobre o tema e pode ser percebida na produção de vários dos seus colegas ou assistentes nas expedições ou na *Comissão*, a exemplo de Branner e Derby.

O livro de Hartt, *Geology and Physical Geography of Brazil* (1870), lido por Euclides da Cunha, trata dos levantamentos feitos pelo autor, mas também é uma espécie de compilação do que havia sido publicado até 1870 sobre a geologia e a geografia física do Brasil, notadamente quando trata de regiões que não foram por ele visitadas. Desta maneira, é possível encontrar transcrições de trabalhos de Martius e Spix, Gardner, Halfeld, Burton, Saint-Hilaire, Henrique Gerber, Pompeu de Souza, etc.

Além dos trabalhos específicos de ciências geológicas, Hartt também se interessava por estudos antropológicos, incluindo no livro de geologia e geografia física um capítulo sobre os índios botocudos, tema discutido também em vários artigos publicados, alguns deles nos *Arquivos do Museu Nacional*. Estes trabalhos de Hartt, provavelmente lidos por Euclides da Cunha, motivaram a sua inclusão entre os autores citados em *Os Sertões*, para justificar uma presumível origem autóctone do *Homo americanus* (CUNHA, 1902/1985, p. 141).

Compilação de vários autores também se encontra no *Climats*, de Emmanuel Liais, escrito após a segunda viagem do astrônomo francês ao Brasil (1871-1874). Já no prefácio do livro, Liais diz que o mesmo é o resultado de suas observações das regiões por onde passou durante as suas viagens pelo Brasil; deixa claro que pretende adotar uma forma de exposição apropriada à propagação ou divulgação do conhecimento e que a parte correspondente à geologia inclui, além das suas observações pessoais, leituras de outros autores, entre os quais estariam Hartt e Gardner (LIAIS, 1872, pp. V-VI).

Respeitado como astrônomo titular do Observatório de Paris, condecorado com a Legião de Honra, autor de livros como *Traité d'Astronomie e L'Espace Céleste*, este último também destinado ao grande público (DURCHON, 1975-1978, t. 57, p. 83), Liais não alcançou, no meio da comunidade geológica brasileira, o mesmo reconhecimento pelo *Climats*. Trabalho de valor duvidoso por conta de um considerável número de erros sérios (BRANNER, 1890, 432), o livro sequer é citado por John Casper Branner, numa curta nota biográfica sobre o autor (BRANNER, 1922, p. 135).

Euclides da Cunha conhecia o livro de Liais desde 1894. Recebera-o de um amigo durante o período em que trabalhou como engenheiro militar na cidade de Campanha-MG, e viria a citá-lo três vezes em *Os Sertões* (ANDRADE, 1960, p. 72). Numa das citações, na parte em que trata de “um sonho de geólogo”, Liais é referido como “um naturalista algo romântico” (CUNHA, 1902/1985, p. 103). Talvez fosse uma forma suavizada de se reportar ao autor de um livro que, pelas suas próprias características enciclopédicas, tanto o agradara, mas que não escapava às críticas formuladas por especialistas em geologia.

Mais que um simples especialista, Derby foi, seguramente, um dos mais importantes nomes das ciências geológicas no Brasil. Euclides da Cunha conhecia Derby pelo menos desde 1896, e o geólogo foi um dos proponentes da sua admissão como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, além de ser um dos que assistiram à apresentação do trabalho do escritor sobre a climatologia dos sertões da Bahia.

Arrojado Lisboa, que trabalhou com Derby no Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro, informou a Gilberto Freire ter o autor de *Os Sertões* recebido forte auxílio técnico do geólogo. Derby teria, inclusive, fornecido algumas “notas valiosas sobre a geologia do Brasil” (FREIRE, 1944/1987, pp. 32 e 36). Este “auxílio técnico” é perfeitamente plausível se considerarmos que se deu através de leituras por Euclides dos trabalhos de Derby; de indicação de artigos e da assimilação dessa colaboração em trechos de *Os Sertões* lidos durante a sua elaboração. Tal auxílio que pode ter acontecido ainda em ocasiões

proporcionadas pela presença dos dois estudiosos em reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante passagem de Derby por São José do Rio Pardo, ou ainda em visitas ao amigo comum, Teodoro Sampaio.

Teodoro Sampaio, assim como Euclides da Cunha, não era propriamente um geólogo, mas um engenheiro com múltiplos interesses, que incluíam no caso primeiro, esta área do conhecimento e mais geografia, história, saneamento e estudos da língua tupi. Entre 1886 e 1892, integrou a primeira equipe da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, como primeiro ajudante de Derby. Durante a sua passagem por São Paulo, que durou até 1904, Teodoro Sampaio construiu uma sólida reputação profissional, dirigiu o serviço de águas e esgotos e esteve envolvido na fundação da Escola Politécnica e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Os seus conhecimentos de geologia podem ser atestados pelas solicitações que lhe fizeram Derby, para quem escreveu as “Notas sobre a região compreendida entre o Rio São Francisco e a Serra Geral (do Espinhaço) nas imediações da cidade do Juazeiro” (1884), e Branner, que lhe pediu as notas “As rochas arqueanas na Bahia” (1907), consideradas “muito interessantes e muito satisfatórias” (BRANNER, 1907). Branner incluiu outros seis trabalhos de Teodoro na “Bibliography of the Geology, Mineralogy, and Paleontology of Brazil” (1909) e, posteriormente, no *Resumo da Geologia no Brasil, para Acompanhar o Mapa Geológico do Brasil* (1919), na parte referente à Bahia, utilizou como uma das suas bases os mapas de Teodoro Sampaio e as notas sobre a geologia que este tomara durante os trabalhos da Comissão Milnor Roberts (BRANNER, 1919, pp. 14 e 47).

O nome de Teodoro Sampaio aparece apenas três vezes em *Os Sertões*, numa delas encabeçando a lista dos autores do “esboço geológico para o estado da Bahia”, o que parece muito pouco para quem teve a sua influência sobre Euclides da Cunha reconhecida por diversos autores. Algumas informações fornecidas por Teodoro Sampaio podem ser identificadas no livro, a exemplo do significado de termos tupis e na passagem do saque de Januária-MG por jagunços sediados em Carinhanha, BA (CUNHA, 1902/1985, pp. 261-262),

acontecimento ocorrido quando a Comissão Milnor Roberts passava na região, e que está registrado no “Diário de Viagem da Carinhanha à Bahia pelo Engenheiro Civil Teodoro Sampaio (1879-1880)” e no livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (1905/1938).

Embora não tenha encontrado, sobre as ciências naturais, trechos de *Os Sertões* que possam ser diretamente comparados com textos de trabalhos de Teodoro Sampaio, a contribuição deste para com Euclides da Cunha, evidenciada pelo depoimento do engenheiro baiano, se verifica desde a elaboração do artigo “A nossa Vendéia” (Sampaio, 1919). Além do fornecimento de mapas e notas, a maior familiaridade de Teodoro Sampaio com a região deve ter servido como orientação para as leituras de Euclides da Cunha, que não se esquivava de discutir com o amigo à medida em que surgiam os originais das primeiras páginas do seu livro.

Do aqui exposto pode-se perceber que Euclides da Cunha manteve-se a par do que de mais corrente existia em termos de obras relacionadas às ciências naturais (e mais especificamente geológicas) o que juntamente com o seu relacionamento com diversos integrantes da comunidade científica que se estabelecia em São Paulo, a exemplo de Orville Derby e Teodoro Sampaio, mostram-se fundamentais para se entender a construção do discurso científico em *Os Sertões*.

Bibliografia

- AGASSIZ, Luiz, AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1868). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 1975, 323 p.
- ANDRADE, Olímpio de S. *História e Interpretação de Os Sertões*. São Paulo: EDART. 1960. 329 p.
- ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha) (1903). In: *Juízos Críticos (sobre) Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha* (1903). Rio de Janeiro: Laemmert, 1904. pp. 33-49.

- BERTHELOT, Marcelin. *Discours de Reception Academie Francaise*. Paris: Academie Francaise, 1901. 40 p.
- BERNUCCI, Leopoldo M. *A Imitação dos Sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1995. 346 p.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980. 582 p.
- BRANNER, John Casper. "The Cretaceous and Tertiary Geology of the Sergipe-Alagoas Basin of Brazil". In: *Transations of the American Philosophical Society*. Philadelphia, MacCalla, 1890. v. XVI, 422-434.
- _____. "Carta a Teodoro Sampaio". Salvador, Arquivo Teodoro Sampaio, 6 nov. 1907. (manuscrito).
- _____. "Bibliography of the Geology, Mineralogy, and Paleontology of Brazil". In: *Bulletin of Geological Society of America*. New York, v. 20, pp. I-132, feb, 1909.
- _____. *Resumo para acompanhar o mapa geológico do Brasil*. Geological Society of America, v. 30, n. 2, 152p., 1919.
- _____. "Notas Biográficas de Geólogos". In: *Revista do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, v. XX e XXI, maio – dez. de 1922.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1965.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (1902): Edição crítica por Walnice N. Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985. 730 p.
- _____. "Correspondência (1890-1909)". In: GALVÃO, Walnice Nogueira, GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997. 455p.
- DERBY, Orville A. "Contribuições para a Geologia da Região do Baixo Amazonas". *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 2, pp. 77-104, 1877.
- _____. "A Bacia Cretácea da Bahia de Todos os Santos". *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. III, pp.135-158, 1878.
- _____. "Contribuição para o Estudo da Geologia do Vale do Rio São Francisco". *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. IV, pp. 87-119, 1879.
- _____. "Aspectos Físicos, Montanhas e Chapadões". In: WAPPAEUS, J. E.. *A Geografia Física do Brasil Refundida*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1884, pp. 36-43.
- _____. "Estrutura Geológica e Minerais". In: WAPPAEUS, J. E.. *A Geografia Física do Brasil refundida*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1884. pp. 44-59.

- _____. “Os Picos Altos do Brasil”. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SG-RJ, 1889-1890. t. V e VI, pp. 129-149 e 69-70.
- FACIOLI, Valentim. “Euclides da Cunha: a Gênese da Forma”. São Paulo, 1990. 172 p. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FREIRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (1944). Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. 209 p.
- _____. “Euclides da Cunha: Revelador da Realidade Brasileira”. In: COUTINHO, A. (org.). *Euclides da Cunha: Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. V. 2, pp.17-31.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides da Cunha”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/UNICAMP, 1994. V. 2, pp. 615-633.
- HARTT, Charles Frederic. *Geologia e Geografia Física do Brasil* (1870). São Paulo: Nacional, 1941. 649 p.
- _____. “Recent Explorations in the Valley of the Amazonas, with Map”. In: *Transactions of the American Geographical Society of New York*. Albany, 1872. v. III, pp. 231-252.
- LIAIS, Emmanuel. *Climats, Geologie, Faune et Geographie Botanique du Brésil*. Paris: Garnier Freres, 1872.
- SAMPAIO, Teodoro Fernandes. “Notas sobre a Geologia da Região compreendida entre o Rio São Francisco e a Serra Geral (do Espinhaço) nas Imediações da Cidade do Juazeiro (Ao Ilustríssimo Sr. Dr. Derby)”. S. Anna, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 23/II/1884. (manuscrito).
- _____. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (1905). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 260 p.
- _____. “As Rochas Arqueanas na Bahia (Notas que me pediu J. Branner)”. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1907. (manuscrito).
- _____. “À Memória de Euclides da Cunha no Décimo Aniversário de sua Morte” (Discurso). In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia, v. 26, n. 45, pp. 247-255, jan./dez., 1919.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo, Feira de Santana, HUCITEC, UEFS, 2001.

- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 258 p.
- VENTURA, Roberto. “Visões do Deserto: Selva e Sertão em Euclides da Cunha”. In: *Limites: 3º Congresso ABRALIC*. São Paulo/Niterói: EDUSP/ABRALIC, 1995. pp. 605-610.
- VERÍSSIMO, José. “Uma história dos Sertões e da Campanha de Canudos”. In: *Ju-ízos Críticos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1904. pp. 22-32.

Euclides e sua *Ars Poetica*

LEOPOLDO M. BERNUCCI

Qualquer estudo sobre os métodos de composição de Euclides da Cunha, por mais abarcador que queira ser, terminará deixando certas questões principais incompletas e outras acessórias intocadas. Assim tem sido as poucas tentativas realizadas para a compreensão do assunto, pois este, requerendo profundidade de exposição, é complexo e o escopo, vasto, para querer enquadrá-lo nestas apertadas páginas nas quais tentarei desenvolver algumas ideias.

A despeito da penúria dos estudos em torno da sua linguagem, frente à profundidade e a amplitude do rol das questões ligadas ao modo de escrever de Euclides, temos tido alguns excelentes estudos nos últimos anos.¹ Mas para redefinir ou expandir as considerações

Doutor em Literatura Hispano-Americana e Língua Espanhola pela University of Michigan. Professor Titular da cátedra Russell F. and Jean H. Fiddymment in Latin American Studies e Diretor do Programa de Estudos Luso-Brasileiros do Departamento de Línguas Espanhola e Portuguesa e Literaturas Hispânicas e Luso-Brasileira, na University of California, Davis, USA. É autor de *Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha*; *Os Sertões de Euclides da Cunha* (ed. anotada); *A Imitação dos Sentidos: Prólogos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*; entre outros.

¹Ver, por exemplo, os estudos de Valentim A. Faccioli, "Euclides da Cunha: a Gênese da Forma". Tese de doutorado. USP, 1990, e de Luiz Costa Lima, *Terra Ignota: a Construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

já traçadas por essa mesma crítica, será preciso, primeiramente, determinar os parâmetros que norteiam a filosofia de composição do autor.

Um dos pontos mais comentados e citados pelos críticos é, sem dúvida, o consórcio entre arte e ciência, tal como Euclides de maneira muito individual o idealizou. Esta união, longe de ser exclusiva à sua poética já havia sido igualmente concebida e abraçada no último quartel do século XIX no Brasil por outros escritores²; e, fora dele, tinha entrado para as discussões dos manuais de composição e retórica. Entretanto, outros aspectos também importantes da sua arte de escrever ficaram à margem das análises do autor, ou porque foram tocados de leve ou porque passaram despercebidos.

O presente ensaio, portanto, pretende contribuir às discussões já realizadas acerca do tema em pauta e estender o horizonte de conhecimento do leitor quanto a este particular. Antes de mais nada, é necessário esclarecer que estaremos considerando para todos os efeitos a produção tanto da poesia como da prosa de Euclides. Tal observação se faz necessária posto que a primeira, a sua poesia, sob este aspecto da poética, tem recebido mínima atenção e a segunda, a sua prosa, tem sido estudada de forma pouco sistemática ou obliterada, em estudos que não cuidaram de contemplar na narrativa do autor instâncias que, embora sendo pouco óbvias, não deixam porém de iluminar a compreensão da sua preceptiva textual. É o caso, por exemplo, do magnífico ensaio “Estrelas Indecifráveis”, em que Euclides analisa a trajetória dos estudos astronômicos, a partir do mito da estrela de Belém, segundo o evangelho de São Mateus, até as últimas inquirições científicas sobre a natureza desse astro, a sua aparência e frequência no céu. O ensaio, como tal, é uma das melhores amostras que temos da projeção da teoria do consórcio entre ciência e arte sobre uma estória bíblica.³

Convém começar, então, com a poesia euclidianiana, porque é ela que se descobrirá de modo mais claro diante dos olhos. É naquele caderno dos primeiros

² Embora o consórcio entre arte e ciência tivesse sido proclamado por Leconte de Lisle na França, no Brasil, por volta de 1870, ele se traduziria em alguns casos, não muito significativos, como os de Sílvio Romero e Martins Jr.

³ “Estrelas Indecifráveis”, *À Margem da História*. Porto: Livraria Chardron, 1909, pp. 373-390.

exercícios poéticos de Euclides, *Ondas* (1883-1884), onde o jovem escritor de dezessete anos expressa pela primeira vez, de forma claramente romântica, a sua *ars poetica*. Este acervo de versos, e único em manifestações poéticas dessa natureza, oferece-nos momentos de espontaneidade em que o poeta, declaradamente romântico, desabrocha os seus sentimentos e sua sensibilidade em momentos que são verdadeiras confissões do seu estado de espírito. Em outros que incorporam conceitos ou ideias sobre a sua arte de composição nos próprios poemas, o poeta se compraz em mostrar-se rebelde às regras poéticas de uma época em que elas já se faziam sentir entre os poetas porque eram assimiladas pelas escola parnasiana que já tinha plantado as suas raízes no nosso solo. É necessária uma clara compreensão desta faceta de um Euclides como poeta romântico para poder entendê-lo também na sua dimensão mais complexa anos depois, quando o seu estro romântico convive com o modo de cantar parnasiano de outros poetas.

Um só poema bastaria para expressar a profissão de fé romântica em Euclides. Este poema é “Último Canto” (1884) ou, na sua versão posterior, “Fazendo Versos” (c1886),⁴ que juntamente com três mais, “Página Vazia” (1897), “Álgebra Lírica” (c1884) e “O Paraíso dos Mediocres” (c1902) completam a série dos poemas metalinguísticos do autor. Na versão de c1886, o poema traz a epígrafe de Gonçalves Magalhães (“Poeta que calcula quando escreve.../Que vá poetizar para os conventos”) recalcando a “explosão romântica” que aqui reforça ainda a do pai da escola, Fagundes Varela, pelo qual se guiou Euclides e outros de sua geração na rebelião contra as convenções.

Mas se deve entender esta poética do autor como outras românticas que pela mesma têmpera foram forjados o “Poema do Frade”, de Álvares de Azevedo, e “Mimosa”, de Fagundes Varela. E advirta-se que todas elas, sem exceção, contribuíram ao vazo de que os poetas eram desleixados. Contudo, se a lenda que corria naqueles anos sobre o descuido do verso é falsa, mais falso ainda fica sendo esse mito quando associado a Euclides que, como na sua nar-

⁴Há ainda uma terceira versão resgatada por Félix Pacheco, que foi publicada sem título.

rativa, nos dá prova incontestada de que era um mestre da lima. Veja-se, neste exemplo, onde um trecho de “Último Canto” recebe três versões e termina sendo re-elaborado com grande esmero.

*Não tenho inda vinte anos.
E sou um velho poeta... a dor e os desenganos
Sagraram-me mui cedo, a minha juventude
É como uma manhã de Londres — fria e rude...*

*Mal tenho vinte e um anos
E sou um velho poeta — a dor e os desenganos
Sagraram-me mui cedo; a minha juventude
É, como uma manhã de Londres, — fria e rude!*

*.....Não tenho inda vinte anos
E sou um velho poeta. A dor e os desenganos
Sagraram-me mui cedo. A minha juventude
É como uma manhã de Londres, fria e rude...*

Deste modo, nessa poesia que se quer “imperfeita”, mas cuja imperfeição é justamente motivo de orgulho do poeta, vamos encontrar as contradições da escola. Por um lado, Fagundes Varela criticando o uso das sinalefas e das sínopes no Romantismo português e brasileiro, e, por outro, Euclides seu fiel imitador, abusando das elisões, da falta de simetria e da forma do soneto⁵.

A efusão e a torrencialidade que marcam tão bem a poesia hugoana, Euclides as absorveu de maneira excepcional, registrando ele mesmo o método pelo qual escrevia em notas a alguns poemas que, afora uma, ficaram todas ao final do caderno *Ondas*. Esta nota, precisamente colocada no rodapé da página dos versos

⁵A título de comparação, é bom lembrar que, só em *Ondas*, há 33 sonetos, e, entre os poemas dispersos, mais 17, formando um total de 50.

de “No Túmulo de um Inglês” revela um traço também característico de sua poética, a influência de Byron, autor que, por sinal, teve enorme impacto no Brasil.⁶ Em uma das muitas cadernetas usadas para rascunhar seus versos e textos em prosa, Euclides transcreve toda uma estrofe, a última de “Euthanasia” (1811) do poeta inglês e o último verso do poema “L’infinito” de outro conhecido romântico, Leopardi.⁷ É de índole byroniana e muito brasileira, e menos dos poetas europeus, exacerbar o sórdido e o macabro das experiências com a morte na vida real. Neste poema em particular de Euclides, o aspecto tenebroso não reside no poema em si, mas na *performance* do poeta, que se descreve no campo santo compondo um verso sobre a lousa (“onde este soneto fiz”).⁸ Das demais notas se extrai o conceito da criação espontânea, intuitiva, inspirada pelo momento, quando o gênio se vê tocado pelas Musas, e que rechaça o controle racional do verso. É assim como iremos encontrá-lo em “Tirandentes” onde o poeta escreve “esta poesia num momento de febre extraordinária, não a [podendo] cingir à rima – no primeiro papel encontrado e porque a sua inspiração era muito veloz; ou ainda em outra peça, “Gonçalves Dias (ao pé do mar)” na qual, faltando-lhe inspiração e reconhecendo as imperfeições do poema, Euclides defende-se argumentando que “emendá-lo seria aniquilá-lo” e portanto continua o poeta: “Deixou-o tal qual irrompeu-me do peito, tal qual tracei-o, pode-se dizer – no intervalo de uma vaga à outra.”

⁶ Para a influência de Byron no Brasil e em Portugal, consultar: Pires de Almeida. *A Escola Byroniana no Brasil: suas Origens, sua Evolução, Decadência e Desaparecimento*. Jornal do Commercio. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962; Onédia Célia de Carvalho Barboza. *Byron no Brasil, Traduções*. São Paulo: Ática, 1974; e o estudo de Matthew Lorin Squires, “The Byronic Myth in Brazil: Cultural Perspectives on Lord Byron’s Image in Brazilian Romanticism”, Tese de Mestrado, Brigham Young University, Department of English, 2005. Ver ainda os poemas “Igreja abandonada”, “Reminiscência (II)”, “Fenômenos da lua”, “Ridendo”, “Despedida”, “Meia Hora de Descrença”, “Um soneto”, “Choques”, “O Cólera”, “... A rir” e “Os Lêmures”.

⁷ Byron: “Count o’er the joys thine hours have seen, / Count o’er thy days from anguish free, / And know, whatever thou hast been, / ’Tis something better not to be”; Leopardi: “E il naufragar m’è dolce in questo mare”.

⁸ Comparar com o poema “A Igreja Abandonada”.

Testemunho visível de sua sensibilidade romântica, retornando mais uma vez a Victor Hugo, é aquilo que o olhar euclidiano logrará enfocar entre as misérias do mundo ao redigir “Os Grandes Enjeitados”, que, como Fagundes Varela (“A um Enjeitado”, *Cantos e Fantasias*), o poeta se une espiritualmente aos miseráveis:

“Uma noute – passávamos, eu e um amigo, em frente o Cassino – em noute de grande baile –, envolta nas harmonias vibrantes duma orquestra se agitava a aristocracia dourada e ruidosa –; paramos – o meu amigo embevecido pela música e pelas luzes – em pé no lajedo lamacento devorava com o olhar aquele mundo luminoso, sonoro; eu, contudo alheio ao que arrastava-o, fitava não o baile, a festa, mas a massa esfarrapada, sublimemente asquerosa da multidão que imóvel em frente, ao relento, quedava-se ante aquele espetáculo que era uma gargalhada horrível, irônica à sua fome, à sua nudez e fitando o povo – esse grande anônimo –, que por isso não deixa de ser o maior colaborador da História – tirei a minha carteira e ali – quase que à luz que cintilava no *crachat* de sua majestade (!), que lá estava, tracei esses versos enquanto brilhava-me no cérebro esse alexandrino – férreo e incisivo de Victor Hugo: *Ô jongleurs, noirs par l'âme et par la servitude!...*”

Outra característica romântica de Euclides que se converteu em verdadeiro *imprimatur* em toda a sua escritura, inclusive na prosa, foi o tratamento que ele deu a um tema caro aos românticos europeus, o da ruínas o qual já foi cuidada e eruditamente estudado por Francisco Foot Hardman.⁹ O crítico identifica o que ele chama de uma “poética das ruínas” em Euclides para dar conta não só da transitoriedade da vida humana (“Mundos Extintos”), mas, e talvez isto adquira maior relevância, da visão que o autor tem dos escombros da História. Tão persistente se mostra esta visão das ruínas em Euclides que, abando-

⁹HARDMAN, Francisco Foot, “Brutalidade Antiga: sobre História e Ruína em Euclides”. *Estudos Avançados* 10, 26 (1996): 293-310.

nando a esfera do universal, estas se transformam em metonímias da nossa história nacional, como é o caso dos versos de “Poema Rude”, “As Catas” e dos ensaios “Entre as Ruínas” e “Fazedores do Deserto”.¹⁰

Dos primeiros momentos impulsivos daquele ardente jovem republicano até 1905, data que marca o final desse exercício poético inglório com o soneto [“Se acaso uma alma se fotografasse”], vamos vê-lo às voltas com o impasse que surgiu na sua vida entre ciência e religião e todas as ramificações que esta dualidade produziu no seu espírito e escritura. Era tarefa por demais penosa, senão inútil, para ele e outros membros de sua geração, tentar se liberar desse embaraço que é o ponto que justamente define toda a riqueza do ser romântico da época. Por isso é que, para compensar a perda da fé religiosa ou da crença nas “grandes verdades” da História, Euclides e outros jovens poetas iriam caminhar por veredas mais firmes. Para alcançar este fito, a trilha que ele usou, e de fato muito mais segura, foi a da glorificação da Natureza, representada na sua mais singela, embora sublime, aparência e, vez ou outra, para realçá-la, lançando invectivas contra a cidade (“As Catas”).¹¹

Que outros adorem vastas capitais
Aonde, deslumbrantes,
Da Indústria e da Ciência as triunfais
Vozes, se erguem em mágico concerto;
Eu, não; eu prefiro antes
As Catas desoladas do deserto,
– Cheias de sombra, de silêncio e paz...

Estamos agora em 1906, ouvindo Euclides discursar aos membros da Academia Brasileira de Letras, quando da sua posse à essa instituição. Ei-lo já transformado e falando de uma nova escritura:

¹⁰Para uma apreciação do tema nos nossos poetas românticos que possivelmente estiveram em contato com a obra de Wordsworth, ver o poema de Raimundo Correia “Entre Ruínas”.

¹¹Ver de Fagundes Varela, “A Cidade” e “Em Viagem”.

“[...] me desviei, sobretudo, dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo [...]

Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais [...].”¹²

Fraturada a crença nos “desfalecimentos de um Romantismo murcha” e nas “demasias de um falso Realismo”, nosso autor procurou encontrar a sua voz, quando encontrar significava também um exercício fútil de poder situar-se num ponto fixo a partir do qual ele pudesse olhar a sua literatura de modo mais seguro: “Não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo – quando a própria matéria parece espiritualizar-se no *radium*, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil [...].”¹³

Mas voltemos a 1888, àquele período que precede a escritura de *Os Sertões* para traçar outras considerações sobre a sua estética que, em tudo, ainda é extraordinariamente romântica, pois se define nas bases do acasalamento dos contrastes, das antinomias, das antíteses. “A própria existência humana”, diria ele, “emerge da reação contínua dos contrastes”,¹⁴ e explodindo nesta profissão de fé afirma:

“Eu acho-me no início da vida, nunca me foi necessário [...] apelar para a rigidez fria da razão, ter necessidade da calma, com o sangue a ebulir nas veias, o coração a estuar doloridamente e a vida combalida, oscilando, num desequilíbrio cruel de todo o sistema nervoso.

A existência ainda é para mim uma quimera dourada e fascinante que eu guardo com um ciúme alucinado de avaro; faço da dor um brinquedo; e fantasio-me de descrente, por desfrute.”¹⁵

¹²“Discurso de Recepção”, Academia Brasileira de Letras. *Obra Completa*, I, Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editora, 1966, p. 206.

¹³*Idem*, p. 207.

¹⁴“Críticos”, *Obra Completa*, I, p. 520.

¹⁵*Idem*, p. 520.

E, atacando os críticos que lidam com a literatura com as luvas antisépticas de um saber defeituoso, faz ecoar mais uma vez o mentor intelectual, V. Hugo:

“Para essa gente, a síntese suprema da realidade é a lama... [ou], abroquelados em um misticismo anacrônico, entendem que ela só deve existir no que é belo e no que é puro [...] Tratem de andar pelo meio. [...] O mal através de um temperamento bem feito pode ser belo e o bem visto através de outro, pode ser medonho.”¹⁶

In nuce, está quase todo o prefácio de *Cromwell* contido nessas poucas frases, mesmo estando ausente a palavra “grotesco”. Comparemos.

“Sentirá [a musa moderna] que tudo na criação não é humanamente *belo*, que o feio existe ao lado do belo, o disforme perto do gracioso, o grotesco no reverso do sublime, o mal com o bem, a sombra com a luz.”¹⁷

Embora a presença do autor de *Os Miseráveis* nestas formulações seja inquestionável, Euclides, repousando em outro princípio essencialmente romântico, o da originalidade, procura amenizar o enorme impacto que a “cabeça olímpica de V. Hugo” exerce sobre ele e toda uma geração de poetas. É o caso, por exemplo, de sua defesa de Castro Alves contra “[o]s que lhe denunciavam nos versos a autoridade preponderante de Victor Hugo”, [porque] “esquece-lhes sempre que ela existiu sobretudo por uma identidade de estímulos. Não foi o velho genial quem nos ensinou a metáfora, o estiramento das hipérboles, o vulcanismo da imagem, e todos os exageros da palavra, a espelharem, entre nós uma impulsividade e um desencadeamento de paixões, que são essencialmente nativos”.¹⁸ *Nativos!* e a pala-

¹⁶Idem, pp. 518-519.

¹⁷Victor Hugo. *Do Grotesco e do Sublime – Tradução do “Prefácio de Cromwell”*. Trad. e notas de Celia Barretini. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 25.

¹⁸“Castro Alves e seu Tempo”, *Obra Completa*, I, p. 430. Nesta mesma linha de pensamento, Euclides diria em outro lugar: “Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política”. Ver “Preâmbulo” ao *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, in *Obra completa*, I, p. 452.

vra ressoa intensamente para designar também esse “gênio obscuro da nossa raça”. É evidente que a especificidade nacional atribuída ao poeta de “O Navio Negreiro” adquire um alcance que transcende a esfera do escritor baiano para tocar também a sua, onde o conceito de imitação artística é particularmente relevante.¹⁹ Basta recordar o emprego que Euclides faz de uma imagem de Pascal com o intuito de colocar V. Hugo, Castro Alves e a si próprio num mesmo círculo e em relação contígua e des-hierarquizada, demonstrando a contribuição formidável dos poetas e escritores à humanidade ao longo dos anos:

“Pascal, numa alegoria admirável – em que exprime brilhantemente a lei da continuidade dos esforços humanos – sintetiza a humanidade num indivíduo singular, enorme e eterno – que irrompe através dos séculos e cuja existência se prolonga pela extensão indefinida das idades..

Essa entidade abstrata, que cresce e se avoluma a todo instante – cuja vida é feita de experiências das gerações desaparecidas, traduz uma lei no seu movimento firme, retilíneo e invencível para o futuro.”²⁰

Será a partir de 1890 que Euclides reconfigurará a poética que vinha alimentando os seus escritos para revesti-los de uma complexidade ainda maior. Preso ainda aos preceitos da gramática romântica, e com certeza muito mais à do Romantismo alemão do que qualquer outra, porque aquela tinha a vantagem de ser totalizante e totalizadora²¹, ele foi buscar suporte teórico em Herbert Spencer para estabelecer a conjunção entre a arte e a ciência, no que diz respeito à noção de troca de saberes e à relação de co-dependência e complementação entre ambas as partes.

¹⁹Ver meu estudo *A Imitação dos Sentidos: Prólogos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

²⁰“Questões Sociais”, II, *Obra Completa*, I, p. 547.

²¹Observe-se o que ainda diz o autor: “Somos uma raça romântica. Mas romântica no melhor juízo desta palavra proteiforme, que é definida de mil modos, e ajusta-se às incontáveis nuances do sentir humano, de sorte a passar-se dos lenços encharcados de lágrimas, de não sei quantos delinquentes prantivos, para a ironia lampejante das páginas de Henrique Heine”. In *Contrastes e Confrontos*, *Obra Completa*, I, p. 435.

“Sonhador e artista — artista como os que ainda hoje dedicam-se a essas feições supremas da arte, com íntima ignorância do salutar conselho de Herbert Spencer — que as subordina a uma sólida educação científica — a sua grande alma era impotente para refletir, completas e fulgurantes, as manifestações da vida.”²²

Esta citação, que só se entende se soubermos que Euclides está se referindo a Victor Hugo, tem um duplo valor, o de uma afirmação e o de uma forte ressalva ao grande mestre do Romantismo. Hugo, segundo o raciocínio euclídiano desse momento, era incontestavelmente genial; porém, o seu defeito era não haver contemplado também no seu horizonte poético o saber das ciências. Revisitando novamente Spencer em 1892, para repisar a sua nova poética, assevera que:

“Evidentemente não quer isto dizer que se vá metrificicar os teoremas da Geometria ou os princípios da Física; o que a ciência faz é sobrepor, para iluminá-la ainda mais, a fulguração da consciência à afetividade do artista; estabelece um contato mais íntimo entre a existência geral, de modo que, com maior conhecimento de causa, nos transmita tudo o que nela exista.”²³

Chegamos às vésperas de 1902. Central para sua filosofia de composição aplicada ao grande livro, *Os Sertões*, é a noção do narrador sincero que Euclides nos adiantará e que fora extraída de Taine. Com ela, o nosso escritor parece assentar as bases para responder, mais aderindo que rejeitando, às regras de composição para a historiografia e a literatura de sua época. Mas o que seria realmente o narrador sincero além do que encontramos naquelas últimas linhas da “Nota Preliminar” de *Os Sertões*?²⁴ Não haverá quase nada que acrescentar à de-

²²“Divagando”, *Obra Completa*, I, pp. 575-576.

²³“Dia a dia” (8.5.1892), *Obra Completa*, I, p. 609. Consultar: Walnice Nogueira Galvão, “A Prole de Victor Hugo”, *Jornal do Brasil*, Suplemento “Ideias”, 19.10. 2002.

²⁴Euclides dirá ainda em outra ocasião: “O meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões [...] ainda não apareceu. Está, porém, agora, finalmente pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios, entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito — tem preponderantemente, uma qualidade que o nobilita — a sinceridade com que foi traçado.” (*Obra Completa*, II, pp. 612-613).

finição tainiana, posto que ela reflete as muitas outras, idênticas ou semelhantes, dos manuais de composição do século XIX.²⁵ A “arte científica”, tal como foi plasmada pela mentalidade finissecular é aquela derivada da indagação e da demonstração da *verdade*,²⁶ de raiz positivista, porquanto as ciências agora procuravam ordenar e controlar os fulgores do espírito. Todavia, a ideia de que a verdade estava ligada também ao conhecimento dos fenômenos naturais e das ciências está de longa data prescrita nas preceptivas do passado.

“[...] porque comprehende a faculdade Poetica todas as Sciencias, e Artes. Em primeiro lugar, deve todo o poeta não ignorar a *Astrologia*; [...] Igualmente he neccessaria no Poeta a noticia da *Geografia*. [...] Da noticia, que tambem deve ter da *Mufica*, ninguém fe atreverá a duvidar. [...] Muito necessita o Poeta de faber os coftumes das nações, os principios, e augmentos das Cidades. [...] Se Homero, ou Virgilio ignoraffem a Hiftoria, ou Geografia, nem hum defcreveria as perigrinações de Eneas, nem outro as de Ulyffes; [...] nem hum, e outro ufariaõ de comparações taõ proprias, se ignoraffem a Hiftoria natural. [...] Igualmente o eftudo das *Ley*s não deve fer defconhecido do Poeta [...] [que também] não deve ignorar a *Arithmetica*, a *Optica*, a *Dialectica*, nem ainda a *Medicina* [...]”²⁷

Sobre os métodos científico e historiográfico empregados na construção da narrativa de *Os Sertões* não iremos aqui discorrer.²⁸ Porém, para maior clareza sobre as preferências composicionais de Euclides nessa obra e em seus ensaios

²⁵Cf. Salvador Arpa y López, *Manual de Estética y Teoría del Arte* (Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1895): “El objeto de la Historia es la bella narración y exposición de los hechos más importantes de la humanidad, con el fin último de ir mostrando su común naturaleza y su destino. De esta definición se deduce que el objeto o asunto de la Historia ha de ser marcadamente artístico, así como lo es su expresión y forma” (p. 74).

²⁶Cf. Arpa y López, p. 13.

²⁷Francisco Joseph Freire, *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poesia em Geral, e de Todas as suas Especies Principaes, Tratadas com Juizo Critico*, tomo I (Lisboa: Offc. Patriarcal de Francisc. Luiz Ameno, 1759, pp. 45-49).

²⁸Ver os meus estudos: *A Imitação dos Sentidos*; “Prefácio” à edição de *Os Sertões* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, pp. 13-49) e “Pressupostos Historiográficos para uma Leitura de *Os Sertões*”, (*Revista da USP* 54, (2002): 6-15).

posteriores, tenhamos ainda em conta o seu gosto pelo retrato e a *descrição da paisagem*, os quais, para a sua plena realização, estariam sendo informados pelas regras gerais de um manual de composição que fez parte da biblioteca particular do autor: *La Description et le Portrait* de Mario Roustan.²⁹ Neste também, o conceito de narração verdadeira se emparelha com o já visto de Taine, “*Il n’y a qu’une narration acceptable: la narration vraie. Que le fait se soit passé réellement ou qu’il soit imaginé, le récit doit nous donner avant tout l’impression de la réalité vivante.*”³⁰

Contudo, examinemos a questão do método de composição do retrato com o qual, segundo Roustan, o escritor poderá incorrer em dois defeitos, isto é, compô-lo de forma não verdadeira ou compô-lo de forma insincera.³¹ Para nossos propósitos, analisemos alguns casos em que Euclides, utilizando e abusando de uma certa matriz descritiva colocaria em risco a sinceridade da composição, pois quando vista no seu conjunto, a repetição algo mecânica dos traços fisionômicos estaria comprometendo a objetividade da descrição do rosto:

“A sua *fronte pálida, iluminada por um olhar fulgurante* assomava sobre a multidão rugidora, dominado-a.”³²

.....
 “[...] um homem — *face pálida, olhar desvairado, gestos incoerentes* [...]”³³

²⁹Sou grato ao meu saudoso amigo, Dr. Oswaldo Galotti, por ter-me cedido há duas décadas uma cópia manuscrita do inventário dos livros da biblioteca particular de Euclides da Cunha. O manual de Roustan, ao que parece popularíssimo na época, apresenta um problema de datação considerável. Conjecturamos que a primeira edição seja de 1900 (M. Roustan, *La Description et le Portrait*. Paris: Librairie Classique Paul Delaplane).

³⁰Idem, p. 10. Veja-se também esta observação do autor sobre a paisagem: “*Tout le monde a lu les poétiques descriptions des paysages d’Amérique par Chateaubriand. On soupçonnait l’auteur d’avoir dépeint plus de tableaux qu’il n’en avait observé; mais on n’osait se hasarder à préciser, ce qui prouve bien que là même où Chateaubriand avait vu les contrées à travers les livres, son évocation de la nature américaine n’était ni moins vraie ni moins sincère.*” (Ib., p. 25)

³¹Idem, p. 64.

³²Cf. MS de *Os Serões*. Ver *A Imitação dos Sentidos*, p. 159. Todos os itálicos desta e das seguintes citações são meus.

³³Idem.

“Grande sombrero de abas derribadas cobria-lhe [a Artigas] a meio a face magra; e naquela face rígida, cindida de linhas incisivas e firmes — como se um buril maravilhoso ali rasgasse a imagem da bravura, num bloco palpitante de músculos e nervos — *um olhar dominador e duro, velado de tristeza indescritível.*”³⁴

.....

“A saudade, imensa e indefinível saudade dos entes queridos ausentes, desce, às vezes, profunda, dolorosíssima e esmagadora sobre os corações: as fronte anuviam-se; cessam bruscamente as palestras em que se procura afugentar tristezas numa guerrilha adoidada de anedotas; um posado silêncio paira repentinamente sobre os grupos esparsos; o coração batendo febrilmente nos peitos, perturba o ritmo isocrono da vida — *e os olhares, velados de lágrimas, dirigem-se anciosamente para o Sul.*”³⁵

.....

“[...] figura de irrealizável elegância e o *rosto escultural velado de palidez fidalga e aclarado de um olhar* que todo ele era um reflexo dos esplendores máximos da vida.”³⁶

.....

“Pálido e alquebrado — no meio de um estado-maior deslumbrante —, o *olhar velado de tristeza*, era a sombra, nada mais que a sombra do Marechal Deodoro [...]”³⁷

.....

“[...] a sua figura exígua, despontou entre os desesperados, despontou entre os heróis felizes, com o mesmo aspecto, a mesma placidez imperturbável, o *mesmo olhar cansado e sem expressão, mal iluminando um rosto encarquilhado e indefinível.*”³⁸

³⁴ *Contrastes e Confrontos*, em *Obra Completa*, I, p. 103.

³⁵ Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* (23.8.1897). Ver *Diário de uma Expedição*, org. por Walnice Nogueira Galvão (São Paulo: Cia. das Letras, 2000).

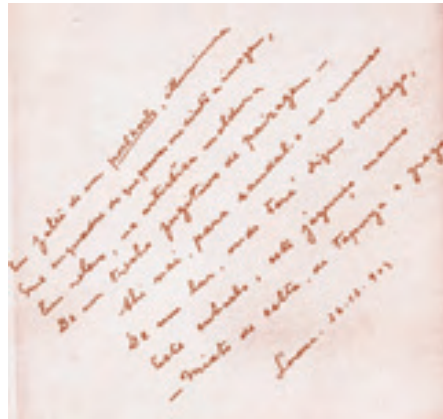
³⁶ *Contrastes e Confrontos*, em *Obra Completa*, I, p. 217.

³⁷ *Obra Completa*, I, 600.

³⁸ *A Imitação dos Sentidos*, pp. 204-205.

.....
 “[...] naquele rosto de convallescente sem uma linha original e firme: *pálido, alongado pela calva em que se expandia a fronte bombeada, e mal alumado pelo olhar mortífero, velado de tristeza permanente.*”³⁹

A fixação do nosso autor no retrato como forma artística de composição chega a ser tão pronunciada na sua obra, que explicaria o seu gesto, repetido várias vezes, de primeiro compor uma peça poética pensando em si mesmo, ao modo de auto-retrato; e segundo, enviando o seu retrato fotográfico em forma de cartão, em cujo verso aparece um dos seus dois poemas, [“Meu caro Coelho Neto”] e [“Em falta de um *post karte*, iluminura”]⁴⁰, a depender do destinatário.



³⁹CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, ed., prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci, p. 423.

⁴⁰I. “Meu caro Coelho Neto, / felizmente / Esta fisionomia, / De onde ressalta a ríspida expressão / Da face de um tapuia, espantadíssima, / Hás de achá-la belíssima.... / Porque saberás ver, nitidamente, / Com os raios X da tua fantasia, / O que os outros não vêem: um coração...” / [S. Paulo 903]; 2. “Em falta de um *post karte*, iluminura / Que enquadre do que penso ou sinto a imagem, / Em relevo, na artística moldura / De um trecho fugitivo de paisagem — / Aí vai, para saudá-lo no remanso / De um lar, onde terá digno conchego, / Este caboclo, este jagunço manso / — Misto de celta, de tapuia e grego!...” — // Lorena — 26-I2-90

Mas surge ainda outra ocasião fotográfica. Ocupando o centro de um grupo de oito pessoas ligadas à comissão mista de exploração do alto Purus, Euclides não se furta de ser retratado, e desta vez de corpo inteiro e de lado para a câmara, com o olhar distante e alheio, o que parece traduzir o seu estado d'alma e a sua mente meditativa. Sobre este instantâneo, lançou o poeta um soneto, ["Se acaso uma alma se fotografasse"], que foi enviado a vários amigos. Curiosamente, ele, que era tão retraído, socialmente falando, se expunha aos amigos, como se quisesse abrir o seu coração, numa das piores quadras de toda sua existência, quando a vida conjugal já descambava para uma tragédia familiar.



O tipo de peso de uma repetição estilística calcada na descrição dos olhos e do rosto do objeto representado, como a que demonstramos acima, far-se-ia sentir também em outras situações narrativas em que locuções recorrentes se tornaram quase um vício de sua linguagem. Vejamos este exemplo da deterioração da matéria orgânica cristalizada numa inusitada imagem:

“[...] essa aterradora e lenta decomposição, operada pelos microorganismos – esses *extraordinários analistas da matéria* – [...]”⁴¹

.....

“Nem um verme – o mais vulgar dos *trágicos analistas da matéria* – lhe maculara os tecidos.”⁴²

.....

“De fato, caracterizado pelo estudo dos fenômenos químico-biológicos que se realizam no seio das terras, segundo condições determinadas e fixas, sobre os corpos orgânicos – estes *infatigáveis analistas da matéria* – [...]”⁴³

E outro exemplo, atestando agora o fascínio de Euclides pela nova tecnologia que apenas tinha sido inaugurada no Brasil e que haveria de revolucionar para sempre os meios de comunicação jornalísticos:

“[...] o *telégrafo*, vibrando eletricamente a comoção geral, transmitira aos mínimos recantos do mundo o espantoso crime [...]”⁴⁴

.....

“[...] e as *linhas telegráficas* vibraram logo sob o contágio da mesma nevrose transmitindo ao governo do estado, ao governo da *União*, ao país inteiro o recrudescimento brusco da crise que assaltara os sertões.”⁴⁵

.....

“*Vibravam* entretanto, continuamente as *linhas telegráficas* das margens do sertão para a capital da *Babia* e daí para a capital da *União* e desta última para todos os pontos do país [...]”⁴⁶

.....

⁴¹“Dia a Dia” (II.5.1892), *Obra Completa*, I, p. 610.

⁴²*Os Sertões*, p. 114.

⁴³“Estudos sobre Higiene”, I, *Obra Completa*, I, p. 397.

⁴⁴“Dia a Dia” (IO.4.1892), *Obra Completa*, I, p. 597.

⁴⁵Cf. MS de *Os Sertões*. Ver *A Imitação dos Sentidos*, p. 160.

⁴⁶Cf. MS de *Os Sertões*. Ver *A Imitação dos Sentidos*, p. 171.

*“E as linhas do telégrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja...”*⁴⁷

.....
*“[...] enquanto as linhas telegráficas vibravam da orla dos sertões para o Brasil inteiro [...]”*⁴⁸

O interesse de Euclides pelas artes plásticas parece ter aumentado exponencialmente a partir dos anos da publicação de *Os Sertões*. Em 1904, temos um belo ensaio, “A vida das estátuas”, em que ele aproxima o fazer literário do fazer artístico da estatuária e da pintura, e, novamente, onde tentará definir o papel do artista da época:

“Resta-lhe para não desaparecer, uma missão difícil: descobrir, sobre as relações positivas cada vez mais numerosas, outras relações mais altas em que as verdades desvendadas pela análise objetiva se concentrem, subjetivamente, numa impressão dominante.”⁴⁹

Assim, abraçando uma vez mais o consórcio entre arte e ciência, o artista deve buscar a “‘verdade extensa’ de Diderot, ou o véu diáfano da fantasia, de Eça de Queirós, distendido sobre todas as verdades sem as encobrir e sem as deformar, mas amorfosando-as e retificando-as [...]”.⁵⁰ Na prática discursiva, essa aproximação entre o pictórico e o literário se transmite através de imagens, nas quais o jogo de luz euclidiano se parece às soluções pictóricas encontradas nos quadros barrocos de um Vermeer, um Caravaggio, um Velázquez ou um Joseph Wright.

⁴⁷ *Os Sertões*, p. 352.

⁴⁸ *Os Sertões*, p. 354.

⁴⁹ *Obra Completa*, I, p. 188.

⁵⁰ *Idem*, p. 119.

“A reveses, as fogueiras quase abafadas, vasquejando sob nuvens de fumo, crepitam, revivendo ao sopro da viração noturna e chofrando precipites clarões sobre a turba. [...]”

Na claridade amortecida dos braseiros esbatem-se os seus perfis interessantes e vários.”⁵¹

Este efeito de luzes e sombras já aparece em um poema de 1884, “Ao Clarão das Forjas” do caderno *Ondas* e, sem dúvida, além da composição, o desenho e o colorido, como três dos elementos constituintes da pintura, haveria outro mais, o quarto elemento dessa arte: o *chiaroscuro*.⁵²

Ó fronte varonil – brônzea, dominadora
Que a palpitante luz das fornalhas aclara...
– Alma – altiva e viril, como o bronze – sonora,
Tão rija como o aço e como as forjas – clara!...

De par com esse tipo de descrição visual, que Gilberto Freire já havia notado quando o chama o “estilista mais dominado pelo sentido escultural da figura humana e da natureza selvagem que já escreveu no Brasil”⁵³, caminha a sua linguagem muitas vezes barroca impregnada de antíteses, antinomias, oxímoros, períodos ciceronianos, construções hipotáticas, tudo num processo de intensificação que Alfredo Bosi define da seguinte maneira:

“[...] o uso de termos e de expressões que potenciam a apreensão do objeto pela palavra. Boa parte do ‘gongorismo’ verbal atribuído a Euclides deve-se

⁵¹ Os *Sertões*, p. 311.

⁵² “El claro-oscuro se refiere exclusivamente a la luz, y determina el grado de claridad y obscuridad que a cada objeto iluminado corresponde, ora esté en luz, ora en sombra, ya se halle inmediatamente iluminado, ya mediatamente o por reflejo. Pertenecen también a este elemento los toques de luz y de sombra, las llamadas sombras arrojadas, las luces y sombras de las superficies curvas, la luz irradiada y las sombras compuestas.” (Cf. Salvador Arpa y Lopez, pp. 65 e 66).

⁵³ FREYRE, Gilberto, *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944, p. 29.

reportar a seu vezo de agigantar o tamanho, agravar o peso, acelerar o ritmo, alongar as distâncias, acentuar as diferenças, exasperar as tensões, radicalizar as tendências: em suma, ver nas coisas todas a sua face desmedida e extrema.”⁵⁴

Até a primeira metade do século XX, o barroquismo euclidiano ficou à mercê de comentários impressionistas e leitores incautos, como Afrânio Peixoto, que via nisso “‘esse mau gosto nacional, espécie de gongorismo retardado, que o povo chama, avisadamente, *falar difícil*’. Wagnerismo literário”, remata Freire, parecendo não discordar de Peixoto.⁵⁵ Mas há uma outra maneira de explicar a sua linguagem, a qual, não se contentando em ser somente barroca, reveste-se de uma qualidade híbrida notável.⁵⁶ É que Euclides de modo consciente trabalhava a sua dicção da mesma forma que lidava com o conhecimento das coisas. Tratava-as como objeto de investigação, recuperando na própria língua portuguesa arcaísmos ou palavras desusadas que lhe facilitavam o seu entendimento. Desenterrava acepções de vocabulário com a mesma curiosidade que fazia as suas descobertas geológicas, botânicas ou ligava os pontos soltos da nossa história, tudo no melhor espírito da pesquisa e da curiosidade intelectual. Daí, não importar-se com as críticas a esse *falar difícil*, porque a sua atitude era deliberada, bem calculada para poder otimizar a adequação entre significante e significado e nunca rebaixar a linguagem ao nível da vulgaridade. Com muita pertinência viu Valentim Faccioli que a dedução que tirava do modo empírico de ver o mundo, porquanto muitas vezes “não [coincidindo] com as conclusões das ciências, e [esta] não sendo descartável, só se podia expressar mediante os recursos artísticos, porque parecia a Euclides ser mera aparência concreta que ocultava verdades mais profundas e mais genéricas”. Outro crítico, Luiz Costa Lima, chega à idêntica conclusão pela via retórica, isto é, o uso que o nosso es-

⁵⁴BOSI, Alfredo. “Prólogo”, Euclides da Cunha, *Os Sertões*. São Paulo: Cultrix, 1985, p. 16.

⁵⁵FREYRE, p. 35.

⁵⁶Ver o meu “Prefácio” em Euclides da Cunha, *Os Sertões*, pp. 13-49.

critor faz do ornato na sua escritura: “Por isso seu resultado não poderia ser integrado à borda ornada (à literatura-ornamento), nem tampouco ao texto central, que, por princípio, se apoia em observações medidas e testadas.”⁵⁷

Estas poucas observações que aqui se enfeixam, tem por finalidade, como dissemos acima, contribuir para uma melhor compreensão do discurso poético (prosa e poesia) de Euclides da Cunha e produzir no leitor futuras indagações que possam eventualmente abrir outros caminhos para um entendimento cabal do modo como o nosso autor, utilizando o português, constrói discursos originalíssimos. Não é gratuito que nós, hoje, continuemos a apreciar o esforço e o talento de Euclides, que, inconformado com os *ismos* de sua época, seguiu pela linha reta e desafiadora de seu modo tão particular de pensar.

⁵⁷FACIOLI, Valentim A., p. 112. COSTA LIMA, Luiz, p. 171.

Igreja de São Pedro dos Clérigos,
Mariana, MG



Aspectos da poesia de Alphonsus de Guimaraens Filho

IVAN JUNQUEIRA

Ocupante da
Cadeira 37
na Academia
Brasileira de
Letras.

Último filho do grande poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens – a quem não chegou a conhecer –, Alphonsus de Guimaraens Filho viu a luz do mundo no dia 3 de junho de 1918 e nos deixou em 28 de agosto de 2008, aos 90 anos de idade. Nascido em Mariana, Minas Gerais, onde o pai foi juiz e viveu seus últimos quinze anos, Alphonsus Filho diplomou-se em Direito e exerceu durante algum tempo o jornalismo, ingressando em seguida, como tantos de nós o fizeram naquela época, no funcionalismo público. Membro da Academia Mineira de Letras, da Academia Marianense de Letras e do Pen Clube do Brasil, radicou-se depois no Rio de Janeiro e conquistou os prêmios Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras; de Literatura, da Fundação Graça Aranha; Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro; Luísa Cláudio de Souza, do Pen Clube; Manuel Bandeira, do *Jornal de Letras*; Prêmio de Poesia da Cidade de

Belo Horizonte; e Prêmio Nacional de Poesia, do Instituto Nacional do Livro. Sua vida civil, passada quase toda em surdina, muito pouco nos interessa, já que ele próprio nenhuma importância atribuía aos ouropéis mundanos. E foi assim que o conheci, silencioso e recluso, na condição de seu transitório vizinho no bairro do Cosme Velho, onde ambos residíamos e onde, além de escrever os poemas de meu livro *A Rainha Arcaica*, que seria logo após publicado, eu me ocupava da tradução da poesia completa de T.S. Eliot. Enfim, o que aqui me interessa é a poesia de Alphonsus Filho, a alta poesia que nos legou e que foi saudada, entre outros, por Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Muito embora essa poesia não guarde relações particularmente estreitas com o Movimento Modernista de 1922, o fato é que, publicada pela primeira vez em 1940, ela pertence ao fim daquela década de 1930 na qual estreiam os autores que costumo designar como os herdeiros do Modernismo, entre os quais Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Henriqueta Lisboa, Emílio Moura, Raul Bopp, Vinicius de Moraes, Odylo Costa, filho e Manoel de Barros. Não resta dúvida de que o primeiro livro de Alphonsus Filho, *Lume de Estrelas*, quer por sua temática, quer por sua concepção estética, está mais próximo do ideário da Geração de 45, que preconizava um retorno às formas e aos impulsos líricos tão combatidos pelos modernistas, do que da distensão da linguagem e do ritmo praticada pelos poetas dos anos 30. Mas a verdade é que a poesia que se escreveu nessas duas décadas é como um mosaico em que se entrelaçam essas e outras vertentes de nossa lírica contemporânea, e os poemas de Alphonsus Filho, que paradoxalmente não podem nelas ser incluídos, pagam-lhes certo tributo, sobretudo do ponto de vista da liberdade de expressão, não fora ele o poeta moderno que é. Moderno no sentido em que o foi Manuel Bandeira, ou seja, para além do que há de datado no Modernismo.

Os poetas dessa época, mais precisamente a da década de 1940, se defrontaram com um grave problema que poderia ser definido nos termos de uma terra desolada no que toca ao esgotamento das matrizes literárias. A tarefa des-

ses poetas era, assim, muito mais árdua do que aquela que cumpriram seus antecessores. E aqui recorro, guardadas as devidas proporções, da situação em que se encontrava Baudelaire com relação aos seus antecessores e que assim foi definida por Valéry em célebre ensaio sobre o autor de *Les Fleurs du Mal*: “O problema de Baudelaire podia então – devia então – colocar-se da seguinte maneira: ser um grande poeta, mas não ser nem Lamartine, nem Hugo, nem Musset.” *Mutatis mutandis*: não ser, para esses poetas da década de 1940, nem Drummond, nem Vinícius, nem Murilo. E talvez seja em razão desse impasse que se cristaliza a Geração de 45, na qual Alphonsus Filho costuma escolasticamente ser incluído. O desafio desses poetas era, portanto, o de buscar uma identidade pessoal que lhes permitisse afastar-se da área de influência daqueles grandes autores dos anos 30, os quais, é bom que se lembre, já encontraram o terreno limpo do hieratismo parnasiano e da evanescente música simbolista, que nada tinha a ver com aquela “*music of poetry*” de que nos fala T.S. Eliot.

Claro está que Alphonsus Filho deve algo à Geração de 45, cujos pressupostos estéticos nos remetem à necessidade de retorno aos cânones de um certo e mitigado classicismo, de resgate das formas fixas e das medidas métrico-rítmicas contra as quais se insurgiu o Modernismo, e até mesmo de recuperação de um comportamento psicológico que seria antes apolíneo do que dionisíaco. Deve a ela, também, certas preocupações que se tornaram características do ideário estético e doutrinário daquele grupo, como a ostensiva e sistemática reação contra o desleixo formal que dominou a primeira fase modernista, a busca do equilíbrio e a reflexão sobre o humano e o universal, em troca daquela obsessão nacionalista de que se nutriram os poetas da década de 1920. E restaria ainda ponderar, no que concerne ao emprego de metros tradicionais de que se valeu Alphonsus Filho, bem como outros autores daquela época, que há em todos os grandes poetas um elemento vestigial daquilo que se pode definir como a “ideia parnasiana”, apesar do que supõem os espíritos simplistas de limitações escolares. E há ainda, no caso de Alphonsus Filho, uma herança inextinguível da vertente simbolista, essa vertente de que seu pai, do lado de Cruz e Sousa, foi o maior representante entre nós.

Para entender melhor a poesia do autor, tome-se o exemplo dos modelares sonetos que nos deixou e que foram reunidos em 1996 no volume *Todos os Sonetos* de Alphonsus de Guimaraens Filho. Nele, o poeta nos ensina, pelo menos, duas graves e belas lições: uma, a de que o soneto, cujas obscuras origens remontam à produção poética dos trovadores provençais – ou, mais historicamente, à forma que o siciliano Piero delle Vigne começou a cultivar em meados do século XIII e que, pouco depois, foi aperfeiçoada por Guittone d'Arezzo, o único “pai do soneto” tal como hoje o conhecemos –, sobrevive e sobreviverá a quaisquer revoluções doutrinárias ou eventuais mudanças no gosto estético; outra, a de que o autor do volume em pauta deve ser incluído, sem favor nenhum, ao lado daqueles que com maior mestria o praticaram entre nós, como Cruz e Sousa, Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Odylo Costa, filho, Dante Milano, Carlos Pena Filho ou Alphonsus de Guimaraens, pai do poeta. E pasmem os senhores: a coletânea reúne nada menos que 296 sonetos e, em nenhum momento, se pode dizer que haja desnível entre eles. Pode-se, isto sim, preferir este ou aquele, mas seria apenas uma idiossincrasia e irrelevante questão de gosto pessoal, pois a perícia é a mesma em cada um deles – e, mais do que esta, é a mesma a autêntica e funda emoção que os inerva a todos. Não foi à toa, portanto, que assim o entenderam, antes de nós, poetas e ensaístas da estirpe de Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Drummond, Lúcia Miguel Pereira e José Guilherme Merquior, entre tantos outros.

Herdeiro do lirismo intimista e da reflexão religiosa de que se nutriram muitos de nossos simbolistas, os sonetos de Alphonsus Filho, que se distinguem da produção daquela escola pela intrínseca modernidade de seu espectro temático, são como que organismos vivos, e penso que cabe aqui esta observação algo tautológica, porque, em sua grande maioria, os poetas que entre nós se afeiçoaram ao soneto nada mais fizeram do que cultivá-lo *in vitro*, tornando assim caduca uma forma que, em sua dinâmica e coesa estrutura, simplesmente não tem idade, como não a têm, de resto, a balada, a ode, o hino, a canção ou

qualquer outro gênero de composição poética. Não é a forma em si que envelhece, e sim quem a cultiva. E se não raro a envelhecem, também a envilecem, como aconteceu com muitos dos integrantes da Geração de 45. Segundo cremos, a propósito, sua sensibilidade poética transita do Simbolismo ao Modernismo, mas não passa ortodoxamente, como aqui já sublinhamos, pelo formalismo de 45. Seus esplêndidos e densos sonetos são menos fôrma do que forma, e nesta o que encontramos jamais se dissocia de um conteúdo que lateja a cada passo, ou seja, de uma emoção que lhe dá vida e, conseqüentemente, permanência. E só um poeta de sua técnica seria capaz desse milagre, que é, de resto, o milagre de toda grande e duradoura arte.

Temos nesses sonetos uma difusa multiplicidade de temas e problemas: os do amor, da morte, da fugacidade do tempo, do sentido profundo da fé, da caducidade e da contingência das coisas, do desespero humano, da ausência nostálgica de um mundo que se perdeu ou, como diria Leopardi num poema que dedicou a si mesmo, da “*infinita vanità del tutto*”. Temos neles, ainda, não apenas o zelo pelas mais caras tradições da língua, mas também o pleno e fundo conhecimento da forma que elegeram o poeta: Alphonsus Filho esgrima aqui todas as vertentes dessa difícil, contida e traiçoeira arte, desde o soneto que se cristalizou durante a vigência do *dolce stil nuovo*, com Dante, Petrarca e Camões, àquele que Surrey e Wyatt modificaram para criar o *link-sonnet*, depois cultivado por Shakespeare, com três quartetos e um dístico rimado. O que mais surpreende neste espantoso *recueil* de quase trezentos sonetos é a espontaneidade e a graça com que foram escritos, como se o autor nos desse a impressão de que está livre justamente por estar cativo. O exemplário é, por assim dizer, cornucópia, e fica difícil, ou quase impossível, recorrer a uma única amostra para que o leitor nos dê crédito. Enfim, que baste o magistral soneto que Alphonsus dedica a Dante Milano:

“A névoa como uma montanha andando”...

“Pálida como uma mulher da lua...”

Já a vida se esgarça e em luz flutua,
desce a noite irreal, vão desmaiando

as invisíveis flores, e cantando
o claro sonho, o sonho que é a presença
mais casta, em cujas mãos repousa a imensa
noite, pelas estrelas resvalando...

E a cousa branca mais se esquivava, ansiosa
de paz e ausência, doce e luminosa,
para que nela a cabeça ainda deponha

o poeta que o sonho transfigura,
que o sonho envolve, e na luz cega e pura
irreal se torna, e existe porque sonha.

Mas nem só de sonetos sobrevive a poesia de Alphonsus de Guimaraens Filho, bastando para tanto percorrer a sua imensa obra, reunida, afinal, em 2003 sob o título de *Só a Noite é que Amanhece*, onde estão coligidas as 23 coletâneas poéticas que publicou, excetuando-se apenas a última, *33 poemas*, organizada por seu filho, Afonso Henrique Neto, também poeta, em 2007. Já por ocasião de sua estreia com *Lume de Estrelas*, em 1940, observa Manuel Bandeira: “Este *Lume de Estrelas* atesta um grande poeta, não é reflexo da poesia paterna mas estrela de luz própria”, que nos revela um “poeta forte, chegado ao inteiro domínio do seu instrumento”. E a este se seguiram os juízos consagradores de Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Moreyra, Danilo Gomes, Wilson Martins, Guilhermino César, José Guilherme Merquior, Oscar Mendes, Massaud Moysés, Alfredo Bosi, Gilberto Mendonça Teles, Lúcia Miguel Pereira, Sérgio Milliet, Fausto Cunha, Vivaldi Moreira. Enfim, a lista seria infundável, o que atesta de forma cabal a importância e a permanência desse poeta admirável, tanto mais admirável porque jamais pretendeu sê-lo, fiel à sua maneira de ser, sempre recluso e mineirissimamente silencioso, alheio às glórias mundanas.

É curioso assinalar, no caso de um poeta que se encaminhou gradualmente para medidas métricas cada vez mais breves e concisas, a polimetria dos poemas que compõem *Lume de Estrelas* e vários outros de seus livros. Isso talvez se explique, como já observamos, pelo fato de que Alphonsus Filho se situa numa fase de transição entre a distensão da linguagem dos poetas da década de 1930 e o formalismo da Geração de 45, cujos representantes, como ironicamente já se observou, possuíam nomes longuíssimos e escreviam poemas curtíssimos. A exceção seria Lêdo Ivo, um nome com apenas sete letras, cujos primeiros poemas, pelo menos até *Acontecimento do Soneto*, publicado em 1946, eram por assim dizer fluviais. E fluvial voltaria a ser ainda nas odes que escreveu. No caso de Alphonsus Filho, é inegável, já nesses poemas iniciais, a sua herança simbolista. Leiam-se, por exemplo, os versos da primeira estrofe do poema “Jamais”, que abre *Lume de Estrelas*:

Jamais me ajoelharei com tanta fé nos adros,
com tanta paz no coração que é um pássaro fugitivo em uma estrada sombria,
com tanta luz nos olhos que são como lumes acesos aos pés de Deus.
Ai! deixai-me ficar assim, unido ao pó, como uma sombra apenas,
unido ao pó agitado pelo vento como as lágrimas da chuva,
unido ao pó como a bruma por sobre as lápides dos cemitérios.

É como se o poema tivesse sido escrito na enevoadá Mariana, onde por tantos anos viveu seu pai. “Pobre Alphonsus! Pobre Alphonsus!”. E nele são evidentes as fundas raízes simbolistas de Alphonsus Filho. Mas é bom não confundir, pois são muito distintos a dicção e o ritmo poético de ambos. E aqui me amparo numa passagem do artigo que Manuel Bandeira publicou no *Jornal do Brasil* em 14 de setembro de 1960: “Nunca me apliquei a um cotejo entre a obra do pai e a do filho, mas tenho a impressão que a autonomia do filho em relação ao pai é absoluta. O fato é tanto mais notável quanto, apesar das influências modernas, Alphonsus Filho se afirmou sempre com um fundo simbolista irreduzível. Pode-se dizer que ele e Onestal-

do de Penafort são os dois grandes poetas de hoje em que persiste intata a sensibilidade simbolista.”

Essa impressão de Bandeira haveria de confirmar-se com relação aos poemas que Alphonsus Filho escreveu ao longo de toda a sua longa vida. E aqui caberia um breve esclarecimento sobre aquilo que considero a absoluta modernidade do Simbolismo. Na verdade, toda manifestação artística pressupõe o concurso das formas simbólicas. Quando uma determinada obra não consegue suplantar o nível da alegoria, torna-se inferior. A alegoria dirige-se apenas ao raciocínio do leitor, sem sugerir nenhuma emoção, essa emoção simbólica que o pensador italiano Benedetto Croce chama o “lirismo” da obra, e a forma desse lirismo é o símbolo, que fala não somente ao nosso intelecto, mas antes a toda a nossa personalidade. Enquanto a alegoria estabelece uma relação exata entre um determinado sistema de ideias e um sistema de imagens, não ocorrendo, assim, a possibilidade senão de um único sentido, o símbolo, ao contrário, não corresponde exatamente à ideia abstrata que exprime, o que permite, por isso mesmo, múltiplas interpretações. A alegoria não passa de uma tradução poética de pensamentos racionais, como ocorre nos casos das obras escritas durante a baixa Idade Média e as primeiras décadas da Renascença, enquanto as obras de arte simbólicas são férteis em significação, envolvendo sempre maiores desafios para a crítica. É de se lamentar assim que, no Brasil, ao contrário do que ocorreu em outras literaturas, o movimento simbolista tenha eclodido antes do Parnasianismo, o que levou ao esquecimento momentâneo poetas como Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimaraens e esse hoje pouco lembrado Severiano Resende. A poesia de Alphonsus Filho justamente resgata, em meados do século XX, essa grande tradição que se perdeu.

Há muitos outros aspectos, todavia, que devem ser assinalados na obra poética de Alphonsus Filho. Já falamos aqui de seu lirismo intimista e de sua inequívoca adesão às formas simbólicas da linguagem. Mas há ainda a vertente do misticismo, tão bem lembrada por Carlos Drummond de Andrade em sua crônica “Entre Deus e o Silêncio”, incluída em *Passeios na Ilha*. Diz ele: “Dir-se-ia que a incursão inevitável pelos domínios do amor humano o terá preparado

para avaliar e esgotar as riquezas do amor divino”. Acrescenta Drummond que a observação carece de valor, “pois as tendências místicas neste poeta são realmente inatas”, e seria “frívolo dizer que apenas as recebeu, em herança espiritual, de seu glorioso pai”. É que tais bens, conclui Drummond, “não se transmitem necessariamente, e admirável é que o filho de nosso grande poeta seja por sua vez poeta, e muito mais ainda que se afinem os temperamentos na preferência pela mesma ordem de temas e sugestões”, entre os quais se podem incluir os da morte, da noite, do sonho e do mistério da existência.

É essa inquietação metafísica que o leva a identificar-se com o cristianismo e a fixar sua poesia no ambiente que melhor a desenvolveria, como se vê em muitos dos poemas do livro *O Irmão*, publicado em 1950, nos quais a poesia de Alphonsus Filho, cujos laivos de sombra não fazem senão realçar a luminosidade em que se move, tangencia a manifestação de um estado permanente da alma em êxtase diante de seu criador. Lembra ainda Drummond, com base em famoso estudo de Rolland de Renéville, “que os místicos e os poetas, embora diferindo em suas rotas sob tantos pontos, acabam por alcançar, em fase final da experiência, um modo comum de conhecimento, que é a consciência tenebrosa”, uma espécie de “luz sem sol”, tal como o vemos em Novalis, Santa Teresa de Ávila e San Juan de la Cruz, que nos fala de uma “noche oscura del espíritu”. E Alphonsus Filho alcança essa realidade tenebrosa, o que vale dizer: o sentimento místico da vida elevou-se à maior altura poética. E é isto o que se pode perceber nestas quatro pequenas estrofes do poema “Espírito e Vida”:

Senhor, na minha fraqueza,
não sei Te ver... Entretanto
como o pão de Tua mesa.

Não sei Te ver quando estou
preso ao mundo, e tenho o espanto,
e tenho as trevas do mundo.

Bebi Teu sangue e desejo
mais luz... Se me deste a vida,
se me deste a claridade,
a claridade surpresa,
encharcada de pureza,

quero mais luz e mais vida
como quem busca no mundo
mais infância e mais infância.

Constituída de mais de 20 coletâneas, a obra poética de Alphonsus Filho é numerosa e diversificada, mas conserva, desde a estreia do autor, aos 22 anos de idade, uma espantosa coesão temática, formal e estilística, o que em parte se explica pelo fato de que ele já revela, apesar de muito jovem, uma desconcertante maturidade poética, tanto assim que *Lume de Estrelas* obteve, quando de seu lançamento em 1940, a unanimidade da crítica e dos grandes poetas da época. E mais: para quem, como Alphonsus Filho, produziu copiosamente ao longo de quase setenta anos de atividade como poeta, custa crer tenha ele mantido, durante todo esse tempo, tão alto nível de realização estética, um nível, aliás, que nos dá a impressão de não ter sido jamais necessariamente buscado, assemelhando-se antes a algo que lhe foi doado como autêntica bênção, não importa aqui se por Deus ou por qualquer outra misteriosa entidade. Isso nos remete à sensação que nos assaltou quando lemos pela primeira vez, lá pelos anos 60, a poesia de Alphonsus Filho. E essa sensação era a de que estávamos diante de uma condição raríssima em qualquer literatura: a do poeta puro, a do *poeta absoluto*, como a pretendia para si o galês Dylan Thomas.

Tamanha é a sua comunhão com os temas que desenvolve que parece nunca haver fendas entre estes e a personalidade do autor, como se tudo se reduzisse a um tecido inconsútil, sem emendas ou costuras. Daí, talvez, a simplicidade e a doçura com que nos fala, sempre alheio a qualquer enfeite ou artifício, recurso que encontramos amiúde nos poetas de hoje. Sua poesia é como um prolongamento natural

de sua alma, e é nisso que reside o mistério de sua funda religiosidade. Seu verso não revela nenhum vestígio de circunstância: é pura e estrita essência. Sob esse aspecto, somente Manuel Bandeira, Dante Milano e Odylo Costa, filho se lhe podem comparar. Não há em Alphonsus Filho aquele afã construtivista que observamos em João Cabral de Melo Neto ou Ferreira Gullar, dois altíssimos poetas que lhe são, aliás, contemporâneos de geração. É claro que nele há sempre busca, há trabalho, há transpiração, há às vezes até desespero diante da palavra ou da forma que se procura e não se encontra. E há, acima de tudo, o instinto criador. Por isso, sua poesia flui com tanta espontaneidade, fiel às exigências de um ritmo sutil e afinado que todo grande poeta traz consigo desde o berço.

Mas vejo agora, ao fim desta conferência, que cometi um imperdoável equívoco: falei demais sobre o poeta e quase não deixei que ele próprio falasse. Vamos tentar reparar esse erro. Entre as muitas formas poéticas cultivadas por Alphonsus Filho, avulta, sem dúvida, a do soneto, como aqui, aliás, já comentamos. Mas algo talvez tenha ficado por dizer. Disse-o, exemplarmente, José Guilherme Merquior quando, no ensaio “Arte Maior do Soneto”, incluído no livro *O elixir do Apocalipse*, observa, confirmando um pouco o que eu mesmo sublinhei no parágrafo anterior, que Alphonsus Filho “oculta os andaimes da técnica numa acentuada singeleza de expressão, e numa economia vocabular que lembra a lição de Bandeira. Aliás, Alphonsus é, como esse outro fino sonetista que foi Odylo Costa, filho, um poeta que foge ao enfeitismo pirotécnico da maioria das vozes de sua geração”, e que, sob a influência do “despojamento bandeiriano, irá também evitar até mesmo alguns traços do lirismo de seu pai, o grande simbolista de Mariana”. Sábias palavras. Mas que a última palavra fique, não comigo ou Merquior, e sim com o poeta que nos ensina o que significa essa arte maior do soneto. Ouçamo-lo:

Nem sei se blasfemei. Se blasfemei,
Deus passe um pano sobre tanto sujo.
Sinto-me exausto numa torre cujo
vértice tento atingir e não verei.

Nem sei se blasfemei. Apenas sei
que muita vez suponho que em vão rujo,
que me rebelo eu, um caramujo
que nem a própria casa salvarei.

Nem sei, nem sei se blasfemei. Apenas,
olhando agora para trás, concluo
que eu devia cantar ou ter cantado

não os meus males só, não minhas penas,
mas a Beleza em que já me diluo,
em que me integro, Deus seja louvado.

O universo poético de Alphonsus de Guimaraens*

EDUARDO PORTELLA

Ocupante da
Cadeira 27
na Academia
Brasileira de
Letras.

Em meio a uma crise social e moral que sacudia violentamente os últimos dias de um século intenso e problemático, o Simbolismo dava início no Brasil a uma revolução destinada a alterar substancialmente a estrutura da poesia moderna. Mas era uma alteração que tinha como principal empenho ampliar, dilatar o nosso horizonte poético. Mesmo assim, no entanto, não foi o Simbolismo recebido pelo entendimento, mas pela incompreensão; não contou com aplausos, mas sim com hostilidades. Eram hostilidades e incompreensões decorrentes menos do rigor crítico que de uma forma de comodismo mental que nos estava conduzindo perigosamente para a estagnação conformada.

* Introdução geral à Obra Completa de Alphonsus de Guimaraens, publicada pela Editora José Aguilar, Ltda., 1960.

E essas incompreensões conseguiram abalar o prestígio inicial do Simbolismo entre nós. As razões eram perfeitamente explicáveis. Antes de tudo, o Parnasianismo era um poder devidamente constituído. Estávamos em pleno reinado do Positivismo. O fato de alguns simbolistas famosos serem egressos do Parnasianismo dava à nova estética uma feição de dissidência parnasiana e comprometia o seu caráter renovador. Por outro lado, a ausência de ação pessoal, a incapacidade para entenderem-se e coordenarem-se como movimento unificado, entregava o destino do Simbolismo à sorte particular de cada um dos seus representantes. Tudo isto se aliava a uma tendência que proliferou na crítica do fim do século XIX e início deste: a tendência às comparações desabonadoras. Segundo elas, Cruz e Sousa seria um pastiche de Baudelaire e Alphonsus de Guimaraens, um Verlaine tropical. E só muito recentemente, e contra algumas resistências, a crítica brasileira de um modo geral ratificou a sua posição frente ao Simbolismo. É verdade que ainda existem alguns ensaístas, como é o caso de Peregrino Júnior, que se inclinam a aceitar o Simbolismo como “uma revolução malograda”. É evidentemente uma conclusão subjetiva. Tão subjetiva quanto carente de consistência crítica e de sentido histórico. E o próprio Peregrino Júnior como que se redime desta falta ao afirmar que “dele restaram, além de uma difusa influência, obscura e vaga, três ou quatro grandes poetas inesquecíveis”¹. É o suficiente. Para que um movimento literário se consolide e transcenda, nada mais é necessário do que “três ou quatro grandes poetas inesquecíveis”. E tanto mais que, como mostrou Bowra, no seu *The Heritage of Symbolism*, a influência desse movimento tem sido nítida, visível e prolongada. O que faltou ao Simbolismo brasileiro, isto sim, foi o triunfo imediato. Mas não é o triunfo imediato que malogra ou consagra um movimento, ou um escritor particularmente. É, antes, a perspectiva histórica. Ela, distante de interferências afetivas, sabe, com mais exatidão e mais justiça, confirmar ou retificar valores. Ela agiu assim no caso específico de Alphonsus de Guimaraens.

¹ PEREGRINO JÚNIOR. *Origem e Evolução do Simbolismo*, p. 19, RJ, 1957.

Mas não estranho as incompreensões que têm cercado o Simbolismo brasileiro. Dirigidos pelas grandes inquietações filosóficas, científicas e sociais da época, os simbolistas modificaram radicalmente a nossa concepção do fenómeno literário. Ergueram eles uma filosofia do inconsciente contra o Positivismo dominante. O que o Simbolismo procurou, ostensivamente, foi reagir contra o espírito positivista em todas as suas repercussões morais, sociais e artísticas. Lançou-se, inclusive, a favor da noção de mistério que o Positivismo buscou, a todo custo, destruir. Era um comportamento mais romântico que clássico, mais oriental que ocidental. E não foi sem motivo que as artes tanto chinesas quanto japonesas exerceram marcada influência na França do *fin de siècle*: na pintura dos impressionistas como na poesia do próprio Mallarmé.

Também o Simbolismo brasileiro, substituindo os elementos conceituais pelos componentes sensório-afetivos do verso, projetando uma poética além da lógica, introduzindo uma linguagem circunlocutória, especialmente interessada no valor sonoro da palavra, violentava substancialmente a estrutura do discurso tradicional. A comunicação passava a se efetuar através de sugestões fonéticas, imagísticas, de correspondências sinestésicas e de diversas outras conexões sensoriais. Eram os únicos meios possíveis de traduzir o *mal* do fim do século, a angústia, o pessimismo, a falta de vontade de viver: eram os únicos processos eficazes na expressão dos estados subconscientes. Os simbolistas foram os primeiros a viverem a poesia como fato existencial, na mais típica das oposições ao Parnasianismo, que continuava essencialista. O Simbolismo brasileiro foi, na verdade, particularmente sábio nessas utilizações. Com ele atingimos tal culminância e de tal modo projetamos valores próprios, que tem toda razão Andrade Muricy quando afirma que houve no período simbolista “não um colonialismo primário, mas uma comunhão sentimental e estética internacional, de que o Brasil participou”². E poucos como Alphonsus de Guimaraens participaram tão conscientemente dessa comunhão.

² MURICY, Andrade. *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. Vol. I, p. 34. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

~ A posição de Alphonsus de Guimaraens

Do poeta Alphonsus de Guimaraens se pode dizer que foi um simbolista por excelência. Sem que se deva, porém, entender essa excelência por inabalável fidelidade aos dogmas ou aos esquemas de sua Escola. De maneira alguma. Neste sentido, Alphonsus de Guimaraens chegou a ser mesmo um indisciplinado. Indisciplinado, já que a poética simbolista por ele praticada deverá ter sido uma necessidade expressional difusa, cujas realizações parciais terá absorvido, eventualmente, nos grandes mestres franceses da Escola. E sem interessar-se em uma sistemática de Escola, de filosofia ou de retórica, praticou o “seu” Simbolismo: um Simbolismo que tinha um pouco de cada um dos grandes franceses, sem ter o todo de nenhum deles. Explico-me. O simbolista por excelência mostrou-se antes no modo mais ou menos amplo com que cultivou as diversas formas expressivas nascidas ou renascidas com o Simbolismo; na maneira profunda e verdadeira com que sentiu e expressou as inquietações ao mesmo tempo técnicas e temáticas que vieram a constituir o patrimônio poético daquele movimento que, um dia, sob os olhares severos e ambiciosos de Stéphane Mallarmé, fixou suas normas e empreendeu sua viagem. Porque o Simbolismo, tendo sido a codificação do imponderável, do mágico, do misterioso, foi também a sistematização de uma nova lógica. Ao lado de um Rimbaud visionário, dono do mistério, se afirmava um Mallarmé quase cartesiano no modo racional de construir a sua catedral artística. E existia igualmente um Verlaine. E a grandeza de Alphonsus reside, em grande parte, no fato de que, havendo nele alguma coisa de Verlaine, existia também de Mallarmé e de Rimbaud. Mas existiu, acima de tudo, de Alphonsus de Guimaraens. As experiências simbolistas ele as viveu quase todas: sem contudo contentar-se com essa sorte ou conformar-se com aquele destino. Daí a sua quase direi rebeldia no inovar além dos cânones parisienses e até mesmo contra esses próprios cânones.

Os poetas, com maior ou menor frequência, costumam trazer em sua arte atormentados processos de dualismos poéticos, tão divididos ou tão vacilantes

se mostram entre dois comportamentos diversos. Quase se poderia dizer que esse dualismo é próprio, é inerente mesmo, à condição do artista, tal a sua constância ou o seu modo de inscrever-se nas interrogações do poeta. Menos frequente, difícil mesmo, é esse dualismo ampliar-se em polivalência. Só os poetas verdadeiramente grandes sabem e podem combater em diversas frentes. Alphonsus de Guimaraens pertence a essa reduzidíssima família dos polivalentes. Polivalente dentro de sua fidelidade absoluta ao seu único e soberano ofício: o da Poesia. A sua obra em prosa, as suas crônicas, são mais um depoimento sobre o homem que um testemunho do escritor.

A obra de Alphonsus de Guimaraens foi igualmente vítima de dois tipos de incompreensão. Uma de natureza geral, que foi a que cercou a sorte do movimento. E outra pessoal: a que ameaçava o seu prestígio de poeta. “A poesia de Alphonsus de Guimaraens – quem o diz é ainda Andrade Muricy, o mais completo dos nossos estudiosos do Simbolismo – teve, no seu tempo, imediata e profunda influência em Minas. Fora daquele Estado, porém, só os próceres simbolistas o admiravam. Enquanto isso, a crítica do tempo, primária e simplista, dominada pelo espírito do naturalismo, via com antipatia o misticismo do *solitário de Mariana*”.³ Cruz e Sousa já em vida, e sobretudo a partir da sua morte, pode contar com o aplauso e a consagração pelo menos da crítica simbolista. Com Alphonsus de Guimaraens isto não aconteceu. Somente depois de 1935, com a edição das suas poesias completas organizada por Manuel Bandeira e João Alphonsus, é que o seu prestígio de grande poeta começa realmente a consolidar-se. A crítica simbolista sua contemporânea não o soube compreender. Alphonsus foi recebido pelo silêncio “não só nos meios naturalistas, mais ainda nos próprios cenáculos simbolistas”.⁴ Tanto os nossos historiadores literários quanto Nestor Victor, aquele que seria o crítico oficial do Simbolismo no Brasil, foram de uma imperdoável insensibilidade diante do

³ MURICY, Andrade, *Op. cit.*, p. 8.

⁴ LIMA, Alceu Amoroso. *Poesia Brasileira Contemporânea*, p. 59. Belo Horizonte, Livraria Editora Paulo Blum, 1941.

estranho universo erguido por Alphonsus de Guimaraens. A transformação da crítica alphonsina só depois se verificaria. Mas são, os estudos aparecidos, e com raríssimas exceções, depoimentos que se distinguem mais pelo caráter afetivo e sentimental que pela consistência crítica. Da fortuna crítica de Alphonsus de Guimaraens não podemos dizer, de maneira alguma, que está à altura da grandeza do poeta.

~ Aspectos estruturais de Alphonsus de Guimaraens

Poeta de formação classicizante, a estrutura da poesia de Alphonsus de Guimaraens exibía frequentemente uma disciplina que atingia o excesso. Concordo com Henriqueta Lisboa quando afirma que “raramente se tem visto nesta terra de exuberância, quer na configuração geográfica, quer nas manifestações espirituais do nativo, uma obra equilibrada como a do grande místico de Minas Gerais”.⁵ Realmente: Alphonsus é dos mais harmoniosos entre os poetas brasileiros. Esta circunstância, em determinado momento, fez com que se imaginasse nele um escritor inteiramente submisso às coações parnasianas. O que não era verdadeiro. Acontecia, isto sim, que os grandes simbolistas brasileiros, como os franceses, não raro se deixavam submeter às suas ataduras parnasianas. Na verdade, foram os simbolistas menores que fizeram a grande revolução estrutural. Os nossos simbolistas mais importantes seguiram Verlaine no tratamento do verso. Mostraram-se pouco amigos do verso livre. Este fato não quer dizer, como se tem afirmado inadvertidamente, que Alphonsus seja um continuador brasileiro da obra de Verlaine. De modo algum. Ainda há pouco, referindo-se à estima do poeta por Baudelaire, Verlaine, Antero, Luís Delfino, Nobre, Cruz e Sousa, advertia Muricy que “tais influências não lhe demarcaram quase nunca, de modo ostensivo, a

⁵ LISBOA, Henriqueta. *Alphonsus de Guimaraens*, p. 33. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1943.

sua poesia, e eram antes, intimamente absorvidas, mero alimento das vivências próprias da sua imaginação e da sua sensibilidade”.⁶ Mas certa identidade de *tonus*, e ainda os versos alphonsinos “Mais fizera, Senhora, se pudes-se / Oficiar no Mosteiro de Verlaine”, fizeram com que alguns incautos imaginassem um compromisso desabonador entre o poeta de *Dona Mística* e o autor de *Sagesse*. O que na verdade não tem procedência. O próprio exame do verso alphonsino nos conduzirá a conclusão inteiramente oposta. A influência verlainiana seria apenas quanto ao *tonus*, quanto à atmosfera da sua poesia. Quanto ao verso, não. O verso ímpar de Verlaine era de nove sílabas. Alphonsus nunca utilizava esse metro. E mais: no caso específico da redondilha, vamos observar exatamente que a redondilha utilizada por Alphonsus era ibérica e não francesa. O verso popular ibérico, a redondilha maior, se compõe de sete sílabas. Enquanto o francês é octossilábico, segundo a nossa contagem. Com respeito ainda ao verso, não podemos dizer que encontramos em Alphonsus aquela “*prodigue variété des rythmes* [que] *traduit la variété jaillissante de la vie*”, de que fala Jacques-Henry Bornecque⁷ a propósito de Verlaine. Alphonsus foi um poeta menos audacioso, inclusive no interior do verso.

Onde Alphonsus se mostra como que ortodoxamente simbolista, e por vezes até verlainiano, é na utilização vocabular, e mais, é no seu modo de considerar como ideal estético “*la musique avant toute chose*”. Logo do exame do seu vocabulário, vocabulário de cunho evidentemente simbolista, vamos surpreender em Alphonsus um poeta inteiramente identificado com a língua da sua Escola. Já observou Gladstone Chaves de Melo que “uma das coisas que mais chamam a atenção na obra de Alphonsus é seu conhecimento da língua. O idioma em suas mãos é um instrumento dócil, fino e riquíssimo. Às vezes, por necessidade poética, principalmente como recurso de evasão, ele usa formas arcaicas; outras vezes ele cria, com grande independência e propriedade, palavras ou

⁶ MURICY, Andrade. In *A Literatura no Brasil*. Direção de Afrânio Coutinho. Vol. III, t. I, p. 167, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

⁷ BORNECQUE, Jacques-Henry. *Lumières sur les Fêtes Galantes de Paul Verlaine*, p. 93. Paris: Librairie Nizet. 1959.

compostos novos, como *beira-céu*, *flordelisado*, *confessanda*".⁸ Talvez lhe advenha dos *decadentes* essa crença de que para ideais novos são necessários vocábulos novos. Daí, certamente, a ocorrência dos neologismos. Os simbolistas, sobretudo os franceses, estavam possuídos do que Martino chamou de a "volúpia do neologismo".⁹ E a obra de Alphonsus, como já comprovou em excelente estudo o crítico Antônio de Pádua¹⁰, está não raro habitada desses neologismos: "perfúmeo", "silenciais", "misterial", "berça", criados, todos eles, para satisfazer a uma exigência de ordem estética. Nesse vocabulário se destacam ainda aquelas palavras representativas do seu universo temático (cemitério, crepes, ciprestes, funerárias, véus, altares, quaresmais, roxo, entre outras), sobressaindo os vocábulos Deus e Satã como "palavras-chaves". E sem chegar a certos excessos verlainianos, Alphonsus não vacila em servir-se de termos familiares, em utilizar vocábulos usuais, através de lúcida valorização do coloquial.

Como obra estruturalmente simbolista, o verso de Alphonsus de Guimaraens se compõe de elementos tradicionais, com traços que repontam ao Renascimento, e de criação, recém-incorporados. Quando surgiu o Simbolismo, os ritmos e os metros estavam como que padronizados. O Parnasianismo oscilava monotonamente entre um mesmo tipo de decassílabo e de alexandrino. Embora não tenha sido dos mais revolucionários, o autor do *Setenário das Dores de Nossa Senhora* não se mostrou indiferente às inquietações renovadoras. Antes participou delas: utilizando o verso livre e renovando o decassílabo e o alexandrino. Sobretudo utilizando o verso livre; como no poema "Ventura", XXI, da *Pastoral aos Crentes do Amor e da Morte*:

Pela calada

Da noite triste

⁸ MELO, Gladstone Chaves de. *Alphonsus de Guimaraens* (Poesia), p. 15. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, Nossos Clássicos, 1958.

⁹ MARTINO, P. *Parnasse et Symbolisme*, p. 146. Paris: Librairie Armand Colin, 1950.

¹⁰ PÁDUA, Antônio de. "Neologismos Poéticos", In *Cultura*, p. 145. Rio de Janeiro: abr. 1949.

Vai caminhando a doce amada...
O luar, que só para quem sofre existe,
Coado por entre a ramaria espessa,
Coroa-lhe a cabeça
De rainha
Com uma coroa ideal que nunca será minha...

É um halo que resplandece
Em derredor dos seus cabelos bastos,
Como um hino de prece...

Oh! epitalâmios castos!
E ela caminha,
No chão magoando os pés de lírio...
Ai! pobre Santa, ai! pálida Rainha,
Que vais para o martírio... [...]

Não era, é certo, um verso livre como aquele que viria a ser entendido depois, pelos modernistas. Era, isto sim, “o verso livre como o praticaram Rimbaud e Laforgue, isto é, o verso livre à imitação das canções populares”.¹¹, segundo a observação exata de Manuel Bandeira. Aquele verso livre cujo primeiro aparecimento se verificaria precisamente com o Simbolismo, através de Adalberto Guerra Duval: *Palavras que o Vento Leva* (1900). Aliás, mesmo diante do soneto, Alphonsus não se mostra um conformado. Quase podemos dizer dele que criou o seu soneto. Pelo ritmo, o encadeamento, a cadência:

Ninguém anda com Deus mais do que eu ando,
Ninguém segue os seus passos como sigo.
Não bendigo a ninguém, e nem maldigo:
Tudo é morto num peito miserando.

¹¹ BANDEIRA, Manuel. “Alphonsus de Guimaraens”, In *Revista do Brasil*, p. 163. Rio de Janeiro: ago. 1938.

Vejo o sol, vejo a lua e todo o bando
Das estrelas no olímpico jazigo.
A misteriosa mão de Deus o trigo
Que ela plantou aos poucos vai ceifando.

E vão-se as horas em completa calma.
Um dia (já vem longe ou já vem perto)
Tudo que sofre e que sofrer se acalma.

Ah se chegasse em breve o dia incerto!
Far-se-á luz dentro em mim, pois a minh'alma
Será trigo de Deus no céu aberto...

O decassílabo, advirta-se, foi sempre o metro preferido de Alphonsus. Os versos decassílabos eram, segundo sua própria confissão, “mais fáceis e sonoros e mais próprios de nossa belíssima língua”. O que levou o professor Sousa da Silveira a surpreender em sua poesia espécies raras de decassílabos. Sobreretudo o de acentuação na terceira e na sétima sílaba. Também o alexandrino sem cesura, de acentuação na quarta e oitava sílaba, foi por ele cultivado. É verdade que o nosso alexandrino simbolista poucas vezes se afastou do alexandrino simbolista francês. Daí a consciência do poeta ao afirmar: “Há também alexandrinos modernos postos em prática pelos *decadentes*, e de que fui o primeiro a usar no Brasil”. Os acentos são na quarta e oitava:

Sob o *tropel* do batalhão de pesadelos.

Outro metro igualmente constante na poesia de Alphonsus é a redondilha maior, de caráter popular. A utilização dessa forma expressional vai explicar, em parte, a popularidade alcançada por um poema complexo em sua estruturação simbólica, um poema de timbre elevado, de atmosfera shakespeariana, como é “Ismália”, XXXIII, da *Pastoral aos Crentes do Amor e da Morte*:

Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar...
Viú uma lua no céu.
Viú outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,
Banhó-se toda em luar...
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar...

E, no desvario seu,
Na torre pôs-se a cantar...
Estava perto do céu,
Estava longe do mar...

E como um anjo pendeu
As asas para voar...
Queria a lua do céu,
Queria a lua do mar...

As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par...
Sua alma subiu ao céu,
Seu corpo desceu ao mar...

Com exceção da redondilha maior, na poesia de Alphonsus de Guimaraens, como na dos seus demais companheiros de Escola, há uma evidente predominância do verso par. Neste aspecto, como em vários outros, os simbolistas brasileiros e portugueses preferiram sempre o exemplo francês dos ritmos pares. Fenômeno que levou ao equívoco a totalidade dos nossos críticos, uma vez que Verlaine, embora aconselhasse o verso *ímpar*, utilizava com maior frequên-

cia o verso *par*. O que certamente se explica por serem os versos pares (decassílabo, alexandrino) os mais usuais na língua francesa. O ímpeto renovador verlainiano era como que contido por esse sólido suporte tradicional. Mas Alphonsus não raro se identifica pela variedade rítmica. Há inclusive aqueles casos de alternância dentro de uma mesma forma expressiva: redondilhas de oito e de nove sílabas. Fato que se vai responsabilizar pela ausência de monotonia num poeta de, inegavelmente, pouca variedade temática.

Também os elementos fonéticos sobre os quais se apóia o verso alphonfino contribuem extraordinariamente para aumentar a sua musicalidade e, conseqüentemente, a sua força expressiva. O binômio poesia-música encontra nele um admirável servidor. As rimas (esquemática e interna), as aliterações, as assonâncias, os cognatismos, todos eles, se empenham em conferir ao seu verso, uma estranha e pessoal orquestração, como se a poesia fosse, mais do que tudo, música. No que Alphonsus mais uma vez se identifica com o autor dos *Poèmes Saturniens*, uma vez que, para o Verlaine simbolista, o da *Ars Poétique*, o verso devia ser – quem o traduz é Pierre Martino – antes de tudo, música; uma harmonia de sons que fazem sonhar. A rima, música insuficiente e penosa coação, deve atenuar-se; poderá reduzir-se à assonância das canções populares, que basta para dar ritmo.¹² Repudiando em alguns instantes a função coatora das rimas – mas sem jamais ter conseguido delas se libertar – e ao mesmo tempo preocupado com a musicalidade, a poesia de Alphonsus tirou particular proveito das assonâncias e das aliterações. A sua música, advirta-se, não era wagneriana, como a de Cruz e Sousa, mas possivelmente raveliana.

O campo de operação imagístico sobre o qual atua a poesia de Alphonsus de Guimaraens é dos mais surpreendentemente ricos, como era, de um modo geral, o de toda a poesia simbolista. Uma imagística abstrata, sem nenhuma presença de objetos. E onde “preocupado com a beleza das imagens – conclui Enrique de Resende –, que lhe saíam por vezes deliciosamente extravagantes,

¹² MARTINO, P. op. cit., p. II 4.

e, sobretudo, com o embalo musical do verso, deixava Alphonsus entremostrear-se o artífice que havia dentro dele e que, paciente e minucioso velava pela perfeição estrutural da sua arte”.¹³ Mas a sua poesia era idealista e não positivista. E por isto mesmo, essa “Ideia” devia expressar-se através de imagens (metáforas, comparações, símbolos e mitos) e nunca diretamente. Ao poeta não cabia “dizer” nada e sim “sugerir” tudo. Alphonsus elaborou uma estilística da sensação e da sugestão. Parecia estar convencido, como I. A. Richards, de que “o que dá força a uma imagem é menos sua vivacidade que seu caráter como fenômeno mental peculiarmente conectado à sensação”.¹⁴ Alphonsus buscava nas coisas justamente o seu significado simbólico e mostrava-se particularmente interessado na transfiguração dos mitos antigos, como à maneira de Mallarmé e Valéry. Já as suas comparações eram menos movimentadas, quase tópicas (“Noites de Verona”), em face mesmo da temática monocórdica que o dirigia.

~ A jurisdição do tema

A temática de Alphonsus de Guimaraens era uma temática circunstancial e monocórdica. Mas não circunstancial no sentido de que era acidental. Pelo contrário. Circunstancial no sentido de que lhe era outorgada pela sua *circunstância*, pelo seu mundo circundante: por Mariana, sua vida e sua paisagem mística. Alphonsus, à maneira dos místicos espanhóis, é paradoxalmente místico e realista. Daí o amor objetivo, que o liga às coisas materiais, em contraposição ao amor pelo sobrenatural, que explica em última análise a sua obsessão pela morte. O realista está refletido, de modo ainda mais cabal, na sua poesia humorística. Com efeito, os dois temas centrais do universo poético de Alphonsus de Guimaraens são o *amor* e a *morte*. Como se o poeta nada mais fosse do

¹³ REZENDE, E. de. *Retrato de Alphonsus de Guimaraens*. 2.^a ed., p. 53. Rio de Janeiro: s. ed., 1953.

¹⁴ RICHARDS, I. A. *Principles of Literary Criticism*, p. 119. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1955.

que um crente do amor e da morte. O tema do amor se dirige verticalmente à amada morta, Constança, que inspirou grande parte de sua obra, a saber *Dona Mística* e poemas da *Pastoral*, e à Virgem. A Virgem e Constança, a noiva precocemente desaparecida, muitas vezes se identificam e se confundem. Já o tema da morte corresponde aos seus anseios de evasão e ao seu desejo de encontrar-se com a Santíssima. É um tema obsessivo, que atravessa toda a obra de Alphonsus e que nos fala, autenticamente, da sua terrível e profunda experiência espiritual.

~ O processo dialético

Mas não se pode compreender Alphonsus imaginando-o um escravo da sua geografia. De modo algum. Seu mundo não era apenas o mundo do real, do concreto, de Mariana, embora, é certo, muitas vezes esse pequeno mundo chegasse a condicionar ou determinar o seu comportamento. O mundo de Alphonsus, isto sim, era aquele imenso universo aonde só têm acesso os “cavaleiros andantes”. Era um mundo *ideal* e não *real*, onde um permanente empenho de abstração o afasta inteiramente do objeto, para aproximá-lo daquela que seria a atitude mística.

Mas a poesia de Alphonsus de Guimaraens não é a de um místico. É verdade que, como já mostraram Bremond e Maritain, o poeta e o místico estão ligados por inúmeros vínculos. E mais: é também certo que o simbolismo “como fenômeno, é o princípio unificador de todos os escritos místicos”.¹⁵

Porém, é ainda Hatzfeld quem adverte: “A realidade do místico é Deus; a realidade do poeta é o humano ou o divino no sentido geral.” A realidade de Alphonsus era, mais do que tudo, a realidade do poeta. Artisticamente elaborada.

¹⁵ HATZFELD, Helmut. *Estudios Literarios sobre Mística Española*, p. 15. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

~ Permanência de Alphonsus

E é esta elaboração artística altamente qualificada que explicará a permanência de Alphonsus de Guimaraens. E mais do que permanência, este prolongamento de Alphonsus na admiração dos nossos maiores poetas. Seria um capítulo sedutor e revelador do nosso ensaísmo literário o que se ocupasse da ressonância da obra de Alphonsus em poetas do porte de um Mário de Andrade, que já em 1919 viajaria a Mariana para conhecer o autor de *Câmara Ardente*, de um Manuel Bandeira, um Oswald de Andrade, Henriqueta Lisboa, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt. É uma estima sobretudo surpreendente nos momentos de rebeldia e de irreverência modernista. Tem sido ainda uma estima prolongada, crescente; o que se justifica porque poeta como ele era o irreverente Oswald de Andrade quem proclamava, ainda em plena fase polêmica do Modernismo, 25 de julho de 1921, “honram não só uma geração como uma pátria”.



Edla van Steen

Edla van Steen e a arte do conto realista

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Professor
Emérito da
UERJ, Titular
da UFRJ e
Presidente de
Honra da
ABRAFIL

O gênero de literatura narrativa abrange o romance, a novela e o conto, perfeitamente caracterizados pela teorização literária moderna. No que se refere ao conto e sua estrutura literária, distinguindo-se do romance e da novela, podemos dizer que o gênero procura obter a sua unidade de impressão mais rapidamente que o romance e a novela, concentrando-se num episódio ou flagrante da vida. Assim, o contista, como é o caso de Edla van Steen, procura obter a sua unidade com o máximo de concentração, através do material fictício e economia de meios. Isso se verifica, plenamente, na leitura do livro intitulado *Melhores Contos*, com inteligente prefácio de Antonio Carlos Secchin, publicado pela Editora Global, de São Paulo. Os textos foram selecionados em cinco livros: *Antes do Amanhecer*, 1977; *Até Sempre*, 1985; *Cheiro de Amor*, 1966; *No Silêncio das Nuvens*, 2001; e *A Ira das Águas*, 2004. O livro *No Silêncio das Nuvens*, já apreciado por nós em outra oportunidade, quando, então, observamos que os contos, em sua estrutura de ficção, reuniam sempre os

elementos básicos do gênero: unidade de espaço, unidade de tempo, unidade de enredo, unidade dramática, número adequado de personagens, expressão do tempo e diálogos bem conduzidos. Em tudo isso, a ficção de Edla procura criar mundos possíveis e com sua própria coerência interna e liberta de preconceitos. A realidade exterior, certamente, irá fornecer material que a arte do conto vai transformar e converter em realidade interna, em nível de ficção. Com efeito, entre texto e contexto, o verdadeiro escritor, como é o caso de Edla, logo insere um processo de transformação estética, construindo a sua ficção. Na verdade, o mundo real se encontra cercado de infinitos mundos possíveis, cabendo à imaginação criadora do artista desvendá-los ou reconstruí-los em termos ficcionais, pois só assim o mundo da ficção literária consegue desligar-se do mundo exterior, já que ficção não é reportagem.

Com efeito, se é certo que o mundo exterior participa do mundo ficcional, tal participação não deve (nem pode!) ser simplesmente homológica ou reprodutora da realidade, pois isso representaria a morte da ficção. No caso, vai importar não a relação mimética com o mundo exterior, mas a coerência dos universos ficcionais, criando outra realidade, que é a própria realidade da ficção. Ou seja: o real do texto é só aquilo que o texto vai construir como verdade, sendo este o caso dos admiráveis contos de Edla van Steen. Ela tanto domina a difícil técnica do monólogo interior – como veremos adiante – como a boa elaboração do diálogo entre as personagens, diálogo realista e até dramático, pois o tempo humano e a angústia existencial das personagens, por vezes, vão construindo a narrativa. E se projetam também numa espécie de dimensão surrealista no final de alguns contos. Veja-se: “De repente a sala se iluminou: – Quem está aí? Até que enfim você veio me buscar. Lara se levantou lépida, e saiu sem olhar para trás. O corpo no sofá.” (“Bodas de ouro”, in: *No Silêncio das Nuvens*, páginas 56 a 58). Como exemplo de monólogo interior, ver o conto “O Erro”, na página III, e de diálogo realista, ler o conto “Rainha-do-Abismo”, página I25.

O gosto pela ficção de cunho psicológico, naturalmente, induziu Edla a construir o monólogo interior, no discurso de suas personagens. Entendemos

pela expressão *monólogo interior* a representação do fluxo da consciência de uma personagem ficcional, seus pensamentos e sentimentos, por vezes com adequada desarticulação semântico-sintática de frases e sentenças. E o conto dialogado é uma constante em sua obra.

Em suma, tanto na linguagem introspectiva dos monólogos, quanto na linguagem bilateral dos diálogos, sempre bem conduzidos, Edla cria uma expressão literária própria, sem qualquer concessão à retórica vazia, aproximando-se do coloquial com sabedoria ficcional e senso de oportunidade. Afinal, por mais trágico e inquietante que seja um núcleo dramático, na instigante ficção de Edla – como já assinalamos em outro texto interpretativo – o leitor saberá que se trata de ficção e que sempre poderá retornar à realidade do mundo exterior.

Observe-se ainda que o desfecho da narrativa, pelo menos em alguns contos, merece um comentário especial. Até porque, na boa técnica de ficção, saber construir o desenlace de um conto literário requer talento e experiência. Logo no primeiro conto, selecionado por Secchin, a morte do filho que ia nascer, surpreende o leitor. Em “Nojo”, outro estimulante texto da autora, todo dialogado, é dramático o reencontro de Igor (o conquistador cafajeste) e Eleonora (com quem ele “havia feito amor muitas vezes e planos”) e, afinal, se casou com outra, deixando-a grávida. Ela, em seguida, casa-se com o primo Carlos: “Igor nunca soube que era o pai do seu filho. Nem este soube que Carlos não era seu verdadeiro pai. Para quê?” (*op. cit.* p. 45). Vale a pena reproduzir o seguinte diálogo:

“– Como é que você sabe, Igor, se terei ou não filhos?

Ele deu uma boa risada:

– Se alguma mulher ficasse grávida ia me achacar imediatamente.

– Você acha? – Eleonora ousou perguntar.

– Sem exceção. Imagine. Fui tão tungado.” (*op. cit.* p. 47).

E adiante:

“De repente sentiu a mão de Igor passar por sua perna.

– Que absurdo! Como você se atreve?

– Lembro muito bem de como a sua pele era fina. Agora que você está viúva, que tal ir me visitar?

Eleonora afastou a mão dele, com raiva.

– Eu tenho nojo de você!

Não sou aleijado – ele continuou. Isso aqui é transitório. Continuo tão bom de cama como antes.

Eleonora se levantou.

– E sem vergonha, também.

Igor olhou para os lados.

– Por favor, fale baixo. Lá está o meu carro. Você pode empurrar a minha cadeira? O motorista não pode parar na rua.

Por alguns segundos, Eleonora hesitou. Mas decidiu empurrá-la. E o fez com tanta força, que ele se estatelou no chão, ao descer a guia.

– Um monte de carne podre, isso o que você é – ela cuspiu nele, riu alto, para quem quisesse ouvir, deu-lhe as costas e tomou o caminho de casa.” (*op. cit.* p. 48).

Final realisticamente dramático, sem meias palavras, como se vê.

Em “Ela e ele”, é pungente a frustração amorosa (amor não realizado após longa separação): “Decididamente não fomos feitos um para o outro – ela pensou, enquanto esperava o carro. Eu devo estar feia e velha. A culpa não é dele. Já não sou aquela que ele pensava amar, como ele não é mais o mesmo para mim.” (p.54). E prossegue:

“Por sua vez, ele pensou no quanto a antiga namorada ainda estava bonita e atraente. Onde já se viu acontecer uma coisa daquelas? Calor esquisito. Não estava passando bem. Era uma besta. Devia ter esperado pelo próximo encontro. Continuava o canalha de sempre – tirou a camisa. O conquistador que perdia a mais infame das batalhas. Olhou-se no espelho. Um merda. Isso o que ele era. E sentiu vontade de vomitar.” (Final da página 54).

Temática inquietante da fugacidade do tempo e da brevidade da vida, com desfecho dramático.

Como se vê, a narrativa ficcional de Edla não é apenas de cunho pungente, mas também dramática e crua em sua expressão realista ou naturalista, se quiserem. Com efeito, para os escritores realistas – lembremo-nos de Flaubert – as personagens românticas são penosamente punidas e manipuladas, em sua inocência, como no conto em questão.

A expressão do tempo humano é manifestamente bergsoniana. Trata-se de uma expressão essencialmente caracterizada pelo conceito de duração interior (*la durée*), como teoriza Bergson. Com efeito, o tempo, no caso, resulta de um acúmulo secreto de vivências interiores, que desafia o conceito linear do tempo cronológico dos calendários, numa espécie de permanente condensação de vida íntima. E são contos comprometidos com a condição humana, em toda a sua grandeza e em toda a sua amarga precariedade. A paixão humana, como quase sempre, conduz o fio narrativo, sem preconceitos, pois fala de amor e sexo sempre em termos realistas, com absoluta naturalidade. É o diálogo, o permanente diálogo entre as personagens, que responde pelo ponto de vista circulante da narrativa. Contista, romancista, tradutora de peças de teatro e produtora de livros infanto-juvenis, ela é uma escritora que faz da arte literária a razão de ser da sua vida. E sempre em função dessa pluralidade, desse amor à arte de escrever, ela se torna verdadeiramente singular e livre de preconceitos, nos quadros atuais da literatura brasileira. Na construção literária dos contos, como já assinalamos, tanto recorre ao monólogo interior, como no excelente texto de “O Erro”, como recorre – aliás com mais constância – à técnica da narrativa dialogada, como no conto “Rainha-do-Abismo”.

Em conclusão, estamos diante de uma moderna escritora realista, que revela, em seus textos, perfeito domínio da linguagem de ficção e que mergulha fundamente na problemática inquietante da própria condição humana. Daí o cunho existencial de sua obra, girando sempre em torno dos conceitos filosóficos de ser e estar no mundo, para questionar, em sua plenitude, a problemática da própria existência, em sua grandeza e em sua precariedade. Afinal, como di-

ria Machado de Assis, mestre incomparável da ficção realista, “tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo: uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima do invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro”.

A universalidade poética de Carlos Nejar

IZACYL GUIMARÃES FERREIRA

Escreve, traduz e comenta poesia. Prêmio ABL de poesia em 2008, edita a revista *O Escritor*, da União Brasileira de Escritores, UBE.

Carlos Nejar é um poeta de alto e largo fôlego, além da ampla temática, que o traz de seu Rio Grande do Sul – que, desde cedo soube cantar com voz própria, na qual o lirismo dos poemas recebe um sopro que, transcendendo o narrativo, alcança, e não raramente, um tônus épico – até a universalidade que amplia os abertos horizontes do pampa e leva sua poesia a uma linguagem de qualquer aqui e de qualquer agora. Na antologia *Pequena Enciclopédia da Noite*, com o subtítulo “Poemas Escolhidos”, Nejar consegue a façanha que assombrou seu prefaciador, o também poeta e seu amigo há quatro décadas, Antônio Osório: retirar de uma obra de mais de vinte livros, que já teve reuniões várias e outras antologias com mais numerosas peças, estes poucos 50 poemas.

Bastaria lembrar que uma das “reuniões” teve dois volumes, duas mil páginas, e que, antes, uma antologia organizada por Léo Gilson Ribeiro reuniu 156 poemas. Como Nejar terá conseguido limitar-se a tão pouco? A façanha é o filtro que ele se terá imposto. Que filtro?

Somente o próprio poeta poderia ou deveria explicar. Ao ler esta pequena mostra de poemas sempre excelentes, fui à estante para folhear o que tenho de sua já vasta obra – a primeira reunião, de 1980, por exemplo. Pois só dessa coleção eu filtraria outros cinquenta. (Além dos já escolhidos.) Mas tentemos entender que filtro Nejar teria usado agora, para uma escolha tão reduzida e tão centrada no que o título antecipa.

Todo poeta tem, não só temas, como também palavras amadas, que volta e meia navegam pelos versos enquanto a mão vai seguindo o que a cabeça sente.

Nesta soberba antologia, uma das palavras amadas já reaparece no título: noite. Não porque Nejar seja sempre um poeta noturno. É um poeta também noturno, mas a claridade do que vê e sente e pensa e diz, a clareza da poesia ilumina essa constante noite.

O poema que titula o livro é dos mais misteriosos e noturnos, exige releituras, pois é quase um testamento antecipado das vivências do homem, não só do homem Carlos Nejar: de todos nós. Noite que é da História, que fecha dizendo “A história / lembra devagar. Depois / é que aprende a esquecer.” Noite da História. Noite do Homem. Ou mesmo a Noite de Deus, que seria quem nos escreve.

Outra palavra amada é alma. Impossível não citar o poema que abre o livro, poema inédito até então, no qual Nejar cria o verbo almar:

De longo curso

Para Elza

Minha alma descansa
na tua alma,
onde a luz jamais
desativada:
é um navio de longo
curso pela água.

Redonda a luz e nós
atracamos na foz
com o fundo calmo.
Em mim te almas
e te amando, eu almo.

O vento é outra de suas palavras, desde sempre, e aqui ele sopra em vários poemas, em especial num dos poucos longos do que ousou chamar de livrinho, pois Nejar é um autor de livrões... Dos primeiros poetas brasileiros a escrever não só seriais, mas poemas-livros, de um só poema do primeiro ao último verso. Porque, embora seja capaz de brevidades invejáveis que aparecem nesta antologia, Nejar é um poeta que privilegia os temas de longa extensão. Exemplo deste procedimento é o poema que começa na página 66 e se intitula: “Os homens eram sombrios”. Várias outras coisas são os homens deste belíssimo e duro poema, em que ao fim nos tornamos pedra, pedra, pedra. O poeta diz que cada poeta faz seu dicionário. Está no poema título do livro: “Poetas criam / seu dicionário com o da própria espécie.”

Com elas vivem, com elas morrem. Mas ficam para sempre, se sabem, como Nejar, tratar seu instrumento e com ele enfrentar a indesejada:

Sem Estrela

A morte ia comigo e eu, com ela.
E vi o seu ridículo vestido,
o andar desajeitado e sem sentido,
o rosto com penteado de donzela,

sendo tão velha, velha, no ruído
de suas meias e sapatos de heras.
Então não resisti e me ri dela,
caçoava de seus gestos confundidos.

E desta sisudez que nada espera,
mas sabe que na vida um só gemido
pode fazê-la emudecer. Insisto

em rir de sua passagem sem estrela,
sem grandeza nenhuma. E se resisto,
é porque está em mim quem vai vencê-la.

Noite, alma, vento, morte. E estrela, onda, memória, estrela, onda, memória, pampa, eu, tempo. Palavras de quase todo poeta, de quase todo homem. O segredo de Nejar, tal como só os grandes poetas são capazes de realizar, está na sabedoria com que as usa e filtra para uma representação digna de sua Obra, que, sabemos todos, tem vastíssima fortuna crítica, que vem desde seus começos, e traduções para os felizardos de outros idiomas. (Nestes tempos de *internet*, uma simples consulta ou busca no *google* desfilará telas e telas sob o nome Carlos Nejar).

Mais: nestes tempos em que universidades estudam mais os mortos que os vivos, Nejar é tema desde há muito. Pois, como bem demonstra esta antologia, seja qual seja o filtro que Nejar usou, não há um único poema fora de lugar. E o poeta apresenta sonetos, poemas longos e quase aforismas. Talvez o filtro dos 50 escolhidos seja duplo.

Em primeiro lugar, a intenção de expor o âmbito do universo que Nejar explora. O índice indica de que livro vem cada poema escolhido. Se não contei mal, 18 livros estão representados e há 7 que não revelam a origem. Serão inéditos como o primeiro e já nos previa o prefácio? Ou seja: 8 novos e 42 de 18 livros.

Em segundo lugar, estes 50 poemas seriam uma declaração. Do quê? Diria eu que são representação não só dos temas e daquelas palavras amadas (há muitas outras além das que enumerei), nem só do domínio de formas. Porque a universalidade de Nejar não é uma procura nem um exercício. É sua visão de mundo, enciclopédica, como já se anuncia no título. Se aqui prevalece a visão “noturna” da condição do homem, não é sem razão que lemos estes versos colhidos ao acaso da mão que folheia o livro numa releitura:

É a infância toda que em mim toma voz.

✧

Nada a morte empresta,
nada, salvo a si mesma.

✧

Nenhuma morte é maior
que a terra dentro de nós.

✧

Deus é vontade
de estar tão perto
que só capina
no amor
ou dentro
do pensamento

✧

E nos movemos,
rio dentro do rio,
corpo dentro do corpo,
como antigos veleiros.

✧

Nas altas torres do corpo
todas as horas cantavam.

✧

E é por ousar o eterno
que não me cabe o mundo.

✧

Amamos. No existir estamos soltos,
soltos de imensidão entre as palavras.

Suponho que estes poucos versos colhidos no lento vento das páginas indicam algo dessa universalidade que encontro na poesia de Nejar. Leitores frequentes ou não talvez entendam o claro sentido que há no título *Pequena Enciclopédia da Noite* como o filtro que venho cercando e talvez se resuma na intencionalidade das capas, quer nas palavras, quer na imagem dupla da árvore desfolhada e do astro que aparece ao fundo. Lua? Sol crepusculando? A paixão pela palavra explica parte da escolha de Nejar. Como diz no verso transcrito acima. Paixão enciclopédica de um autor que vai além da poesia e faz ficção, ousa uma “História da Literatura Brasileira” e segue produzindo já agora no Rio de Janeiro, na sua “Casa do Vento” ali na marítima Urca, de onde vê os aviões que vem e vão.

Nada ao acaso em Nejar, que coloca na última capa, a mostrar que a noite fecha e abre o dia, este poema bem titulado “Cântico”, versos de um poeta guerreiro, que já no soneto transcrito, “Sem Estrela” mostra que está armado diante da vida e da morte:

Limarás tua esperança
até que a mó se desgaste;
mesmo sem mó, limarás
contra a sorte e o desespero.

Até que tudo seja
mais doloroso e profundo.
Limarás sem mãos ou braços,
com o coração resolutivo.

Conhecerás a esperança,
após a morte de tudo.

Penso na escolha do título, no qual as palavras *enciclopédia* e *noite* dão a base ou o filtro desta pequena síntese da Obra de Nejar. Em que pesem as muitas

notas de amor, esperança, paixão de vida, gozo de cada palavra, o predomínio é o da noturnidade com que Nejar pretenderá marcar a sua enciclopédica temática, nesta pequena amostra de suas vivências de tempo e de espaço. Porque é indisfarçável o tom elegíaco do poeta, como a dizer-nos ser da condição humana essa consciência constante de que somos como os rios de Manrique, “*que van dar en la mar que es el morir*”. Ou, ainda, do epigrama de Cassiano ao recordar-nos que cada minuto nunca é mais, é sempre menos. Cabe a poetas como Nejar o enfrentamento daquele soneto e a perenidade do que vem dizendo, a de uma Obra feita e em processo, de que esta antologia dá testemunho: da sabedoria do autor ao filtrar, se tal fosse possível, um ditame central: que é preciso, diante da noite que chega, celebrar o dia.

Neste ano de 2009, lê-se ao fim da edição, Nejar entrega uma nova coleção de sua poesia, em dois volumes, de títulos oferecendo outra visão a ser estudada por outros ângulos, talvez, pois são tendentes a contradizer-nos pelo menos em parte, porque há a promessa de muita luz, de muita celebração: *Poesia Reunida: I Amizade do Mundo; II Jovem Eternidade*. Mestre que é na arte de titular sua poesia, se esta pequena antologia revela a noturnidade elegíaca do poeta, sua nova reunião de poemas, ao revés, nos vem é dizer que o mundo é amável e a eternidade é jovem. Se a pequena antologia mostra o predomínio de um sentimento de Elegia, a visão global de Nejar será de Ode.

(NEJAR, Carlos. *A Pequena Enciclopédia da Noite*, editora Quasi, Vila Nova de Famalicão, Porto, Portugal, 2009. Prefácio do poeta português, Antônio Osório.)



Euclides da Cunha
Arquivo da ABL.

Uma prosa perdida: Euclides e a literatura da selva infinita¹

FRANCISCO FOOT HARDMAN

*A Haquira Osakabe e a Helena Osakabe Padilha, euclidianos do coração,
in memoriam*

~ A Selva Recôndita e o Fim da Literatura

Muito se tem indagado sobre os motivos que levaram ao relativo inacabamento do “segundo livro vingador” de Euclides da Cunha,

¹ Este artigo sintetiza, desdobra ou reelabora ensaios que desenvolvi anteriormente tendo os escritos amazônicos de Euclides da Cunha como tema ou subtema. Cf. a esse propósito F. Foot Hardman, *Trem-Fantasma: a Ferrovia Madeira-Mamoré e a Modernidade na Selva*, São Paulo, 1988 (2ª. ed. rev. ampl., 2005), em especial cap. 4, “A vertigem do vazio; Os Sertões Amazônicos de Euclides” [Conferência oficial da Semana Euclidianiana de 1989, São José do Rio Pardo, SP] in: *Amazonas em Tempo* (Suplemento *Cultura em Dia*), Manaus, 03-05-1992; “Brutalidade Antiga: sobre história e ruína em Euclides” in: *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, 10 (26), jan.-abr. 1996; “Larissa e o Sonho das Passagens: História como Deslocamento” in: *Revista USP*, São Paulo, (43), set.-nov. 1999; “A Vingança da Hiléia: os Sertões Amazônicos de Euclides da Cunha” [Conferência na Biblioteca Nacional, Seminário “Repensando o Brasil com Euclides da Cunha”] in: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, (144), jan.-mar. 2001; “Espectros de la nación: figuras desplazadas entre ‘saudades’ y soledades” in: *Remate de Males*, Campinas, DTL-IEL/Unicamp, (22), 2002; “A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária” in: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*.

Professor titular na área de Literatura e Outras Produções Culturais do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Mestre em Ciência Política (UNICAMP), Doutor em Filosofia (USP) e Livre-Docente em Literatura e Ciências Humanas (UNICAMP). É autor, entre vários ensaios, de *Trem-Fantasma: a Ferrovia Madeira-Mamoré e a Modernidade na Selva* e de *Nem Pátria, nem Patrão! Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*.

como ele próprio referiu-se ao projeto literário sobre a Amazônia, que nomeara *Um Paraíso Perdido*, em cartas escritas, desde Manaus, em março de 1905, para Coelho Neto, José Veríssimo e Artur Lemos. Tema retomado, ainda, entre outras passagens, em carta ao amigo Francisco Escobar, em junho de 1906. Vale a pena situar, de início, quais os sentidos aparentes dessa vingança que o escritor-expedicionário planejava.

Na carta endereçada a Coelho Neto, o autor esclarece:

“Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a *Hylœ* maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas brancas, emaranhadas e trágicas.”²

E na carta a Escobar, já no Rio de Janeiro, mais de um ano depois, Euclides reitera e acrescenta:

“Em paz, portanto, esta rude pena de caboclo ladino. Ou melhor, que vá alinhando as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens.”³

Euclides não o fez. Deixou, no entanto, uma série considerável de textos em torno à sua experiência amazônica. Ensaaios, relatórios, cartas, crônicas ficcionais, a principal reunião desses textos ele próprio organizou, na primeira parte do livro *À Margem da História*, que veio à luz no Porto, em 1909, poucos meses após sua morte. *Um Paraíso Perdido*, de outra parte, ensejou edições importantes

² W. N. Galvão & O. Galotti, *Correspondência de Euclides da Cunha*.

³ *Op. cit.*, p. 306.

dessa produção dispersa, organizadas, respectivamente, por Hildon Rocha (1976) e Leandro Tocantins (1986). E é deste último, também, o interessante ensaio biográfico-literário *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (1966), pioneiro no tratamento mais compreensivo do tema.⁴

Sua vingança, a meio fio, não se completou. Seria a segunda, já que aludia à obra-prima *Os Sertões*, livro vingador das paragens perdidas de Canudos e de sua gente e de sua guerra. Aqui, tenho convicção de que a luminosidade de sua grande narrativa épico-dramática, como sol impiedoso da caatinga, ofuscou a trajetória seguinte do escritor. E, de outra parte, o enredamento na obscuridade úmida da selva enorme, suas populações nômades, sua história violenta e apartada do resto da nação impediram a unidade espaço-temporal da hiléia a ser representada por Euclides. Foi esta que se vingou dos homens que ousaram penetrá-la. O escritor também teria igual sorte.

Para além das circunstâncias pessoais, familiares e profissionais que agravaram esse quadro, quero me ater, aqui, aos limites impostos pela própria paisagem ao projeto “vingador”. E veremos que tal motivo reaparece em outros autores que fizeram da Amazônia matéria primeira de sua obra. Mas, antes de se tratar de aspecto regional específico, estamos em face de um tópico de longo alcance em diferentes literaturas.

Já na abertura de *À Margem da História*, “Impressões gerais”, Euclides nos põe diante dessa contradição entre o terror que a desmesura da massa hídrica provocaria no viajante – a partir do relato de Wallace –, fonte de inspiração lírica para a emergência do sublime, e a monotonia interminável da planície amazônica, de sua massa vegetal compacta e imóvel, vista assim em largos traços: “Ao revés de admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, [...] é antes um desapontamento.”⁵

⁴ Cf. E. da Cunha, *Um Paraíso Perdido: Reunião dos Ensaios Amazônicos*. Petrópolis: Vozes, 1976 (org.: H. Rocha); *Um Paraíso Perdido: Ensaio, Estudos e Pronúncias sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 (org.: L. Tocantins); L. Tocantins, *Euclides da Cunha e o paraíso amazônico*

⁵ E. da Cunha, *À Margem da História*.

Desapontamento, ele logo adiante esclarecerá, “sob o conceito estritamente artístico”, diante da difícil tarefa de produção do sublime nessa paisagem que, embora “o maior quadro da terra”, reproduz-se como imenso “plano horizontal” cujos limites o olhar não abarca.⁶ E já aqui nesse magistral início da primeira seção do livro subtitulada, entre outras variantes, como “Terra sem história (Amazônia)”, Euclides opõe as fantasias propiciadas pelas narrativas de viajantes – entre eles “a *Hylaea* prodigiosa” de Humboldt – a uma visão despojada do observador contemporâneo, que “cede às fadigas de monotonia inaturalável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como o dos mares.”⁷

Cada vez mais atento aos desafios da representação do real na modernidade, e buscando sofregamente, desde *Os Sertões*, uma nova síntese entre as linguagens da arte e da ciência, não por capricho mas por imperativo epocal, Euclides, ao desenhar essa Amazônia ainda desconforme, “portentosa, mas incompleta”, sugere o impasse de qualquer expressão cultural que a queira compreender e traduzir:

“Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das cousas.”⁸

Esse tema da falta no excesso perpassa boa parte dos escritos amazônicos de Euclides. Já na imagem humboldtiana da hileia, vislumbra-se a noção de matéria informe, a partir do prefixo *hil(e/o)*, que nos remete ao reino vegetal, a um estado de natureza ainda indeterminada mas já propícia à transformação. Vejamos como o autor, no famoso prefácio que escreve para *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, em 1907, retoma essa questão. Debatendo-se ainda com as

⁶ *Op. cit.*

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem.*

aporias de sua representação, Euclides mais uma vez enfatiza o caráter fragmentário de todo conhecimento produzido sobre a Amazônia. Ao se distinguirem melhor detalhes, turva-se a visão de conjunto:

“Restam-nos muitos traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos. Escapa-se-nos, de todo, a enormidade que só se pode medir, repartida; a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios; e um infinito que se dosa a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...”⁹

Comentando as façanhas científicas do naturalista Walter Bates, cujas pesquisas de campo nunca se afastaram do breve trecho entre Belém e Tefé, Euclides continua a divagar sobre as dificuldades da ciência e da arte no tocante à melhor escritura que traduza aquela região. Recuperando trecho de carta que escrevera a Artur Lemos, ainda de Manaus, dois anos antes, o escritor avança, no prefácio a Rangel, a sugestão da imagem de “um paraíso perdido” que lhe servirá para nomear seu futuro e inconcluso projeto literário:

“A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados adscrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traçoeiro de seus aspectos imutáveis. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la. Tem-se que a reduzir, subdividindo-a, estreitando e especializando, ao mesmo passo, os campos das observações [...]”¹⁰

Coteje-se com a carta a Artur Lemos, expedida de Manaus, 1905, provavelmente em março, pouco antes do embarque para o rio Purus:

⁹ E. da Cunha, “Preambulo” in: A. Rangel, *Inferno Verde: Scenas e Cenários do Amazonas*.

¹⁰ *Op. cit.*

“Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem.

Ela só lhe aparece aos poucos, vagorosamente, torturantemente.

É uma grandeza que exige a penetração sutil do microscópio e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado.”¹¹

Na sequência dessa carta tão significativa, Euclides parece, talvez pela primeira vez, formular a ideia do título de sua obra, já inextrincavelmente presa à imagem da “vertigem do vazio”:

“Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei. A notícia que aqui chegou num telegrama de um meu novo livro, tem fundamento: escrevo, como fumo, por vício. Mas irei dar a impressão de um escritor esmagado pelo assunto. E, se realmente conseguir escrever o livro anunciado, não lhe darei título que se relacione demais com a paragem onde Humboldt aventurou as suas profecias e onde Agassiz cometeu os seus maiores erros.

Escreverei *Um Paraíso Perdido*, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu me forre de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira.”¹²

Se naturalistas e viajantes padecem da necessidade de redução radical da paisagem para vê-la em outra dimensão, figurada pelos códigos e instrumentos da ciência, artistas e escritores, a seu turno, vivem igual impasse. Na sequência do preâmbulo a *Inferno Verde*, Euclides aproxima essa desconformidade infinitamente instável do real amazônico ao interdito próprio ao gênero trágico: “Imagine-se, entretanto, uma inteligência heróica, que se afoite a contemplar, de um lance e temerariamente, a Esfinge. Titubeará na vertigem do deslumbramento. Mostra-no-lo este livro.”¹³

¹¹ Galvão & Galotti, *op. cit.*

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ E. da Cunha, “Preambulo”, *op. cit.*

Livro que Euclides qualifica de “bárbaro”, no sentido mais original, isto é, “estranho”: “Por isto mesmo, todo construído de verdades, figura-se um acervo de fantasias.”¹⁴ Definição de não menos relevância, quando se lembra do fato de que, para além da sólida amizade entre os dois escritores, Euclides via em Rangel seu mais brilhante discípulo, atributo, aliás, que perseguirá o autor de *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* pelo resto da vida e determinando, inclusive, os rumos da recepção de sua obra. Nesse sentido, esse prefácio cumpre função estratégica na busca dos rastros da prosa amazônica sempre anunciada por Euclides, prosa afinal perdida, ou melhor, achada nesses atalhos sem volta, nessas “miniaturas do caos” da hiléia milton-humboldt-euclidiana. Fascinado pelo estilo de Rangel, é como se Euclides projetasse, na construção dos contos-crônicas de *Inferno Verde*, algo de sua escrita híbrida, de seu léxico raro e sintaxe labiríntica, vendo, ao mesmo tempo, nessa mistura tão finissecular entre fantasia simbolista e hipernaturalismo expressionista, algo que se poderia certamente colher nas páginas de *Os Sertões*, mas que o ficcionista-discípulo parecia, ao liberar-se, ali, da sanha interpretativa, ir mais longe e solto no desatamento das imagens. E assim Euclides imitava seu duplo, seu espelho côncavo como a depressão que ameaça todo espaço literário:

“Linhas nervosas e rebeldes, riscadas ao arrepio das fórmulas ordinárias do escrever, revelam-nos, graficamente visíveis, as trilhas multívias e revoltas e encruzilhadas lançando-se a todos os rumos, volvendo de todas as bandas, em torcicolos, em desvios, em repentinos atalhos, em súbitas paradas, ora no arremesso de avances impetuosos, ora, de improviso, em recuos, aqui pelo clivoso abrupto dos mais alarmantes paradoxos, além desafogadamente retílineas, pelo achanado e firme dos conhecimentos positivos de uma alma a divagar, intrépida e completamente perdida, entre resplendores.”¹⁵

¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁵ *Idem, ibidem.*

Reconhecemos aqui, sem esforço, o estilo do grande prosador. Mistério dos manuscritos perdidos e dos planos de prosa truncados, quando Euclides, no ano de sua morte, resolve organizar *À margem da história*, concebendo toda a sua primeira seção como *leitmotiv* do livro e nela reunindo parte considerável de seus escritos amazônicos, parecia já ter deliberado, ali, abandonar o projeto de *Um Paraíso Perdido*. Do último livro que o destino trágico fará póstumo, no entanto, o autor excluiu intencionalmente alguns textos importantes, como, por exemplo: o preâmbulo a Rangel acima citado; o relatório oficial da viagem, objeto da missão diplomática do Itamarati que lhe confiara o ministro Rio Branco, *O rio Purus*, publicado em separata em 1906; uma entrevista que concedeu ao *Jornal do Commercio*, de Manaus, assim que retorna do Alto Purus¹⁶; e seu ensaio “Entre os seringais”, certamente seu escrito mais radical na denúncia política da situação de semiescavidão dos seringueiros do Acre, aparecido em 1906 na revista *Kosmos* e jamais reeditado em vida.

Há que lembrar, também, do desvio representado pela edição de dois livros, ambos em 1907, da lavra de Euclides: *Contrastes e Confrontos* e *Peru versus Bolívia*. No primeiro, reunindo artigos saídos na imprensa, principalmente em *O Estado de S. Paulo* e *O Paiz*, além de alguns inéditos e do discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras em dezembro de 1906, incluem-se pelo menos quatro artigos sobre a Amazônia e os conflitos fronteiriços na região do Acre, envolvendo os caucheiros, todos eles de 1904, data anterior, portanto, à viagem de Euclides ao rio Purus. No segundo, desenvolve interessante e polêmico ensaio de história diplomática e geopolítica sobre litígio de fronteira entre aqueles dois países sulamericanos, que tinha também entre seus cenários a região amazônica.

¹⁶ Cf. “Uma entrevista com o dr. Euclides da Cunha: os trabalhos da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus” in: *Jornal do Commercio*, Manaus, 29-10-1905, p. 1. Podemos consultar os originais desse periódico, hoje raríssimo, graças ao generoso empenho da historiadora Ednéa Mascarenhas Dias, diretora do IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas). Há pequenas falhas na transcrição que se encontra em E. da Cunha, *Obra Completa*, I, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966. Que se transmitiram nas coletâneas de *Um Paraíso Perdido*.

Se na montagem de *À Margem da História* há evidência do abandono momentâneo do projeto de *Um Paraíso Perdido*, é verdade, por outro lado, que no conjunto de textos agrupados na primeira seção – sob a rubrica “Terra sem história (Amazonia)”, em negrito, no índice sumário inserido no frontispício, abaixo do título do livro; ou, simplesmente, “Na Amazonia”, em caixa alta, logo abaixo de “I Parte”, na folha em branco que precede o início do livro e do primeiro ensaio, “Impressões gerais”¹⁷ –, o autor evitou incorporar textos *anteriores* à sua expedição amazônica (dezembro de 1904 – janeiro de 1906), o que vale para o grupo de artigos referidos de *Contrastes e Confrontos*. Embora, como já vimos, tenha também excluído, do livro de 1909, alguns dos escritos amazônicos *posteriores* à viagem, isso sem falar da copiosa correspondência que manteve com vários intelectuais, além de seu chefe imediato, o ministro Barão do Rio Branco, sobretudo desde Manaus, mas também da Boca do Acre, Boca do Chandless, Novo Destino, Novo Lugar e Funil, em pleno Alto Purus. “Faltas” essas, intencionais, que foram supridas, com pequenas lacunas, nas edições citadas de Hildon Rocha e Leandro Tocantins.

Outro aspecto controverso dessa prosa dispersa, ainda, diz respeito ao relato de Firmo Dutra, sobre a estadia de Euclides da Cunha em Manaus, na ida e volta do Acre, dividindo com ele hospedagem na aprazível residência de Alberto Rangel, Vila Glicínia. Em texto testemunhal acerca do antigo amigo de caserna, ele escreveria, em 1938:

“A morte trágica não lhe permitiu rever sua última obra, resultado da observação profunda e da admiração quase explosiva, tão de seu temperamento, pela *Hylaea* prodigiosa. Daí, ao certo, a razão de não se encontrar no livro

¹⁷ Cf. *À Margem da História*, 1909, edição original, vide folha de rosto e p. I. Na nota de “Esclarecimento” dos editores, no final do volume, lamentando a morte do autor após a revisão da primeira prova, mas sem tempo para rever a segunda, tampouco se esclarece sobre essa oscilação quanto ao subtítulo da Parte I (escolhas do Autor? dos editores?). Na ausência de documentos (cartas ou versões manuscritas, p. ex.) que atestassem a intenção final de Euclides, esse detalhe permanece em aberto. O único caderno manuscrito de Euclides contendo esboços iniciais e fragmentários de vários capítulos de *À Margem da História*.

[*À Margem da História*] um capítulo, que foi esboçado, que se intitulava – *Brutalidade Antiga* – e era a pintura, com as fortes tintas de que sabia usar Euclides, da entrada dos povoadores para os altos rios, deixando atrás de si a devastação dos cauchais e o sulco sangrento das caçadas aos índios.”¹⁸

Variante de algum dos escritos incorporados ao volume póstumo ou manuscrito perdido? A hipótese de não inclusão pela morte prematura antes da revisão final, adiantada por Firmo Dutra, não se sustenta. Os textos escolhidos e sua ordem no livro foram muito bem arquitetados por Euclides, isso está fora de dúvida. O amigo refere-se, no relato, a um manuscrito iniciado ainda em Vila Glicínia, o que parece compatível com algumas de suas cartas, em que se mostra envolvido com o tema da ocupação colonial e predatória da Amazônia. Terá sido depois abandonado pelo escritor, pelo menos em sua versão inicial? Houve reescrita e, sobretudo, renomeação de texto?

Brutalidade antiga: o enigma permanece. Mas devemos, então, a partir daqui, começar indagando pelo paradeiro dos humanos. Intrusos na paisagem, brutos predadores, construtores de ruínas, desterrados da terra e de si: onde estão eles?

~ O humano como estranho e o começo da tragédia

Entre os escritos de *À Margem da História*, o que talvez mais se aproxime do tema lembrado pelo testemunho de Firmo Dutra, seja “Os *Caucheros*”. Ao traçar a paisagem desoladora da fronteira Peru-Brasil, na região do Alto Purus, deixada pela exploração aventureira e predatória dos caucheiros, Eucli-

¹⁸ Firmo Dutra, “Euclides da Cunha: Um Capítulo da Sua Vida” in: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano 26, 46 (155), nov. 1934, pp. 331-41. *Apud* L. Tocantins (org.), E. Cunha, *Um Paraíso Perdido*, 1986, *op. cit.*

¹⁹ E. da Cunha, *À Margem da História*, 1909, *op. cit.*

des reafirma, como em tantos outros momentos de sua escrita amazônica, sua visão nacionalista, sua posição de homem de Estado a serviço de uma missão diplomática de reconhecimento geopolítico que tentava evitar o pior, a conversão dos conflitos fronteiriços em guerra regional. E aqui a oposição que esboça entre a violência histórica e “lógica” dos bandeirantes e a violência “absurda” e anti-heróica dos caucheiros torna-se quase esquemática e ganha foros de constructo de alto teor ideológico: “O bandeirante foi brutal, inexorável, mas lógico.

Foi o super-homem do deserto.

O caucheiro é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia. É o homúnculo da civilização.”¹⁹

Afora, porém, esse ponto cego na visão do passado, o texto encaminha-se, no final, para uma elegia aos índios e mestiços abandonados na esteira de ruína da corrida do caucho. Como esse ensaio precede, no livro, a obra-prima da prosa amazônica de Euclides que é “Judas-Ahsverus” – e não há duvidar da manifesta vontade do escritor quanto à ordenação desses capítulos – serve-lhe, assim, de notável enquadramento dramático, como seu exórdio literariamente mais adequado.²⁰ A passagem em que narra visita feita a uma tapera de Shamboyaco, restos da antiga vivenda senhoril de um caucheiro, quase desaparecida no emaranhado vegetal que dominou a propriedade é, de qualquer prisma, exemplar.

Pois lá, em meio à “ruinaria deplorável”, o narrador depara com um imprevisto e derradeiro habitante, num dos últimos casebres. Lembrando muito de suas descrições de alguns jagunços sobreviventes, na parte final de *Os Sertões*, Euclides nos apresenta, em traços expressionistas, a figura desse estranho ser vivo:

²⁰ A esse respeito, já anotava o grande historiador amazônida Leandro Tocantins: “Se *Judas-Asvero* dilata os horizontes da paisagem e do homem, que dizer de *Os Caucheiros*, capítulo escrito com o mesmo sentido de profundidade? Porém, menos expressionista, mais histórico, mais sociológico, e com boa dose de impressionismo”. Cf. L. Tocantins, *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*.

“Piro, amahuaca ou campá, não se lhe distinguia a origem. Os próprios traços da espécie humana, transmudava-lhos a aparência repulsiva: um tronco desconforme, inchado pelo impaludismo, tomando-lhe a figura toda, em pleno contraste com os braços finos e as pernas esmirradas e tolhiças como as de um feto monstruoso.”²¹

No limite da perplexidade ante a emergência do trágico moderno, que bem poderia igual evocar, a nós, hoje, a simples e irrespondível indagação de Primo Levi a propósito de Auschwitz – *Se questo è un uomo* –, a pintura desse drama da humanidade desgarrada nos confins da civilização prossegue, nos estertores da “vida nua”, da biopolítica, para ficar com Foucault ou Agamben:

“Esta cousa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurava menos um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores – respondeu-nos às perguntas num regougo quase extinto e numa língua de todo incompreensível. Por fim, com enorme esforço levantou um braço; estirou-o, lento, para a frente, como a indicar alguma cousa que houvesse seguido para muito longe, para além de todos aqueles matos e rios; e balbuciou, deixando-o cair pesadamente, como se tivesse erguido um grande peso: ‘Amigos’.”

Compreendia-se: amigos, companheiros, sócios dos dias agitados das safras, que tinham partido para aquelas bandas, abandonando-o ali, na solidão absoluta.”²²

Na exploração belicosa, aventureira e predatória dessa moderna sociedade dos caucheiros, uma senda devastadora transparece ao longo dos “rios em abandono” e veredas interrompidas do extrativismo, rapidamente retomadas pela floresta reinante. Euclides acusa o nomadismo dessa atividade febril e fu-

²¹ *À Marjem da Historia*, op. cit.

²² *Idem*, *ibidem*.

gaz. Na “figura lastimável do aborígene sacrificado” parece fixar seu argumento, emergindo, das “lides tumultuárias” dos caucheiros, a imagem desse seu conhecido oxímoro, o daqueles homens “construtores de ruínas” – inclusive humanas. Na passagem final, contrapõe-se a única palavra do castelhano aprendida e pronunciada por Piro – “Amigos” – ao ciclo atroz da borracha e a seus senhores. Pois ao murmurá-la, o índio, num “tocante gesto de saudade, fulminava sem o saber – com um sarcasmo pугentíssimo –” os patronos daquela cadeia enlouquecida.²³

Em “Judas-Ahsverus”, Euclides atinge o ápice da representação do sublime ante o flagelo da paisagem amazônica. É uma mescla entre crônica e conto. Nas cerca de II páginas que ocupa na edição original de *À Margem da História*, essa narrativa curta possui uma unidade épico-dramática que nenhum outro escrito amazônico do autor logrou alcançar. De mais a mais, ao migrar do modo ensaístico- dissertativo, predominante no conjunto de textos, para o campo narrativo-ficcional, e concentrando-se, na boa esteira de Poe ou Machado de Assis, na arte do relato breve, “Judas-Ahsverus”, nas justas palavras de Oswaldo Galotti, que sintetizam certa unanimidade da crítica, “nasceu interito como um bloco de beleza.”²⁴

Seria esse o núcleo estético e dramático de seu “segundo livro vingador”? Difícil afirmar-se isso taxativamente, já que o rendimento artístico obtido aqui dependeu igualmente da forma breve. Mas sem dúvida estamos, aqui, diante da melhor realização do escritor em seus embates com esse “infinito oculto”. Interessante notar que é na exploração dos seringueiros, do lado brasileiro da fronteira, que Euclides vê, ainda no decorrer de sua prosa ensaística, o lado mais trágico do trabalho na Amazônia. Mencionando Dostoiévski e o “laivo siberiano” do “círculo demoníaco” da faina de extração do látex nos seringais do Purus, como uma “empresa de Sísifo”, o autor define esse destino como “tortura”, aquela

²³ *Idem, ibidem.*

²⁴ O. Galotti, “Nota explicativa” in: E. Cunha, *À Margem da História*.

“do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma ‘estrada’, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida.

[...]

“Sobretudo isto, o abandono. O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário.”²⁵

Isolamento, solidão, autopunição. Essa será a matéria-prima de “Judas Ahsverus”. Como não se perceber aí uma escritura inserida nos rumos mais gerais e elevados da modernidade, em sua matriz romântica mais agônica, vinculada a uma linhagem de representação do destino trágico da condição humana pela atualização do mito clássico do labirinto, que trafega desde Dante a Shakespeare e a Milton, de Dostoiévski a Kafka, e deste a Borges?

Também será nesse pequeno grande drama encenado no Sábado de Aleluia pelos seringueiros do Alto Purus que parece ter-se realizado um dos desígnios do projeto literário amazônico de Euclides: o da vingança contra o deserto. Pois em sua “alegria feroz”, esses homens perdidos e anônimos “vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes.”²⁶

Recuperando o mito do judeu errante, milenar, mas renascido no século XIX com ressignificações críticas e positivas que lhe atribuíra o romantismo²⁷, esse Judas, transportado para a selva longínqua das fronteiras amazônicas, não constitui sequer mais uma marca de afirmação simbólica do poder da cristandade. Sua presença desencadeia antes de tudo um ritual autorreferente, um teatro móvel no rio, cuja catarse coincide em reconhecer-se nos bonecos esculpidos à imagem e semelhança do seringueiro. E, a partir daí, a saga punitiva dos celebrantes, ao jogarem os judas-fantasmas em barquinhos à deriva nos cursos d’água, para expô-los aos tiros dos ribeirinhos, à correnteza incerta, aos escolhos e ao entrechoque das próprias canoas. Nesse desfecho, nesse baile

²⁵ *À Margem da Historia*, 1909, op. cit.

²⁶ *Idem*, *ibidem*.

²⁷ Cf. o excelente ensaio de Marie-France Rouart, *Le Mythe du Juif Errant dans l'Europe du XIXe. Siècle*.

macabro de auto-retratos desmanchando-se, entre risos sardônicos e autopunitivos, expressa-se, afinal, sublime e ironicamente, o momento supremo de vingança contra o próprio destino.

Ao se vingar da vida solitária que se dissipa nas “estradas” do látex enredadas em circularidade abissal, o seringueiro projeta no duplo inanimado toda a sua arte e fúria; e essas também voltam-se contra o criador, e os judas-fantasmas, reunidos no silêncio de algum remanso do rio, retomam a procissão rumo a seu próximo fim, dispersos, apartados, perdidos (o narrador usa o termo “debandam” que, na origem, em linguagem militar, significa a saída desordenada de uma certa formatura): “Lá se vão, em filas, um a um, vagarosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo...”²⁸

Esse epílogo sem salvação, autodestrutivo, na lentidão inexorável da natureza de novo cadenciada pela presença enfática dos advérbios de modo, marca estilística inconfundível do escritor, é a imagem a reter da prosa de Euclides em torno da Amazônia. Enquanto que na frente diplomática ele se mantinha como fiel servidor da causa do Estado nacional, já na condição de escritor parecia duvidar, amargurado, das possibilidades de emergência de uma sociedade nacional estável. Sua referência nunca fora a Capital Federal, mas os sertões áridos ou úmidos, da caatinga à floresta, e os seus habitantes estranhos ao corpo do país estreito que os esquecia. Sua literatura, alheia a escolas estéticas fechadas, cavava espaços na luta contra os limites extremos do *habitat* humano. Forjava assim, nesse confronto do vazio, um estilo único. Não só estilo, mas gênero único, híbrido, mestiço, inclassificável e, por isso mesmo, desde sua primeira aparição, inteiramente moderno e logo, pela sua força expressiva, permanência obrigatória nos registros cultos da língua e nas antologias de história literária.

Ante o desafio da literatura desse espaço oculto de si mesmo, nos termos do *Lost Paradise* de Milton, Euclides, em “Judas-Ahsverus”, ensaia o vôo de uma prosa das grandes extensões territoriais, desses postos avançados da fronteira

²⁸ *À Margem da História*, 1909, op. cit.

da civilização moderna, ao lado de tantos narradores-viajantes, mas também ficcionistas como Gogol, em *Almas Mortas*, ou então um médico-testemunha, como Tchekhov, em seu relato dramático sobre a remota ilha-presídio de Sakalina.

Creio que a literatura amazônica do autor de *À Margem da História*, como desafio dos pontos extremos, confrontada com fragmentos do infinito, que se mostra escondendo-se, nessas paisagens de grande extensão ainda precariamente dominadas pelo homem, irmana-o a prosadores da família de Melville ou Poe, além dos russos citados. E aproxima-o, na América Latina, talvez como a matriz inspiradora que teve em Alberto Rangel um de seus vetores, da vertente que, remontando longinquamente a Sarmiento, chegou até a essa obra-prima do colombiano José Eustasio Rivera, *La Vorágine*, outro grande romance da vingança da selva, canônico em todo o espaço cultural hispano-americano do século XX. Ecos mais tardios e contemporâneos conduzem, por fim, nesse itinerário de afinidades e angústias de influência, até Vargas Llosa, que depois de tratar da Amazônia peruana em várias novelas, viajou pessoalmente aos sertões de Canudos para escrever sua *A Guerra do Fim do Mundo*.

Ao sugerir tais filiações, pertinentes por certo enfoque que se as examine, mas relativas e talvez sempre algo arbitrárias, por outro, quando se fixem personalidades literárias, contextos e estilos tão distintos, talvez pudéssemos acreditar também que essa é não só a maneira de homenagear um dos maiores prosadores da língua portuguesa, e dos primeiros e grandes intérpretes modernos do Brasil. Para além disso, as correspondências, no que têm de tangível, devem contribuir para que sua obra, a começar dessa prosa perdida, não permaneça no exílio e olvido dos seringueiros de que ensaiou seu lamento. Pois essa explosão de fragmentos solitários, em que sempre se reconhecerá seu talento artístico magistral, dialoga em muitos aspectos com experiências literárias de vários tempos e regiões.

Há ainda outra linha relevante de aproximações, no entanto, que julgo ser necessário assinalar, no que toca à literatura brasileira. A construção aparentemente falha de um protagonista da selva que ombreasse Antonio Conse-

lheiro, no caso da prosa amazônica de Euclides, tem a ver, evidentemente, de uma parte, com as diferenças notórias de condições histórico-culturais entre os dois espaços geográficos em pauta. Porém, se pudéssemos avançar além da Bahia rumo às profundezas do Purus, como tentou o escritor, poderíamos ver, igualmente, na figura tosca e fantasmática de Judas Ahsverus, a manifestação, em sua dramática estranheza, de um filão finíssimo de invenção poética que diz respeito intimamente, acredito, aos impasses maiores de construção de uma identidade nacional mais homogênea ou hegemônica. Processo de que Euclides já se dera conta, a meu ver, desde seu retorno de Canudos. Alguns dos escritores mais críticos e criativos da modernidade literária entre nós disso se aperceberam, menos como reflexão consciente e muito mais como figuração ambígua, deslocada no espaço-tempo de suas ficções, assumidamente anacrônica e assim investida, em sua presença ausente, da capacidade de fulgurar, no céu cambiante da linguagem, esse raro instante de enlace entre poesia e verdade.

Refiro-me aqui a uma galeria de personagens esquisitos e fascinantes em seu magnético poder de nos atrair e, igual, nos atemorizar. Sublimes fantasmas de uma brasilidade improvável, porque já romperam fronteiras, vagando por espaço-tempos dilatados, quando se aproximam é para nos dizer que se logo mais se vão. Ou se foram, a memória não é seu forte, nem a cronologia seu método. Narradores truncados de si mesmos, trágicos ou melancólicos, sua fala não tem pátria nem bandeira, porque sempre esteve abraçada a algum pedaço roto de poema, a alguma frase solta de idiomas quebrados: “Amigos”...

Pois munido de “todos os seus haveres: um cacho de bananas verdes”²⁹, Piro, esse amahuaca ou campa extraviado dos seus, pode vir agora, nesse sabá amazônico que se soletra tatutturema, reunir-se com outros parentes literários de um grande poema sempre inacabado, e por que não cruzar, aqui nesse espaço improvável, o Guesa dos muíscas e de Sousândrade, que já não é o mesmo, com o Judas-Ahsverus dos seringueiros do Purus e de Euclides, que já não é o

²⁹ *Idem, ibidem.*

mesmo? Por que não convocar, aqui, a Sombra sem lugar e sem tempo cuja voz domina o monólogo inaugural no *Eu* de Augusto dos Anjos? E o Macunaíma saído do cerrado amazônico venezuelano, menos trágico e mais melancólico, por que não convidá-lo também a esse concílio de errantes, antes que se dissolva na Ursa Maior? Porque se suas vozes nos falarem de alguma fantasia de Brasil, será na condição de apátridas. O Pai de “A Terceira Margem” poderia estar e não-estar aqui nesse banquete de fantasmas. Todas essas criaturas poderiam povoar muitos de nossos sonhos órfãos. Sabe-se, todavia, que sua força reside mais exatamente na sua fraqueza em nos restituir à primitiva tribo. Talvez derive daí essa empatia perdurável desses personagens nos devãos de nossa modernidade.

Para além das afinidades imaginadas aqui, possíveis, o fato é que Euclides, ao se afastar deliberadamente da ficção, embora sempre resvalando nas suas margens, não imaginou nenhum espaço de reconciliação para seus judas-fantasmas, ou para os seringueiros que neles se espelharam. Essa é a prova trágica de sua escritura. Na encruzilhada que surge, Piro, sobrevivente real da história, e Judas-Ahsverus, criatura ficcional reinventada no Alto Purus, permanecem juntos, em suas solidões separadas. A eles se reúne, no mesmo destino, mas com prova de eterna amizade, o inventor de gênio da prosa perdida que os forjou.

Se formos hoje seus bons e tardios leitores, quem sabe possamos ser dignos desse restrito círculo de amigos.